

Junho 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Económia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Publicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Basicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Genérico

Redação: Domingas Mota, Ilda Sebastião, Heliana Mendonça,

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, Massomba Dominique, Tiago Catito, Helga Silveira

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

A Redação

INDICE

1 REDUAÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.2 Governo diversifica economia com investimento em pólos agro-industriais	1
1.2 Sector não petrolífero da economia demonstra um dinamismo crescente	2
1.3 Crescimento da economia nacional contribui para redução da pobreza	2
1.4 Petróleo governo revê preço do barril	3
1.5 “Acordo com EU tem de ser justo e equilibrado”	4
1.6 Tendência dos preços Indicia Fragilidade da economia	5
1.7 Receitas do petróleo caíram para 400 milhões de dólares	6
1.8 Défice pode atingir USD 13 biliões	6
1.9 Uma reflexão bancária em torno das recentes medidas do BNA	7
5.10 Estrangeiros “invadem” maior bolsa de negócios do país	8
1.11 Responsável da Associação Industrial defende a diversificação da economia	9
1.12 O impacto da crise financeira no bolso do cidadão	9
1.13 Gestor defende seguro para créditos bancários	10
1.14 Banco Nacional de Angola nega restrições a transferências em divisas	11
1.15 Investimento aumenta em ano de crise	11
1.16 PIB de Angola pode “encalher” até 1,2 por cento em 2009	12
1.17 Preços dos diamantes dão sinais de recuperação	13
1.18 Contração do PIB angolano é uma realidade	14
1.19 Inflação angolana alivia para 13,8% em Maio	14
1.20 Especialistas traçam estratégia para combater a crise em África	15
1.21 Angola ganha linha de crédito do Canada	16
1.22 Angolanos ficaram com do 3% do capital do Finibanco	16
1.23 Governo angolano aprova empréstimo português	18
1.24 Kremlin lança ofensiva economica a Angola	18
1.25 PIB angolano deverá contrair 1,9%	19
1.26 Reestruturação agrava actividade empresarial em Angola	20
1.27 Angola contraria Banco Mundial nas previsões de crescimento	21
1.28 Angola e a OPEP	21
1.29 Responsável do Banco Nacional recomenda-se Acções e títulos	22
1.30 Angola na Conferencia Internacional Sobre a Crise Financeira	23
1.31 Responsável do Banco Nacional recomenda aplicação dos títulos	23
1.32 Utilização do capital humano foi analisada pela consultora KPMG	24
2 MICROFINAÇAS	25
2.1 Crédito para jovens no Negage	25
2.2 Empresas angolanas podem directamente o crédito com o EximBank	25
2.3 Camponesas do Huambo vão ao "Banco Solidário"	26
2.4 Empresárias do Uíje abordam com BPC concessão de créditos e financiamentos	27
3 MERCADO INFORMAL	28
3.1 Mercado moderno e funcional substitui o comércio paralelo	28
3.2 Os preços da morte	28
3.3 O “gigante” Roque Santeiro “resiste”	29
3.4 Vendedoras e polícia em pé de guerra	30
3.5 Crianças trabalham como gente grande	30
3.6 Persiste venda de produtos em locais impróprios	32
3.7 Camartelo demolidor do GPL destrói Feira Ngoma	32
3.8 Venda ambulante em plena estrada periga vida dos transeuntes	34
3.9 Qual o destino dado as receitas arrecadadas nos mercado? Um mistério por desvendar	34
3.10 Gestores de negócios informais devem estar inscritos no INSS	35
4 OGE INVESTIMENTO PUBLICO E TRANSPARENCIA	36
4.1 OG E e Plano do Governo em debate no Parlamento	36
4.2 Deputados aprovam revisão	38

4.3 Plano e OGE revistos “passam” na Assembleia Nacional	39
4.4 Sector dos transportes gera 20 mil empregos	40
4.5 Fundo de Fomento Habitacional para garantir um milhão de casas	40
4.6 OGE Revisto garante objectivos traçados	41
4.7 OGE Revisto	41
4.8 Controlo das taxas	42
4.9 Inflação sobre, crescimento cai	42
4.10 Nova política orçamental	43
4.11 Conselho de Ministro aprova revisão do Oge	43
4.12 Governo adopta novo OGE na quinta-feira	44
4.13 Governo «cai na real»	44
4.14 Orçamento Geral do Estado na perspectiva do género em discussão	46
4.15 Governo aprova revisão do OGE	46
4.16 Mais de dois mil milhões em receitas fiscais	47
4.17 Uma gestão avisada	47
4.18 OGE revisto prevê despesas fiscais de dois mil milhões de kwanzas	47
4.19 Salário protegidos contra revisão do OGE	48
4.20 Orçamento Geral do Estado vai ser revisto	49
4.21 Parlamento aprovou OGE de 2008	49
4.22 Atraso nos pagamentos do Estado a fornecedores pode afectar crescimento	50
4.23 Parlamento aprovou OGE de 2009	51
4.24 Finança em Cabinda arrecada Kz 20 mil milhões em impostos	51
4.25 Finança em Cabinda arrecada Kz 20 mil milhões em impostos	52
4.26 Governo quer OGE reajustado às novas condições financeiras	54
4.27 A vigilância electrónica do OGE é a nova esperança dos contribuintes	55
5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	57
5.1 MPLA propõe presidencialismo puro	57
5.2 Tjilica destaca papel da revolta não construção do Estado democrático	58
PAULO MULAZA "extremamente positivo o afluxo	58
5.3 A propósito da interpelação da governadora de Luanda	58
5.4 MPLA quer eleições directas do presidente da Republica	59
5.5 Governador dá posse a novos quadros e pede rigor na aplicação dos dinheiros	60
5.6 Provedoria da Justiça sofreu pressão política	60
5.7 Governadora de Luanda “desconhece” o que conhece	61
5.8 Moco denuncia "pouca-vergonha" no seio do MPLA	62
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	63
6.1 Em Agosto arranca construção de casas	63
6.2 Casas sociais na aldeia de Ngola Lombo	64
6.3 Viver com dignidade	64
6.4 Vão ser erguidas duas mil Casas, no município do Kuito Kuanavale	65
6.5 Governo lança projecto inovador de extensão da cidade do Lubango	65
6.6 Fundo de Fomento Habitacional para garantir um milhão de casas	66
6.7 Contribuição para a construção de um milhão de casas	66
6.8 Projecto "Angola Jovem" com 34 casas concluídas	67
6.9 Famílias de mais baixos rendimentos têm prioridade na obtenção de casas	67
6.10 Uíje gigante renasce dos escombros	68
6.11 O lazer na miséria	69
6.12 Aprovação do Fundo de Fomento Habitacional remetida ao Governo	70
6.13 Estudo de viabilidade trama administrador de Benguela	71
6.14 A requalificação de Luanda	71
6.15 Cidadãos vendem casas e voltam a construir em zonas de risco	72
6.16 Governo lança projecto de apoio à construção dirigida em Setembro	73
6.17 Atribuição de casas aos jovens é transparente	73
6.18 Governo lança projecto de apoio à construção dirigida em Setembro	75
6.19 Casas para jovens concluídas no Kuito	75

6.20 Milagres? Ninguém os faz!	75
6.21 Maculusso vira musseque	77
6.22 Governo quer mais fábricas de materiais de construção	77
6.23 Obras do bairro social da juventude contemplam várias infra-estruturas	77
7 TERRA	79
7.1 Huíla emite mais cinco títulos a favor das comunidades tradicionais	79
7.2 Posse da Terra Gera Divisão	79
7.3 Cidadãos vendem casas e voltam a construir em zonas de risco	80
7.4 GPL trava desalojamento anárquico de uma família no «Neves Bendinha	80
7.5 A dimensão humana das demolições	81
7.6 Demolições somam em Luanda	82
7.7 Oposição insatisfeita com explicação da governadora de Luanda	82
7.8 MPLA “exonera” administrador de Benguela	83
7.9 «Zangolândia» tornou-se o destino inevitável	83
7.10 Ocupantes ilegais do espaço ameaçam com Tribunal	84
7.11 A deportação de D.Teresa	85
7.12 Camponeses do Benfica acusam administrador da Samba de expropriar suas terras	86
7.13 Se fosse eu o governador	87
7.14 Corrida à terra vs Segurança Alimentar	88
8 SERVIÇOS BÁSICOS	90
8.1 Huambo prepara mais quadros do sector das águas e saneamento	90
8.2 Reabilitação da antiga ponte sobre o rio Catumbela	90
8.3 Distribuição de água melhora	90
8.4 Falta de centrais hidro-eléctricas condiciona construção de fábricas	91
8.5 Fornecimento de água potável reforçado com mais fontanários	91
8.6 Obras nas estradas em longa derrapagem	91
8.7 Kwanza-Sul tem novos autocarros para serviços urbanos e municipais	92
8.8 Canjala uma sanzala no meio da cidade	93
8.9 Automobilistas com poucas estradas alternativas	94
8.10 Saneamento Continua problemático	95
8.11 EPAL e empreiteiras repartem culpas pela falta de água	95
8.12 Falta de água, realidade crónica em Luanda	96
8.13 Governo e União Europeia levam água às zonas de pasto	97
8.14 Electricidade volta a iluminar Calumbo	97
8.15 Chafarizes danificados por populares	98
8.16 Os chafarizes danificados no Sambizanga	98
8.17 Abastecimento de água a Luanda com novos centros de distribuição	99
8.18 Melhor distribuição de energia eléctrica	99
8.19 Água potável chega aos bairros	99
8.20 Periferia de Viana sem água potável e energia eléctrica da EDEL	100
8.21 Mais desgraça para o Bengo	100
8.22 Operadora promete melhorias na recolha de lixo no Rangel	101
8.23 Espanha financia construção de sistema de captação de água	101
8.24 Banco africano de Desenvolvimento investe nas infra-estruturas básicas	102
8.25 Municípios exigem maior empenho das operadoras de limpeza	102
8.26 Fornecimento de água melhora na Huíla	102
8.27 Governo investe 300 milhões de dólares para garantir água potável às populações	104
8.28 Sanitários nas comunidades rurais	104
8.29 Vida e Saúde Dois Valores opostos...	104
8.30 Secretário de Estado exige eficiência às direcções das empresas de águas	106
8.31 Programa Aguas de Benguela e Lobito já abastece áreas urbanas e periurbanas	106
8.32 Deputados informados da água para todos	107
Os projectos em Luanda são calculados em 200 milhões de Dólares	107
9 AMBIENTE	108
9.1 Angola terá banco de dados florestais	108

9.2 Rede Maiombe dá árvores à província de Luanda	108
9.3 Salubridade versus insalubridade	108
9.4 Sector privado em alerta	109
9.5 Juventude ecológica alerta para enfraquecimento do movimento ambiental	110
9.6 Angola normaliza prevenção do impacto ambiental	111
9.7 Ambientalista pede colaboração para abertura de espaços verdes	111
9.8 Ministra pede maior divulgação das questões do meio ambiente	112

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.2 Governo diversifica economia com investimento em pólos agro-industriais

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

Um dos caminhos encontrados pelo Governo angolano para dinamizar a economia nacional é a aposta em projectos agro-industriais de grandes proporções.

O objectivo visa sobretudo reduzir, a curto e médio prazo, a importação de produtos diversos, entre os quais, carne, leite e ovos. Para a viragem do actual quadro, o Executivo angolano vai contar com a participação do sector privado, tudo na perspectiva de reduzir em grande escala a dependência externa alimentar e melhorar a dieta a partir de alimentos produzidos pelo mercado nacional.

Por forma a alcançar a meta, o Governo anunciou recentemente que tem disponível mais de USD mil milhões para a criação de pólos agro-industriais no país.

Projectos Agro-Industriais Estão previstos novos pólos, como é o caso do projecto agro-industrial de Camabatela (Kwanza-Norte), que abrange as províncias de Malanje e Uíje, com vista ao aumento da produção interna de bens de origem animal.

O empreendimento agrícola, que possui uma área de produção de gado de corte e bacia leiteira da Cela, província do Kwanza-Sul, vocacionada para a produção de gado de leite, irá permitir que Angola se torne, a médio prazo, auto-suficiente na produção de bens de origem animal.

Além do pólo de Camabatela, o Ministério da Agricultura (Minagri) prevê implantar, na província do Bengo, a fazenda agro-industrial "Rio Loge", que vai apostar na produção especificamente de milho, feijão e batata. Ainda no Bengo, está prevista a promoção do pólo agro-industrial de Quiminha. Na Huíla, está projectado o de Calussinga.

Existem ainda em perspectivas a criação de outros pólos agro-industriais na província de Malanje, como o Kizenga e o da Kangandala, bem como um outro na província do Bié.

USD 369 milhões

O pólo agro-industrial de Capanda começa a ser implementado ainda no decurso deste ano pela Sociedade do Pólo de Desenvolvimento Agro-Industrial de Capanda (Sodepac) e vai consumir USD 369,351,415.

O projecto visa o desenvolvimento das comunidades rurais potenciar a expansão do agro-negócio, bem como o incentivo a actividade agrícola e industrial, segundo informou o presidente do Conselho de Administração da Sodepac, Carlos Fernandes.

O responsável disse que o assegurará o abastecimento de energia, cultivo de diversas culturas, aliada à abundância de água e a energia eléctrica gerada pela Central Hidroeléctrica de Capanda.

Áreas abrangidas

O empreendimento compreende as localidades de Capanda e o Pungo Andongo e será implementado num período de três anos. Na primeira fase do empreendimento agrícola, serão gastos USD 173.695.512, na segunda, USD 77.311.010, enquanto na terceira fase USD 118.344.893. Estas verbas, que resultam de uma parceria público-privada, compreendem a construção de um sistema viário, infraestrutura industrial, reactivação de estruturas de unidade educacional agrícola.

Os montantes serão ainda empregues na criação do sistema de vaca mecânica leite soja, desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca e extensão rural.

O projecto vai ocupar um espaço de 411.048 hectares distribuídos em 277.568 hectares para a cultura de sequeiro, 18.021,00 hectares de perímetro irrigado e 10.049 para o reassentamento em sequeiro, assim como prevê uma reserva ambiental legal e preservação permanente de 69.893 hectares.

Em relação ao Projecto Pungo Andongo, que vai ocupar uma área de 35.517 hectares, irá produzir, entre outros bens, fuba de milho e girassol.

Consta como propósito da Sodepac criar infra-estruturas, concessão de incentivos, formação de quadros, oferta de mão-de-obra qualificada e a implementação de programas sociais.

A acção imediata

Para se atingir os objectivos preconizados, a sociedade passará a implementar um programa produtivo que aglutinará toda a cadeia produtiva e um sistema de avaliação periódica, envolvendo todos os parceiros do sistema produtivo.

Nas três fases previstas do projecto, terá a denominação de programa (prog-pdpac), que incidirá sobre parcelamento da área agrícola em lotes e sectores, implementação de uma central de abastecimento para a venda de produtos agrícolas.

1.2 Sector não petrolífero da economia demonstra um dinamismo crescente

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

A aposta do Governo para a diversificação da economia angolana, dependente em grande medida dos sectores dos petróleos e diamantes, tem sido preponderante na alavancagem de segmentos antes tidos como de segunda linha, e que têm contribuído de forma positiva nos índices de crescimento do país.

Ante um cenário de turbulência mundial, resultante da crise financeira e económica, sectores como o da agricultura, indústria, telecomunicações, obras públicas e comércio assumiram-se como os principais vectores do investimento público, uma aposta da qual resulta os cerca de 55% da contribuição anual destes para a economia nacional.

a director-geral da KPMG Angola, José Carvalho, diz ser este um forte sinal e demonstrativo do dinamismo interessante que o sector não petrolífero em Angola tem vindo a oferecer como alternativa à crise global.

José Carvalho, para elucidar estes factos e apoiando-se em comunicações recentes do OGE angolano, através de dados avançados pelo Executivo, bem como de estudos financeiros do BPI, fez questão de avaliar os últimos e significativos investimentos nestes sectores estratégicos.

Sector agrícola e industrial Para o também analista e auditor, o sector agrícola contribui grandemente através da linha de crédito agrícola de USD 350 milhões aos pequenos e médios produtores, associações e cooperativas agro-pecuárias. O projecto de produção de 4 hectares de cana-de-açúcar (previsto para até 2012), a produção de 250 milhões de toneladas de açúcar, 30 mil metros cúbicos de etanol, e 160 mega watts de energia, também são outros grandes impulsionadores desta alavancagem, além, como faz questão de referir Carvalho, ao desenvolvimento de 25 mil hectares de projectos agrícolas no Uíje, Zaire e Bengo, permitindo que a estimativa para a produção de cereais atinja os 1,8 milhões de toneladas, um aumento da área de cultivo em 4 milhões de hectares e cerca de 15 milhões de toneladas no global.

Já no sector industrial, José Carvalho realça a construção da fábrica da Unicer, a nova unidade de engarrafamento de água mineral em Cambambe, a construção da fábrica de cervejas N'gola, em Cacuaco, um investimento de USD 70 milhões, como factores a juzante deste "boom" industrial.

A fonte acrescenta ainda a aplicação de USD 8 milhões na implementação do programa executivo do sector da indústria transformadora entre 2009 e 2012, associada às 75. Empresas licenciadas e autorizadas a montar as suas fábricas no pólo de desenvolvimento industrial da Catumbela, como outros dos factores que concorrem para o sucesso da economia angolana, mesmo com os fortes ventos da crise mundial.

Outros sectores

Os USD 1,2 mil milhões investidos pela Angola Telecom na interligação das 18 províncias com fibra óptica nas redes de nova geração (RNG) e nas redes locais sem fio é outro dos grandes investimentos que demonstram claramente a vontade da economia angolana se desprender do petróleo. Igualmente, e conforme José Carvalho refere, é importante o investimento de USD 12 milhões na construção de centros de conservação e armazenamento de produtos agro-pecuários na Huíla, Bié, Huambo e Kwanza-Sul, que se juntam à construção de vários entrepostos frigoríficos de apoio à pesca artesanal, semi-industrial, industrial, bem como à rede de comércio do

PRESILD, através dos supermercados "Nosso Super" e as lojas da rede "Poupa Lá", esta que prevê em 2009 construir 25 novas lojas.

Todos estes investimentos despertaram o sector comercial angolano e o tornaram atractivo e preponderante na captação de investimentos e consequente diversificação de aplicação dos respectivos capitais.

Deste modo, e socorrendo-se na apreciação internacional a facilidade de investimentos no país, a listagem da "Doing Business" do Banco Mundial, José Carvalho refere que, de 2007 a 2009, em Angola, melhorou-se, através da diminuição de procedimentos administrativos e tempo de emissão, a perspectiva de começar um negócio, bem com a obtenção de licenças de construção. O que, conforma diz, permite avaliar e aferir a preocupação nas autoridades locais com o Investimento economia nacional e o crescimento interno, fora do sector petrolífero.

1.3 Crescimento da economia nacional contribui para redução da pobreza

A previsão do Governo para o crescimento do PIB na ordem dos 6,2 por cento para o ano de 2009 é apontada, no Relatório económico de Angola 2008, lançado pela Universidade Católica de Angola (UCAN), como insuficiente para debelar a pobreza no país.

O responsável do Centro de Estudos e Investigação Científica da UCAN, Alves da Rocha, que apresentou na terça-feira o relatório sobre a macroeconomia nacional, apontou a cifra de 7,5 por cento como a taxa anual de crescimento do PIE (4,5 por cento do PIE por habitante) necessária para reduzir o nível de pobreza em 50 por cento em cerca de 15 anos.

O também director da instituição académica mencionou o comportamento tendencial do PIE e a sua correlação com o aumento da oferta interna, que mostram que as actividades não petrolíferas podem exercer um papel fundamental na atenuação do sobreaquecimento económico.

Por outro lado, refere o relatório que a redução da pobreza passa pela subida do valor do salário médio nacional e o intenso crescimento do Produto Interno Bruto.

A taxa inflação prevista inicialmente pelo Governo situa-se em 10 por cento. O relatório indica que para uma inflação mais controlada é necessário rever a taxa de desemprego e existir maior controlo monetário, bem como a revisão do nível de rendimento médio da população. Ainda que o PIE por habitante tenha aumentado, o livro declara que a maioria da população permaneceu pobre, o que agrava a repartição do rendimento.

A crise financeira mundial pode igualmente criar oportunidades de se corrigir o excesso de euforia que os sistemas bancários promoveram e o modelo de crescimento, injusto, desarticulado e pouco eficiente que imperou até então.

Do ponto de vista da política monetária, diz o relatório que é provável a desvalorização do kwanza, o que vai desencadear uma determinada pressão sobre os preços, que poderá ser compensada, quer pela desinflação mundial como pela oferta interna de bens e serviços.

No domínio do crescimento económico, Alves da Rocha referiu que pode haver uma possível recessão económica, caso as condições internacionais se degradem.

O relatório publicado anualmente é patrocinado pela

embaixada da Noruega. A instituição académica conta também com o financiamento da embaixada portuguesa, Fundação Open Society, Fundação Ebert Stiftung.

o centro da UCAN desenvolve trabalhos com o centro Christian Michelsen Institute desde Junho de 2008, com quem assinou um protocolo de parceria para três anos, que envolve 17 projectos em diversos domínios.

O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola tem como missão fomentar a investigação científica no sector económico, ambiente, energia, ciências sociais, história, cultura e os direitos humanos.

1.4 Petróleo governo revê preço do barril

O País 5 de Junho de 2009

O sistema bancário vai poder utilizar bilhetes do tesouro de maturidade superior a um ano para cumprir as reservas que estão obrigados a manter junto do banco central, anunciou esta semana o ministro das Finanças Severim de Morais em declarações feitas à Rádio nacional de Angola (RNA). A medida tem em vista estabilizar o sistema no que respeita à concessão de crédito e à realização de transferências em moeda norte-americana, permitindo, do mesmo passo, que o Estado se refinanceie junto da banca através da conversão em dívida pública da terça parte das reservas dos bancos, segundo números avançados pela agência Bloomberg. O ministro das Finanças, aliás, confirmou, nas declarações efectuadas, que o Governo procedeu à reanálise das fontes de financiamento e "aí onde terão sido afectadas as receitas próprias compensámos com financiamentos internos e externos". Recorde-se que o coeficiente de reservas obrigatórias dos bancos junto do Banco Nacional de Angola (BNA) havia subido de 20% para 30%. O carácter mais restritivo da política monetária repercutiu -se sobre a capacidade dos bancos concederem crédito à economia.

Por detrás do aperto na política monetária está a quebra das exportações petrolíferas, tanto em valor como em quantidade, a qual se reflectiu sobre a balança de pagamentos, devido à diminuição da entrada de divisas, e o equilíbrio fiscal do Orçamento Geral do Estado. "De repente", referiu Severim de Morais, as receitas decaíram para USD 400 milhões, o que corresponde a um terço do valor quando o petróleo atingiu valores recorde em 2008. "É evidente que isso obrigou à tomada de medidas, porque as receitas quando caem abruptamente as despesas não acompanham de imediato. Estas (as despesas) têm de ser reanalisadas e

recontratadas. Há compromissos contratuais assinados e "não se cortam as despesas tão rapidamente como caem as receitas", acrescentou o ministro. O efeito mais imediato da quebra das receitas petrolíferas foi a redução do montante de reservas internacionais líquidas e a depreciação do kwanza face ao dólar norte-americano no mercado doméstico.

Face aos efeitos sobre a receita orçamental, no sentido da sua redução, o Governo desde logo estabeleceu uma política de contenção das despesas. Agora, o titular das Finanças veio, não apenas reiterar a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), como avançar um novo valor para o barril de petróleo subjacente às contas do OGE: USD 37.

O que significa que as autoridades optam por um cenário de grande prudência, no momento em que o preço do barril se encontra em recuperação (pelo menos nas últimas semanas tem subido incessantemente, atingindo os USD 67) e quando, de acordo com as declarações fiscais submetidas à DNI pelas companhias petrolíferas, incluindo a Sonangol Concessionário, o preço médio do barril de petróleo extraído em Angola, superou, em Fevereiro os USD 46. Por outro lado o barril de petróleo assente no cabaz da Opep, regista, este ano, o preço médio de USD 47,4.

Na hipótese do preço do barril ser fixado nos USD 37 e mantendo-se a meta de produção anual constante no OGE de 739,7 milhões de barris, as receitas totais provenientes do petróleo baixarão para USD 16,147 mil milhões, traduzindo, segundo as nossas contas, uma quebra superior a USD 7,5 milhões em relação à receita fiscal orçamentada. Do lado da despesa, as autoridades optaram pelo alargamento dos prazos de execução dos projectos previstos, nomeadamente dos projectos em infraestruturas inscritos no Programa de Reconstrução Nacional.

Nesta linha, o Governo decidiu, nas palavras de Severim de Moraes, "diminuir o ritmo de construção que estávamos a ter para permitir que assim não se ponha em causa o projecto, mas que se faça mais lentamente. Os projectos que estavam para dois anos vão fazer-se em três, até que a crise seja ultrapassada".

A excessiva, na aparência, prudência das autoridades na fixação de um novo valor de referência para o barril de petróleo terá a ver com o factor volume de produção, atendendo a que a quota fixada pela Opep obriga a que a oferta se situe uns bons furos abaixo da capacidade instalada de cerca de dois milhões de barris diários. Com efeito, o plafond para a produção nacional que decorre dos cortes decretados pela Opep (4,2 milhões

de barris diários) em pouco supera os 1,6 milhões de barris diários, sendo que a exportação de petróleo nacional ter-se-á situado, no mês de Fevereiro, abaixo dos 1,6 milhões de barris. Mesmo assim, tudo leva a crer que a evolução do preço do barril conduza a uma significativa recuperação da receita petrolífera do país, sendo de admitir que o ritmo de recuperação da economia chinesa mantenha o preço do barril de crude próximo dos USD 70, valor que poderá mesmo ser superado no último trimestre do ano.

1.5“Acordo com EU tem de ser justo e equilibrado”

Semanário Factual de 29 de Maio a 05 de Junho de 2009

De acordo com a fonte, a posição é da Ministra angolana do Comércio, Idalina Valente, durante uma reunião na capital do Botswana, Gaborone.

Esse encontro, entre os ministros do Comércio do Grupo EPA da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a DE, visou analisar os avanços registados desde Novembro de 2007, altura em que quatro países da região assinaram um Acordo Interino de Parceria Económica.

Segundo a nota da, missão diplomática angolana, a África do Sul e a Namíbia assumiram idêntica posição a do Governo angolano, tendo os três países garantido a continuidade das negociações até "à conclusão de um acordo justo e equilibrado", e no caso de Angola, "que tenha em conta a sua agenda de desenvolvimento".

Entretanto, os restantes países do grupo EPA, designadamente o Botswana, o Lesoto, Moçambique e a Swazilândia, que já rubricaram o Acordo Interino de Parceria com a UE, manifestaram a sua disposição de avançar para a sua assinatura definitiva nos termos em que este se apresenta, o mais urgente possível e na data proposta pela União Europeia.

Não obstante várias reuniões havidas entre Angola, África do Sul, a Namíbia e a DE, no sentido de se renegociarem aspectos do Acordo interino com os quais discordam, não foi possível dirimir os pontos divergentes.

Mas os três países esperam assinar o acordo de parceria com a DE tão logo sejam ultrapassadas todas as questões contenciosas.

O Acordo de Parceria Económica visa promover a co-operação económica e a integração regional, a boa governação nos países da SADC-EPA, viabilizando a sua inserção na economia mundial em conformidade

com as suas escolhas políticas e prioridades de desenvolvimento.

O EPA interino foi assinado em Novembro de 2007 apenas por quatro países e em, Maio do ano seguinte Angola, Africa do Sul e Namíbia levantaram preocupações comuns que, depois do encontro de quarta-feira última, permanecem ainda na mesa de negociações.

1.6 Tendência dos preços Indicia Fragilidade da economia

Semanário Factual de 29 de Maio a 05 de Junho de 2009

A tendência aos preços mantém uma trajectória ascendente em comparação com os primeiros quatro meses dos dois últimos anos. A inflação acumulada no primeiro quadrimestre de 2009 foi de 4,06 por cento, contra 3,30 por cento em 2007 e 3,40 em 2008, um comportamento que o controle dos preços está a diminuir aos poucos, numa altura em que a taxa de câmbios e o preço da corridas de táxis já disparou. O índice de Preços ao Consumidor (IPC) registou uma variação de 1,09 por cento entre Março e Abril.

O comportamento dos preços indicia que existem vários sectores que vão dando cada vez mais sinais de vulnerabilidade, constatando-se no entanto que muitos preços se mantêm estagnados como consequência da gestão administrativa de preços.

A trajectória dos preços mostra que existem muitas discontinuidades no mercado e que a turbulência que de repente se instalou no sector bancário ainda não chegou efectivamente ao mercado de bens e serviços, devido ao excesso de bens disponíveis.

Os preços, embora sigam em alta, mostram que a estabilidade macroeconómica está presa por um fio, porque muitas variáveis não parecem andar em sintonia e que a escassez de dólares na banca se vai repercutir sobre o equilíbrio fiscal que vive à custa dos títulos e da poupança em Kwanzas.

A taxa de crescimento dos meios de pagamentos, com destaque para o M3, tem vindo a acelerar, sendo que em 2008 a variação nominal foi de mais de 100 por cento.

A dívida titulada já vai para além dos nove mil milhões de dólares, o que indicia o grau crescente de endividamento do Estado, internamente. Porém, os cenários no mercado monetário e cambial mostram-se relativamente complicados e o Banco Nacional de Angola teve que adoptar medidas restritivas em relação

às operações com o exterior, devido às complicações trazidas pela instabilidade no mercado cambial. O nível de geral de preços ao consumidor da cidade de Luanda, que serve de referência para a taxa de inflação, registou uma variação de 1,09 por cento em Abril, contra 0,93 por cento em Março.

Os transportes registaram pelo terceiro mês consecutivo o maior aumento de preços, com uma subida de 4,03 por cento em Abril contra um 2,58 por cento em Março, um acréscimo de mais um ponto percentual.

O aumento da oferta de autocarros no mês de Maio e a consequente manutenção das tarifas dos transportes públicos colectivos em 45 Kwanzas, sendo parte do bilhete subvencionado, pode ajudar nos próximos tempos a desacelerar a tendência dos preços relativos aos transportes.

O preço do táxi colectivo subiu 6,59 por cento contra 4,30 por cento no mês de Março, o que espelha as dificuldades de transportes com que os trabalhadores se deparam nos últimos tempos.

Contribuíram ainda para o aumento da inflação m alimentos, cujo preço aumentou em cerca de 1,04 por cento, e a classe habitação, água, electricidade e combustíveis, que variou em 0,86 por cento. Já a classe de hotéis, cafés e restaurantes aumentou em 1,45 por cento.

A variação homóloga situa-se agora em 13,90 por cento, o que significa que houve uma subida de 0,19 pontos percentuais relativamente ao mês de Fevereiro.

Esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa de IPC iniciada em meados de 2003. No entanto, o indicador mostra uma relativa concentração da elevada taxa nos transportes quando quase todas as outras classes mantiveram uma variabilidade inferior à unidade, de que se destacam as classes comunicações e educação, que se mantêm estagnadas há vários meses.

O descarrilamento da inflação ao longo dos primeiros quatro meses de 2009 está directamente relacionado com as distorções geradas pelo segmento dos transportes, pressupondo que este é actualmente a maior fonte de instabilidade dos preços, o que levou já o Executivo a injectar centenas de autocarros.

Tal cenário revela como a instabilidade dos preços ainda não foi efectivamente afectada pelos problemas monetários e cambiais que parecem ganhar corpo e que podem afectar fortemente os preços dos bens e

serviços nos próximos meses.

1.7 Receitas do petróleo caíram para 400 milhões de dólares

Agora 6 de Junho de 2009

Mesmo assim Severim de Morais manifestou algum optimismo, avançando medidas que visam estabilizar as reservas obrigatórias em divisas nos bancos comerciais.

O titular das Finanças informou, ainda, que a esperada revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) terá como referência o preço do petróleo a 37 dólares norte-americanos, contra os 55 das anteriores conjecturas.

As declarações de Severim de Morais à Rádio Nacional de Angola (RNA) surgem quando repetidas notícias, algumas das quais baseadas em análises de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial (BM), apontam para o aumento das dificuldades de atribuição de crédito por parte dos bancos comerciais devido ao aumento das suas reservas obrigatórias.

O aumento de 20% para 30% nas reservas obrigatórias dos bancos comerciais é apontado por diversos economistas como a razão para as dificuldades recentes de transferir divisas para o exterior.

Segundo Severim de Morais, por detrás deste cenário está a queda brusca das receitas que eram de 1,2 mil milhões de dólares por mês, com o preço do petróleo a 140 dólares por barril, em Junho do ano passado.

"De repente as receitas caíram para 400 milhões de dólares, o que corresponde a um terço do valor, quando o petróleo atingiu a mais alta fasquia", disse.

"É evidente que isso obrigou a tomada de medidas porque as receitas, quando caem abruptamente, as despesas não acompanham de imediato. As despesas tem de ser reanalisadas e recontratadas. Há compromissos contratuais assinados e não se cortam as despesas tão rapidamente como caem as receitas", explicou o ministro, realçando que o Executivo já tomou medidas como a redefinição das reservas obrigatórias, o que permitirá que uma parte destas, sejam feitas em títulos de tesouro de qualquer prazo.

"É uma medida nova. Anteriormente só permitíamos que fossem títulos do tesouro de maturidade até um ano. Neste momento, permitimos que os bancos cumpram parte das suas obrigações com as reservas obrigatórias em títulos de tesouro de qualquer maturidade, precisamente para incentivar e dar mais

confiança ao sistema bancário", frisou.

Face à crise económica e financeira mundial, o titular das Finanças disse que o Governo continua a fazer um "exercício comedido", por desconhecer o comportamento futuro da economia nos próximos anos.

O sector petrolífero contribui com mais de 50% do PIE angolano. "Nós reanalisámos as fontes de financiamento e aí onde terão sido afectadas as receitas próprias, compensámos com financiamentos internos externos", sublinhou.

Desde 2002 o país vinha registando um crescimento na ordem dos dois dígitos anuais na base do bilionário crédito chinês. Um crescimento que passa a ser feito lentamente, como disse o ministro.

"Diminuir o ritmo de construção que estávamos a ter para permitir que assim não se ponha em causa o projecto, mas que se faça mais lentamente. Os projectos que estavam para dois anos vão fazer-se em três, até que a crise seja ultrapassada", declarou o ocupante do vistoso edifício da Mutamba.

1.8 Défice pode atingir USD 13 biliões

Semanário Angolense 30 a 06 de Junho de 2009

Acabado de divulgar, o estudo trimestral do BPI (o banco de detém o capital maioritário do BFA) relativo à economia angolana estima que o défice fiscal decorrente da queda das receitas petrolíferas será este ano da ordem dos 13 mil milhões de dólares (um dólar equivale a cerca de 78 kwanzas).

De acordo com o documento, tal faz antever uma quebra das despesas públicas da mesma ordem de grandeza «de modo a manter o saldo orçamental da diferença entre as receitas e as despesas] na vizinhança do valor inicialmente previsto.

Segundo o Estado, as autoridades angolanas impuseram limites de execução das despesas públicas para o primeiro trimestre do ano, os quais se poderão estender ao resto do ano.

O BPI diz que a redução das despesas orçamentadas em bens e serviços tem estado a ser feita pela reprogramação dos investimentos públicos considerando as prioridades definidas; garantia das despesas mínimas obrigatórias; pela recusa do recurso às Reservas Financeiras do Estado, para financiar despesas correntes; e pela definição de mecanismos de aplicação

das Reservas do Estado, em negócios rentáveis e seguros.

Ocorre, também, pela aceleração do processo de saneamento financeiro e reestruturação das empresas públicas estratégicas; pelo re-cadastramento de funcionários públicos; e pela intensificação das acções que visem diversificar a economia nacional e aumento das exportações líquidas, substituindo importações pela produção nacional.

Dá-se, ainda, pela criação do Fundo Soberano de Angola, com as funções de Fundo de Estabilização e Fundo de Poupança; tal como pela conversão da Comissão Permanente do Conselho de Ministros em Comité de Gestão da Crise, com a atribuição de coordenar as acções propostas e detalhar as alternativas de estratégia consideradas.

O Bpl considera que uma vez que o investimento público representa 12 por cento PIB e os gastos correntes 21 por cento também do PIB, a retracção da despesa do Estado terá impacto sobre o andamento dos sectores não petrolíferos.

O banco ressalva, entretanto essa conclusão, afirmando que as notícias mais recentes do mercado internacional apontam para preços médios do petróleo nos meses seguintes, mais próximos do nível de referência do OGE2009, o que significa que a pressão sobre execução orçamental será aliviada.

1.9 Uma reflexão bancária em torno das recentes medidas do BNA

Semanário Angolense 30 a 06 de Junho de 2009

O recente anúncio da política monetária das autoridades angolanas causou uma compreensível deficitária preocupação no sistema bancário porque o aumento da taxa de reserva legal e a taxa de desconto tem um efeito directo na actividade bancária.

A Banca é um sector estruturante em qualquer economia e desempenha um papel fundamental que consiste na intermediação financeira entre os diversos agentes Económicos.

A intermediação resulta da capacidade dos Bancos em centralizar a liquidez captando fundos financeiros dos Agentes económicos excedentários (Famílias) e alocando esses mesmos fundos aos agentes económicos deficitários (empresas e estado) Os Bancos geram resultados por duas vias.

Uma delas, resulta do diferencial que obtêm entre a aplicação dos seus recursos e a remuneração que pagam pelas suas responsabilidades, a outra, é através das comissões que cobram por cada operação realizada. Portanto, quanto mais rentáveis forem as aplicações dos Bancos, maiores serão os seus lucros, bem como, quanto maiores e mais frequentes forem as suas operações, maiores serão as comissões, logo, os menta a taxa de teserva legal, isso, significa que os Bancos Comerciais te tão que depositar junto do Banco Central uma maior percentagem dos depósitos dos clientes. Tal condição implica que a capacidade de conceder crédito ou empréstimos vai ser reduzida, logo, os Bancos Comerciais receberão menos juros das suas aplicações e cobrarão menos comissões.

Os Bancos concedem empréstimos em função dos depósitos dos seus clientes, se aumenta a taxa de reserva legal, o efeito do multiplicador monetário é menor, logo, a criação de moeda diminui, o que, afecta necessariamente o negócio bancário.

Por outro lado, se o Banco Central aumenta a taxa de desconto, isto significa que o Banco Central cede liquidez ao sistema financeiro a preços mais elevados, portanto, as taxas de juros são formadas a preços mais altos. Nenhum Banco Comercial vai ceder liquidez a outro Banco Comercial a uma taxa inferior a taxa de desconto. O Banco Comercial que realizar essa operação estará a ser pouco eficiente porque estará a ceder liquidez a um preço inferior ao do "Market Maker". Portanto, um momento da taxa de reis conto implica uma redução da margem de lucro dos Bancos Comerciais, principalmente, se esse aumento não for passível de ser repercutido no cliente final.

É compreensível a preocupação dos Bancos perante as medidas anunciadas pelas autoridades angolanas, porque elas implicarão uma contracção da sua actividade, logo, dos seus lucros.

O problema, reside no facto de, tudo o que afecta a Banca acaba por ter repercussões no resto da economia. Se os Bancos concedem menos crédito e a preços mais elevados, o nível de investimento na economia conta-se, o rendimento gerado é menor, o consumo reduz-se, logo, as empresas produzem menos, aumenta o desemprego, aumenta o nível de morosidade e consequentemente muitos empréstimos bancários deixam de ser pagos. Numa marcha, mais ou menos, lenta estamos a caminhar para uma recessão.

No entanto, pareceu-me exagerado utilizar a banca corre-amencana como analogia para fundamentar as preocupações dos bancos angolanos. Não creio que a

Banca Nacional tenha os mesmos níveis de exposição, os níveis de crédito ainda são bastantes moderados em comparação com os depósitos, o nível de sofisticação ainda não atingiu os padrões de Wall Street e não se conhecem bancos angolanos afectados por activos tóxicos. Além disso, o problema nos

EUA reside no facto de muitos bancos estarem falidos, por isso a sua resistência em desfazerem-se dos activos tóxicos, para não terem que reconhecer perdas. Com os balanços doentes os bancos não têm condições para exercer a sua actividade e vão se arrastando no sistema financeiro como zombies.

As preocupações da banca angolana são legítimas mas creio que sena mais importante se elas estivessem focalizadas na criação de novas propostas de valor para os clientes.

A inovação financeira não deve ser diabolizada pois ela faz parte da evolução dos mercados e é necessária para uma melhor gestão das organizações, nomeadamente, ao nível da gestão dos riscos. O fundamental é compreender a inovação e depois regular. Uma Banca moderna é a melhor imagem para uma economia que pretende ser evoluída.

Para terminar, gostava de referir, que o Governo tem uma missão delicada pela frente, principalmente, devido a fragilidade estrutural da economia angolana.

É notório que existe uma grande dependência em relação às receitas petrolíferas (o preço do barril nos futuros esta em USD 60), mas também existe uma grande dependência em relação às importações que consomem muitas divisas.

A política poderá acontecer no final de 2009, em 2010 ou na pior das hipóteses em 2011, mas vai ter um fim e o mais sensato seria suavizar a desaceleração económica com políticas contra-cíclicas.

Também gostava de fazer uma referência ao mais recente "Economic Outlook" da OCDE para Angola.

A mim pareceram-me umas afirmações assassinas divulgar que a economia angolana vai sofrer uma contracção de 23 pontos. Para muitos economistas, uma contracção superior a 10 pontos é considerado um estado de depressão económica e não creio que seja este o caso de Angola. Tenho dificuldade em aceitar uma estimativa que aponta para uma contracção do PIB de -7,9%. Seria um cenário dramático, creio que o

fundamental neste momento, é o Governo ser capaz de transmitir confiança, renovar expectativas e conservar a auto-estima de todos os Angolanos. •

5.10 Estrangeiros “invadem” maior bolsa de negócios do país

Agora 6 de Junho de 2009

Mais de 70 % dos 680 expositores inscritos para participar na 26ª edição da Feira Internacional de Luanda (Fil) são estrangeiros.

O presidente do conselho de administração da Fil, Matos Cardoso, revelou que 30 empresas estrangeiras ficaram de fora por terem solicitado a inscrição após o prazo estabelecido.

"Esta situação demonstra a apetência do investimento estrangeiro pelo mercado", afirmou.

O gestor estima que este inusitado interesse vai alavancar muitos dos sectores da economia, como a indústria". Portugal e Brasil lideram a lista de países com mais expositores, ocupando uma área de dois mil metros quadrados e 1500 metros quadrados, respectivamente.

O certame, que vai decorrer sob o lema "Os desafios do agro-negócio em Angola", é considerado o maior evento económico do país.

"Há um esforço institucional para que a Fil seja um êxito e, cada vez mais, se afirme internacionalmente", acrescentou o PCA da Fil. Nesse momento, o que mais preocupa à organização é o acesso às instalações.

A reabilitação da estrada e a iluminação das vias de acesso aos pavilhões são proprietárias. A climatização, a iluminação e o abastecimento de água estão a ser acautelados.

A Fil assinou em Fevereiro último um acordo com a Associação Empresarial de Portugal (Aep) para a organização de feiras com a Exponor.

"A intensificação do número de feiras e missões empresariais justifica-se pelo crescimento das relações económicas bilaterais, que se traduziram, em 2008, no aumento superior a 30% das exportações portuguesas para Angola", notou a fonte. Ao abrigo desta parceria prevê-se que Portugal acolha uma feira internacional sobre o café ou de outro produto angolano que se queira relançar no mercado internacional.

1.11 Responsável da Associação Industrial defende a diversificação da economia

Jornal de Angola 7 de Junho de 2009

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, afirmou, na sexta-feira, em Luanda, que o grémio apresentou ao Governo um conjunto de propostas para melhor estruturação e diversificação da economia e aumento da produção nacional.

Em entrevista à Angop, sobre as propostas apresentadas pela AIA ao Governo para elaboração de projectos executáveis, o dirigente empresarial indicou que, nos últimos encontros do Conselho de Concertação Social, os industriais apresentaram, - relativamente às infra-estruturas, propostas que definem prioridades nos projectos ajustados à realidade económica de cada região do país.

José Severino considerou que para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) fora do ramo petrolífero, Angola precisa de ter cimento e outros materiais de construção, como tijolos, a um preço relativamente baixo, porque através do sector de engenharia e construção civil Angola pode dar saltos quantitativos e qualitativos.

Na óptica do presidente dos industriais angolanos, a dinamização do sector dos materiais de construção civil é oportuna, porque este é, ao lado da agro-indústria, o líder do crescimento da economia real.

"Apresentámos propostas aos organismos do Estado para a instalação de moinhos de clinker para a produção de cimento, por serem projectos rápidos de serem realizados - pelo menos num ano", precisou o gestor da AIA.

Sobre a construção de cerâmicas, José Severino, apesar de reconhecer as iniciativas do Governo nesta área, considera que, em vez de continuar a edificar fabricas, as autoridades devem apoiar mais o sector privado.

"Precisamos de ter pelo menos uma cerâmica em cada município, como já se fazia pois no passado", sublinhou.

Para o sector agrícola, a AIA entende que as pequenas, médias e as micro-empresas - constituídas por camponeses, pequenas empresas agrícolas e agro-industriais - devem ser a base para a implementação da política económica do Governo.

Quanto à reactivação de unidades industriais, sobretudo as que interessam ao Governo por serem empregadoras de grande mão-de-obra, Como no caso das confecções,

a associação sugeriu o recurso à importação de algodão enquanto se aguarda pela produção em larga escala da matéria-prima.

"E sofisma dizer que se deixou de produzir têxteis e confecções porque não havia algodão. No Reino Unido não há algodão e é a quarta maior potência de produção de têxteis. Se não temos o suficiente, vamos importar da Alemanha. Se assim não fosse o algodão do Egipto, do Quênia, do Sudão e da Tanzânia ficariam em terra", observou. O industrial sublinhou que nas reuniões do Conselho Nacional de Concertação Social, as propostas da AIA incidiram, também, sobre o aumento da eficácia do sector económico.

A associação defende que os investimentos, por exemplo no Porto de Luanda, devem ser uma responsabilidade do Estado e não das empresas a quem foram adjudicados os terminais portuários, por implicar investimentos elevados.

A AIA apresentou as suas propostas ao Estado na qualidade de parceiro social do Governo, reconhecido pela Lei do Associativismo. Nos órgãos em que é membro, como o Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Segurança Social e outras comissões especializadas a associação industrial tem participação activa.

1.12 O impacto da crise financeira no bolso do cidadão

Angolense 04 de 07 de 2009

Crise financeira, Este uma expressão que já se tornou familiar entre nós. Aliás, é sobre isso que em todo o mundo se vai falando. António Magalhães, 40 anos, mora na Vila Alice, em Luanda. Na sua garagem estão dois carros. Antes de deixarem a casa para as diversas actividades do dia, servem-se de um lavador de carros a quem pagam, por cada veículo, entre 700 Kwanzas e mil kwanzas.

Era assim quase sempre.

No tempo das «vacas gordas» a diferença de dois mil kwanzas ou pouco menos na carteira, não pesava. Mas a medida que o tempo foi passando e os fenómenos socioeconómicos se transformando, as coisas mudaram de rumo.

Contas feitas, por semana, a família Magalhães tinha um saldo negativo de 14 mil Kwanzas, só a lavar os dois carros. O casal tem dois filhos com 15 e 12 anos, respectivamente.

Os meninos estudam em escolas privadas e lhes é

reservada a famosa mesada.

Acontece que os rapazes que todas as manhãs estão lá debaixo do prédio com baldes de água e lavetes a esfregarem os carros, são justamente da mesma idade que seus filhos. Foi a pensar nisso que Magalhães e esposa, depois de reflectirem, chegaram à conclusão de que, se por um lado, pagando os lavadores de carro, estavam a contribuir para a sobrevivência destes, por outro, estavam a gastar, desnecessariamente, dinheiro.

Concluíram mesmo que, em relação aos filhos, estavam perante uma má utilização de recursos humanos, tendo em conta que, com a consciencialização dos mesmos sobre o assunto, estes poderiam passar a lavar os carros e o dinheiro aplicado noutras despesas de casa.

Esta brusca quebra de luxo surgiu nesta família e noutras, a partir do momento em que a crise financeira começou a dar sinais por demais evidentes que havia de chegar e «furar» os bolsos dos cidadãos.

É que antes disso, quando se títava em crise economiza e depois financeira, pelo menos ao nível do cidadão comum, julgava-se que a abrangência da mesma limitar-se-ia ao Orçamento Geral do Estado e, se tanto, às finanças de algumas empresas.

Os factos estão aí. A crise financeira não se limitará ao interior das bolsas de valores. Os reflexos da confusão estão justamente já no bolso de cada um.

Em face disso, especialistas avançam uma série de medidas que ajudam a «navegar» com cautela neste mar de incerteza «financeira». A maioria de entendidos em economia sugere, por exemplo, que para se evitarem endividamentos descontrolados e ficar-se sem crédito no mercado, elabora-se o planeamento do gastos, consumir de forma, ciente e fugir das compras a prazo.

No meio do fluxo de todas as notícias relacionadas com os efeitos da crise financeira, aqueles que acompanham de perto o evoluir da situação vivem a cada dia desconfiados.

Desemprego, juros altos e crédito escasso de um lado, promoções e vantagens de outro, são alguns dos muitos embaraços que a crise gera. Uns vão guardar e outros vão comprar. O mais importante é que há muita gente avisada que sabe que deve fazer nesta hora.

Quem necessita comprar, compra; quem não necessita, poupa. Esta, segundo especialistas, é uma das regras básicas em momentos de crise.

1.13 Gestor defende seguro para créditos bancários

Jornal de Angola 8 de Junho de 2009

O presidente do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria (BCI), Adriano Rafael Pascoal, defendeu, na Sexta-feira, em Luanda, a necessidade dos créditos bancários serem segurados para evitar os riscos de concessão.

Falando à imprensa no final de uma palestra sobre "Os desafios da banca para o desenvolvimento de Angola", enquadrada na actividade comemorativa do III aniversário do comité de especialidade de bancários do MPLA, o gestor referiu que o seguro ao crédito dá maiores garantias ao credor.

Ainda sobre o crédito, Adriano Pascoal disse existirem casos de clientes que solicitam créditos em vários bancos, apresentando como garantia ou hipoteca um mesmo bem.

Fazendo uma relação de recursos entre a economia e o crédito no mercado nacional, disse que, "tendo em conta as necessidades da economia angolana, o volume de créditos disponibilizados pelos bancos é ainda muito baixo".

Adriano Pascoal afirmou que o Governo angolano, com base nos dados económicos, pode recorrer, ainda, ao crédito externo para financiar os seus programas de desenvolvimento.

. A palestra contou com a participação de dirigentes do MPLA e de bancários adstritos ao comité de especialidade.

Adriano Pascoal disse que os indicadores económicos de Angola são positivos, embora se registe uma desaceleração em consequência da crise financeira mundial.

O presidente do BCI referiu que, de 2006 a Março de 2009, o país registou uma melhoria considerável na posição da sua reserva internacional líquida, num período em que passou de 8, 595 mil milhões de dólares para 17, 499 mil milhões.

O ponto mais alto desta etapa, frisou, deu-se em Outubro de 2008, altura em que registou 2Q mil milhões de dólares.

1.14 Banco Nacional de Angola nega restrições a transferências em divisas

Diário Económico, 11 de Junho de 2009

O Banco Nacional de Angola (BNA) nega a emissão de qualquer ordem de restrição às transferências em divisas para o exterior e ao levantamento destas nos bancos comerciais, contrariando notícias da imprensa do país.

A garantia, avançada pela directora do Departamento Cambial do BNA em declarações à Televisão Pública de Angola (TPA), surge num momento em que se avolumam relatos na imprensa angolana de casos onde empresários e trabalhadores estrangeiros se debatem com dificuldades na movimentação de divisas, especialmente dólares norte-americanos.

Fonte bancária admitiu à Lusa que, apesar de não haver uma ordem directa de restrição, "o resultado de algumas medidas" leva a essa situação, de restrições a transferências ou mesmo a levantamento em dólares.

E uma destas medidas que levam às restrições é a determinação oficial de os bancos comerciais terem sido obrigados a aumentar de 10 para 20% e, mais recentemente, para 30%, as suas reservas obrigatórias do capital da instituição. Esta medida levou, ainda segundo a mesma fonte, a um aumento na dificuldade de atribuição de créditos, mesmo os créditos de investimento.

1.15 Investimento aumenta em ano de crise

O País 12 de Junho de 2009

O investimento directo estrangeiro privado no sector não-petrolífero poderá superar, este ano, os USD 1,3 mil milhões atingidos em 2006/2007. Também o investimento privado não-petrolífero doméstico deverá ultrapassar o valor registado no último ano, revelou Aguinaldo Jaime, presidente da ANIP (Agência Nacional para o Investimento Privado) ao falar sobre oportunidades de investimento em Angola, no decurso do seminário "Doing Business in Angola", promovido pela KPMG. A construção civil, a agricultura, alimentação, turismo, pescas e imobiliário, são os sectores que mais têm atraído os investidores internacionais, os quais provêm da União Europeia, Ásia, América e África, adiantou o presidente da ANIP.

As relações comerciais angocanadianas têm -se intensificado muito significativamente nos últimos anos, com o comércio bilateral a superar os USD 2,5

mil milhões em 2008, contra apenas USD 24 milhões em 2004, pendendo a balança de transacções fortemente para o lado angolano graças às exportações de petróleo nacional para o Canadá, também ele um grande produtor de petróleo, mas a preços menos competitivos que os do crude angolano, uma vez que o respectivo crude é extraído de areias asfálticas. As exportações canadianas para o nosso país provêm essencialmente das indústrias aeroespaciais extractivas e de bens alimentares, bem como dos serviços de engenharia.

No decurso da visita da delegação canadiana foi, de igual modo, fixada uma nova metodologia para a utilização da linha de crédito de USD 1000 milhões, aberta pelas autoridades canadianas em Outubro de 2008, aquando da última visita da delegação canadiana ao nosso país. De acordo com os novos critérios serão firmadas parcerias entre canadianos e angolanos, podendo a participação nacional traduzir-se na prestação de serviços no âmbito administrativo, tratamento e processamento fiscal, relações com fornecedores. A linha de crédito, que poderá vir a ser reforçada a prazo não muito distante caso a evolução do relacionamento entre Angola e Canadá corresponda às expectativas de ambas as partes assenta num acordo estabelecido entre o Export Development Canada (EDC) e o BPC, Banco de Poupança e Crédito, é sujeita a bonificações e pode alongar -se até um prazo de 15 anos.

A delegação canadiana manifestou um interesse particular nas grandes obras infra -estruturais promovidas pelo Estado angolano. Os canadianos, apurou O País, mostraram-se interessados no fornecimento de energia eléctrica a Luanda por gás, libertando Kapanda para o fornecimento do resto do país, podendo ainda apresentar ao governo angolano uma proposta no sentido de virem a assegurar a gestão, em regime de concessão, dos caminhos-de-ferro nacionais, já que operam uma das maiores linhas ferroviárias do mundo, a Canadian Pacific.

Também o vice-ministro da Indústria, Kiala Gabriel apresentou, em detalhe, o plano do Governo na área industrial para o período 2009/2012, incluindo a criação de pólos industriais e dando ênfase aos grandes projectos previstos, com relevo para o gás natural, a siderurgia e a agro-indústria. Kiala Gabriel evidenciou o bom desempenho da economia nacional no contexto africano e mundial nos últimos anos e sublinhou que "Angola, apesar da crise, continua a inspirar confiança".

A missão empresarial Canadiana, que contou com o apoio do Canadian Commercial Corporation, integrou ainda, além do EDC, representantes das firmas Alberta

International & Intergovernmental Relations, The Canadian Commercial Corporation, Coater International Inc., Social Development Group, Public Financial Management and Accountability Group, Municipal Services and Enterprise Group, Export Development Canada, Holland Water Wells, LCL, One Roof International Ltd e SNC- Lavalin Group Inc.

A visita foi organizada em cooperação com o sector comercial da Embaixada do Canadá no Zimbabwe, tendo contado com a presença da embaixadora Barbara Richardson, que realçou a intenção de reforçar os laços e promover oportunidades de negócios entre os dois países: "estamos a construir uma forte e duradoura relação comercial com Angola e temos de continuar a perseguir agressivamente essa relação já robusta, especialmente durante estes tempos de dificuldades económicas". As autoridades angolanas, nomeadamente o Vice-ministro da Indústria e o presidente da ANIP não deixaram de vincar, por seu turno, a necessidade e as vantagens da diplomacia canadiana assegurar uma presença mais regular, senão mesmo permanente, no país.

O Canadá passou, entretanto, a contar com uma representante permanente de negócios no nosso país, Isabel Miranda, encarregada de consolidar e desenvolver o relacionamento entre empresários angolanos e firmas canadianas.

1.16 PIB de Angola pode "encalher" até 1,2 por cento em 2009

Semanário Angolense 5 a 12 de Junho de 2009

Contra as expectativas do Governo, a maioria dos organismos continua a perspectivar um "cenário negro" para a economia angolana, devido em grande medida ao abrandamento do sector petrolífero.

Segundo o Banco Mundial e de acordo com o relatório de Maio do BPI, Angola será particularmente afectado pela descida das commodities, em função da descida do preço do petróleo, perspectivando uma quebra de 23 por cento do PIE nominal. Recorde-se que o preço médio do WTI (petróleo do Texas) se situou em 98.6 dólares em 2008 contra o nível médio de 45.6 dólares o barril até Maio de 2009). Os valores relativos ao Brent do Mar do Norte são 97,7 dólares o/barril e 47.7 dólares o barril, respectivamente. Está-se a registar uma queda média de cerca de 50 por cento nos preços internacionais deste combustível fóssil".

Segundo estimativas do BPI, a queda de receitas petrolíferas implica um agravamento do défice fiscal relativamente ao orçamentado na ordem dos 13 mil

milhões de dólares, pelo que se antecipa uma quebra das despesas públicas relativamente ao valor previsto inicialmente. O investimento público representa 12 por cento do PIE e os gastos correntes 21 por cento, pelo que a retracção da despesa do Estado terá impacto negativo no andamento dos sectores não petrolíferos. Contudo, as notícias mais recentes do mercado internacional aponta para preços médios do petróleo nos meses seguintes, mais próximos do nível de referência do OGE/2009, o que significa que a pressão sobre a execução orçamental será aliviada.

"O Banco Mundial, o FMI e a OCDE anunciaram já novas previsões para a economia angolana em 2009 e 2010, coincidindo na análise que o PIE real sofrerá uma contracção significativa, entre 3.0 por cento e 7.2 por cento, devendo retomar o crescimento na proximidade de 10 por cento em 2010.

A queda do PIE nominal será ainda mais significativa devido ao duplo efeito de redução da produção petrolífera e à descida do preço internacional do petróleo.

A quebra de 60 por cento das receitas petrolíferas implica uma reversão dos excedentes externos e públicos, colocando pressão sobre a economia. Deste modo, espera-se que as autoridades continuem a privilegiar a estabilização macroeconómica, levando a cabo políticas fiscais e monetárias restritivas.

"De acordo com a AIE, Angola foi em 2008 o segundo principal fornecedor de crude para a China, atrás da Arábia Saudita. Angola exportou em média 598 mil barris/dia, o que representa 16.7 por cento das importações chinesas de crude e 32 por cento das exportações angolanas de crude.

As relações de interdependência económica entre os dois países têm aumentado significativamente, o que se tem traduzido não só no aumento das trocas comerciais, mas também de fluxos de capital, em particular o financiamento chinês", destaca o relatório da AIE, adiantando que apesar do contexto internacional ser desfavorável, continua-se a registar investimento estrangeiro direccionado ao sector petrolífero. Recentemente, a empresa brasileira Petrobrás anunciou um investimento de 795 milhões de dólares, no período 2009/2013.

O documento destaca que, segundo informação publicada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), de que Angola é membro, em Dezembro passado, a quota de produção atribuída a Angola é de 1.5 milhões de barris/ dia (mbpd). Contudo,

as autoridades angolanas têm considerado como referencial produtivo o valor de 1.656 mbpd.

Refira-se ainda que nos primeiros dois meses do ano, segundo o Ministério das Finanças, Angola exportou uma média mensal de 1.72 mbpd com preço médio de 42.7 dólares o barril.

De acordo com informação mais recente divulgada pela OPEP, o nível de exportações dos primeiros dois meses do ano ter-se-á mantido nos meses seguintes. Os últimos dados disponíveis evidenciam a redução da exploração petrolífera para 1.72 mbd (1.8 em 2008), mas sobretudo a queda do preço do petróleo de 102.2 dólares o barril em 2008 para 42.7 dólares o barril em Janeiro e Fevereiro de 2009, segundo o Ministério das Finanças.

Estas diminuições acarretam, segundo cálculos do BPI, uma contracção real do PIE na ordem dos 06 por cento e uma retracção do PIE nominal superior a 25 por cento.

Recorde-se que o PIE petrolífero deverá registar um encolhimento nominal de 59 por cento, ainda que as perspectivas de crescimento para o PIE não-petrolífero se mantenham positivas e na casa dos dois dígitos. A quebra das receitas petrolíferas rapidamente reverterá os excedentes externos e públicos, dando origem a quadros deficitários.

1.17 Preços dos diamantes dão sinais de recuperação

Semanário Factual

5 a 12 de Junho de 2009

O sector dos diamantes viveu no final de 2008 sofreu um forte abalo, devido à queda vertiginosa do seu preço, tendo a crise se mantido nos primeiros meses de 2009, o que levou o Governo de Angola a adoptar medidas para socorrer as empresas diamantíferas mas ainda assim se estima que a produção ronde os 10,5 milhões de quilates.

Nas últimas semanas regista-se uma estabilização dos preços e até alguma recuperação para alguns segmentos de maior qualidade, pesem os cortes de produção dos "gigantes", o que estima já a surtir algum resultado em termos de reequilíbrio da oferta e da procura, dando algum suporte ao preço.

As "gigantes" internacionais do sector, com destaque para a De Beers, tem vindo a anunciar o congelamento de investimentos e a retirada de alguns mercados. A De

Beers é a principal empresa mundial de diamantes, representando actualmente cerca de 40 por cento do fornecimento total de diamantes no mercado internacional, e tem centros operacionais relevantes em todos os principais países produtores.

Na apresentação dos resultados de 2008, a De Beers anunciou a decisão de reduzir a produção, cortar nos custos operacionais e nas despesas de capital, em todos os centros de operações. Nomeadamente, congelou a exploração na República do Congo e reduziu na Narrubia, na África do Sul e no Canadá. No Botswana, que representa metade da produção da De Beers, estima-se uma quebra de 60 por cento da produção. Em Angola, a De Beers ópera em parceria com a Endiama, que já anunciou cortes nos custos operacionais na ordem dos 50-60 por cento.

A empresa russa, Alrosa, a segunda maior produtora a nível mundial e parceira da Endiama na exploração da principal mina de Angola (Catoca), também anunciou cortes na sua produção na ordem dos 20 por cento em 2009. A generalidade das restantes empresas do sector tem anunciado medidas idênticas relativamente às suas operações nos principais países produtores.

Recorde-se que cerca de 65 por cento da produção mundial de diamantes tem origem em países africanos, de acordo com o World Diamond Council. A maior parte da oferta mundial é proveniente actualmente de África, do Canadá, da Rússia, da Austrália e América do Sul, sendo Botswana o maior produtor mundial. Angola é o terceiro produtor em África e o quinto maior produtor ao nível mundial.

"Utilizando a informação de preços publicada pela Polishedprices, observa-se uma quebra de 23 por cento nos preços dos diamantes polidos, face ao pico atingido em meados de 2008. Nas últimas semanas regista-se uma estabilização dos preços e até alguma recuperação para alguns segmentos de maior qualidade. É possível que os anunciados cortes de produção por parte de algumas empresas possam já ter resultado num reequilíbrio da oferta e da procura, dando algum suporte ao preço. Mas, face às perspectivas para a procura no futuro próximo, será de esperar que o preço se mantenha longe dos picos atingidos em 2008, mantendo-se uma forte volatilidade", destaca o Relatório do Banco Português de Investimentos (BPI).

As expectativas avançadas pela KPMG davam conta que Angola poderia tornar-se no terceiro maior produtor mundial em 2010. Porém, com o actual cenário, parece ser mais difícil alcançar esse nível devido à quebra do investimento, mas as autoridades

ainda estimam que a produção se situe em cerca de 10.5 milhões de quilates em 2009, representando uma subida de 10 por cento relativamente ao ano anterior. Apesar da volatilidade dos preços, o objectivo das autoridades angolanas é criar condições para manter a produção sustentada, desta forma a preservar a produção e os postos de trabalho.

Mas, apesar de se ficar aquém das expectativas, a objectiva de subir no ranking dos produtores mundiais poderá ser atingida, já que as restantes países produtores também estão a sofrer com a crise.

"Angola é a terceira principal produtor de diamantes em África e a quinta ao nível mundial. Apesar de ser um das protagonistas na fase de exploração, os diamantes não representam um peso dominante na economia angolana, contrariamente ao que sucede noutras países da região com semelhante potencial (caso do Botswana e da África do Sul '4), considera a KPMG. De acordo com a OGE/2009, a actividade diamantífera correspondeu a 1,2 por cento da PIE em 2008, menos que em 2006 (3.6 por cento), tendo vindo a perder peso relativa à medida que outros sectores se dinamizam, nomeadamente o sector da Construção. Os diamantes são o segundo artigo mais exportado, mas correspondendo apenas a cerca de 2,6 por cento do total das exportações em 2007.

Estes números tornam-se mais expressivas se avaliadas no contexto da economia não-petrolífera: Cerca de 10 por cento da PIE e 95 por cento das exportações. Embora estes números não sejam sugestivos de um sector dominante, o sector dos diamantes assume uma importância elevada na economia angolana, dado o seu potencial de expansão. De facto, relembramos que a produção de diamantes tem vindo a evoluir de forma mais ou menos estável desde 2002, aquando do final do conflito armado.

As reservas estão estimadas em 200 milhões de quilates (incluindo cerca de 50 milhões em Kimberlitos), dos quais apenas 42 por cento estão a ser explorados. A produção de diamantes em Angola tem estado a aumentar devido ao aumento de produção nas minas de Kimberlite (particularmente a Catoca).

Estima-se que a produção tenha atingido os 9.2 milhões de quilates em 2007. A produção terá crescido 31 por cento em 2006 para sete milhões de quilates, já que neste período a produção da Catoca duplicou. Esta mina é responsável por mais de 70 por cento da produção de Angola.

A procura mundial de diamantes é constituída por dois

vectores: Cerca de 70 por cento dos diamantes tem como destino a indústria; enquanto os restantes 30 por cento, de melhor qualidade, destina-se à joalharia e à manufactura de bens de luxo (dados da Diamondfacts.org).

O mercado de diamantes para joalharia ascende a cerca de 72 mil milhões de dólares por ano, de acordo com a mesma fonte. Os principais mercados grossistas para os diamantes de minas de Kimberlite de Angola são o Dubai (32 por cento), Antuérpia (28 por cento) e Hong Kong (19 por cento), segundo dados divulgados pelo Standard Bank.

1.18 Contração do PIB angolano é uma realidade

Agora 13 De Junho

Num concorrido Workshop organizado pelo Bic, em Outubro do ano transacto, em Luanda, Mira Amaral chegou a afastar a hipótese de Angola ser "tomada" pela crise.

As razões radicavam no facto de o país ter acumulado muitas receitas, fruto do "boon" petrolífero em que o barril chegou a atingir 140 dólares. Na óptica deste ex-ministro da Indústria de Portugal, o grande desafio seria transformar a poupança criada pelos lucros do "crude" em investimentos de capital para servir de alavanca à economia não mineral, como os sectores da agricultura e construção de infra-estruturas. Ao mesmo tempo que se devia impulsionar o crescimento do sector privado, defendeu igualmente a necessidade de se estudar formas de incentivar o investimento estrangeiro.

Instituto sobre o impacto da crise financeira na actuação da banca comercial angolana, defendeu que não deveria haver motivos de alarme, pois nem mesmo os depósitos seriam afectados. Pelo contrário, sustentou que a crise global poderia servir para o país captar mais investimento estrangeiro.

Para o investidor importa muito o potencial de crescimento de uma economia. "No caso de Angola, ainda que a economia abrande um pouco, o crescimento será de dois dígitos", declarou, elogiando o papel do Bna na condução da política monetária.

1.19 Inflação angolana alivia para 13,8% em Maio

Diário Económico 15 de Junho de 2009

A subida homóloga dos preços em Angola atingiu os 13,82% no mês passado, um crescimento menos

acentuado do que os 13,90% verificados em Abril.

O abrandamento da inflação surge apesar da subida dos preços da alimentação, revelou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano. A mesma fonte precisou que, em termos mensais, a inflação foi de 0,95% em Maio, menos do que os 1,09% observados em Abril.

O maior aumento foi verificado nos preços da alimentação e das bebidas, que subiram 0,98% no mês em análise, considerando os analistas que o encarecimento destes produtos se deve aos atrasos constantes registados no Porto de Luanda.

Recentemente, o Governo angolano reviu em alta de 10 para 12,5% a sua estimativa para a inflação em 2009.

1.20 Especialistas traçam estratégia para combater a crise em África

Jornal de Angola 16 de Junho de 2009

Mais de 350 especialistas do mundo inteiro estão reunidos desde ontem na Cidade do Cabo, África do Sul, para traçar estratégias que permitam desenvolver o sector agrícola e combater a crise alimentar no continente africano, que afecta mais de 70 milhões de pessoas.

Falando ontem na sessão de abertura do Fórum AgriBusiness 2009, o presidente do “European Marketing Research Center” (EMRC), Pierre Mathijsen, disse que a crise económica mundial mostra que a África precisa de encontrar parcerias público-privadas para promover o desenvolvimento do sector agrícola.

Com cerca de 70 milhões de sub nutridos, segundo dados do Banco Mundial, Pierre Mathijsen disse acreditar nas potencialidades agrícolas de África, onde apenas cinco por cento dos orçamentos dos Estados são aplicados na agricultura, ao contrário do que acontece nos países da Ásia do Sul e na Índia, onde este número atinge mais de 40 por cento.

Segundo ele, com o fim do colonialismo e de outras práticas discriminatórias, os países africanos devem agora negociar cada vez mais entre si e com os seus parceiros na Europa e no resto do mundo para que o continente atinja a auto-suficiência alimentar, através de acções concertadas entre os sectores público e privado.

O antigo director geral da Comissão Europeia disse ainda que com o declínio do preço das matérias-primas, a África tem de gastar hoje uma grande parte dos seus parques rendimentos na compra de alimentos, o que é

uma pena, por se tratar de um continente com imensas terras aráveis, superando a América e a própria União Europeia. “É preciso inverter este quadro”, defendeu, apontando a Índia e os países da Ásia do Sul como exemplos de sucesso no processo de criação da cadeia de valor agro-alimentar.

Durante o fórum, o primeiro que a EMRC organiza em África, o representante da USAID-Nigéria, Timothy Prewitt, apontou vários projectos agro-industriais que deram certo naquele país africano e que podem servir de exemplo para o resto do continente.

Com a previsão da população mundial atingir nove biliões de pessoas em 2050, Timothy Prewitt defendeu a necessidade de se adoptarem políticas agrícolas que não só permitam a auto-suficiência alimentar, mas que também promovam a exploração sustentável dos solos e dos recursos hídricos, que a África tem em abundância e são hoje pouco aproveitados.

A directora para o Sector Privado em África do Banco Mundial, Marilou Uy, manifestou o interesse da instituição que representa em aumentar os seus investimentos no sector agrícola do continente, que hoje regista um grande défice, quando nos anos 60 do século passado era um grande exportador de alimentos.

O governador do Huambo, Albino Malungo, presente no evento, disse que vai retirar lições úteis do encontro do Cabo para a sua aplicação no Huambo, província que se pretende o maior produtor de milho do país.

O economista Jombo Francisco Quipipa, representante do Ministério da Economia e da organização EMRC em Angola, manifestou-se agradavelmente surpreendido com as inovações tecnológicas para aplicação no sector agrícola apresentadas durante o evento.

“As inovações tecnológicas aqui presentes podem ajudar em muito os nossos fazendeiros e até mesmo o Governo na selecção de informação importante para a gestão da componente agrícola. É uma tecnologia voltada para a prestação on-line de informação climatérica, doenças que afectam as plantas e análise dos solos, e uma solução baseada também na energia solar”.

O representante do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Gualberto Campos, disse, por sua vez, que as propostas inovadoras que estão a ser abordadas no fórum serão sempre uma mais-valia para futuras acções no campo agro-industrial do país.

Fazem parte da delegação angolana ao evento os governadores das províncias do Bié, Cândida Celeste, do Huambo, Albino Malungo, e da Lunda-Sul, Cândida Celeste.

A conferência, promovida pela “European Marketing Research Center” (EMRC), organização internacional com sede em Bruxelas (Bélgica), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), o Ministério da Agricultura da África do Sul, a ABC - Câmara de Comércio Agrícola da África do Sul e o Banco Holandês Rabobank, encerra amanhã, quarta-feira, os seus trabalhos.

O evento, denominado “Fórum AgriBusiness 2009”, decorre no “Lord Charles Hotel”, Somerset West, num período particularmente importante a nível mundial, em que as atenções estão concentradas no relançamento do sector agrícola, agro-industrial e agro-alimentar para um combate efectivo à crise alimentar mundial.

Domingo, a organização do evento reservou parte do dia para a acreditação dos delegados à conferência e a meio da tarde os conferencistas foram brindados com degustação de vinhos na região de Stellenbosch, seguido de um jantar volante.

1.21 Angola ganha linha de crédito do Canada

Semanário Factual 12 a 19 de Junho de 2009

Segundo a embaixadora do Canadá em Angola, Barbara Richardson, que anunciou a abertura da linha de crédito durante um seminário em Luanda, o comércio bilateral entre os dois países já ultrapassou os 2,5 biliões de dólares.

O ano de 2009 tem vindo a mostrar-se fértil no que toca às linhas de crédito abertas para o financiamento de investimentos em Angola.

Ao falar no seminário "Fazendo Negócios em Angola", organizado pelo Conselho Canadano para Africa, em colaboração com o Departamento de Assuntos Exteriores e Comércio Internacional do Canadá, o vice-ministro da indústria, Kiala Gabriel, afirmou que, apesar da crise económica global, o país continua a inspirar confiança aos investidores.

No primeiro trimestre do ano em curso, o país ganhou uma nova linha de crédito da Alemanha de 1,7 biliões de dólares, conseguido aquando da visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. A linha de crédito concedida visa estimular os empresários alemães a investirem em Angola.

Depois foi a vez de Portugal que disponibilizou uma linha de crédito que totalizou 1,9 biliões de dólares para reforço da oportunidade de empresários lusos investirem em Angola.

Ainda nos primeiros três meses de 2009, o Banco de Desenvolvimento da China adiantou a disponibilização de uma linha de crédito de mais um bilião de dólares. Enquanto o Banco de Exportação e Importação norte-americano (Ex-Im Bank) abriu uma linha de crédito de 120 milhões de dólares com vista a fomentar as importações de bens original nos dos Estados Unidos, o Reino da Espanha disponibilizou cerca de 200 milhões de dólares.

As linhas de créditos abertas constituem um reforço de peso para um país que precisa de diversificar a sua economia e fugir, assim, da dependência das receitas provenientes das exportações de petróleo, numa altura em que a crise obriga a repensar e melhorar o investimento, tanto público quanto privado, para a diversificação e fomento da produção interna.

A disponibilização das linhas de créditos mostra em certa medida o aumento da propensão por investimentos e das trocas comerciais com Angola.

Mesmo em tempos de crise as oportunidades de negócios em Angola parecem estimular as grandes economias que deste modo vão dando sinais de fomentar o investimento e o comércio e assim tornar possível a minimização das dificuldades derivadas da contratação de financiamentos nos mercados internacionais e consequentemente garantir a manutenção dos muitos dos projectos de investimentos.

1.22 Angolanos ficaram com do 3% do capital do Finibanco

Jornal de Negócios 19 de Junho de 2009

Humberto Costa Leite diz que foi bom o Banif ter acompanhado o aumento de capital e revela quem são os accionistas do Finibanco Angola.

Está satisfeito com a forma como decorreu o aumento de capital? Prevíamos fazer um aumento de 60 milhões de acções com um prémio de 1,25 euros e um encaixe de 75 milhões de euros e isso foi conseguido. As acções que sobraram para rateio foram 600 mil e para essas tivemos uma procura superior a seis milhões. Portanto, o aumento de capital foi concretizado na íntegra.

Para quanto aumentou o “free-float”? Terá aumentando em sete, oito pontos percentuais, situando-

se agora nos 20%. Isto, tendo em consideração que há accionistas que têm mantido a sua posição estável. Caso do Banif, que acompanhou este aumento de capital e até reforçou ligeiramente a posição.

Sente-se confortável com esta decisão do Banif? Sinto satisfação por isso, porque o Banif é um banco prestigiado e nós sentimo-nos bem com accionistas que tenham prestígio. O facto de eles terem participado no aumento de capital foi bom para nós.

Para quanto é que a família Costa Leite reduziu a sua participação?
De 67% para 58%.

E este diferencial foi todo para "free-float" ou permitiu a entrada de novas accionistas? Foi referenciado o interesse de investidores angolanos? Houve a entrada de accionistas angolanos. Talvez não na dimensão que nós pretendíamos, até por algumas restrições que surgiram em Angola no que diz respeito a investimentos fora do País, mas conseguimos ter aqui alguns accionistas angolanos.

Quem? Temos um que é também accionista do Finibanco em Angola, o ex-governador de Benguela, Dumilde Rangel, que ficou com uma posição aqui em Portugal. Depois há accionistas individuais e outro luso-angolano.

No seu conjunto, com quanto é que ficaram do capital? Ainda não tenho os números totais mas admito que possam ter atingido uma posição de 3%.

Serão accionistas de longa duração? Admito que o tenham feito numa perspectiva de investimento. Não estou a vê-los fazer isto numa perspectiva de "trading".

Depois desta operação, como é que ficam os rácios do banco? O rácio do grupo, que para nós é o "Core Tier I", porque não temos produtos elegíveis para o "Tier 1", ficou em 8,1% e o rácio total em 11,5%.

Após este encaixe de 75 milhões, quais são as prioridades do Finibanco? A nossa ideia é fazer o aumento de capital do Finibanco em Angola de 10 para 18 milhões de dólares, o que está em curso. Depois, temos o próprio crescimento do volume de negócios em Portugal, existem as recomendações regulamentares de reforço do rácio e temos de nos preparar para, numa conjuntura destas, ter uma base sólida de capital.

O ano passado tiveram um prejuízo de 47 milhões de euros? O prejuízo que tivemos foi na "holding", devido à carteira de acções: Galp e Sonae essencialmente. A

actividade corrente do banco gerou um resultado positivo de quase nove milhões de euros. Pensamos que 2009 pode ser melhor do que o ano passado.

Além dos problemas estruturais há questões, como os casos BPM e BPP, que afectaram a imagem da banca. Sentiram os efeitos disso? O que se passou em termos de turbulência dos mercados e alguma desconfiança que possa ter existido em relação à banca, especialmente depois do que aconteceu nos EUA com a falência da Lehman Brothers, teve algum impacto a nível nacional. Mas depois penso que as autoridades reagiram muito bem à resolução das situações que foram aparecendo e neste momento julgo que a situação está ultrapassada.

A supervisão, por exemplo o Banco de Portugal e a CMVM, desempenharam bem as suas funções? Penso que sim. Os reguladores têm desempenhado o seu papel da forma que o devem fazer.

Como é que está a correr a operação do Finibanco Angola? Entrámos num período difícil, fechámos 2008 com um ligeiro prejuízo, mas desde Janeiro que começámos a ganhar dinheiro. Em Angola a nossa estratégia visa trabalhar com empresas portuguesas lá estabelecidas, potenciar os negócios externos angolanos e o de particulares que querem fazer as suas aplicações.

Quem são os accionistas angolanos do Finibanco Angola? Os principais accionistas de Angola são José Leitão, Carlos Feijó [dois ex-membros da Casa Civil do presidente Eduardo dos Santos] e Simão Júnior, que fazem parte do grupo Gema. Depois temos Assunção Anjos, que foi embaixador em Portugal e actualmente é ministro das Relações Exteriores, o engenheiro Avelino João, presidente da Angola Telecom, Dumilde Rangel e mais uns pequenos accionistas.

São pessoas com muita influência em Angola. Estamos satisfeitos com a qualidade dos accionistas, mas não podemos dizer que o banco capitaliza em cima da sua influência. Acho que não.

O que se diz frequentemente é que quem quer ir para Angola não escolhe os parceiros. São-lhe impostos. Fomos para Angola porque o doutor José Leitão nos abordou nesse sentido. Portanto, foi ao contrário. E foi isso que acelerou a nossa ida para Angola.

Qual é a percentagem de capital detido por estes accionistas? Situa-se ligeiramente acima dos 30%.

Quando a bolsa de Angola entrar em funcionamento, admitem a possibilidade de dispersar capital?

É uma oportunidade que irá ser estudada na altura, mas vejo a como muito provável.

1.23 Governo angolano aprova empréstimo português

Semanário Factual 12 a 19 de Junho de 2009

O acordo rubricado foi aprovado quarta-feira pelo Conselho de Ministros e posteriormente divulgado à imprensa.

O montante será disponibilizado por Portugal e vai financiar projectos de investimentos públicos e infraestruturais em Angola.

O acordo foi assinado em Lisboa na recente visita que o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, realizou àquele país europeu.

Ainda assim, o Conselho de Ministros aprovou o terceiro aditamento à convenção relativa à cobertura de riscos de créditos à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Angola.

Tal aditamento também rubricado no âmbito da visita de José Eduardo dos Santos a Lisboa fixa o limite de cobertura do crédito de 100 milhões de euros, tendo em vista a promoção das relações comerciais e financeiras entre os dois países.

1.24 Kremlin lança ofensiva económica a Angola

Diário Económico 19 de Junho de 2009

O presidente russo, Dmitry Medvedev, visita Angola na próxima semana, para recuperar o tempo perdido. Medvedev deve aterrar em Luanda no próximo dia 22 de Junho e traz na bagagem um conjunto de acordos de investimento sobretudo em energia e telecomunicações – e comércio externo para reatar as distantes relações entre o Kremlin e Luanda.

A queda do muro de Berlim, em 1990, não só ditou o fim da União Soviética, como provocou uma grande quebra na cooperação bilateral entre Moscovo e Luanda. A Rússia virou-se para dentro e esqueceu os seus parceiros africanos, com os quais mantinha uma espécie de relação de solidariedade. Aliás, hoje em dia, no que respeita às relações comerciais entre Rússia e África, pouco se sabe. Os últimos dados, referentes a 2007, mostram que o maior parceiro comercial do Kremlin no continente africano é o Egipto, para onde a Rússia exporta cerca de 1,9 mil milhões de dólares. Para

Angola, os dados não são publicados.

Agora, 19 anos depois e em plena crise económica, Moscovo volta a piscar o olho a Luanda. Algo a que também não é alheio o facto de a China estar, desde 2005, a entrar em força, com vários investimentos de milhares de milhões de dólares, não só em Angola, como na restante África.

Dmitry Medvedev vai aproveitar para discutir vários projectos de investimento como, por exemplo, a construção de duas barragens no rio Kwanza, financiadas pelo Kremlin. Projectos que foram confirmados pelo embaixador russo em Angola, Sergyeu Nenáchev, o qual confirmou também que a visita de Medvedev a Angola se prende com, entre outras coisas, "a necessidade de uma nova dinâmica e diversificação na cooperação económica e comercial".

Os dois países têm, aliás, uma desvantagem em comum na conjuntura actual. Em plena quebra de actividade económica, o PIB dos dois países está a ser muito sacrificado pelo facto de ter uma grande componente baseada em petróleo e matérias-primas. Resultado: a economia russa vai contrair-se 6% este ano e a angolana cerca de 3,6%.

Talvez por isso, muitos dos investimentos russos previstos para Angola prendem-se com energia e, sobretudo, energia hidroeléctrica. Mas não ficam por aí. A Rússia, através do consórcio Rosobon Export, vai ajudar Angola a colocar um satélite – denominado Angostat – em órbita, que vai permitir melhorar de forma significativa as telecomunicações do país.

Exemplos de empresas russas a operarem em Angola
Alrosa entra nos diamantes.

A russa Alrosa tem uma parceria com as angolanas Sonangol e Dark Oil para a exploração de petróleo. A Alrosa produz 27% da produção diamantífera mundial e detém 32,8% e 90% das angolanas Sociedade Mineira da Catoca, igual à Endiama, e Rosan Mining, ao lado da Sky.

VTB com capital de 10 milhões. Desde 2006 que o banco russo está presente em Angola. O VTB, que apoia os interesses russos no país e financia projectos de grande dimensão em Angola e no continente africano, detém uma participação de 66% no capital do banco em parceria com empresários angolanos.

Participação indirecta da Gazprom.

A gigante russa renova todos os anos o apetite pelo petróleo angolano, mas a parceria que tem com a

Sonangol tem sido pouco produtiva. Mas a presença indirecta no sector está em curso desde 2008, quando a sua "filial" Gazprom Neft comprou 51% da petrolífera sérvia NIS.

Rússia financia duas novas barragens.

A diplomacia russa no país antecipou um dos acordos principais que devem ser assinados durante a visita oficial do presidente Dmitry Medvedev a Angola. O Kremlin está disposto a financiar duas novas barragens no rio Kwanza, ao longo do corredor Malange/Kwanza Norte, segundo o embaixador russo no país, Sergyeu Nenáchev. O valor dos projectos para as novas hidroeléctricas, construídas ao abrigo do pacote de cooperação económica bilateral, continua por enquanto confidencial. Só é ainda público que ambas as barragens terão potencial para produzir dois mil megawatts.

O anúncio encaixa-se no programa de Luanda de reforçar a capacidade energética e de distribuição de água em Angola. Ao longo do rio Kwanza, o governo quer construir mais sete hidroeléctricas de forma a maximizar a geração de energia – para consumo interno e também exportação que pode atingir os 5.000 megawatts.

A presença de russos na construção de barragens no país não é nova. A empresa Technopromexport, em parceria com a brasileira Odebrecht, equipou e ergueram a barragem de Capanda, localizada no rio Kwanza, na província de Malange.

A construção da Capanda teve início em 1982 e só terminou 15 anos depois, interrompida pela Guerra Civil que fez estragos na infra-estrutura na ordem dos 400 milhões de dólares. Agora, a barragem tem quatro turbinas e uma capacidade instalada de 520 megawatts, num investimento total de 2,6 mil milhões de dólares.

A energia, via hidroeléctricas, é um dos sectores com maior potencial para crescer no continente africano. É aquela que é mais acessível aos investidores russos em Angola. A parceria entre a estatal Gazprom e a Sonangol, assinada em 2006, tem dado pouco frutos. Só a russa Alrosa tem conseguido entrar no negócio angolano, através das locais Dark Oil e também Sonangol.

O sector da defesa tem sido, por outro lado, um negócio de onde a Rússia também não se retirou bem em Angola, nem no resto do continente africano. A Rosoboronexport, estatal do armamento russo, quer continuar a crescer no mercado africano nos próximos quatro ou cinco anos entre 2000 e 2007, os estados africanos compraram cerca de 1,1 mil milhões de

dólares à Rússia Angola está na lista dos principais importadores de armas "made in Rússia", ao lado de países como a Líbia, Argélia e até Moçambique.

OPINIÃO: Em defesa dos "interesses próprios"

No final da Guerra-fria, o facto da Rússia se voltar para dentro arrefeceu as relações com África, salvo na área da defesa. O périplo do presidente russo, Dmitry Medvedev, pelo continente africano visa alterar este estado de coisas. Se a relação com África se pautava, no tempo da União Soviética, pela "solidariedade", hoje em dia prevalece a lógica da conjugação dos "interesses próprios".

Angola tem sido cortejada por muitos países na qualidade de parceiro, nomeadamente pela China, Alemanha e EUA. No caso da Rússia, porém, é tudo muito recente, apesar da relação próxima que o país mantinha com a União Soviética. O compromisso actual da Rússia com Angola visa, assim, diversificar e normalizar as relações internacionais deste país africano.

A visita de Medvedev a Angola coincide com uma crise económica global. O financiamento russo de duas centrais hidráulicas a construir no rio Kwanza significa que as finanças angolanas estão, actualmente, sob menor pressão e que, por isso mesmo, pode prosseguir com o seu ambicioso plano de investimento público.

O pacote de cooperação entre os dois países prevê ainda a construção de barragens, no entanto, estima-se que a energia hidráulica venha a ser, no longo prazo, a principal fonte energética e de receitas do Estado angolano. O financiamento russo e o plano de construção vão ajudar a diversificar a carteira energética angolana e a potenciar os benefícios resultantes do reforço da capacidade e da transferência de competências.

A visita de Medvedev visa também revigorar o acordo de cooperação assinado entre a Sonangol e a Gazprom em 2007. A cooperação económica e comercial bilateral entre os dois países vai manter-se no futuro, em particular na área das telecomunicações. O lançamento de um satélite angolano com capitais russos é apenas um exemplo.

1.25 PIB angolano deverá contrair 1,9%

Expresso 20 de Junho de 2009

O crescimento económico na região da África Subsaariana vai "desacelerar acentuadamente" para

um por cento este ano, com Angola a registar uma contracção de 1,9%, segundo um estudo que o Banco Mundial (BM) hoje divulgou.

O BM avançava em 2008 com uma estimativa de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,8% para 2009.

De acordo com o estudo "Global Development Finance 2009", elaborado pelo BM, que incluiu 97 dos 108 países em desenvolvimento, entre os quais Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, a evolução previsto para a economia da África Subsahariana traduz "um cenário muito negativo".

O Banco Mundial espera que Angola, que apresentou um crescimento médio de 8,3% entre 1995-2005, e em 2008 viu o PIB aumentar 14,3%, deverá registar uma contracção de 1,9% este ano, para voltar a crescer 6,5% em 2010 e 10,7% em 2011.

A contracção da economia angolana, de 1,9 por cento, agora prevista pelo BM é, no entanto, inferior à estimativa avançada por Luanda – menos três por cento para 2009 - e é justificada pela descida do preço do barril de petróleo e pela descida da produção.

O relatório do BM refere ainda que o crescimento do PIB para 2009 na região da África Subsahariana deverá ser "lento", esperando-se um crescimento médio de 3,7% do PIB para 2010 e de 5,2% para 2011, com a procura interna e externa a "começar a recuperar".

No âmbito dos países da área da lusofonia, o BM aponta para que Cabo Verde apresente um abrandamento no crescimento do PIB para 3,8 por cento em 2009 e uma inversão de 4,4% do PIB em 2010 e 5,4% em 2011. Já Moçambique abranda de 6,4% em 2008 para 4,5% em 2009. O PIB de Moçambique deverá recuperar para 4,9% e 5,9%, respectivamente em 2010 e 2011.

Em relação à Guiné-Bissau, o produto cairá 0,9 pontos percentuais de 2008 para 2009, situando-se em 2,1% este ano, para voltar a crescer para 3,4% nos dois anos seguintes. O relatório do BM não descarta no entanto que a África Subsahariana possa atravessar um "profundo e prolongado" abrandamento económico global.

A instituição alicerça esta sua preocupação no caso de a procura externa apresentar um menor dinamismo, se a recuperação dos preços das matérias-primas for inferior à prevista e se houver uma maior quebra nos fluxos de capital (receitas do turismo, remessas dos emigrantes e

ajudas internacionais).

O relatório "Global Development Finance 2009" admite igualmente que o crescimento económico da região poderá registar uma quebra de três pontos percentuais em 2009, se a recessão se mantiver "bastante acentuada" no período analisado.

Por sua vez, ao nível da América Latina, o Brasil, o maior país da região, deverá registar uma contracção de 1,1% em 2009, segundo a previsão do Banco Mundial. Segundo o BM, para o maior país da lusofonia a instituição previu anteriormente um crescimento de 0,5%. O BM prevê uma recuperação do PIB brasileiro no ano que vem, para 2,5% e de 4,1% em 2011.

As previsões fazem parte do relatório "Global Development Finance 2009", o qual adverte para uma queda acentuada nos fluxos de capital para os países em desenvolvimento até ao final do ano.

1.26 Reestruturação agrava actividade empresarial em Angola

Agora 20 de Junho de 2009

A actividade empresarial na China, no Brasil e em Angola vai sair reforçada da actual crise económica mundial, enquanto que países ocidentais como Portugal ver-se-ão enfraquecidos entre 2009 e 2013.

Segundo um relatório divulgado no Reino Unido, "o Impasse da Globalização: Como a Reviravolta Económica Global vai Afectar o Ambiente de Negócios", em Maio, Portugal surge na 36.ª posição (entre 82 países), ainda à frente do Brasil, mas perdendo duas posições em relação à média de pontuações do ambiente de negócios entre 2004 e 2008.

"Os países que sofreram maiores quebras de pontuação são aqueles que registaram bolhas de activos, cujos governos estão dependentes de financiamento estrangeiro e os que têm grandes indústrias de serviços financeiros", caso do Reino Unido, que perde 12 posições na previsão para o período 2009-2013, ou da Irlanda. Dos países integrados no grupo da Europa Ocidental, segundo o estudo, a Turquia é o único a ter uma previsão favorável para a sua pontuação nos próximos anos.

Entretanto, o cenário é inverso na China, Índia e Vietname, "as três economias mais dinâmicas da Ásia" a galgarem posições. No caso chinês, o "salto" será de 11 posições, para o 45.º do geral no período 2009-2013,

enquanto que o Brasil deverá ganhar uma posição, para 39.º, embora o crescimento da pontuação não seja significativo.

"O Brasil atraiu uma gama de investidores crescentemente diversificada nos últimos anos, mas a pouca eficácia institucional, um sistema fiscal complexo e oneroso e deficiências do mercado laboral e das infra-estruturas impedem que esteja a escalar posições nas listas globais", refere. "A extensa rede de acordos de comércio livre e um grande mercado interno garantem que o Brasil vai continuar a ser uma localização atractiva para investimentos, apesar das condições económicas internas serem extremamente débeis na primeira metade do período previsto", acrescenta.

Angola também melhora a sua pontuação, mas, apesar da aproximação à Venezuela, "o ritmo da melhoria será mais lento do que em muitos outros países", pelo que continua no fundo da tabela do relatório divulgado. "Esperam-se progressos pouco significativos nas reformas estruturais, mas crescentes oportunidades de mercado serão sustentadas pelo esperado crescimento da produção de petróleo e diamantes", lembra.

O país vê a sua posição na categoria de oportunidades de mercado saltar de 57.º para 31.º em 2009-2013, graças ao rápido crescimento populacional e aumento do PIB per capita. "A actualidade do ambiente geral de negócios permanece baixa, como resultado da ausência de instituições do Governo eficazes e infra-estruturas muito pobres" e "as oportunidades de negócios dos sectores petrolífero e diamantífero vão continuar a ser muito limitadas".

A África do Sul, na região Austral, deverá reter a posição de liderança no ambiente de negócios, embora perca seis posições, com a Nigéria também em sentido descendente. "A qualidade média do ambiente de investimento na região continua a ser pobre. Mas, apesar dos problemas em operar na região, as taxas de retorno são potencialmente elevadas para aquelas empresas que conseguirem dominar o complicado ambiente político e a burocracia", destaca.

Pela primeira vez o ambiente de negócios médio regista uma quebra em relação ao período quinquenal antecedente, sobretudo em relação a atractividade do ambiente de negócios e seus principais componentes, com base em dados quantitativos e sondagens empresariais.

"Até há pouco tempo, esperava-se que o ambiente de negócios em todo o mundo continuasse a melhorar, reflectindo a aparentemente marcha incessante rumo à

globalização", mas agora este ritmo "será parado e nalguns casos invertido", devido ao menor crescimento económico, encerramento de mercados e menor aposta em infra-estruturas.

No período 2009-2013, o ambiente de negócios vai piorar em mais de metade dos países (44 em 82) e o crescimento médio das economias mundiais, medido em paridade de poder de compra, cairá para 2,3%, metade do registado até 2008. Contudo, o panorama de negócios global nos próximos anos será de "maior precaução, menor liquidez, fluxos de capital internacionais mais reduzidos, regulação mais apertada e menor tomada de risco."

1.27 Angola contraria Banco Mundial nas previsões de crescimento

Jornal Digital 23 de Junho de 2009

O ministro da Economia angolano contrariou esta segunda-feira as previsões do Banco Mundial (BM), que apontam para uma contracção de 1,9 por cento da economia angolana, avançando que o Governo prevê um crescimento de mais de 3 por cento.

De acordo com o ministro da Economia de Angola, Manuel Nunes Júnior, a previsão de crescimento de mais de 3 por cento permitirá um crescimento do rendimento «per capita» uma vez que estimativa de crescimento da população angolana é de 3 por cento. A previsão do ministro angolano vai contra as previsões do BM, que divulgou um valor de retracção da economia de 1,9 por cento este ano.

No relatório «Global Development Finance 2009» o Banco Mundial divulga valores relativos ao crescimento da economia angolana de 6,5 por cento em 2010 e de 10,7 em 2011. O relatório, que incluiu 97 dos 108 países em desenvolvimento, entre os quais Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, revela que a evolução prevista para a economia da África Subsaariana traduz «um cenário muito negativo».

1.28 Angola e a OPEP

Diário Económico 24 De Junho de 2009

A alteração do cenário macroeconómico para 2009 é uma das principais novidades da recente revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola para este ano.

A previsão da taxa de crescimento do produto interno

bruto (PIB) para 2009 foi cortada para 6,2 por cento, cerca de metade dos 11,8 por cento previstos no OGE aprovado há seis meses. Comparando com os anos anteriores, as projecções do Governo confirmam uma forte travagem da economia angolana que cresceu 23,3 por cento em 2007 e desacelerou para 15,7 por cento no ano passado.

O mais pessimista sobre a economia angolana em 2009 é a OCDE que aposta num trambolhão de 7,2 por cento. Seguem-se o Fundo Monetário Internacional e o BPI com quedas de 3,6 por cento e 3,0 por cento, respectivamente. A revista britânica *The Economist*, a primeira a alertar para os riscos de recessão em Angola, antecipa um crescimento negativo de 2,3 por cento, enquanto o Banco Mundial avançou ontem com menos 1,9 por cento.

Quem vai ter razão no final? Não se sabe, mas, mais do que os números em concreto, interessa a tendência e aí todos são unânimes em prever a continuação da desaceleração da economia angolana em 2009. Se haverá recessão ou não, o tempo dirá.

Tudo vai depender da profundidade do corte na produção de petróleo determinado pelo facto de Angola ser membro da OPEP. No OGE aprovado pela Assembleia Nacional o Governo apontava para um crescimento da produção de 6,7 por cento, de 1,9 milhões de barris diários em 2008 para 2,027 milhões este ano. O OGE rectificativo avança com uma queda da produção de 5,8% este ano para 1,79 milhões de barris diários.

No entanto, de acordo com a Agência Internacional de Energia, a procura mundial de crude vai baixar apenas 2,9 por cento este ano.

Mas isto é uma média. Fortes diminuições da procura nos países industrializados e aumentos ou pequenas quebras da procura nos principais países emergentes.

Acredito que no caso da procura dirigida a Angola, a haver uma quebra ela será moderada. É que um dos principais clientes do petróleo angolano é a China e não consta que os chineses estejam a importar menos petróleo. Apesar dos indícios positivos da procura de petróleo dirigida a Angola, o país vai ser obrigado a cortar na produção.

Ou seja, caso a economia angolana venha a registar uma recessão em 2009, terá de agradecer ao cartel do petróleo.

1.29 Responsável do Banco Nacional recomenda-se Acções e títulos

Jornal de Angola 24 De Junho de 2009

O director do Gabinete de Desenvolvimento Organizacional do Banco Nacional de Angola (BNA), Jorge Leão Peres, recomendou ontem as pessoas a optarem pela aplicação em títulos da dívida pública para a rentabilização dos seus recursos.

Em declarações ao *Jornal de Angola* quando fazia alguns esclarecimentos sobre questões cambiais, Leão Peres afirmaram que, com a aplicação em títulos da dívida pública, sobretudo dos Títulos de Tesouro, se conjugam esforços para a consolidação da estabilização macroeconómica.

Com a aplicação em títulos, acrescentou, os investidores também ficam protegidos dos efeitos da inflação e da depreciação cambial. Jorge Leão Peres disse ainda que com os títulos se estaria a ajudar o Governo na alocação de recursos para a realização do seu objecto social.

Por sua vez, a directora do Departamento de Mercados de Activo (DMA) do BNA, Ana Paula Coelho, esclareceu que qualquer pessoa, quer individual, quer colectiva (empresa), pode adquirir títulos. Acrescentou que estes podem ser comprados em qualquer banco (preferencialmente onde a pessoa tem a sua conta bancária) ou no DMA do BNA, entre as oito e meia e 11 horas da manhã.

Os preços para a compra de títulos variam entre 10.000 kwanzas (para o Bilhete do Tesouro) e 100.000 kwanzas para as Obrigações do Tesouro. Cada título do Bilhete de Tesouro custa aproximadamente 1.000 kwanzas e pode ser comprado a partir de dez unidades, enquanto o título de Obrigação de Tesouro custa cerca de 100.000 kwanzas comprados a partir de uma unidade.

Transferências bancárias

Os clientes devem optar cada vez mais pela utilização de operações via transferência bancária em detrimento do levantamento de avultadas somas em dinheiro, defendeu ontem, em Luanda, o director do Gabinete de Desenvolvimento Organizacional do Banco Nacional de Angola (BNA).

Jorge Leão Peres, que falava em exclusivo ao *Jornal de Angola*, admitiu que a cultura angolana mostra que as pessoas ainda preferem ter o dinheiro nas mãos. Alertou, no entanto, que esta prática acarreta vários riscos, entre os quais os assaltos muito frequentes na

sociedade. Peres disse que um encarregado de educação pode optar pela transferência bancária quando pretende enviar mesada para o filho ou educando que se encontra no estrangeiro, ao invés de levantar avultadas somas em dinheiro.

Para tal, conforme esclareceu a directora do Departamento de Controlo Cambial do BNA, Lucinda Dias, basta que o encarregado de educação apresente ao banco comercial um justificativo da transferência bancária que comprove que o educando se encontra num determinado estabelecimento escolar do exterior do país. Lucinda Dias alertou, no entanto, que as pessoas só estão autorizadas a transferir até 15.000 dólares por pessoa. Acrescentou que as transferências que essa pessoa fizer não podem exceder os 60.000 dólares no período de 12 meses.

A economista lembrou ainda que, nos termos do Instrutivo número 12/2003 de 28 de Agosto, os bancos e as casas de câmbio estão autorizadas a vender notas e moedas estrangeira e cheques de viagem até ao limite de 5.000 dólares, sem a necessidade de apresentação de prova de embarque.

1.30 Angola na Conferencia Internacional Sobre a Crise Financeira

Angola Press 24 De Junho de 2009

Uma delegação do Governo angolano, chefiada pelo ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, participa desde quarta-feira, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, na conferência internacional de alto nível sobre a crise financeira e económica mundial e o seu impacto no desenvolvimento.

A comitiva integra o vice-ministro da Economia, Job Graça, o representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, Ismael Gaspar Martins, o assessor económico e o assistente do adjunto diplomático do Presidente da República, nomeadamente, Archer Mangureira e Carlos Filipe Burity.

A reunião, aberta pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, visa examinar as causas da crise, estudar a eficácia das políticas que foram implementadas, as reformas necessárias e desencadear acções concertadas para que os seus efeitos sobre a economia real dos estados membros não sejam acompanhados de uma catástrofe humanitária, particularmente para os países em desenvolvimento.

Facilitar e coordenar os esforços da comunidade internacional tendentes a encontrar soluções para resolver de forma urgente, prática e inclusiva esse

problema que afecta todas as economias nacionais é um dos objectivos da reunião, cujos trabalhos estão a ser conduzidos pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Miguel d'Escoto.

O outro propósito do evento é a mobilização de recursos financeiros indispensáveis para prevenir uma catástrofe humanitária, sobretudo nos países cujos governos não dispõem de meios financeiros suficientes para proteger os mais vulneráveis contra os efeitos da crise. Além de sessões plenárias, a conferência abarca quatro mesas redondas interactivas sob o tema central “Examinar e ultrapassar a crise financeira e económica mundial e o seu impacto sobre o desenvolvimento”.

As mesas redondas, que comportam um painel de discussão cada uma, vão debater os efeitos presentes e futuros da crise sobre o emprego, o comércio, o investimento e o desenvolvimento, incluindo o alcance dos propósitos de desenvolvimento, internacionalmente acordados, e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os participantes vão também analisar as iniciativas de cooperação coordenadas e medidas apropriadas para mitigar os efeitos da crise sobre o desenvolvimento, o papel das Nações Unidas e dos estados membros no actual debate internacional sobre a reforma e o fortalecimento do sistema e a estrutura financeira e económica internacionais. Em análise estarão ainda as contribuições do sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento em resposta à crise.

O relatório do SG da ONU sobre o assunto refere que embora a crise não tenha sido desencadeada pelos países em desenvolvimento estes são as principais vítimas, sofrendo, entre outras consequências, de uma diminuição das suas trocas comerciais, das condições mais estritas de financiamento em todo o mundo e redução das remessas de fundos.

“As crianças, as mulheres, os trabalhadores pobres, os migrantes e as pessoas já desfavorecidas são os mais vulneráveis. Há um maior risco de aceleração da degradação ambiental e do aumento das tensões sociais”, alerta o SG da ONU.

1.31 Responsável do Banco Nacional recomenda aplicação dos títulos

Jornal de Angola 24 de Junho de 2009

O director do Gabinete de Desenvolvimento Organizacional do Banco Nacional de Angola (BNA), Jorge Leão Peres, recomendou ontem as pessoas a

optarem pela aplicação em títulos da dívida pública para a rentabilização dos seus recursos.

Em declarações ao Jornal de Angola quando fazia alguns esclarecimentos sobre questões cambiais, Leão Peres afirmou que, com a aplicação em títulos da dívida pública, sobretudo dos Títulos de Tesouro, se conjugam esforços para a consolidação da estabilização macroeconómica.

Com a aplicação em títulos, acrescentou, os investidores também ficam protegidos dos efeitos da inflação e da depreciação cambial. Jorge Leão Peres disse ainda que com os títulos se estaria a ajudar o Governo na alocação de recursos para a realização do seu objecto social.

Por sua vez, a directora do Departamento de Mercados de Activo (DMA) do BNA, Ana Paula Coelho, esclareceu que qualquer pessoa, quer individual, quer colectiva (empresa), pode adquirir títulos. Acrescentou que estes podem ser comprados em qualquer banco (preferencialmente onde a pessoa tem a sua conta bancária) ou no DMA do BNA, entre as oito e meia e 11 horas da manhã.

Os preços para a compra de títulos variam entre 10.000 kwanzas (para o Bilhete do Tesouro) e 100.000 kwanzas para as Obrigações do Tesouro. Cada título do Bilhete de Tesouro custa aproximadamente 1.000 kwanzas e pode ser comprado a partir de dez unidades, enquanto o título de Obrigação de Tesouro custa cerca de 100.000 kwanzas comprados a partir de uma unidade.

Transferências bancárias

Os clientes devem optar cada vez mais pela utilização de operações via transferência bancária em detrimento do levantamento de avultadas somas em dinheiro, defendeu ontem, em Luanda, o director do Gabinete de Desenvolvimento Organizacional do Banco Nacional de Angola (BNA).

Jorge Leão Peres, que falava em exclusivo ao Jornal de Angola, admitiu que a cultura angolana mostra que as pessoas ainda preferem ter o dinheiro nas mãos. Alertou, no entanto, que esta prática acarreta vários riscos, entre os quais os assaltos muito frequentes na sociedade. Peres disse que um encarregado de educação pode optar pela transferência bancária quando pretende enviar mesada para o filho ou educando que se encontra no estrangeiro, ao invés de levantar avultadas somas em dinheiro.

Para tal, conforme esclareceu a directora do

Departamento de Controlo Cambial do BNA, Lucinda Dias, basta que o encarregado de educação apresente ao banco comercial um justificativo da transferência bancária que comprove que o educando se encontra num determinado estabelecimento escolar do exterior do país. Lucinda Dias alertou, no entanto, que as pessoas só estão autorizadas a transferir até 15.000 dólares por pessoa. Acrescentou que as transferências que essa pessoa fizer não podem exceder os 60.000 dólares no período de 12 meses.

A economista lembrou ainda que, nos termos do Instrutivo número 12/2003 de 28 de Agosto, os bancos e as casas de câmbio estão autorizadas a vender notas e moedas estrangeira e cheques de viagem até ao limite de 5.000 dólares, sem a necessidade de apresentação de prova de embarque.

1.32 Utilização do capital humano foi analisada pela consultora KPMG

Fonte: Jornal de Angola 26 de Junho de 2009

A “Utilização e valorização do capital humano em Angola” foi o tema apresentado, ontem, pela consultora KPMG em Luanda, no quadro das análises económicas, que a organização vem fazendo. O director da consultora, José Carvalho, aconselhou às empresas a encararem os recursos humanos numa perspectiva integrada, que possa responder aos desafios da gestão profissional.

As organizações devem atingir um modelo dinâmico e eficaz para a função dos recursos humanos, capaz de responder às necessidades das empresas, sublinhou. Um dos modelos da organização que a KPMG apresentou consiste na análise dos processos individuais, do desenho estrutural e do plano de execução dos resultados do diagnóstico ao serviço dos recursos humanos e a identificação das oportunidades de melhoria, com vista à obtenção da eficiência da empresa.

A gestão do capital humano passa por uma estratégia e pela política que a empresa adopta em relação ao pessoal que contrata, lê-se no documento.

O estudo, efectuado pela consultora em Angola, revela que há empresas e organizações que na análise dos processos operacionais demonstram alguma ineficácia, que contribui para a desmotivação e desconforto dos colaboradores.

José Carvalho defende a criação de mecanismos que propiciem uma visível justiça social no seio das empresas ao pessoal que maior contributo dá ao produto final. “A boa relação entre chefias e o pessoal de base, a formação dos quadros e a adopção de regras justas, apostando na criatividade e na inovação, são factores que presidem à justiça social”, referiu.

José Carvalho entende que as empresas devem assegurar a confiança e alinhamento entre os superiores hierárquicos e os seus colaboradores, evidenciando as suas acções, em função do valor acrescentado. A ausência desses desafios, revela o relatório, provoca na organização um desfasamento e barreiras no trabalho, por falta de comunicação, o que as prejudica. Todo esse processo tem de ser alicerçado num processo eficaz de gestão e de mudança, que permita a adaptação dos colaboradores à nova organização.

A KPMG é uma das empresas líderes na prestação de serviços profissionais, que incluem Auditoria, Impostos, Finanças e Contabilidade e Assessoria Empresarial. Dentro da faixa de Auditoria, a KPMG é considerada uma das quatro maiores empresas internacionais.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Crédito para jovens no Negage

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

O Banco de Comercio e Indústria em colaboração com o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS) beneficiaram 105 jovens com micro-crédito no valor de 40 mil kwanzas cada, dos municípios do Uige e Negage.

Os valores foram entregues a 36 jovens, de ambos os sexos, dos dois municípios que concluíram os processos de candidatura.

O director nacional do Emprego e Formação do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança, Social, Leonel Bernardo, disse, na cerimónia de entrega dos créditos, que o ministério está a financiar projectos, e apelou aos beneficiários que apliquem devidamente o dinheiro e cumpram com o compromisso de reembolso.

"O projecto de micro crédito denominado "Amigo" vai ajudar os jovens com ideias inovadoras", explicou. Justina Fernando, uma das beneficiárias, enalteceu a iniciativa do Banco de Comércio e Indústria e do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social por ajudar os mais necessitados.

2.2 Empresas angolanas podem directamente o crédito com o EximBank

Jornal de Economia e Finanças 23 de Junho de 2009

O chefe da delegação do EximBank, Rick Angmoni, garantiu que em determinados casos as empresas angolanas podem negociar directamente a sua solicitação de financiamento com o EximBank.

"Se as empresas angolanas preencherem os requisitos necessários ao crédito, é possível que elas solicitem o crédito directamente ao EximBank", afirmou durante uma entrevista à imprensa. Acrescentou ser possível ter-se acesso directo ou indirecto ao crédito quando um exportador americano solicita ao EximBank um financiamento para vender mercadoria a um empresário

angolano.

Durante uma conferência de imprensa, realizada na sede da Embaixada americana em Luanda, na sexta-feira, 18, Rick Angiuoni afirmou que em Angola existem muitas oportunidades de negócios. Por isso, o valor inicial disponibilizado pelo EximBank pode ser aumentado em função da reacção e necessidades do mercado. "Esta quantia (USD 120 milhões) ainda não é suficiente e se trata apenas de um começo. Vamos primeiro acompanhar a aplicação deste montante e se for totalmente esgotada vamos considerar um acréscimo", disse.

Acesso ao crédito

Questionado sobre o prazo de reembolso e as taxas de juros, Rick Angiuoni não adiantou números exactos, mas garantiu que a linha de crédito foi criada com as respectivas facilidades de acesso. "Criamos facilidades que vão tornar o financiamento menos oneroso. Os prazos podem ser de curto ou médio prazo e a taxa de juro vai depender das condições de mercado", afirmou.

Segundo a fonte, além da possibilidade de as empresas se relacionarem com o EximBank, os bancos nacionais irão intermediar o processo de acordo com as suas recomendações. "Nós vamos assumir o risco angolano. Após a avaliação dos projectos, os bancos solicitam uma autorização de financiamento e o EximBank aprova. Neste momento, estamos a realizar seminários de capacitação para preparar as instituições bancárias para este processo", referiu.

Por sua vez, o representante da OPIC, Agência Americana de Investimentos e Seguros, Peter Ballinger, referiu que a sua empresa está disponível para apoiar as joint-ventures entre companhias americanas e angolanas, sobretudo firmas nacionais que actuam na agro-indústria.

"A OPIC está disposta a financiar e a garantir seguro aos investimentos entre as companhias americanas e angolanas", declarou. Segundo ele, a OPIC está a apoiar 10 projectos em Angola avaliados em USD 300 milhões.

Papel dos bancos angolanos Segundo uma nota da Embaixada norte-americana, a linha de crédito de USD 120 milhões será utilizada pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Africano de Investimento (BAI), Banco de Fomento Angola (BFA) e o Banco Espírito Santo Angola (BESA) para financiar os projectos de empresas angolanas que pretendem adquirir mercadorias a partir do mercado americano com a rapidez necessária.

Neste processo de financiamento, os bancos nacionais deverão desempenhar o papel de intermediário entre o EximBank e os empresários ou industriais. A linha vai oferecer às quatro instituições bancárias uma facilidade de crédito acordado, que irá permitir aos bancos providenciarem aos seus clientes um processo de análise rápido e com prazos de aprovação estabelecidos pelo EximBank.

"Os fundos estão disponíveis nos bancos contemplados, que serão os principais operadores deste processo de financiamento. Entretanto, uma das condições de acesso aos fundos é ser cliente de um destes bancos e ter um cadastro que permita avaliar e viabilizar a operação", afirmou a administradora do BPC, Fátima Silveira.

Mais adiante, ela acrescentou que há outros requisitos que os interessados devem obedecer para ter acesso a este fundo. Os bancos vão zelar pelo cumprimento destes requisitos e irão exercer o papel de principais interlocutores e co-financiadores das transacções, atendendo ao grau de exigência que o EximBank faz relativamente ao percentual de recursos que a instituição coloca à disposição dos bancos nacionais.

Por sua vez, António da Silva Inácio, outro administrador do BPC, afirmou que a sua instituição está disponível para ajudar as empresas no sentido de poderem utilizar com a maior eficiência possível esta linha de financiamento aberta pelo EximBank.

"Vamos entrar em contacto com os nossos fornecedores para vermos a forma de aproveitar este financiamento", disse para acrescentar que desde que as empresas sejam elegíveis por requisitos de financiamento, estarão disponíveis para apoiar às empresas, quer sejam privadas ou públicas. Além dos bancos nacionais, o director para a África Subsaariana do banco HSBC, Richard Hodder, assegurou a sua disponibilidade de apoiar os empresários angolanos neste financiamento do EximBank, através de uma intermediação na relação entre a instituição norte-americana, os bancos nacionais e os empresários.

2.3 Camponesas do Huambo vão ao "Banco Solidário"

Jornal de Angola 27 de Junho de 2009

A ONG norte-americana Visão Mundial está a desenvolver, desde Janeiro deste ano, em algumas comunidades rurais da província do Huambo, um projecto de micro-finanças designado "Banco Solidário".

Segundo a gestora do projecto de desenvolvimento dos serviços financeiros da Visão Mundial, Paula Alves Monteiro, o projecto visa a concessão de micro-créditos a grupos de mulheres, que se dedicam a pequenas actividades de rendimento no meio rural.

Explicou, que o Banco Solidário visa fortalecer o desenvolvimento das comunidades rurais e está a ser financiado pela União Europeia.

Paula Alves Monteiro informou que, de Janeiro a Maio deste ano, o plano possibilitou a entrega de micro-créditos a 500 camponesas. Cada beneficiária recebeu 22.500 kwanzas, que já foram reembolsados dentro do prazo acordado entre as partes.

Advogou, que o desenvolvimento rural não passa apenas pelo apoio às iniciativas agro-pecuárias, mas também a outras geradoras de rendimento, com realce para o comércio.

A Visão Mundial é uma Organização Não Governamental (ONG) Cristã Humanitária e de Desenvolvimento criada em 1950, presente em aproximadamente 100 países.

Trabalha no Brasil desde 1975, onde promove programas de combate à pobreza e exclusão social.

2.4 Empresárias do Uíje abordam com BPC concessão de créditos e financiamentos

O Independente 27 de Junho de 2009

Empresários, comerciantes, membros do Governo provincial do Uíje e da sociedade civil, bem como magistrados judiciais, reuniram-se, esta semana, na cidade cafeeíola para dentre vários assuntos abordarem com os responsáveis do Banco de Poupança e Crédito, BPC, questões relacionadas com a concessão de créditos e financiamentos desta instituição bancária.

O encontro, promovido pela Associação das Mulheres Empresárias da província do Uíje (ASSOMEU), visou esclarecer às associadas sobre os requisitos para aceder a créditos e financiamentos através do banco BCI, para o relançamento da actividade empresarial local. Georgina dos Anjos Neto, presidente da associação, disse que o encontro serviu, ainda, para partilhar ideias com membros do Governo da província, no sentido de se impulsionar o empresariado nacional e contribuir para o desenvolvimento da região.

Nesta conformidade, Georgina dos Anjos Neto, rec-

onheceu, que "o desenvolvimento da sociedade depende do trabalho da classe empresarial e do cumprimento das metas do Governo da província para a promoção do emprego e aumento da produtividade". Referindo-se ao momento de crise económica que grassa pelo mundo, a responsável do pelouro teceu o seguinte comentário:

"A crise económica e financeira internacional trouxe, para os empresários da província, uma oportunidade para o desenvolvimento da economia local, em particular, e do país, em geral, desenvolvendo, sobretudo, o sector agrário"

Por tal facto, apelou aos empresários a guiarem-se por métodos de gestão coerentes para utilização racional dos fundos monetários que serão disponibilizados, criando capacidades financeiras para honrar os compromissos de reembolso.

Já Mendonça Sebastião, membro da direcção provincial do Comércio, em representação da vice-governadora para esfera económica e social, Piedade Samuel Hebo, agradeceu à ASSOMEU pela iniciativa da realização do encontro com os responsáveis do BCI.

O responsável do Comércio no Uíje realçou a importância da existência da Agência do BCI na província e indicou que a região é detentora de vários recursos naturais e lugares turísticos que carecem de investimentos para o seu adequado aproveitamento.

"As portas estão abertas para todos quantos queiram intervir para o desenvolvimento económico e social da província", frisou Mendonça Sebastião, chamando a atenção dos empresários para as modalidades de financiamento e crédito.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Mercado moderno e funcional substitui o comércio paralelo

Jornal de Angola 11 de Junho de 2009

Mais de 1.300 vendedores do mercado informal do Tchico, da cidade do Lubango, vão ser instalados no novo mercado do Mutundo, que deve estar pronto em Novembro.

O novo mercado, que começou a ser construído no ano passado, nos arredores do Lubango, tem uma área de 27.156 metros quadrados e está orçado em nove milhões de dólares.

Em termos de trabalhos a construtora já instalou a estrutura metálica do edifício principal, a cobertura, o muro de vedação, assim como estão levantadas as paredes de todas as outras dependências do edifício.

Além de 1.316 bancadas para vendedores, o empreendimento vai dispor de sete armazéns, 20 lojas, duas agências bancárias, área de abate de animais, câmaras de frio, congelação e conservação e sanitários públicos.

O povo mercado vai ter, também, posto para primeiros socorros, área para atendimento a crianças, jardim, administração, refeitório para os trabalhadores do mercado e posto policial.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, acompanhado pelo vice-ministro do Ambiente, Mota Liz, e do governador da Huíla, Isaac dos Anjos, visitou o local, tendo recebido esclarecimentos do director provincial das Obras Públicas.

3.2 Os preços da morte

Agora 13 de Junho de 2009

São poucos os que chegam a uma farmácia e cumpram à vontade os medicamentos prescritos pelo médico. Mesmo os que têm algum dinheiro compram os medicamentos a "conta-gotas", isto é, segundo a prioridade aconselhada pelo bolso. Noutros casos, o recurso são as praças, como as do "Tunga Ngó" ou "Roque Santeiro", onde as condições de conservação e higiene nunca são observadas e a qualidade nem é questionada, mas os preços são suaves. Porém, nas farmácias, onde as regras de conservação são

observadas, os preços "estão a matar". Dizem os proprietários destes estabelecimentos, que a culpa é do Estado por não subvencionar os custos com a saúde e permitir que se importem medicamentos segundo a possibilidade de cada agente importador ou revendedor.

A situação agrava-se pelo facto dos grossistas, credenciados para importarem os fármacos, dependerem do "fixing" do BNA para a compra oficial de divisas, o que torna impossível importar com regularidade os remédios tão procurados nos hospitais, clínicas e farmácias de Luanda. O que se assiste é um abandono aos "inquilinos" da saúde, na sua maioria cidadãos de poucos recursos, enquanto os mais abastados e os de "costas largas" recorrem ao tratamento no estrangeiro, pelos seus próprios meios ou no esquema da junta médica.

As operações do fixing são tão irregulares que desencorajam tantos grossistas como retalhistas, remetendo-os a um jogo de compra e venda e revenda no mercado negro, daí advindo todo o desajuste e oscilações com os fármacos que entram em Angola e são revendidos sem regras.

Esta é, pelo menos, a opinião daqueles que se entregam ao ofício de vender medicamentos nas diversas farmácias.

Os preços dos analgésicos (aspirina, paracetamol) e dos antipalúdicos (halfan, quinino, plaquinol, fansidar, cloroquina) que são os mais solicitados, variam de farmácia para farmácia. Há farmácias em que os preços mudam semanalmente. Se o cliente compra hoje um remédio, na semana seguinte, mesmo sem ter em conta as deslizantes desvalorizações do kwanza reajustado, pode mais caro. Os proprietários destes estabelecimentos atribuem a responsabilidade deste estado de coisas ao mau funcionamento do sistema bancário do Governo, a desorganização reinante no Ministério da Saúde e a ausência de um programa de incremento da produção de medicamentos nas fábricas estatais, como a "Angomedica" e o "Laboratório Farmacotécnico" que serviriam para minimizar as demandas dos pacientes.

Alguns proprietários de farmácias admitiram terem recorrido à produtos provenientes do Congo Democrático, para não fecharem as portas. Outros aventaram a hipótese de existir uma "rede clandestina de roubo de medicamentos a partir do Aeroporto 4 de Fevereiro", do qual têm recorrido para a compra de medicamentos a preços muito baixos. "Nestes casos vendemos ao público a preço barato", notou uma destas fontes ao AGORA. Trata-se de um circuito

inconstante e comando por vendedores ambulantes.

Há ainda o caso daqueles que compram aos grossistas e guardam o produto para depois revendê-los às farmácias a preços mais elevados. É um recurso ilegal, mas, como disse um proprietário, mais vale ter uma variedade de medicamentos caros disponíveis ao público do que não tê-los a venda, sob risco de perda de clientela e crédito da casa.

Tudo isto escapa à Polícia Económica que, no afã de cumprir à lei, inspeciona os estabelecimentos exigindo facturas para conferir se os preços não estão acima da percentagem exigida, mas há sempre facturas para mostrar. Um autêntico jogo do gato e o rato.

3.3 O “gigante” Roque Santeiro “resiste”

Folha 8 13 de Junho de 2009

O mercado "dito informal" de Angola está bem estruturado e compartimentado. O todo, temos gavetas que guardam especificidades organizadas e, no último escalão, os diversos que se estilhaçam pelas ruas e cantos de Luanda.

No I escalão, está o Roque Santeiro, o mastodonte deles todos, este é generalista conforme temos vindo a divulgar, ou seja, nele podemos encontrar um pouco de tudo. Depois e sem obedecer à ordem por importância, encontramos o Mercado Golfe Correio, aberto para aqueles que procuram acessórios para todo o tipo de viaturas. Em muitas peças, a sua proveniência constitui um mistério, mas a verdade é que quase nada falta nessa. Temos o Mercado Kikolo, vocacionado aos materiais de construção, muito úteis para os cidadãos que se aventuram na construção das suas moradas e não só. Podemos ali encontrar desde a areia, o cimento, pregos, madeira, ferro e material eléctrico ou de canalização. No bairro dos Kwanzas, localiza-se o Mercado com o mesmo nome, antigamente conhecido como Cala-boca. Nele, encontramos todo o tipo de medicamentos para todo o tipo de doenças, inclusive tradicionais.

O "todo" aqui não é exagerado. São muito poucas as pessoas que, no desespero, se dirijam aos kwanzas e não suspirem de alívio em vez da agonia. No bairro Cazenga, está o não menos imponente Mercado Asa Branca que assiste à multidão de um dos municípios mais populosos de Luanda, como outros luandenses que para lá se dirigem à procura de roupa usada que, depois de bem tratada e retocada, não fica a dever as demais de gala adquiridas no Belas Shopping.

Quando queremos fazer um bom repasto para convidados especiais, não quebramos o enguiço, deslocamo-nos ao Mercado Rocha Pinto, onde há a ginguinha ou a galinha rija para uma boa Mwamba, ou então, se preferirmos dar uma de bifês, a boacame do lombo ou primeirinha e as verduras que o acompanham.

O F8 fez um périplo em alguns desses mercados para um levantamento e inteirar-se da actualidade. No Golfe, os seus vendedores afirmaram serem os maiores em termos de acessórios de automóveis. Questionado o porquê, Geri, 34 anos, há 10 anos no Golfe Correios a vender acessórios, respondeu que é por o mercado ter muitos vendedores que vão buscar directamente de fora do país e vendê-los a partir do Golfe, embora, neste aspecto, muitos se sintam ameaçados por causa da concorrência, pois, segundo eles, cresce cada vez mais o número de vendedores estrangeiros, nomeadamente malianos e senegaleses. "Os malianos estão-nos a pôr muito em baixo desde que apareceram, estão-nos a "roubar" todos os clientes", disse Geri. No mercado Golfe, existe três secções de venda de acessórios de automóveis, nomeadamente Sucata _ peças usadas (onde vendem só angolanos), Mayuya _ peças de ocasião e novas (onde vendem malianos e senegaleses) e o Ringue _ peças novas e de ocasião (outros angolanos).

De acordo com os vendedores, os acessórios vêm de Dubai, China e África do Sul. Quanto ao mercado dos Kwanzas (antigo Cala Boca), tem a repercussão de ser o melhor e maior mercado de venda de medicamentos a nível nacional. Muitos cidadãos dizem não pensar duas vezes para ir comprar medicamentos aos Kwanzas, quando têm em mãos uma prescrição médica. Augusto Mbuta, 23 anos, afirmou que, no mercado dos Kwanzas, "a pessoa encontra facilmente medicamentos dos mais difíceis de serem encontrados em muitas farmácias".

O mercado dos kwanzas é um potencial a nível do medicamento tradicional e produtos agrícolas. Os produtos agrícolas saem doutras províncias directamente para os Kwanzas.

No Mercado Kikolo, conferenciamos com Domingos Diquizeco, 48 anos, vendedor de material de construção no Golfe, este afirmou que o mercado é a sua maior fonte de acessórios para vender. & Joca Martins disse à nossa reportagem que qualquer indivíduo pode construir a sua casa à base do material vendido no Kikolo. O Mercado dos Congolenses foi outro visitado pela nossa reportagem. Segundo os seus vendedores, é potencial em material de som: Rádio-

cassete, DVD, aparelhagem de alta gama. Adiantam que não superam o Mercado Roque Santeiro.

A nossa viagem terminou no Mercado Asa Branca, que fica no município do Cazenga. É famoso por ter roupa de marca "última geração". Segundo Maninho, vendedor do Asa Branca, há 12 anos, todo o indivíduo que quiser aparecer com roupa moderna tem de ir ao Asa Branca.

Questionados sobre esta fama, Amélia Mbacka, 46 anos, há mais de 15 anos a vender roupa usada naquele mercado, afirmou estar muito próximo dos maiores fornecedores de roupa usada do nosso mercado como ADPP e outros armazéns localizados na zona do Ifá, Cazenga. Pretendemos fazer uma sondagem para comparar alguns. Os vendedores do Roque Santeiro admitiram estarem abaixo dos mercados acima referidos no que concerne à oferta dos produtos referenciados. Adão Luimbi afirmou que, embora o Roque seja ainda líder na venda de acessórios de motorizadas, admitiu o Mercado do Golfe ser líder na venda de acessórios de automóveis.

José Manuel, 41 anos, que se diz conhecer bem o Mercado Roque Santeiro também admitiu que o Mercado do Kicolo é líder na comercialização do material de construção civil.

Apesar disso, os nossos interlocutores afirmaram o Roque Santeiro ter de tudo um pouco, desde os produtos mais baratos aos mais caros, dos mais arcaicos aos mais modernos. Servem a todos, desde o mais pacato e humilde ao cota de colarinho branco.

Joana Gomes, 23 anos, residente no bairro Hoji-ya-Henda, afirmou ter muitas razões para fazer compras no Roque Santeiro. Compra produtos de beleza como: creme, verniz, batom, brinco, óculos, etc.

Meury e Ludimila, ambas de 18 anos, foram unânimes em afirmar que os produtos do Roque Santeiro são muito bons e baratos, mencionando o cabelo brasileiro como estando no valor de 70 ou 80 USD; enquanto nos outros mercados pode ser encontrado a 100 ou 150 USD.

3.4 Vendedoras e polícia em pé de guerra

Angolense 13 a 20 de Junho de 2009

O conhecido mercado da B.C.A., localizado na zona da Filda, município Cazenga, pode desaparecer do mapa nos próximos tempos, por força de uma medida da administração local, ordenada há um mês. Diariamente

são vistos agentes da Polícia Nacional no local, que escorraçam os vendedores, que, entretanto, resistem e continuam a comercializar produtos no referido espaço.

Os comerciantes alegam que o local que lhes foi indicado pelo governo para que passassem a trabalhar, na rua das condutas no mesmo município, não tem clientes para além de estar já ocupado pelos moradores daquela zona. Arminda Jorge vende leite e feijão naquele mercado há mais de dez anos e diz que não vai abandonar o local porque "o lugar que a administração mostrou não favorece".

Zelita Daniel, outra vendedora, afirmou que o corre-corre da polícia não se justifica, pois os vendedores estão na praça da B.C.A. em busca de sustento e até ao momento não lhes foi apresentada qualquer alternativa válida.

A posição das vendedoras converge no mesmo ponto: "a praça daqui não sai", como gritavam na altura diante dos policiais, num claro gesto de desafio.

Para o administrador municipal adjunto do Cazenga, João Adão, tanto na Cuca quanto na BCA, nunca houve mercado. O que chamam de praça do BCA é uma rua e por ISSO o governo local entende que deve acabar com as vendas nas ruas, até mesmo para evitar perigo para os próprios vendedores (muitos trabalham à beira da estrada) e para não criar congestionamento como o que se verificava na estrada da Cuca.

Antes da tomada da decisão, segundo João Adão, o governo local indicou aos vendedores um espaço na rua das condutas, no mesmo município, para além do espaço disponibilizado no mercado do Asa Branca, mas lamenta que os vendedores rejeitem a mudança. Entretanto, continuou, a administração municipal do Cazenga "não vai tolerar a venda nas ruas.

"Mais dia, menos dia, aqueles vendedores que estão a mostrar resistência terão que abandonar o local para não ficarmos no dito pelo não dito", avisou o administrador municipal adjunto do Cazenga.

Sobre a taxa de 50 Kwanzas que vendedoras pagam diariamente para vender no espaço que a administração considera de rua, João Adão disse que desconhece a cobrança de valor aos vendedores.

3.5 Crianças trabalham como gente grande

Jornal de Angola

21 De Junho de 2009

Mendes Domingos, 16 anos, lava carros há dois anos. Diz que não estuda por não possuir documentos de identificação. Vive com a mãe e é órfão de pai. O dinheiro que ganha, dois mil kwanzas por dia, serve para comprar a comida de que ele e os seus familiares necessitam cobra 500 kwanzas por cada carro que lava. Por cada motorizada 200. Mendes Domingos e seus colegas, todos menores, pagam diariamente 100 kwanzas aos proprietários do terreno onde trabalham. A água é retirada do rio Muembeje.

O ajudante de mecânico Costa Manuel, 16 anos, estudante da oitava classe, diz que consegue conciliar o trabalho e os estudos. Com o que ganha paga os estudos e espera, no futuro, especializar-se em mecânica. "Se os miúdos da minha idade fizerem o mesmo que faço, evitam a vida de delinquente", afirma.

Macana Teixeira, 11 anos, vive com os pais e mais quatro irmãos. Apesar de estudar, nas horas livres vende banana e abacate nas ruas de Ndalatando. Conta que os pais o obrigam a fazer esta tarefa porque dali sai o sustento da família. O seu pai é professor, a mãe é camponesa.

Ele e os dois irmãos mais velhos, um de 15 anos e outro de 13, aos sábados, ajudam a mãe no campo. "Já estamos habituados. Na lavra ajudamos a mãe a capinar e a arrancar mandioca. De regresso trazemos à cabeça ou nas costas feixes de lenha, sacos de mandioca, banana e outros produtos da lavra", disse Maniaca Teixeira.

Junto a um armazém de venda de cerveja e refrigerantes, vimos muitas crianças que, a mando dos encarregados de educação, alguns vindos de áreas distantes, compravam caixas de gasosa ou de cerveja para revenda a retalho.

Marcela da Costa Andrade, 12 anos, vive com a irmã e o cunhado. Frisa que em casa, para além da sobrinha de dois anos, não há mais ninguém que possa comprar cerveja e gasosa.

Por isso é obrigada a fazê-lo, às vezes mais de uma vez por dia. "A grade pesa muito. Como não temos carro de mão, levo na cabeça", disse à nossa reportagem.

"Eu e o meu primo fazemos este trabalho duas vezes por semana. A minha mãe vende mufete e churrasco e como os clientes são exigentes, a cerveja ou a gasosa não pode faltar", revelou um rapaz conhecido apenas por Mário, que "tripulava" um carrinho de mão carregado com duas grades de gasosa e duas de cerveja.

Kicola faz tudo

Aos 14 anos, João Kicola é mais uma entre as várias centenas de crianças angolanas que, pelas mais diversas razões, se viram obrigadas a ingressar prematuramente no mundo do trabalho. "Já fiz quase tudo", lembra.

"Eu e mais dois amigos começámos a vender água na rua. Desde então não mais parei. Fui ajudante de mecânico numa oficina de motos, lavo carros, faço descarregamento de mercadorias e tantas outras actividades, algumas das quais já nem me lembro. Faço tudo isso para garantir o meu sustento"justifica.

Apesar de ter deixado de estudar há vários anos, Kico, como é tratado pelos mais próximos, considera-se bem sucedido no trabalho que faz. Afinal é disso que vive. Natural do município do Golungo Alto, (Kwanza Norte), chegou a Ndalatando há três anos, tendo sido acolhido por um tio no bairro da Comarca.

"O meu pai morreu na altura da guerra e a minha mãe faleceu de doença no ano passado", conta Kico, acrescentando que tem dois irmãos mais velhos que residem actualmente em Luanda.

João Kicola vê-se obrigado a compartilhar das despesas caseiras, sob pena de ficar a viver na rua. O seu rendimento diário varia muito. "É melhor assim do que roubar", disse o jovem.

Luta para sobreviver

Josué Ferreira, 12 anos, todos os dias grita "saco, saco", num ritmo encantador e até espectacular pela forma como se empenha na labuta. Grita para atrair as pessoas que ao comprarem qualquer produto precisam dos sacos que ele e outros garotos vendem.

Em cada jornada chega a fazer entre 300 e 400 kwanzas, isto se o dia correr "lindamente", conforme ele diz. A competição na sua faixa de negócio é dura e exige coragem e sacrifício. Afinal cada saco, dependendo do tipo, custa 10 ou 20 kwanzas.

O sol esquenta mas Josué não arreda pé do mercado.

O puto, de corpo franzino, é apenas um dos muitos rapazes que ganham algum dinheiro em vários pontos do grande mercado que é a cidade de Ndalatando.

Milhares de crianças em Angola são vítimas do trabalho infantil.

Realidade crua

A UNICEF em Angola diz que mais de dois milhões de crianças e jovens até aos 17 anos, encontram-se envolvidos em actividades laborais do sector informal, com ou sem remuneração. Trabalham nas ruas, casas particulares, mercados, lavras, fazendas, enfim, nos locais mais díspares. Isto a troco de míseras quantias de dinheiro, quando não apenas por um prato de comida. Esta realidade contraria o princípio legal estabelecido de que nenhuma criança menor de 18 anos deve trabalhar, já que o lugar da criança é na escola e junto da sua família.

É considerada exploração de trabalho infantil a actividade que é exercida por um longo período e absorve a maior parte do tempo da criança, comprometendo a sua auto-estima e o seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional.

O professor de Educação Moral e Cívica, Celso Guimarães, afirma que não basta proibir ou limitar o trabalho infantil. Para além da educação e da mudança de mentalidades, é imprescindível uma maior qualificação profissional dos trabalhadores e a melhoria das condições sócio-laborais.

"Nada mais simples do que respeitar a dignidade das pessoas. A condição da criança, em todo o mundo, está em crise", precisou.

De acordo com a Lei Geral do Trabalho, o empregador deve assegurar aos menores ao seu serviço, mesmo que em regime de aprendizagem, condições de trabalho adequadas à sua idade, evitando qualquer fisco para a sua segurança, saúde, educação e qualquer dano ao seu desenvolvimento integral.

A lei define que o contrato de trabalho celebrado com menores que tenham completado a idade mínima de admissão ao trabalho só é válido com a autorização expressa do pai ou da entidade que o representa.

O Estado angolano adoptou as várias convenções internacionais de protecção à criança, nomeadamente sobre o Trabalho Infantil, Direitos da criança e a carta africana e ratificou o protocolo sobre a eliminação das piores formas do trabalho infantil.

A Direcção provincial do Instituto de protecção à criança, nomeadamente sobre o Trabalho Infantil, Direitos da Criança e a Carta Africana e ratificou o protocolo sobre a eliminação das piores formas do trabalho infantil.

A direcção provincial do Instituto Nacional da Criança não revelou dados oficiais e actualizados de eventuais

casos de exploração de trabalho infantil e violência contra a criança na província do Kwanza-Norte.

3.6 Persiste venda de produtos em locais impróprios

Factual 19 A 26 de Junho

O Factual foi ao encontro dos vendedores e clientes no mesmo local para saber a causa de tanta insistência, é propício, já que as vendas são feitas ao lado do terminal doméstico, junto de uma vala inacabada que contém uma aglomeração de lixo e água parada, que põem em risco a vida de vendedores e de clientes, pelo facto dos produtos não serem bem conservados.

Luzia Cardoso, vendedora deu a conhecer que as "vendas são feitas aqui porque os mercados já estão todos cheios e aqui é o único lugar que temos para vender, para podermos satisfazer as nossas necessidades".

Outra vendedora, Antónia Manuel, indicou que o local não é autorizado para venda, porque não é uma praça, mas não se pode abandonar o lugar de forma repentina, não por desobediência, mas pelo facto de ser uma forma de sobrevivência.

"É com o que se ganha das vendas que resolvemos os problemas de alimentação, educação, saúde e transporte para os nossos filhos", referiu Antónia Manuel, acrescentando que: "] á não temos lugar para vender e parar de repente seria matar aos poucos os nossos filhos, porque já não temos alternativa de vida".

A vendedora Fernanda Mateus fez saber que vende os seus produtos "aqui, porque até o emprego de doméstica está difícil, e vender na porta de casa o negócio não rende de forma a satisfazer as nossas necessidades", explicando que "mais vale vender por um preço mais barato e ganhar do que não ter para comer".

A cliente Elizângela Simão afirmou ao Factual que faz as suas compras junto à vala do Kassequel do Lourenço porque os preços são baixos, pois que "apesar do lixo e as águas paradas serem um incomodo para o ser humano, as questões financeiras falam mais alto".

3.7 Camartelo demolidor do GPL destrói Feira Ngoma

O Independente 27 de Junho de 2009

Eram precisamente 6 horas da manhã de 22 de Junho (segunda-feira), quando várias máquinas pesadas, afectas ao Governo Provincial de Luanda (GPL), através da Administração Municipal do Sambizanga,

iniciaram a demolição da então Feira Ngoma.

Localizada na Avenida dos Combatentes, no Sambizanga, a Feira Ngoma existia desde os anos 1980. Congregava 93 lojas de comércio geral, 18 de hotelaria e similares e oito de prestação de serviços, "todas ilegais", no dizer das autoridades administrativas locais.

De acordo com o administrador municipal, José Tavares, "o espaço era utilizado de forma ilegal durante vários anos por vários comerciantes".

Segundo o governante, a demolição dessa infra-estrutura social prende-se ao facto de ter sido "um local em que proliferavam actividades comerciais ilegais, práticas sociais indecorosas, tais como a prostituição, o tráfico de drogas, delinquência juvenil e outros delitos já comprovados pela Polícia Nacional".

A acção visou igualmente, de entre outras medidas e acções no domínio do comércio, o estabelecimento do urbanismo e da ética comercial, dando maior dignidade do meio aos moradores da área.

Foram removidos vários automóveis avariados no local e outros bens não retirados no tempo indicado (até dia 21, domingo) pelas autoridades.

Vários cidadãos assistiram ao acta, entre os quais antigos feirantes que argumentam desconhecer o seu futuro como comerciantes, devido à falta de interesse na resolução do problema, por parte dos antigos gerentes do imóvel, as Organizações Simica.

De acordo com José Tavares Ferreira a decisão surge em cumprimento do plano: anual das actividades do Governo Provincial de Luanda para o presente ano, visando pôr ordem na actividade comercial na província.

"Há muitas reclamações (escritas e verbais) de moradores que se mostram agastados com o índice de assaltos e com a observação de várias práticas anti-sociais, daí a necessidade de se pôr fim a estas acções", declarou o administrador.

José Tavares Ferreira disse não ser da responsabilidade do Governo o futuro dos actuais comerciantes, uma vez que estes têm apenas vínculo com as Organizações Simica, gestora da feira, que não paga impostos ao Estado.

De acordo com o administrador, a acção visa igualmente o restabelecimento do urbanismo e da ética comercial, dando maior dignidade, quer aos

comerciantes, quer aos clientes.

"Actualmente, a nossa preocupação é tão-somente o encerramento daquele espaço, em que muitos marginais se concentram para preparar as suas acções de banditismo em outras zonas".

Moradores aplaudem demolição

Por sua vez moradores da Avenida Comandante Valódia, no Sambizanga, aplaudiram com satisfação a demolição da feira, porque para além do comércio albergava jovens delinquentes que ameaçavam a vida dos cidadãos.

Em entrevistas separadas efectuadas por uma equipa de reportagem do semanário "O Independente", os moradores disseram que o espaço, antes criado para lazer dos cidadãos, foi transformado em lugar para prática de acções indecorosas, pondo em perigo a vida de pessoas e seus bens.

João Benjamim, presidente da comissão de moradores do prédio 402, disse que durante o dia o recinto servia de esconderijo de jovens delinquentes, que às noites saíam para roubar artigos diversos aos cidadãos que passavam nos arredores, bem como no interior de viaturas estacionadas.

"Fui uma das vítimas dos malfeitores há duas semanas, nesta zona. Dois jovens munidos com armas automáticas do tipo AKM-47 interceptaram-me no intuito de roubarem a minha viatura, mas não foi possível devido ao alarme que accionou e eles esconderam-se no interior da feira", sublinhou o município José Manuel, morador na Avenida Comandante Valódia.

Por sua vez, Sandra Macedo, também moradora nos arredores, afirmou que o empreendimento era utilizado como ponto de partida dos marginais, nas acções de roubos de artigos diversos a mão armada, de consumo de drogas e prostituição, tornando a zona muito perigosa à noite.

Entretanto, os moradores são de opinião que no local sejam construídos empreendimentos de interesse social, como parques de estacionamento, hospital, estabelecimento escolar ou um centro comercial de referência.

Antigos feirantes querem indemnizações

Os antigos comerciantes da Feira Ngoma vão exigir indemnização das Organizações Simica, que geria o local. Uma proprietária de lanchonetes, Maria do Céu, disse que os comerciantes vão solicitar dos responsáveis das Organizações Simica "uma indemnização de acordo

com os contratos firmados".

Acrescentou que, caso não se chegue a um acordo, poderão encaminhar uma queixa às instâncias judiciais, uma vez que a administração municipal havia dado uma moratória de cem dias, mas durante este período foram firmados novos contratos.

De acordo com ela, cada feirante pagava mensalmente pelo aluguer do espaço o equivalente a 250 ou 500 dólares, de acordo com os metros quadrados de cada estabelecimento comercial.

Sabe-se que perto de 800 pessoas, na sua maioria do sexo feminino, ficaram sem empregos fixos e temporais, entre balconistas, servidoras de restaurantes e lanchonetes, guardas, funcionários de limpeza, roboteiros, entre outros.

3.8 Venda ambulante em plena estrada periga vida dos transeuntes

O Independente 27 de Junho de 2009

Os vendedores ambulantes, ao invadirem totalmente as estradas com os seus negócios, além de colocarem as suas próprias vidas em perigo, complicam o trânsito automóvel, contribuindo para um crescendo dos engarrafamentos que se formam em certos pontos das cidades.

Filomeno André, um dos automobilistas entrevistados pelo semanário "O Independente", frisou que alguns acidentes de viação são provocados pelo amontoamento de mercadores nos entroncamentos e cruzamento de estradas.

Já Agostinho Mateus, vendedor ambulante, disse ter conhecimento que o local em que vende não é apropriado para a comercialização dos seus negócios, mas tem insistido pelo facto de ser um dos locais em que o rendimento é maior. Ele, todavia, não descarta um possível abandono do exercício da actividade comercial nas estradas.

David António, outro vendedor ambulante, informou que a semana passada um colega seu foi atropelado por um carro que fazia uma ultrapassagem à direita. Diante desta situação, muitos vendedores estão a procurar outros locais mais seguros com vista ao exercício da venda informal. "Só vendemos neste local porque já não temos outro em que possamos vender os nossos negócios. Se o governo construísse mais mercados as vendas nas estradas e noutros locais não apropriados ia acabar", disse.

3.9 Qual o destino dado as receitas arrecadadas nos mercados? Um mistério por desvendar

Angolense 27 de Junho de 2009

Sobre a questão levantada pela governadora cuja resposta interessa a todos, nas últimas duas semanas o Angolense desencadeou uma ronda pelos diferentes mercados da capital para juntos dos seus administradores saber afinal onde vai o dinheiro cobrado aos vendedores.

Na manhã desta terça-feira, 16, o destino foi a administração do mercado do Kicolo. Logo a entrada encontramos um carro de última geração pertença do administrador do mercado. Numa das salas do edifício um grupo de funcionários contava o dinheiro recolhido naquele dia, de seguida, fomos recebidos pelo responsável do mercado que quando se apercebeu que o assunto a tratar era o destino dado aos montantes arrecadados disse que não podia falar sobre o assunto sem que houvesse uma autorização expressa da administração municipal do Cacuaco.

"Eu não sou daqueles que trato mal a imprensa mas não posso falar sem orientação, por escrito, ou por telefone do meu superior", justificou.

Cumprindo a exigência, neste mesmo dia o Angolense dirigiu uma carta à administração daquele município mas até a altura em que procedíamos ao fecho da presente edição não recebeu qualquer comunicação daquela instituição pública.

Na administração do Cazenga, onde estivemos na quarta-feira, 17, a história foi quase idêntica. A secretária impediu-nos o contacto directo com o administrador, alegando que "o chefe está reunido". Mais tarde, a mesma indicou-nos o senhor Carlos Almeida da área de Mercados e Feiras que, no entanto, recusou falar sobre o destino dado as quantias arrecadadas, alegando ser uma matéria sensível, sobre a qual só falaria com orientação do seu chefe.

No entanto, uma fonte ligada a área que trata da cobrança das taxas nos mercados daquele que é considerado o município mais populoso de Luanda e que pediu para não ser identificada, contou à nossa reportagem que o dinheiro tem sido depositado numa conta da administração municipal, domiciliada no Banco de Poupança e Crédito e que, depois disso, só o administrador sabe do destino que é dado aos valores

por ser a pessoa que movimenta a conta.

Do Cazenga para outro ponto da capital, rumamos para o mercado "Roque Santeiro", entre o bairro Sambizanga e a Boavista. Mais do que uma fonte de receitas para a administração local, pela sua extensão, garante a sobrevivência de milhares de cidadãos.

O senhor Alberto é um deles. "Vendo aqui há 23 anos e diariamente pago uma taxa de 100 Kwanzas aos fiscais", contou, para depois esclarecer que nem todos pagam esse valor. "Eu pago 1 00 por ser numa bancada mas os que vendem nas viaturas pagam 400 Kwanzas", acrescentou.

Depois da conversa com os vendedores nos dirigimos a administração do mercado mas o seu responsável não se encontrava no local. Numa conversa ao telefone que teve que ser autorizada pelo administrador municipal do Sambizanga, Victorino Kiteculo, o administrador do Roque Santeiro, disse que o dinheiro das taxas dos vendedores (que cobra diariamente) é canalizado para a administração municipal, através de uma nota de entrega assinada por si e pela pessoa que recebe, no caso o senhor Cândido, depois disso, continuou, só o administrador municipal, no âmbito da desconcentração administrativa, sabe do destino.

Questionado sobre quanto é que o Roque Santeiro dá para os cofres da administração municipal diariamente preferiu não revelar mas garantiu que há mapas com números que servem para justificação junto do Tribunal de Contas. Entretanto, confirmou a cobrança aos vendedores de valores que vão dos 100 aos 400 Kwanzas, consoante o espaço que cada um ocupar.

Entretanto, através de várias fontes ligadas a administração do referido mercado ficamos a saber que, no Roque Santeiro, diariamente são movimentados milhões de Kwanzas. "Não sei exactamente quanto é que a administração leva daqui mas diariamente são transportados três a quatro sacos de 50 quilos, cheios de dinheiro", contou-nos uma das pessoas ouvidas.

Apesar dos esforços empreendidos pela nossa reportagem, dado as alegadas reuniões sucessivas que ocupam os administradores, apontados na reportagem pelos seus subordinados como sendo os assinantes das contas bancárias onde é depositado os dinheiro arrecadado dos mercados, o real destino continua a ser um mistério por desvendar.

Vozes críticas da sociedade atribuem uma doze de culpa a própria figura que "aqueceu" a polémica, no caso a Governadora de Luanda, por não ter tido a

coragem de questionar o destino dado as receitas dos mercados antes, quando o seu reinado já leva dois anos.

3.10 Gestores de negócios informais devem estar inscritos no INSS

Jornal de Angola 28 de Junho de 2009

O director provincial do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Venceslau de Matos, pediu aos gestores de negócios informais que se inscrevam no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Venceslau de Matos, em declarações à Angop, chamou à atenção dos jovens sobre as vantagens de estarem inscritos no INSS, sugerindo-lhes que procurem o instituto para "garantirem uma velhice segura".

"O futuro dos jovens que preferem ganhar por dia (trabalho informal) está comprometido", frisou, porque "não têm o cuidado de se inscreverem no INSS", Venceslau de Matos referiu que muitas empresas recebem jovens formados nos centros de formação profissional e nos pavilhões de artes e ofícios, mas que estes "abandonam os empregos".

Os "jovens recrutados por estas empresas ficam apenas duas ou três semanas e começam logo a exigir os salários porque estão acostumados a levar mil ou dois mil Kwanzas para casa todos os dias", afirmou, acrescentando:

"Mesmo com explicações de que o salário mensal equivale a mil kwanzas por dia, os jovens preferem voltar à actividade informal pois querem ter dinheiro todos os dias", sublinhou.

Venceslau de Matos lamentou que haja jovens que prefiram ser lavadores de carros ou vendedores ambulantes a trabalharem numa empresa, mas avisou-os que "são os pedintes do futuro por não estarem inscritos na segurança social".

As pessoas devem saber, prosseguiu, que a empresa onde se trabalha deve inscrever o funcionário no INSS enquanto os "trabalhadores contribuem com um pequena percentagem mensal, garantindo, deste modo, uma velhice segura".

O director provincial do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social reconheceu ser "necessário muito trabalho de sensibilização com sociólogos e psicólogos para mudar a mentalidade destes jovens".

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 OGE e Plano do Governo em debate no Parlamento

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

Os deputados da Assembleia Nacional debatem hoje, em sessão plenária, o OGE e o Plano Nacional revistos para 2009, oito dias após a sua apresentação pelo Governo. Os dois documentos devem ser aprovados, ainda hoje, pela maioria parlamentar.

Na sessão, que vai contar com a presença de membros do Governo, em especial da equipa económica, aguardam-se acesos debates, uma vez que a base dos documentos mantém-se, comparativamente aos documentos iniciais aprovados em Dezembro do ano passado.

Na altura, a oposição votou contra o Plano Nacional e o OGE, por discordar com a forma de distribuição das despesas. Os documentos receberam 170 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções.

A bancada do MPLA, que tem a maioria parlamentar, com 191 deputados, garante ouvir sempre a oposição e procurar consensos para os assuntos em discussão, antes de fazer valer o seu poder de maioria.

Momentos após a apresentação dos documentos, na semana passada, o presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Diógenes de Oliveira, disse que acredita no consenso, porque o Governo continua a dirigir grande parte do orçamento aos sectores prioritários, como o social que recebe a maior fatia das despesas do Estado, com 33,3 por cento do total.

"As bases não se alteraram significativamente. O que se fez foi ajustar as receitas às circunstâncias actuais e uma redução em alguns sectores para podermos ajustar as receitas às despesas", disse o deputado, pedindo união aos colegas na apreciação dos documentos.

Governo reduz despesas

Nos documentos que vão hoje a debate, o Governo alterou o quadro macroeconómico, em função dos

desenvolvimentos registados na economia nacional e internacional durante os primeiros quatro meses do ano.

Com a produção petrolífera nacional afectada pelo corte nas quotas de produção estabelecido pela OPEP para os Estados membros, Angola viu as exportações médias diárias do petróleo bruto a atingirem, no primeiro trimestre de 2009, os 1.756 milhões de barris, a um preço médio 38,10 o barril. O valor está longe da previsão inicial que apontava para os 2.027 milhões de barris a um preço médio de 55 dólares o barril.

O relatório de fundamentação, distribuído pelo Governo, indica ainda outro aspecto de peso na revisão das metas: as reservas internacionais no Banco Central reduziram-se em cerca de 5.445 milhões de 31 de Dezembro de 2008 a 15 de Maio de 2009, e a taxa de câmbio depreciou-se 8,5 por cento, no mercado informal, e 3,5 por cento, no mercado formal.

O documento acrescenta ainda que se registou uma redução do valor dos activos nacionais, sobretudo financeiros, detidos no estrangeiro e das receitas petrolíferas e diamantíferas, como consequência da redução dos preços de exportação e da produção.

Economia vai crescer a Produto Interno Bruto, que é a soma de tudo que é produzido no país, vai crescer apenas 6,1 por cento contra os 11,8 por cento inicialmente previstos pelo Governo. A taxa de inflação para 2009 passa de 10 para 12,5 por cento.

"A proposta de revisão do OGE vem ajustar a programação macroeconómica nacional de 2009 à nova realidade económica e financeira internacional, sem comprometer os objectivos do Governo", revela o Governo no seu relatório de fundamentação.

A revisão assenta numa reavaliação da estimativa da receita petrolífera face ao comportamento do preço médio, a fixação da despesa a outro nível, depois da revisão dos créditos orçamentais para as despesas correntes e para as de capital. Teve-se também em conta a revisão das operações de financiamento, em função do défice apurado e o serviço da dívida projectado.

O OGE revisto tem receitas fiscais avaliadas em 1.615,2 mil milhões kwanzas, menos 778,8 mil milhões (32,5 por cento) que o inicialmente previsto, e despesas fiscais de 2.371,5 mil milhões de kwanzas, excluindo amortização da dívida e constituição de activos. Aqui também uma queda de 470,5 mil milhões (16,6 por cento).

O défice fiscal é de 756,3 mil milhões (10,1 mil milhões de dólares), o equivalente a 14,7 por cento do PIB. A saldo negativo vai ser coberto com financiamentos internos e externos, amortização de empréstimos concedidos, vendas de activos e reservas do tesouro.

Oposição promete debate

Os partidos da oposição querem explicações adicionais sobre o projecto-lei de revisão do Orçamento Geral do Estado e o Plano Nacional e garantem acesos debates, hoje durante a discussão, na generalidade, dos dois documentos.

O Jornal de Angola ouviu os representantes dos partidos com assento no Parlamento. Eles prometem questionar a equipa económica do Governo, antes de se decidirem pela aprovação do documento.

O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, considera que "a revisão surge devido à falta de visão da equipa económica, porque a crise económica já era previsível". Ele acrescenta que "a crise é real, já se sente no país e vai ter um impacto grande nas camadas sociais mais carentes".

O líder da bancada da FNLA, Ngola Kabangu, disse que o seu partido vai questionar o Governo sobre os cortes efectuados em determinados sectores. Ngola Kabangu manifesta preocupação com os sectores considerados estratégicos e vitais, como o abastecimento de água, segurança alimentar, saúde, habitação e transportes.

A FNLA pretende também explicações adicionais sobre o processo de construção e reconstrução de infra-estruturas, como estradas, pontes, caminhos-de-ferro, portos e aeroportos, "porque são vitais e podem garantir o desenvolvimento harmonioso do país".

"O Governo garantiu que os sectores da Educação e Saúde estão protegidos. Então, queremos saber como vai proteger o poder de compra dos trabalhadores, quando os preços dos produtos básicos estão a subir todos os dias", afirmou o líder da FNLA.

O deputado Quintino de Moreira, da Nova Democracia, garante votar a favor do projecto de Lei de revisão do OGE e do Plano Nacional para 2009. Justificou que, com a crise financeira "que afectou o país, é necessário que se faça um reajuste do OGE para que haja manutenção das despesas como a Educação, Saúde, salários da função pública e a conclusão das Obras Públicas.

O deputado Sapalo António, do PRS, referiu que o seu partido tem uma posição clara sobre os dois documentos que vão hoje a debate. Adiantou que o seu partido discorda da revisão do OGE e argumenta que "a crise não justifica a revisão do documento".

MPLA quer explicações sobre metas a atingir
A bancada parlamentar do MPLA está a favor ao OGE e Plano Nacional revistos para 2009, mas pretende mais esclarecimentos sobre as metas constantes nos dois documentos que vão hoje a debate e votação na Assembleia Nacional.

A terceira secretária do Grupo parlamentar, Ruth Mendes, disse que, durante a sessão de hoje, os deputados vão questionar a equipa económica sobre o assunto.

A deputada falou, ontem, à imprensa, nas instalações do Futungo 11, após a reunião convocada para analisar os documentos a serem submetidos à sessão plenária da Assembleia Nacional.

Ruth Mendes explicou que, devido à baixa do preço do petróleo registado no último trimestre de 2008 e no princípio de 2009, houve necessidade de fazer a revisão no Plano Nacional e no OGE.

A deputada sublinhou que, o MPLA está preocupado com as poupanças dos cidadãos. "O que mais preocupa o MPLA é o facto de as poupanças dos cidadãos não estarem a ser utilizadas na sua plenitude e quando as pessoas necessitam".

Reconheceu que o Banco Nacional de Angola adoptou algumas medidas para preservar a saída desordenada de capitais do país, mas acrescentou que os "deputados estão preocupados com a situação porque está a afectar os cidadãos, que confiaram nos bancos e não conseguem levantar quantias como dois mil dólares".

Na reunião orientada pelo vice-presidente do partido, Roberto de Almeida, os deputados do MPLA analisaram, ainda, o projecto de resolução referente à interpelação feita à ministra Sem Pasta e governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, sobre política sectorial de gestão do espaço urbano de Luanda.

4.2 Deputados aprovam revisão

Jornal de Angola 3 de Junho de 2009

Os projectos de lei do OGE e do Plano Nacional para 2009 foram aprovados, ontem, na generalidade, pela Assembleia Nacional, após quase quatro horas de

debates, marcados por críticas da oposição sobre os propósitos da revisão, a disponibilização das verbas e o alcance das metas propostas pelo Governo.

Os dois documentos passaram com 141 votos a favor e 19 abstenções. A UNITA e o PRS decidiram abster-se da votação, mesmo depois de o presidente em exercício da Assembleia Nacional, João Lourenço, ter referido que estava em causa apenas uma autorização para que os documentos pudessem ser enviados às comissões de especialidade.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças, Diógenes de Oliveira, também manifestou estranheza pelo comportamento dos dois partidos, por se tratar apenas do primeiro passo para um debate mais detalhado nas nove comissões do Parlamento e os membros do Governo.

Depois de ter votado contra o OGE e o Plano Nacional, em Dezembro último, a UNITA voltou a não validar os dois documentos. Se na última vez alegou que os documentos eram "eleitoralistas e pouco realistas", ontem a justificação para a abstenção foi a distribuição geográfica das receitas e a redução das despesas com a saúde.

O ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior, e a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, explicaram aos deputados que o sector social, incluindo a saúde, continua a receber a maior fatia do orçamento, com 34,6 por cento do total. Este aspecto, disseram os ministros, mostra a preocupação do Governo com a melhoria da vida dos angolanos.

Discussão nas comissões

A partir de hoje, até ao dia 17 deste mês, os documentos começam a ser discutidos pelas comissões especializadas, na presença dos diferentes sectores do Governo. O objectivo é que os trabalhos estejam concluídos até 20 de Julho, altura em que a Comissão de Economia e Finanças deve entregar os documentos ao Presidente da Assembleia Nacional. A aprovação final do OGE e do Plano Nacional revistos deve acontecer a 28 de Julho.

Orçamento e Plano para combater a fome.

As metas e objectivos fundamentais do Governo para 2009 mantêm-se com a revisão. O ministro da Economia recordou o combate à pobreza, à fome e um crescimento económico capaz de apoiar o Governo na execução das principais tarefas para este ano como objectivos. Manuel Júnior, respondendo a questões dos deputados, afirmou que, face ao desempenho da economia mundial, numa altura em que grande parte

dos países enfrenta o espectro da recessão, o crescimento para este ano, de 6,2 por cento, é respeitável e necessário para concretizar as principais tarefas.

"Sempre dissemos que o aspecto fundamental dos efeitos da crise na economia nacional seria pela via económica e não pela via financeira", disse o ministro, acrescentando que "esta é a via principal para a transmissão dos efeitos da crise na nossa economia. Não propriamente pela via financeira, porque a nossa economia não <estava muito exposta aos mercados internacionais e aos chamados produtos tóxicos".

O ministro lembrou que a revisão do OGE vem dar cumprimento à uma recomendação da Assembleia Nacional, que, na altura da aprovação do documento inicial, em Dezembro, apelou ao Governo, para acompanhar a evolução da economia mundial e a rever as metas caso as condições o justificassem.

Numa tarde em que as inquietações dos deputados estenderam-se a aspectos sobre planeamento, finanças e saúde, os ministros de tutela foram convidados a explicar as suas expectativas e metas no OGE. Ana Dias Lourenço, Severim de Morais e José Van-Dúnem prometeram dar explicações mais detalhadas nas comissões de especialidade.

Voto de confiança

A bancada parlamentar do MPLA deu voto de confiança ao Governo e recomendou "uma atenção acrescida" às condições de vida e de habitabilidade básicas das comunidades, nos bairros periféricos das cidades e nas áreas rurais.

Ao justificar a aprovação dos projectos de lei de revisão do OGE e do Plano Nacional, Bornito de Sousa frisou que, as metas de criação de 320 mil novos postos de trabalho, em 2009, e de estabilidade económica vão ser alcançadas este ano, apesar da evolução negativa do sector petrolífero, que deve situar-se em menos 6 por cento.

Bornito de Sousa explicou que o feito vai ser conseguido devido ao dinamismo do sector não petrolífero, que vai crescer 15 por cento, e desse modo apoiar a manutenção do crescimento da economia nacional, que vai situar-se em 6,2 por cento.

Bornito de Sousa tranquilizou os colegas, referindo que os documentos ontem aprovados na generalidade, "não vão contribuir para colocar Angola na rota da depressão, mas colocar a economia no rumo de um crescimento brando, mais seguro, e da melhoria da qualidade de vida das populações".

"As receitas fiscais vão reduzir-se em relação aos níveis inicialmente previstos, mas satisfaz-me o facto de se continuar a dar a devida prioridade ao sector social, à energia, às águas, à habitação social e aos investimentos em projectos fundamentais e infra-estruturas, para o desenvolvimento", afirmou.

Diante da previsão de retoma da economia mundial no próximo ano, de acordo com a antevisão das instituições mundiais, Bornito de Sousa afirma que, se não agirmos com prudência hoje, não iremos aproveitar a retoma da economia mundial no próximo ano".

Nova era na gestão

Uma das Principais preocupações levantadas pelos deputados foi a gestão do orçamento. O deputado João Meio, do MPLA, pediu aos membros do Governo "esforço para uma programação correcta dos projectos" e o começo de um "novo ciclo na gestão do bem comum".

"Os orçamentos passados nem sempre foram executados, da maneira mais correcta. Houve desfasamento entre a execução financeira e física dos projectos", lembrou o deputado, apelando para uma "nova era de rigor e a disciplina" e "um combate ao desperdício, esbanjamento e a apropriação dos fundos públicos". O deputado defendeu que o "Estado deve ser o promotor da cultura de responsabilidade em todos os níveis".

A opinião foi corroborada por Quintino Moreira, da Nova Democracia, que manifestou, também, preocupação com a gestão, pedindo que seja "transparente e parcimoniosa", para não comprometer as metas previstas.

4.3 Plano e OGE revistos "passam" na Assembleia Nacional

O Independente 04 de Junho de 2009

O governo valeu-se, uma vez mais da maioria parlamentar do MPLA, embora também tivesse votos favoráveis da FNLA e Nova Democracia, para conseguir a autorização do Parlamento para cobrar receitas e realizar despesas, com base num OGE forçado a encolher por força da variação negativa do preço do petróleo no mercado internacional.

Na proposta de revisão do OGE, aprovada quinta-feira, 3, na Assembleia Nacional, o governo espera arrecadar 1.615,2 mil milhões de kwanzas, em receitas fiscais, contra os 2.371,5 mil milhões inicialmente previstos.

Prevê igualmente despesas fiscais calculadas em 2.371,5 milhões contra os 2.848 mil milhões de kwanzas do primeiro orçamento.

Mas não foram só os dígitos do OGE que foram alterados. Estavam mesmo condenados a encolher, não apenas pela diligência da equipa económica do Governo, face à crise internacional, mas também pelas recomendações expressas da própria Assembleia Nacional, que exigiu do Executivo "um maior acompanhamento da situação financeira e económica mundial".

A sessão de discussão e aprovação dos dois documentos fundamentais para a acção governativa ficou marcada por um número considerável de ausentes. Se calhar acomodado com o seu status de maioritário, o MPLA "deu-se ao luxo" de mobilizar somente 136 deputados, dos 191 que tem. Não é que precisasse, mas valeram os votos favoráveis das bancadas da FNLA (3) e Nova Democracia (2).

A indisciplina partidária não é uma marca da bancada parlamentar do MPLA, no histórico da democracia multipartidária.

Seja com autorização ou não do seu chefe de bancada, o deputado Bornito de Sousa, sempre salta à vista 55 lugares vazios numa sessão parlamentar que se propõe discutir e aprovar as leis de revisão do Plano Nacional e o OCE.

Em Dezembro de 2008, o Plano Nacional e o Orçamento Geral do Estado para 2009 haviam sido aprovados na Assembleia Nacional com 170 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções.

4.4 Sector dos transportes gera 20 mil empregos

Jornal de Angola 04 De Junho de 2009

O Governo angolano vai criar, até ao final do ano, mais de vinte mil empregos, através do programa nacional de distribuição de autocarros, garantiu, ontem, em Caxito, o ministro dos Transportes, Augusto Tomás.

O ministro Augusto Tomás fez estas declarações no acto que marcou a entrega de 67 autocarros a três operadoras de transportes públicos que operam na província.

O projecto prevê a aquisição de quatro mil autocarros, que vão prestar serviços a nível inter-provincial, municipal e urbano, facilitando a circulação de pessoas e bens.

Augusto Tomás disse que o clima de paz e

tranquilidade que o país vive, assim como a reabilitação acelerada das estradas em quase todo o território nacional, dão garantias de maior e melhor circulação.

Segundo o ministro, a melhoria dos transportes públicos representa uma resposta acertada do Governo para a resolução do problema da circulação de pessoas e bens.

Augusto Tomás revelou que brevemente vai haver conexão entre transportes rodoviários, ferroviários, aéreos e marítimos. Segundo disse, os trabalhos estão já em fase conclusiva.

Outro plano em estudo é a transportação marítima ao longo da costa do território nacional, de Cabinda até ao Namibe.

Jorge Inocêncio Dombolo, governador do Bengo, não escondeu a sua satisfação pela chegada dos autocarros. Os meios vão contribuir para o escoamento dos produtos do campo para a cidade.

O governador exortou as operadoras beneficiadas no sentido de colaborarem com o Governo, preservando os bens postos à sua disposição.

O plano nacional de apoio aos transportes públicos contemplou já as províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Bengo.

4.5 Fundo de Fomento Habitacional para garantir um milhão de casas

Jornal de Angola 6 de Junho de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, lançou, na quinta-feira, na cidade do Lubango, o Fundo de Fomento Habitacional, que vai suportar o programa do Governo de construção de habitações.

"Este fundo será disponibilizado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) para beneficiar a população e promotores imobiliários que pretendam comprar ou construir moradias, assim como para aquisição de material de construção", assegurou. José Ferreira, que falava no encontro que manteve com a classe empresarial, sociedade civil e população da Huíla, sobre as grandes linhas de força traçadas pelo governo para cumprir com a promessa da construção de um milhão de casas, até 2012, afirmou que "nós sabemos que actualmente o nosso deficit habitacional ronda um milhão e 700 habitações, e é nossa intenção responder com o desafio da construção a nível do país de um milhão de fogos", referiu.

De acordo com o governante, o executivo aprovou recentemente o Programa Nacional do Urbanismo Habitação, que vai ser dirigido por uma comissão criada para a sua implementação. "Estão disponíveis valores para atribuir a cada província para o arranque da actividade que, numa primeira fase, vai consistir na construção de infra-estruturas básicas como redes de água potável, energia eléctrica e saneamento básico nas novas urbanizações", referiu.

Para este programa, o sector público vai contribuir com a construção de 120 mil habitações, a autoconstrução dirigida ronda os 600 mil, da responsabilidade do sector privado a cifra é de 115 a 120, enquanto para os outros sectores é de 80 mil moradias.

De acordo com o ministro do Urbanismo e Habitação, o Governo vai criar um centro logístico de venda de material de construção, para que os empresários possam adquirir matéria-prima a preço acessível.

Este projecto vai permitir a cada empresário ligado a este programa ter acesso à aquisição de material de construção a preço módico, um facto que não faz com que o governo monopolize o mercado de material. José Ferreira esclareceu que se prevê criarem três postos de venda, no Norte, Centro e Sul do país, para que as pessoas e empresários interessados em erguer casas adquiram material a preço acessível.

Para apoiar a auto construção dirigida, serão vendidos kits de habitação que vão de 13 mil dólares para moradias que ocupam uma área de 80 metros quadrados no meio rural e 20 mil dólares para as de 100 mil metros quadrados, através do programa "Nossa Casa".

4.6 OGE Revisto garante objectivos traçados

Jornal de Angola 11 de Junho de 2009

O Governo aprovou, ontem, o Projecto de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado, avaliado em receitas e despesas no valor de três triliões de kwanzas, e do Plano Nacional.

O documento programático, aprovado em sessão extraordinária do Conselho de Ministros, vai à Assembleia Nacional, para discussão e aprovação, na próxima quarta-feira.

A revisão do OGE e do Plano Nacional tiveram como base, refere o comunicado do Conselho de Ministros, na reavaliação da estimativa da receita petrolífera, face ao comportamento do preço médio do petróleo bruto

no mercado internacional, fixando as despesas num novo patamar, em virtude da revisão dos créditos orçamentais.

A base da revisão ao OGE assenta tanto nas despesas correntes como nas despesas de capital e na revisão das operações de financiamento, tendo em conta o nível do défice apurado e o serviço da dívida projectado. O Governo garantiu que a revisão "não compromete os objectivos preconizados", quando foi elaborado o OGE para este ano.

O Governo justificou a aprovação do Plano Nacional de 2009 (revisto) e do Projecto de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado do ano em curso, com a "necessidade de ajustamento da programação macro-económica nacional à actual situação económica e financeira internacional".

O OGE para o ano em curso está estimado em mais de três triliões de kwanzas. Os sectores da Educação e da Saúde estão com 34,6 por cento da despesa total, a maior fatia do orçamento. O sector da Administração, que integra os Serviços Públicos Gerais, vem a seguir, com 29,2 por cento, enquanto o sector Económico tem 14,7 por cento da despesa.

O documento foi elaborado com base num quadro macro fiscal que prevê uma inflação global de 10 por cento e uma produção petrolífera anual de 739 milhões de barris por dia. A preço médio do petróleo utilizado pelo Governo na elaboração do OGE é de 55 dólares por barril. A revisão efectuada pelo Conselho de Ministros permite baixar este valor até aos 37 dólares por barril.

4.7 OGE Revisto

O País 12 de Junho de 2009

O Conselho de Ministros aprovou, na última quarta-feira, a proposta de revisão do Orçamento geral do Estado (OGE), cujas origens de fundos (receitas fiscais, amortização de empréstimos concedidos, vendas de activos, financiamentos e reservas de tesouro, passam a somar Kz 2.600 mil milhões, contra os Kz 3.176 mil milhões previstos no OGE inicial. A redução operada fica aquém para o preço médio do barril de petróleo previsto para o conjunto do ano, que passa de USD 55 para USD 37. O Orçamento revisto prevê a redução de despesas em ministérios e governos provinciais, mas assegura a implementação de programas e projectos com fundos garantidos.

O OGE para 2009 fixava o tecto das receitas nos Kz 2.393 mil milhões e o das despesas nos Kz 2.842 mil

milhões. O saldo global de compromisso previsto era negativo em Kz 448,8 mil milhões.

O novo preço de referência orçamental para o barril de petróleo (USD 55,0 em média anual) fica sensivelmente abaixo do preço de referência OPEP apurado este ano até ao momento, o qual se situa em USD 48,47.

4.8 Controlo das taxas

O País 12 de Junho de 2009

Em Luanda, várias são as instituições dependentes do Governo provincial que, no âmbito do seu objecto social, arrecadam receitas, nomeadamente as administrações municipais, as direcções dos mercados, de Geologia e Minas, da Cultura, da Polícia, das Obras Públicas, enfim.

No entanto, qualquer uma destas instituições cobra valores a seu bel-prazer. Passam um recibo e põem o contribuinte a andar. Juntando tudo, chega -se à conclusão que o que se arrecada não são valores de bananas.

O que se arrecada diariamente, mensalmente ou anualmente por cada uma das instituições acima referenciadas, são somas astronómicas que, caso tivessem um único destino, um único cofre, em muito ajudariam a desenvolver não só as áreas de onde provêm, como a cidade no seu todo.

Foi com algum espanto que ouvimos, durante a semana passada, a governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, a queixar - se do facto de estar a "ver navios", de desconhecer o real paradeiro de todas as verbas arrecadadas pelas diversas instituições sediadas na capital, sob sua dependência.

Na verdade, a questão do paradeiro das verbas arrecadadas, quer pelos diversos mercados formais e informais (com o Roque Santeiro à testa, só para citar), bem como das taxas de circulação, não é um assunto novo. Já Ambal Rocha durante o seu consulado também alegara desconhecer o destino da massa. Existe um certo cinismo na abordagem deste assunto. Se os administradores municipais e dos mercados, só para citar, são subordinados da governadora, logo estes têm que prestar contas e dizerem sem rodeios para onde encaminham as verbas arrecadadas e ponto final. Caso contrário é só accionar os mecanismos legais. É tão simples r quanto isso!

Ao "chorar" perante a imprensa, Francisca do Espírito Santo assumiu -se como alguém que perdeu o controlo das coisas e o GPL deu a impressão de ser uma casa onde "todo o mundo ralha e ninguém tem razão".

4.9 Inflação sobre, crescimento cai

Novo Jornal 12 de Junho de 2009

O Conselho de Ministros aprovou quarta-feira última o Orçamento Geral do Estado Revisto, um pacote legislativo que tem a aprovação garantida dada a maioria esmagadora que o MPLA tem na Assembleia Nacional.

Os motivos principais que levaram à revisão do OGE devem-se à redução do valor dos activos financeiros detidos no estrangeiro, queda das receitas petrolíferas e diamantíferas, como consequência da diminuição dos respectivos preços de exportação e da produção, baixa dos fluxos financeiros do exterior, tanto na forma de ajuda pública ao desenvolvimento, como na de investimento directo estrangeiro, maior dificuldade de acesso a financiamentos externos, tanto pela redução da fluidez internacional, como do a agravamento das condições de financiamento, pressão sobre as reservas cambiais do país face à redução do influxo de divisas e menos custos das importações.

Em face disso, o Governo viu-se obrigado a reavaliar a estimativa da receita petrolífera, fixar a despesa a outro nível, em decorrência da revisão dos créditos orçamentais, e a mexer nas operações de financiamento, tendo em conta o nível do défice apurado e o serviço da dívida projectado.

Apesar do ano positivo que foi 2008, exercício em que se estima que o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado tenha crescido, em termos reais, 13,8%, a produção total anual de petróleo bruto foi de 693,6 milhões de barris, equivalente a uma produção diária de 1,906 milhões de barris, e o dinamismo de sectores como o de serviços, com uma taxa de crescimento real de 26,9%, o da energia (26,1%) e da indústria transformadora (11,0%), as coisas começaram a correr mal em 2009.

Calcula-se que no primeiro trimestre de 2009 as exportações médias diárias de petróleo bruto tenham atingido cerca de 1,756 milhões de barris a um preço médio 38,30 dólares/barril, contra os cerca de 2,027 milhões de barris a um preço médio de 55 dólares/barril considerados no Plano Nacional e OGE 2009.

Por outro lado, as reservas internacionais no BNA reduziram-se em cerca de 5.445 milhões de dólares, de 31 de Dezembro de 2008 a 15 de Maio de 2009, enquanto a taxa de câmbio depreciou-se 8,5%, no

mercado informal, e 3,5%, no mercado formal.

Em conformidade com este quadro de crise, o OGE Revisto tem receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamentos e venda de activos) projectadas em cerca de 1.615,2 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 2.371,5 mil milhões de kwanzas, do que resulta um défice fiscal de 756,3 mil milhões de kwanzas (10.117,3 milhões USD), equivalente a 14,7% do PIB.

A cobertura do défice será feita, segundo as previsões, através de financiamentos internos (607,0 mil milhões KZ/7.782,0 milhões USD), financiamentos externos (395,5 mil milhões KZ/5.070,1 milhões USD), amortização de empréstimos concedidos (0,008 mil milhões KZ/0,097 milhões USD), venda de activos (3 6 mil milhões KZ/9,4 milhões USD) e reservas do Tesouro (0,003 mil milhões KZ/0,036 milhões USD).

A dívida interna será amortizada em 33,7 mil milhões de Kwanzas (431,8 milhões de dólares) e a dívida externa em 149,6 mil milhões KZ (1.917,7 milhões USD), um crescimento desta última para cerca de 15,7% do PIB.

Nota-se neste OGE Revisto uma redução das despesas do sector económico (-5,4 pontos percentuais) e das despesas do sector social (-1,3%), a favor da Defesa, Segurança e Ordem Interna (+4,2%) e dos encargos financeiros (+2,7%). O Governo justifica que o aumento do peso das despesas com Defesa, Segurança e Ordem Interna resulta, fundamentalmente, do impacto do ajustamento das remunerações dos seus efectivos. Entretanto, o sector social continua a beneficiar da maior afectação dos recursos totais do OGE.

Em termos dos fluxos de origem e aplicação dos recursos, o OGE 2009 Revisto apresenta um montante inferior ao inicial em cerca de 554,8 mil milhões de kwanzas (17,5%).

4.10 Nova política orçamental

Novo Jornal 12 de Junho de 2009

De acordo com o documento aprovado quarta-feira, a política orçamental a ser seguida este ano compreende a promoção da unidade e coesão nacionais, a consolidação da democracia e das suas instituições, a garantia de um ritmo elevado e sustentado de crescimento económico, o melhoramento da qualidade de vida dos angolanos, o estímulo ao sector privado, a promoção, harmoniosa do desenvolvimento do

território nacional e o reforço da inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Os objectivos são o crescimento económico acelerado e sustentável, o aumento do emprego e dos rendimentos, a recuperação e construção das infra-estruturas, a melhoria das condições de vida da população e as reformas do Estado.

Já a política orçamental terá, em 2009, os seguintes eixos principais: Sustentabilidade e racionalização da despesa pública e a melhoria da eficiência do sector público e da arrecadação fiscal. Para isso, o Governo vai instituir e regulamentar o Fundo de Reserva do Tesouro Nacional, recadastrar os funcionários públicos (incluindo professores e enfermeiros), agentes policiais, militares e beneficiários das pensões e assistidos pelo Instituto Nacional de Segurança Social, Serviços de Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra e Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.

4.11 Conselho de Ministro aprova revisão do Oge

O Independente 13 de Junho de 2009

A muito esperada revisão do Orçamento Geral do Estado, referente ao Ano de 2009, foi, finalmente, executada na última quarta-feira, 10, no decorrer da quarta reunião extraordinária do Conselho de Ministros, órgão colegial do Governo, que aprovou não só a revisão do Orçamento Geral do Estado para 2009 bem como um acordo de financiamento no valor de 500 milhões de euros entre os ministérios das Finanças de Angola e de Portugal.

Para a revisão do OGE, o governo teve como base a reavaliação de estimativas das receitas petrolíferas, face ao comportamento do preço médio do petróleo bruto no mercado internacional.

A base de revisão ao OGE assenta, sobretudo, tanto nas despesas correntes como nas despesas de capital e na revisão da operação de fornecimento tendo em conta o nível do défice apurado e o serviço da dívida projectada.

Não fica comprometido, na abordagem do governo, os objectivos anteriormente preconizados, independentemente da variação do preço do crude, um dos factores que instabiliza a economia mundial.

Para o presente ano, o Orçamento Geral do Estado, está estimado em mais de três triliões de kwanzas, tendo sido elaborado com base no preço referencial de 55 dólares por barril.

A revisão, por seu turno, foi efectuada numa estimativa de 37 dólares o preço do barril no mercado internacional.

Na mesma reunião, realizada no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros aprovou também o terceiro aditamento à Convenção Relativa à Cobertura de Riscos de Crédito à Exportação de Bens e Serviços de origem portuguesa para a República de Angola.

Recorde-se que, antes, o Governo aprovou o Plano Nacional 2009 revisto e o respectivo sistema de monitorização, bem como o balanço do programa do Governo 2008.

4.12 Governo adopta novo OGE na quinta-feira

Semanário Angolana 13 de Junho de 2009

O Orçamento Geral de Estado revisto para 2009 é esta quinta-feira submetido ao Conselho de Ministros para adopção governamental, segundo soube o Semanário Angolense de fontes que disseram que, no seu ponto fulcral, o documento de previsão das contas do Governo para o resto do ano vai estabelecer um preço de referência do barril de petróleo de 37 dólares (um dólar equivale a 78 kwanzas).

Pronunciamentos oficiais reiteraram ao longo do que vai do ano que a baixa dos preços dos recursos minerais como petróleo e os diamantes no mercado internacional obrigaram ao governo a fixar um custo médio do barril de cru de no novo orçamento na ordem dos 37 dólares por barril, contra os 55 dólares inicialmente previstos, uma queda de 18 dólares.

As autoridades projectaram também uma redução das despesas com a aquisição de bens e serviços da ordem dos 35 por cento.

Antes da crise económica e financeira mundial, Angola arrecadava mensalmente um volume de receitas de cerca de 1,2 biliões de dólares americanos, principalmente em meados de 2008, quando o preço do crude atingiu máximos históricos situados acima dos 140 dólares por barril.

Depois da crise se ter instalado, as receitas mensais baixaram para 400 biliões de dólares, ou seja, para apenas um terço daquilo que representavam.

Em Janeiro, o Executivo angolano aprovou um

ajustamento da despesa e da receita do Orçamento Geral do Estado para o primeiro trimestre de 2009.

Segundo o Governo, a programação financeira, que reflecte um ajustamento da receita e da despesa ao preço do petróleo de 55 dólares no mercado mundial, garantia a execução das despesas obrigatórias.

Para a elaboração do OGE inicial de 2009, estimado em cerca de 3,1 triliões de kwanzas, o Governo angolano baseou-se no preço médio do petróleo de 55 dólares por barril, mas esse preço caiu, entretanto, abaixo dos 40 dólares.

Nesse orçamento, os sectores da Educação e da Saúde comportam uma percentagem de 34,6 por cento da despesa total, a maior fatia dos gastos, enquanto o sector da Administração, que integra os Serviços Públicos Gerais, vem a seguir, com 29,2 por cento. O sector Económico tem representadas despesas de apenas 14,7 por cento.

As instruções dadas pelo Governo para a aplicação do OGE impõem que nenhuma entidade do Estado realize despesas para além dos limites fixados no quadro detalhado de gastos.

A correcção surge na sequência dos primeiros sinais de descida acentuada do preço do petróleo em Novembro do ano passado, quando o Executivo anunciou que iria manter o preço de referência nos 55 dólares.

Durante a semana o preço do Brent, petróleo de referência de Angola de oscilou entre os 60 e 69 dólares por barril, uma semana depois da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ter decidido manter os níveis de produção.

Angola produz algo mais que um milhão e 500 mil barris de petróleo/ dia, quando está autorizada pela OPEP a produzir algo como um milhão e 600 mil. O petróleo representa a volta de 90 por cento das receitas orçamentais angolana, sendo essa dependência o que tornou o país, fracamente inserido no circuito económico mundial, vulnerável à crise económica e financeira mundial.

4.13 Governo «cai na real»

A Capital 13 de Junho de 2009

O orçamento revisto prevê a redução de despesas ao nível do Governo central e provincial, assegurando a implementação de programas e projectos com fundos garantidos. O orçamento anterior aprovado no início deste ano estava estimado em 3,1 triliões de kwanzas, baseado no preço médio do barril a 55 dólares, quando

a tendência era de descida.

Segundo os documentos analisados no Conselho de Ministros «estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido, em termos reais, de 2007 a 2008, em cerca de 13,8%, com o produto do sector não petrolífero a crescer 15,0% e o sector petrolífero 12,3%». Naquele período, o total da produção petrolífera atingiu os 693,6 milhões de barris, equivalente a uma produção diária de 1,906 milhões de barris.

Aparte o sector não petrolífero, o Governo destaca entre os sectores mais dinâmicos os serviços (mercantis) com uma taxa de crescimento real de 26%, a energia com 26,1% e a indústria transformadora com 11,0%. O maior declínio do produto registou-se, como é do domínio público, no sector diamantífero na ordem dos 8,6% e ainda no sector das pescas, 2,4%.

O Governo reconhece que a inflação acumulada anual, medida pelo índice de Preços no Consumidor da cidade de Luanda, foi de 13,2% contra o objectivo estabelecido de 10%. Segundo as autoridades «a forte expansão dos meios de pagamento, induzida pelo aumento dos activos externos líquidos em 48,8% e dos activos internos líquidos em 7.425,5%, associados a factores de índole estrutural - que influenciaram negativamente a oferta de bens e serviços - bem como a inflação importada, contribuíram para a subida da taxa de inflação em cerca de 1,4 pontos percentuais em relação a 2007».

O aumento dos activos externos líquidos decorreu do crescimento das reservas cambiais em cerca de 37,4% para cerca de US\$18.012 milhões, ao passo que o aumento dos activos internos líquidos foi consequência do aumento do crédito interno líquido em cerca de 578,4%. O governo concede que no período de 31 de Dezembro de 2008 a 15 de Maio de 2009, as reservas internacionais do banco central reduziram-se em cerca de US\$ 5.445 milhões, enquanto a taxa de câmbio se depreciou de 8,5% no mercado informal e 3,5% no mercado formal.

No período em referência, as taxas de juro de 91 dias sofreu uma ligeira redução, passando de 14,99% em Dezembro de 2007, para 14,59% em Dezembro de 2008, mantendo-se inalterada a taxa de redesconto ao longo do ano de 2008, com idêntico nível de 2007: 19,57%. A taxa média de juros para créditos até 180 dias dos bancos comerciais, tal como a dos títulos públicos, registou uma ligeira queda, passando de 13,94% em Dezembro de 2007, para 13,76% em Dezembro de 2008.

Relativamente às finanças públicas, as receitas fiscais totais corresponderam, em 2008, a cerca de 50,5% do Produto Interno Bruto (PIE) a preços de mercado, equivalendo, segundo o governo, a mais 4,7 pontos percentuais que em 2007. As despesas fiscais totais corresponderam a cerca de 38,5% do PIE, mais 4,0 pontos percentuais que em 2007, resultando assim um saldo global que exibiu um superavit de Kz 766,3 mil milhões, equivalente a 12,0 % do PIE, traduzindo uma ligeira melhoria comparativamente, a 2007. Tendo em consideração a acumulação de atrasados da ordem dos Kz 458,2 mil milhões, equivalentes a 7,2% do PIE, o saldo de caixa foi calculado como um excedente de cerca de Kz 1.224,5 milhões, equivalentes a 19,2 % do PIE.

Patenteando os bons ventos da economia no ano passado, em Dezembro de 2008 o saldo da conta corrente da balança de pagamentos exibiu um excedente de S\$ 17.670,7 milhões contra os US\$ 9.402,1 milhões registados em Dezembro de 2007. Semelhante resultado foi possível devido aos aumentos do valor das exportações em 46,8%, que superou as importações em 35,8% e dos serviços (32,5 %) e das transferências correntes (20,4%).

O governo sustenta que o stock da dívida externa aumentou de cerca de US\$ 8.352,2 milhões em 2007, para cerca de US\$ 9.265,9 milhões em 2008, equivalendo a uma redução de 13,8% para 10,2% do PIE. Bem entendido, os compromissos que as autoridades assumiram já este ano em matéria de créditos ao exterior, vão, exibir um peso diferente a este nível.

Finalmente as autoridades admitem que fruto da crise económica e financeira internacional e da queda dos preços do bruto no mercado internacional contrariada por enquanto com o preço do barril na orla dos 70 USD), as receitas fiscais do sector petrolífero e diamantífero reduziram-se significativamente, com a consequente diminuição do influxo de divisas. Daí as «expectativas de depreciação da taxa de câmbio e, com a pressão sobre as reservas cambiais do país», foi um passo.

Parcimónia

Segundo um documento apresentado ao CM «calcula-se que no primeiro trimestre de 2009, as exportações médias diárias de petróleo bruto tenham atingido cerca de 1.756 milhões de barris a um preço médio de US\$38,30, contra os cerca de 2.027 milhões de barris a um preço médio US\$55,00/barril considerados no Plano Nacional e OGE de 2009».

4.14 Orçamento Geral do Estado na perspectiva do género em discussão

Angolense 6 a 13 de Junho de 2009

A Plataforma de Mulheres em Acção (PMA), uma organização não governamental, promove a partir do dia 09 deste mês uma sessão de formação sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) na perspectiva do género. O objectivo da actividade, segundo os promotores do evento, é fornecer aos participantes informação sobre os principais aspectos teóricos, práticos e metodológicos para a elaboração do OGE na perspectiva do género.

A iniciativa vai reunir, em Luanda, durante três dias membros de instituições estatais, deputadas e organizações não governamentais vai abordar temas como o papel do Orçamento Geral do Estado na perspectiva do Género nos processos de planificação e implementação das políticas, análise do orçamento, o papel das organizações não governamentais no processo e outros temas.

Esta acção conta com o apoio da Ajuda Popular da Noruega (APN) e da I Fundação Frederich Ebert. A Plataforma de Mulheres em Acção, coordenada por Verónica Sapalo, é uma das organizações femininas mais acutilantes do momento, que se bate pelo ideal da igualdade no género e respeito pelos direitos das mulheres.

A questão do Orçamento Geral de Estado ligada ao Género surge da discussão em torno da necessidade de incluir a perspectiva da igualdade de oportunidade para os diferentes segmentos da sociedade, neste caso olhando para a questão homem/mulher, tendo em conta a forma como são distribuídos os recursos.

Esta é uma questão fulcral em países como Angola marcados por fortes diferenças no acesso aos recursos naturais do país e a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB). A pobreza em que vivem muitas famílias acaba por afectar duplamente a mulher, que passa mais tempo no lar e que, em muitos casos não tem acesso a serviços como a educação e assistência durante a gravidez.

4.15 Governo aprova revisão do OGE

Folha 8 13 de Junho de 2009

Angola vinha conhecendo um boom económico face a

subida do preço de petróleo no mercado mundial e a injeção de dinheiro fresco da China, virado para a reconstrução de grandes empreitadas públicas. No entanto, com o eclodir da crise internacional, tudo mudou e as dificuldades começaram, estalando o verniz incrustado nas paredes "arrogantes" do governo, que inicialmente dizia estar imune a tensão económica mundial.

Mas uma economia dependente, não poderia resistir por muito tempo, uma vez não ter blindagens bastantes para enfrentar um tsunami de tamanha dimensão, principalmente, se operadores das fontes de riqueza, decidirem abandonar a produção, como aconteceu, com a maioria dos operadores estrangeiros do sector mineiro, que estavam cotados em bolsas, que foram despencando.

A abalada mineira só foi compensada com a continuidade das operações em off shore das empresas petrolíferas, que decidiram, contra todos os riscos, continuar a operar, até por uma questão de solidariedade para com Angola, pelo facto do seu ministro do Petróleo, Botelho de Vasconcelos, presidir, neste momento, a OPEP.

E quando o condicionador da crista do governo balança o seu preço, todos os programas têm de ser revistos. E foi isso que fez o Chefe do Governo, José Eduardo dos Santos, ao levar para aprovação na última sessão do Conselho de Ministros, uma revisão do Orçamento Geral do Estado.

Sendo legítimo essa posição já não o é, a cotação do barril do petróleo a 37 dólares, como lanterna de todas as contas das unidades orçamentais, quando a OPEP, que Angola preside garante uma estabilização do preço, antes do final do ano, no marco dos USD 70,00 (setenta dólares). Desta feita a proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado, à caminho da Assembleia Nacional, cabimentou 2,6 triliões de Kwanzas (22,4 mil milhões de dólares).

Caricato é de em nenhum momento, o governo ter dito, que outros montantes poderão engrossar os cofres do Estado e que destino terão, se O crude nunca atingir este patamar e se vier a fixar, nos próximos meses entre os USD 50,00. Assistiremos o mesmo que das outras vezes, em que se criou um Fundo do Petróleo, que fontes do BNA, disseram ao F8, foram desviados para o MPLA e a Presidência da República?

Esperemos que agora haja o bom senso de não se dar descaminho a montantes que poderão ajudar a resolver a difícil situação que o país atravessa e dar jus ao texto

da proposta de revisão, que prevê a redução das despesas das unidades orçamentadas do Estado, nomeadamente, os ministérios e governos provinciais, estando assegurados a implementação dos programas e projectos com fundos garantidos. O OGE aprovado no início do ano, estava estimado em 3,1 triliões de Kwanzas, cerca de 26,3 mil milhões de dólares, tendo como base o preço médio do barril do petróleo à 55 dólares por barril. Recorde-se que na mesma sessão dirigida por Eduardo dos Santos, o seu executivo aprovou um financiamento no valor de 500 milhões de euros entre os Ministérios das Finanças de Angola e de Portugal, assim como o terceiro aditamento à convenção relativa à cobertura de riscos de crédito à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Angola.

4.16 Mais de dois mil milhões em receitas fiscais

Jornal de Angola 14 de Junho de 2009

O Orçamento Geral do Estado/2009 revisto prevê despesas fiscais, excluindo amortização da dívida e constituição de activos, no valor de 2.371,5 mil milhões de kwanzas e receitas fiscais não incluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos - estimadas em 1.615,2 mil milhões de kwanzas. O relatório de fundamentação de revisão do OGE/2009, citado pela Angop, refere que o défice fiscal está estimado em 756,3 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 14,7 por cento.

4.17 Uma gestão avisada

Jornal de Angola 14 de Junho de 2009

O Parlamento angolano discute esta semana o Orçamento Geral de Estado revisto em reunião de Conselho de Ministros de quarta-feira. O documento sofreu alterações significativas em função, essencialmente, do comportamento do gráfico das receitas petrolíferas, principal produto de exportação do país, que, a par dos diamantes, "sofreu uma brusca e acentuada baixa de preços em meados do ano passado.

Apesar de, nas últimas quatro semanas, as notícias, em relação ao petróleo, referirem uma subida do preço do barril, chegando a situar-se na casa dos 70 dólares a unidade, a verdade é que não se pode considerar que já tenha retomado a estabilidade e vá manter-se a esse nível. Aliás, uma leitura da subida dos preços do petróleo distante da euforia é o melhor sinal de maturidade política que se pode ter. Por conseguinte, o avisado mesmo é para quem tem a responsabilidade de gerir orçamentos condicionados a tais factores, por um

lado, e, por outro, numa perspectiva de curto/médio prazo alinhar pela contenção de gastos, ao mesmo tempo que, assim, se garante alguma poupança para eventuais situações de emergência.

A revisão do OGE pelo Governo angolano encaixa-se nessa filosofia e as alterações feitas, embora significativas, têm como particularidade e como facto positivo a manutenção da execução do programa do Governo nos seus traços fundamentais. É comum, na leitura do documento, as atenções recair mais sobre o valor ou percentagem das despesas com os diferentes sectores. Os números mostram um ligeiro recuo: o sector social, que no OGE inicial tinha uma fatia de 34,6 por cento, conta agora com 33,2; a administração mantém a fatura de 28,9, ao passo que o sector económico fica com 9,2, contra os 14 iniciais, enquanto a Defesa saiu dos 13,5 para 17,6 por cento. Os encargos financeiros, por seu turno, passam de 8,3 por cento para 11,1 por cento.

São números que mostram que o Governo continua fortemente empenhado em levar avante a execução dos projectos em termos de criação de infra-estruturas, nomeadamente nos sectores da Educação e da Saúde, daí as despesas com o sector social terem apenas sofrido uma redução de 1,4 por cento (34,6% para 33,2%).

Mas o melhor de tudo, em todo este panorama, é que, a par do esforço que está a desenvolver com meios próprios para a materialização dos projectos e relançamento da economia nacional, o Governo tem estado engajado em fortes iniciativas com vista a envolver o sector privado (instituições com capacidade de realização e capital disponível) na concretização dos objectivos que fixou como prioritários.

O programa de fomento habitacional é, de longe, no que a esse raciocínio diz respeito, o de maior visibilidade neste momento. Mas há, obviamente, outros, que também estão em curso, no domínio da agricultura e em outros sectores, que vão contribuir, sobremaneira, para que a população possa melhor exercer a cidadania. É também grande, em Angola, a expectativa de que a economia mundial retome o seu crescimento, na medida em que vai permitir ao país firmar melhor e acelerar o processo de reconstrução nacional.

4.18 OGE revisto prevê despesas fiscais de dois mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola 14 de Junho de 2009

O Orçamento Geral do Estado 2009 revisto prevê despesas fiscais, excluindo amortização da dívida e constituição de activos, no valor de 2.371,5 mil milhões de kwanzas e receitas fiscais não incluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos - estimadas em 1.615,2 mil milhões de kwanzas.

O relatório de fundamentação de revisão do OGE/2009, citado pela Angop, refere que o défice fiscal está estimado em 756,3 mil milhões de kwanzas, equivalente a 14,7 por cento do Produto Interno Bruto).

O défice fiscal estimado deve ser coberto com o resultado das operações financeiras activas brutas, como os desembolsos de financiamentos internos, no valor de 607 mil milhões de kwanzas, desembolsos de financiamentos externos, de 395,5 mil milhões de kwanzas, amortização de empréstimos concedidos oito milhões de kwanzas, venda de activos 3,6 mil milhões de kwanzas e reservas do Tesouro três milhões de kwanzas.

O documento refere, também, que as operações financeiras passivas brutas são a amortização da dívida interna (33,7 mil milhões de kwanzas) amortização da dívida externa (149,6 mil milhões de Kwanzas), concessão de empréstimos (19,2 mil milhões de kwanzas) e outras aplicações financeiras (47,3 mil milhões de kwanzas).

Em função destas operações, acrescenta o documento, as projecções indicam para um aumento do stock da dívida total do Governo para o equivalente a 30,9 mil milhões de dólares, o que corresponde a cerca de 46,8 por cento do PIE. A dívida externa corresponde a cerca de um terço do valor total projectado e equivale a cerca de 15,7 por cento do Produto Interno Bruto.

O relatório acrescenta que o impacto do novo quadro macroeconómico nas receitas fiscais corresponde a uma redução de cerca de 778,8 mil milhões de kwanzas (32,5 por cento), influenciado pela redução das receitas petrolíferas em 44,9 por cento e o aumento das receitas não petrolíferas em 10,8 por cento.

As despesas fiscais (excluindo a amortização da dívida) registam uma redução de cerca de 470,5 mil milhões de kwanzas (16,6 por cento), como resultado da redução das despesas correntes em 9,6 por cento e das despesas de capital em 27,2 por cento. Há a realçar o aumento dos juros internos em 594,7 por cento, como resultado do elevado

stock de Bilhetes do Tesouro a 31 de Dezembro do ano passado

Como resultado do efeito combinado da redução acentuada das receitas fiscais e da redução moderada das despesas fiscais, o défice orçamental global na base de compromisso avaliado em 14,7 por cento do PIB equivale a um agravamento, em comparação com o OGE inicial, de 7,0 pontos percentuais.

Em termos de distribuição das despesas por sector, o social foi contemplado com 33,2 por cento, contra 34,6 do OGE inicial, a administração mantém com a fatia anterior de 28,9 por cento, o sector económico ficou com 9,2 por cento, contra 14 por cento do orçamento inicial, os encargos financeiros saíram de 8,3 por cento para 11,1 por cento, enquanto o sector da defesa, segurança e ordem pública beneficiou de 17,6 por cento contra 13,5 por cento do inicial.

Nota -se á redução das Despesas do Sector Económico na ordem de 5,4 pontos percentuais e das Despesa do Sector Social em 1,3 (pp).

Nota-se, também, um aumento das despesas no sector de Defesa, Segurança e Ordem Interna de cerca de 4,2 pontos percentuais, e dos Encargos Financeiros em 2,7 pontos percentuais.

O aumento do peso das despesas com Defesa, Segurança e Ordem Interna resulta, fundamentalmente, do impacto do ajustamento das remunerações dos seus efectivos. O Sector Social continua a beneficiar da maior afectação dos recursos totais do OGE.

4.19 Salário protegidos contra revisão do OGE

AngoNotícias 16 de Junho de 2009

O ministro das Finanças, Severim de Moraes, afirmou hoje que o Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para 2009 garante a cobertura das despesas mínimas obrigatórias do Estado, apesar da redução do preço do petróleo para os 37 dólares, contra os 55 iniciais.

O governante deu esta garantia no final do encontro da equipa económica do Governo com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, durante o qual se fez a entrega formal da proposta de revisão do Plano Nacional para 2009 e do OGE revisto.

Segundo o ministro, o Governo teve particular cuidado de aumentar e manter a níveis aceitáveis em relação ao orçamento inicial, as despesas com a educação e saúde, conferindo-lhes uma forte protecção contra a depreciação do preço do petróleo. "Estes dois sectores,

além dos salários da função pública, foram fortemente protegidos", disse Severim de Moraes, acrescentando que o actual orçamento revisto vai permitir uma execução tranquila do Plano Nacional sobre grandes projectos de investimentos públicos.

De acordo com o ministro, apesar de conservador, quanto à fixação do preço do barril do petróleo, o actual orçamento contém um artigo segundo o qual todo o excesso de receitas, motivado pelo aumento do preço do crude em relação ao programado, será constituído reserva do Tesouro Nacional à ordem do chefe do Governo.

"Isso quer dizer que se o preço se mantiver aos níveis que estão hoje, haverá um excedente de receitas, mas este excedente não é gasto. É posto na conta da reserva do Tesouro Nacional, e, caso seja necessário, nomeadamente para garantir a execução de mais investimentos, o Governo tomará a decisão de desmobilizar a reserva", explicou o ministro.

4.20 Orçamento Geral do Estado vai ser revisto

Angola Digital 18 de Maio de 2009

O vice-ministro das Finanças, Manuel da Cruz Neto, reafirmou, sábado, em Luanda, que o Governo vai rever o OGE/2009, mesmo com a subida do barril de petróleo para cima dos 55 dólares, preço adoptado para a previsão de receitas e despesas deste ano.

Em declarações à Angop, a propósito da tendência de aumento do preço do petróleo no mercado internacional, cuja cotação, sexta-feira, foi de 56,04 dólares no mercado de Londres e 56,43 em Nova Iorque, Cruz Neto afirmou que as tendências de aumento do preço não alteram a necessidade do Governo rever o OGE/2009, porque houve receitas não arrecadadas nos primeiros quatro meses deste ano para cobrir determinadas despesas.

Sobre o comportamento do preço do petróleo nos próximos tempos, o vice-ministro das Finanças respondeu ser difícil avaliar, justificando que até mesmo os especialistas na matéria têm encontrado dificuldades em estudar a tendência dos preços do petróleo bruto.

A economista Vera Daves disse à Angop que o aumento do preço, acima do valor estabelecido pelo OGE, traz benefícios à economia e permite ao Governo reinserir as despesas condicionadas pela insuficiência de receitas, mas dentro dos limites legais.

A analista de investimentos do Banco Privado Atlântico

(BPA) salientou que a subida do petróleo não indica, ainda, recuperação da economia mundial, porque pode ser um estímulo passageiro. "É precipitado falar em recuperação da economia mundial. Houve alguns sinais nos EUA e na China, o barril de petróleo é negociado acima do patamar dos 57 dólares, pela primeira vez no ano, mas pode ser uma fase que passa."

4.21 Parlamento aprovou OGE de 2008

Agora 20 de Junho de 2009

O documento, que recebeu 175 votos favoráveis, 11 contra (UNTA) e duas abstenções (PRS), demonstra as operações orçamentais, financeiras e patrimoniais realizadas pelos órgãos da administração do Estado no período em referência.

O OGE / 2008, depois de actualizado em Julho, estimou as receitas e fixou as despesas em 2.657.269 mil milhões, inicialmente previstas no montante de 2.544.7 mil milhões de kwanzas.

De acordo com o parecer da Comissão de Economia e Finanças do Parlamento, as razões para a sua actualização dizem respeito à necessidade de orçamentação de despesas inadiáveis ligadas ao financiamento dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas, a implementação do novo estatuto remuneratório dos deputados e a instalação do Tribunal Constitucional.

A execução do OGE foi feita num ambiente internacional de abrandamento do crescimento da economia mundial, caracterizado, no primeiro semestre do ano, pela alta dos preços do petróleo, a valorização dos títulos e dos valores imobiliários, acentuada desvalorização do dólar norte-americano, as taxas elevadas de juros e o crescimento da inflação.

Na segunda metade do ano, a execução orçamental foi marcada pelo agravamento da crise, arrastando consigo os resultados negativos das companhias aéreas e das construtoras de automóveis, as falências dos sectores imobiliário e da construção, o colapso do preço do petróleo, as quedas consideráveis das principais bolsas de valores e o aumento do desemprego.

O Primeiro-ministro, Paulo Kassoma, afirmou que o Governo vai cumprir com rigor o exercício económico de 2009, sublinhando a necessidade de se melhorar os procedimentos relativos à programação física e financeira dos investimentos públicos, de forma a tornar o processo mais racional e eficiente.

Acrescentou ainda que a evolução macroeconómica no ano passado continuou positiva, em termos de estabilização da moeda nacional e de saldos orçamentais previstos. A taxa de investimento situou-se à volta do 37,5% por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e que a taxa anual de inflação acumulada foi de 13,2%.

O segundo vice-presidente do grupo parlamentar da União, Demóstenes Chilingutilla, justificou o voto contra com o argumento de que a sua bancada ficou sem "condições de avaliar com objectividade o grau de execução orçamental de 2008".

O argumento foi rebatido pelo líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, para quem o crescente melhoramento dos instrumentos de prestação de contas pelo Governo e os resultados positivos alcançados com o exercício orçamental de 2008, esbatem aquelas críticas.

"É consabido que o ano de 2008 foi conturbado e "sui generis", mas, com efeito, três aspectos fundamentais marcaram a nossa vida económica, financeira, social e política", disse, referindo-se ao alastramento da crise económica e financeira mundial do mercado hipotecário, as bolsas de valores e mercados mundiais, o colapso das grandes instituições financeiras e a recessão das economias mais desenvolvidas do mundo.

Procedeu ainda a reeleição do Provedor de Justiça, Paulo Tjipilica para mais quatro anos de mandato não renovável.

A substituição dos membros da Comissão Provincial Eleitoral da Lunda Norte e aprovação dos projectos de resolução sobre aquisição de nacionalidade angolana por uma cidadã estrangeira e adopção de um menor foram também apreciados pelos deputados.

4.22 Atraso nos pagamentos do Estado a fornecedores pode afectar crescimento

O Independente 20 de Junho de 2009

O crescimento económico e o emprego em Angola podem vir a ser afectados pelo atraso nos pagamentos a fornecedores do Estado, devido a constrangimentos orçamentais provocados pela queda das receitas petrolíferas, alertou o Banco Mundial.

Dadas as dificuldades de financiamento do Estado, "tem havido muitos rumores de atrasos nos pagamentos a fornecedores e de um congelamento na contratação pelo sector público", lê-se num relatório

económico divulgado pelo gabinete do Banco Mundial em Luanda.

"O atraso no pagamento a fornecedores pode ter um impacto negativo no crescimento uma vez que estes, por arrastamento, começam a fazer os seus próprios ajustamentos e a cortar despesas, especialmente através da redução do emprego", adianta.

A questão do atraso no pagamento a fornecedores foi levantada recentemente pelo presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA), Carlos Bayan Ferreira, em declarações ao Jornal de Negócios. Segundo este responsável, há empresas portuguesas a recorrer à organização por "começarem a sentir atrasos nos pagamentos por parte das autoridades angolanas".

O Banco Mundial relata as atribuições actuais das autoridades angolanas para financiar o actual défice fiscal. O financiamento passa pela aplicação de poupanças dos deste ano, quando ficaram em 31 por cento do registado no período homólogo.

Os últimos sinais dão conta de uma melhoria o preço de referência dos barris petrolíferos do campo "Girassol" tinham recuperado 25 por cento em Abril face ao início do ano e as receitas fiscais angolanas "deverão melhorar nos próximos meses".

"Apesar disso, depois dos grandes cortes de produção em Janeiro e Fevereiro, a produção acumulada nos 4 primeiros meses de 2009 está cerca de 10 por cento abaixo do mesmo período de 2008", adianta.

Actualmente, "é difícil calcular ao certo qual é o estado da posição fiscal do governo em 2009". A proposta de Orçamento original previa despesas de cerca de 38 mil milhões de dólares, 18 por cento acima da execução do ano passado, mas o documento deverá ser revisto nos próximos meses.

O Banco Mundial sublinha ainda a descida das reservas externas angolanas de 20 mil milhões em Novembro de 2008 para 13,7 mil milhões em Março devida à diminuição das receitas de venda de petróleo e diamantes. Apesar do arrefecimento da economia, a inflação continua em alta, aproximando-se de 14 por cento em Abril.

A pressão da categoria de alimentos e bebidas diminuiu, mas é mais que compensada por um "aumento substancial" dos táxis colectivos, o meio de transporte básico da população mais desfavorecida.

4.23 Parlamento aprovou OGE de 2009

Agora 20 de Junho de 2009

O documento, que recebeu 175 votos favoráveis, 11 contra (UNITA) e duas abstenções (PRS), demonstra as operações orçamentais, financeiras e patrimoniais realizadas pelos órgãos da administração do Estado no período em referência.

A OGE / 2008, depois de actualizado em Julho, estimou as receitas e fixou as despesas em 2.657.269 mil milhões, inicialmente previstas no montante de 2.544.7 mil milhões de kwanzas.

De acordo com o parecer da Comissão de Economia e Finanças do Parlamento, as razões para a sua actualização dizem respeito à necessidade de orçamentação de despesas inadiáveis ligadas ao financiamento dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas, a implementação do novo estatuto remuneratório dos deputados e a instalação do tribunal Constitucional.

A execução do OGE foi feita num ambiente internacional de abrandamento do crescimento da economia mundial, caracterizado, no primeiro semestre do ano, pela alta dos preços do petróleo, a valorização dos títulos e dos valores imobiliários, acentuada desvalorização do dólar norte-americano, as taxas elevadas de juros e o crescimento da inflação.

Na segunda metade do ano, a execução orçamental foi marcada pelo agravamento da crise, arrastando consigo os resultados negativos das companhias aéreas e das construtoras de automóveis, as falências dos sectores imobiliário e da construção, o colapso do preço do petróleo, as quedas consideráveis das principais bolsas de valores e o aumento do desemprego.

O primeiro-ministro, Paulo Kassoma, afirmou que o Governo vai cumprir com rigor o exercício económico de 2009, sublinhando a necessidade de se melhorar os procedimentos relativos à programação física e financeira dos investimentos públicos, de forma a tornar o processo mais racional e eficiente.

Acrescentou ainda que a evolução macroeconómica no ano passado continuou positiva, em termos de estabilização da moeda nacional e de saldos orçamentais previstos. A taxa de investimento situou-se à volta do 37,5% por cento do Produto Interno Bruto (PIE) e que a taxa anual de inflação acumulada foi de 13,2%.

O segundo vice-presidente do grupo parlamentar da

União, Demóstenes Chilinguita, justificou o voto contra com o argumento de que a sua bancada ficou sem "condições de avaliar com objectividade o grau de execução orçamental de 2008".

O argumento foi rebatido pelo líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, para quem o crescente melhoramento dos instrumentos de prestação de contas pelo Governo e os resultados positivos alcançados com o exercício orçamental de 2008, esbatem aquelas críticas.

"É consabido que o ano de 2008 foi conturbado e "sui generis", mas, com efeito, três aspectos fundamentais marcaram a nossa vida económica, financeira, social e política", disse, referindo-se ao alastramento da crise económica e financeira mundial do mercado hipotecário, as bolsas de valores e mercados mundiais, o colapso das grandes instituições financeiras e a recessão das economias mais desenvolvidas do mundo.

Procedeu ainda a reeleição do Provedor de Justiça, Paulo Tjipilica para mais quatro anos de mandato não renovável.

A substituição dos membros da Comissão Provincial Eleitoral da Lunda Norte e aprovação dos projectos de resolução sobre aquisição de nacionalidade angolana por uma cidadã estrangeira e adopção de um menor, foram também apreciados pelos deputados.

4.24 Finança em Cabinda arrecada Kz 20 mil milhões em impostos

Jornal de Economia e Finanças 23 de Junho de 2009

A Direcção Provincial das Finanças de Cabinda arrecadou, no exercício económico de 2008, um montante avaliado em Kz 20 mil milhões (USD 223 milhões, 082 mil e 165), fruto das cobranças de impostos. O valor arrecadado ~ é proveniente das repartições fiscais de Cabinda, Cacongo e da Direcção Regional das Alfândegas. No ano anterior, 2007, havia sido arrecadado Kz 13 biliões, 952-milhões, 692 mil e 658 (USD 164 milhões 149 mil325). Segundo o director das Finanças de Cabinda, Manuel Armando Soko, que falava em exclusivo ao Jornal Economia & Finanças, o elevado nível de crescimento das receitas se deve fundamentalmente à informatização do novo Sistema de Gestão de Cadastro Tributário (SGCT), o que permitiu melhorar o acompanhamento e o controlo das actividades tributárias.

Número de contribuintes Acrescentou que a diversidade e o crescimento de registo do número de contribuintes, quer a nível de empresas públicas, como privadas,

atingindo os três sectores da economia, permitiram os agentes económicos nacionais a ganharem a cultura no cumprimento das suas obrigações fiscais.

De acordo com Armando Soko, a cobrança dos impostos industrial, selo, rendimento de trabalho, consumo, predial urbano, sucessões e doações, SISA sobre a transmissão de imobiliários por título oneroso e de diversas taxas e de serviços aduaneiros, foram os que mais contribuíram para o alcance do valor das receitas fiscais arrecadadas no ano transacto.

Explicou que as empresas petrolíferas que operam no campo do Malongo são as que mais contribuíram no valor arrecadado em 2008, pelo facto, de os seus rendimentos apresentarem níveis altos. Realçou que as empresas nacionais, principalmente a Resi, Simbila, Sonangol, ENE, Angolissar, Impex, Sociedade de Engenharia, Porto de Cabinda, Ropicons, Albase, Beligigene, Despachantes Oficiais, também ganharam a cultura fiscal, o que lhes possibilitou pagar os seus impostos normalmente, dando o seu contributo no crescimento da economia da região.

Combate às infracções

O responsável assegurou que o combate e a diminuição das infracções fiscais são os objectivos principais da Delegação provincial das Finanças de Cabinda, através de acções de fiscalização tributária e de outras medidas que regem o cumprimento rigoroso das normas jurídicas estabelecidas no código geral do contribuinte.

Para Manuel Armando Soko, o código geral tributário é o instrumento jurídico que regulamenta as normas relativas às obrigações fiscais do sistema nacional, desde a incidência do imposto, determinação da matéria colectável, a liquidação, a cobrança dos mesmos e das eventuais penalizações fiscais em caso de transgressão e infracção fiscal.

- "No nosso país, cerca de 85 por cento da receita de impostos resulta do petróleo, logo a contribuição deste sector é bastante grande na formação da riqueza nacional. Todavia, considerando as projecções do passado, o Produto Interno Bruto (PIB), dos sectores não petrolíferos tem crescido a uma média de 9 por cento acima do PIB do sector não petrolífero nos últimos três anos", referiu.

Segundo afirmou, o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades económicas, sociais e administrativas do Estado, bem como uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza. Salientou que "tendo em vista os seus objectivos, as receitas demonstram a sua importância no crescimento da economia nacional, por-

que fornecem ao Estado os recursos financeiros que são necessários para financiar os investimentos públicos, sejam de âmbito central ou provincial".

Novos Cadastramentos

Com vista a superar o valor das receitas fiscais arrecadados em 2008, pelas repartições de Cabinda, Cacongo e Direcção Regional das Alfândegas, a Direcção Provincial das Finanças prevê para o ano em curso o cadastramento de maior número de contribuintes, no sentido de se aumentar a eficácia e a eficiência fiscal na região.

Melhorar a organização das acções de fiscalização tributária, promover e controlar o cumprimento das obrigações fiscais, optimizando a arrecadação das receitas, actuar perante o incumprimento do código geral tributário para impulsionar a mudança da postura ante a inovação tecnológica, também são outras metas a serem atingidas pela Delegação Provincial das Finanças de Cabinda no presente ano.

De acordo com Manuel Armando Soko, com o objectivo de enquadrar o seu pessoal no mundo das novas tecnologias de tributação, serão administrados, no ano corrente, cursos de qualificação e de formação profissional para superação dos quadros humanos no sector Cios impostos, no âmbito da reestruturação organizacional e processual assente num sistema de informação integrado, com vista a responder o sucesso dos desafios preconizados.

Entretanto, quanto ao processo de modernização das repartições fiscais da região, com vista ao melhoramento dos serviços das cobranças de impostos, o director provincial das finanças, sublinhou que o mesmo decorre normalmente, referindo que a informatização do Sistema de Gestão de Cadastro Tributário (SGCT) e o Sistema de Gestão Tributário (SGT), iniciada em 2006, é um exemplo de modernização do sistema tributário nacional.

Essa modernização permitiu ao Departamento aos Impostos e às Repartições Fiscais melhorarem o gerenciamento de dados, o que está a facilitar a recolha de informações sobre a actividade do contribuinte, data de início, alterações ou cessações, efectuando o seu enquadramento global face às suas obrigações fiscais e da emissão rápida de cartão de contribuinte com o número de Identificação Fiscal (NIF).

4.25 Finança em Cabinda arrecada Kz 20 mil milhões em impostos

A Direcção Provincial das Finanças de Cabinda arrecadou, no exercício económico de 2008, um montante avaliado em Kz 20 mil milhões (USD 223 milhões, 082 mil e 165), fruto das cobranças de impostos. O valor arrecadado ~ é proveniente das repartições fiscais de Cabinda, Cacongo e da Direcção Regional das Alfândegas. No ano anterior, 2007, havia sido arrecadado Kz 13 biliões, 952-milhões, 692 mil e 658 (USD 164 milhões 149 mil325). Segundo o director das Finanças de Cabinda, Manuel Armando Soko, que falava em exclusivo ao *Jornal Economia & Finanças*, o elevado nível de crescimento das receitas se deve fundamentalmente à informatização do novo Sistema de Gestão de Cadastro Tributário (SGCT), o que permitiu melhorar o acompanhamento e o controlo das actividades tributárias.

Número de contribuintes Acrescentou que a diversidade e o crescimento de registo do número de contribuintes, quer a nível de empresas públicas, como privadas, atingindo os três sectores da economia, permitiram os agentes económicos nacionais a ganharem a cultura no cumprimento das suas obrigações fiscais.

De acordo com Armando Soko, a cobrança dos impostos industrial, selo, rendimento de trabalho, consumo, predial urbano, sucessões e doações, SISA sobre a transmissão de imobiliários por título oneroso e de diversas taxas e de serviços aduaneiros, foram os que mais contribuíram para o alcance do valor das receitas fiscais arrecadadas no ano transacto.

Explicou que as empresas petrolíferas que operam no campo do Malongo são as que mais contribuíram no valor arrecadado em 2008, pelo facto, de os seus rendimentos apresentarem níveis altos. Realçou que as empresas nacionais, principalmente a Resi, Simbila, Sonangol, ENE, Angolissar, Impex, Sociedade de Engenharia, Porto de Cabinda, Ropicons, Albase, Beligigene, Despachantes Oficiais, também ganharam a cultura fiscal, o que lhes possibilitou pagar os seus impostos normalmente, dando o seu contributo no crescimento da economia da região.

Combate às infracções

O responsável assegurou que o combate e a diminuição das infracções fiscais são os objectivos principais da Delegação provincial das Finanças de Cabinda, através de acções de fiscalização tributária e de outras medidas que regem o cumprimento rigoroso das normas jurídicas estabelecidas no código geral do contribuinte.

Para Manuel Armando Soko, o código geral tributário é o instrumento jurídico que regulamenta as normas

relativas às obrigações fiscais do sistema nacional, desde a incidência do imposto, determinação da matéria colectável, a liquidação, a cobrança dos mesmos e das eventuais penalizações fiscais em caso de transgressão e infracção fiscal.

- "No nosso país, cerca de 85 por cento da receita de impostos resulta do petróleo, logo a contribuição deste sector é bastante grande na formação da riqueza nacional. Todavia, considerando as projecções do passado, o Produto Interno Bruto (PIB), dos sectores não petrolíferos tem crescido a uma média de 9 por cento acima do PIB do sector não petrolífero nos últimos três anos", referiu.

Segundo afirmou, o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades económicas, sociais e administrativas do Estado, bem como uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza. Salientou que "tendo em vista os seus objectivos, as receitas demonstram a sua importância no crescimento da economia nacional, porque fornecem ao Estado os recursos financeiros que são necessários para financiar os investimentos públicos, sejam de âmbito central ou provincial".

Novos Cadastramentos

Com vista a superar o valor das receitas fiscais arrecadados em 2008, pelas repartições de Cabinda, Cacongo e Direcção Regional das Alfândegas, a Direcção Provincial das Finanças prevê para o ano em curso o cadastramento de maior número de contribuintes, no sentido de se aumentar a eficácia e a eficiência fiscal na região.

Melhorar a organização das acções de fiscalização tributária, promover e controlar o cumprimento das obrigações fiscais, optimizando a arrecadação das receitas, actuar perante o incumprimento do código geral tributário para impulsionar a mudança da postura ante a inovação tecnológica, também são outras metas a serem atingidas pela Delegação Provincial das Finanças de Cabinda no presente ano.

De acordo com Manuel Armando Soko, com o objectivo de enquadrar o seu pessoal no mundo das novas tecnologias de tributação, serão administrados, no ano corrente, cursos de qualificação e de formação profissional para superação dos quadros humanos no sector Cios impostos, no âmbito da reestruturação organizacional e processual assente num sistema de informação integrado, com vista a responder o sucesso dos desafios preconizados.

Entretanto, quanto ao processo de modernização das repartições fiscais da região, com vista ao melhoramento dos serviços das cobranças de impostos,

o director provincial das finanças, sublinhou que o mesmo decorre normalmente, referindo que a informatização do Sistema de Gestão de Cadastro Tributário (SGCT) e o Sistema de Gestão Tributário (SGT), iniciada em 2006, é um exemplo de modernização do sistema tributário nacional.

Essa modernização permitiu ao Departamento dos Impostos e às Repartições Fiscais melhorarem o gerenciamento de dados, o que está a facilitar a recolha de informações sobre a actividade do contribuinte, data de início, alterações ou cessações, efectuando o seu enquadramento global face às suas obrigações fiscais e da emissão rápida de cartão de contribuinte com o número de Identificação Fiscal (NIF).

4.26 Governo quer OGE reajustado às novas condições financeiras

Jornal de Angola 26 de Junho de 2009

O Primeiro-Ministro, Paulo Kassoma, afirmou, ontem, em Luanda, que as propostas de revisão do Plano Nacional e do OGE para 2009, submetidas pelo Governo ao Parlamento, foram elaboradas com base na necessidade de se ajustar a programação macroeconómica e a previsão da actividade geral do país à nova realidade económica e financeira internacional.

Paulo Kassoma, que procedia à apresentação das propostas aos deputados, indicou que, do ponto de vista interno, a crise económica e financeira mundial foi caracterizada pela redução do valor dos activos nacionais e das receitas petrolíferas e diamantíferas.

O Primeiro-Ministro acrescentou que deste cenário resultou a pressão sobre as reservas cambiais do país face à redução do influxo de divisas, redução dos custos das importações, e maiores dificuldades de acesso a financiamentos externos.

Kassoma sublinhou, que o ajustamento dos objectivos do Plano Nacional 2009 tem como propósito dar hierarquia de prioridades às acções do Governo, em função dos recursos disponíveis. Lembrou, que o Governo adoptou um cronograma de medidas de gestão macro-económica e estruturais.

O Primeiro-Ministro referiu, que face ao impacto da crise, estes objectivos foram ajustados, acrescentando que na macroeconomia as prioridades são a redução do abrandamento da taxa de crescimento do PIB, melhoria da regulação económica e da concorrência e garantia da estabilidade macroeconómica. No domínio das

políticas sectoriais e do desenvolvimento do território, as prioridades são a melhoria da qualidade de vida das populações.

- Paulo Kassoma sublinhou, que a proposta de revisão do OGE 2009 assenta na reavaliação da estimativa da receita petrolífera face ao comportamento do preço médio do petróleo, na revisão das operações de financiamento e fixação da despesa em outro nível.

O preço médio de exportação do barril de petróleo bruto, na proposta de revisão, está estimado em 37 dólares contra os 55 inicialmente previstos. A produção petrolífera é de 653,4 milhões de barris contra 739,7 do orçamento inicial.

A inflação de 10 por cento, prevista inicialmente, deve aumentar, para 12,5 por cento e o valor do PIB esperado é de 4.971,3 contra 5.796 da previsão inicial, revelou o Primeiro-Ministro.

A taxa de crescimento do PIB deve fixar-se em 6,2 por cento contra 11,8 iniciais, sendo 6, 1 por cento negativos referentes ao sector petrolífero e 15,4 por cento positivos do sector não petrolífero.

O Primeiro-Ministro anunciou que as receitas fiscais estão estimadas em 1.615,2 mil milhões de kwanzas contra 2.371,5 mil milhões de kwanzas do orçamento inicial. A previsão das despesas fiscais está calculada em 2.371,5 mil milhões de kwanzas contra 2.848 mil milhões de kwanzas do primeiro orçamento.

Kassoma fez referência à existência do défice fiscal de 756,3 mil milhões de kwanzas, equivalente a 15,2 por cento do PIB, muito acima do valor da previsão inicial, que era de 448,7 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 7,7 por cento do PIB.

Paulo Kassoma justificou o incremento em 4,0 por cento das despesas, com o sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública, no novo orçamento, em relação aos 13,5 por cento do orçamento inicial, com as remunerações com a segurança social.

O sector social, sublinhou Paulo Kassoma, apesar de ter sofrido um corte de 1,3 por cento dos 34,6 por cento do orçamento inicial, continua a beneficiar de maiores receitas do Estado, ao passo que as despesas com a administração mantêm-se, tal como no orçamento inicial, em 28,9 por cento.

O Primeiro-Ministro indicou que, em consequência da redução de liquidez no mercado interno e externo, o sector económico teve um corte de 5,4 por cento dos 14,7 por cento previstos, e os encargos financeiros tiveram um incremento de 2,7 por cento em relação aos

8,3 por cento inicialmente previstos.

A proposta de revisão do orçamento submetida à discussão dos deputados apresenta um corte de 554,8 mil milhões de kwanzas, cerca de 17,5 por cento em relação ao orçamento inicial.

O Primeiro-Ministro assegurou, a disponibilidade dos ministros do Plano e das Finanças e de todos os outros membros do Governo, para as discussões dos documentos nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, a fim de se aprofundar e melhorar os aspectos que se consideram pertinentes no Plano Nacional e OGE. Reconheceu, que a gestão deste orçamento é difícil, porque "os sinais susceptíveis de darem uma indicação de recuperação mundial da economia continuam nebulosos".

Oportunidade de crescimento
a Primeiro-Ministro afirmou, que a crise económica e financeira mundial deve ser encarada pelos angolanos como uma oportunidade de crescimento do país.

"A crise vai levar-nos a desenvolver outras iniciativas, sobretudo económicas e políticas, no sentido de garantirmos a nossa independência económica, no quadro da diversificação das nossas fontes de rendimento, afirmou.

Kassoma lembrou o esforço, que os angolanos devem empreender para gerir o que existe, com prioridade para o pagamento das despesas, que não podem ser adiadas, mas mantendo a estabilidade macroeconómica e o funcionamento normal da administração pública e dos programas executivos com prioridade.

4.27 A vigilância electrónica do OGE é a nova esperança dos contribuintes

Angolense 20 a 27 de Junho de 2009

Este compromisso governamental na área da transparência, mais um aliás, é apenas o mais recente de uma já longa lista de promessas, não ou muito mal cumpridas, feitas pelo Executivo.

Não sabemos de que sistema se trata, se tem a ver com o actual SIGFI ou se estamos diante de uma nova proposta.

Parece que há novidade. O que sabemos e estamos convencidos é que a transparência das contas públicas neste país só será possível com o envolvimento de todos, do executivo ao parlamento, do judicial à so-

cidade civil, numa cruzada aberta de controlo e vigilância, contra o despesismo, o descaminho e a corrupção.

O governo há muito que deixou de estar em condições de vigiar sozinho os seus decisores e gestores, na hora de se alocarem e de se aplicarem os fundos públicos. Os resultados desta incapacidade são conhecidos e visíveis no desvio de bateladas de recursos para bolsos privados, restando apenas apurar a percentagem do PIB que por esta via desaparece da circulação pública.

É assustadora, não temos qualquer dúvida. A fazer fé na notícia da Angop de muito pouco adiantará termos um "sistema de monitorização electrónica do Plano Nacional" se ele apenas estiver dirigido para os "órgãos decisórios".

O problema está exactamente aí, o problema está no controlo em tempo real destes órgãos, que é de facto a única forma que o país tem de saber como é que o seu dinheiro está a ser utilizado e de pressionar quem tem a responsabilidade política e técnica de o fazer, a fazê-lo como deve ser, o que não está a acontecer.

De outra forma, vamos continuar a brincar com coisas sérias e a apostar nos habituais "show-offs", com a repetição das promessas anuais, sempre que tivermos o OGE a ser aprovado ou revisto.

Se os tais "órgãos decisórios" forem confrontados com outros olhos de ver o seu desempenho, é claro que eles serão forçados a alterar o seu perdulário comportamento.

Entre estes olhos, estarão certamente os olhos da imprensa que não está apenas atenta ao que se diz, mas está mais preocupada com o que se faz e como se faz, pois a pratica é que é o critério da verdade e a verdade é o que interessa ao jornalismo.

As duas imprensas, a que olha para o que se diz e a que quer ver o que se faz, teriam assim um espaço Interessante de debate em torno do que é realmente o interesse público, considerando que uma das suas traves mestras é a promoção "da boa governação e a administração correcta da coisa pública", de acordo com o que está definido na Lei de Imprensa.

Para se ter uma ideia das promessas que neste âmbito o Governo faz e não cumpre, citaremos apenas a não elaboração da Conta Geral do Estado, que é apenas o mais importante instrumento que o país tem para saber às quantas andamos em matéria de gastos anuais por parte do Governo.

Sem esta Conta, que é uma exigência legal, não há como auditar realmente o desempenho financeiro do Governo e muito menos de pedir responsabilidades aos seus decisores e gestores diante das monumentais "derrapagens" que todos os anos se repetem.

A última promessa que o Governo fez em relação a apresentação desta Conta aconteceu o ano passado, no decorrer da Conferência Internacional sobre "Sistemas de Fiscalização do Orçamento Geral do Estado de Angola" organizada em Luanda pela Open Society, a Friedrich Erbert e o Observatório Político-social de Angola (OPSA).

" Hoje, já se apresentam os Relatórios de Execução Financeira e Patrimonial do Estado. Mas, nunca se apresentou ao Parlamento a Conta Geral do Estado.

Isso impede uma correcta aferição da actividade financeira do Estado, assim como as diversas responsabilidades, o inventario do património do Estado, a evolução da dívida do Estado, a execução dos programas de acção, investimento e financiamento das empresas publicas, etc. Contudo, o representante do Ministério das Finanças confirmou nesta Conferência a sua apresentação, pela primeira vez, já no ano de 2009. Recomenda-se, por fim, a um maior estreitamento das relações entre os diversos órgãos do Estado e a Sociedade Civil, como forma de se garantir uma caminhada mais rápida e mais segura para uma sociedade próspera, pacífica, mais transparente, mais equilibrada e mais justa, a bem de Angola."

Este extracto das conclusões saídas da referida Conferência confirma a promessa feita e também o seu não cumprimento um ano depois, a não ser que estejamos completamente enganados ou mal informados.

As nossas sinceras desculpas, se for o caso.

Sem Conta Geral do Estado, o Tribunal de Contas não pode desempenhar a sua principal e mais importante competência em nome de todos nós.

Só por esta razão é fácil concluirmos que em matéria de transparência ainda estamos na pré-história, de nada adiantando todos os sistemas de auto-controlo que venham a ser aprovados e implementados pelo Governo. Uma outra conclusão da mencionada Conferência recomendou que Governo devia "permitir o cadastramento dos deputados para que eles possam ter acesso directo aos instrumentos de registo e administração financeira. Desse modo, haverá uma melhor monitoria da execução orçamental. Só assim estaremos, também, seguros de haver uma verdadeira transparência na gestão da coisa pública".

Já agora e se de facto há realmente interesse do Governo nesta conjuntura de crise, em apresentar-se aos olhos da opinião pública com um outro perfil, enquanto gestor da coisa pública, porque não integrar esta componente no seu sistema que acaba de ser aprovado nos últimos dias?

Aqui fica pois esta questão colocada a quem de direito, com o direito que assiste aos cidadãos de quererem saber um pouco mais em relação ao paradeiro dos seus recursos, para além das indicações que nos são dadas no tocante a alocação das verbas por entre os múltiplos projectos que vão sendo aprovados.

5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 MPLA propõe presidencialismo puro

Jornal de Angola 1 de Junho de 2009

O ante-projecto para a nova Constituição do MPLA comporta 220 artigos, entre os quais o que estipula o sufrágio universal, directo, secreto e periódico, como forma de eleição do Presidente da República.

O MPLA, que defende um presidencialismo puro, propõe que o Presidente da República assuma, por inerência, a chefia do Governo e o cargo de Comandante-em-chefe das Forças Armadas Angolanas, sendo auxiliado por um vice-presidente, ministros, secretários de Estado e vice-ministros.

O texto atribui ao Presidente da República poderes para promover e assegurar a unidade nacional, a independência, a integridade territorial do país e a representar a Nação no plano interno e internacional.

Precisa que, enquanto Chefe de Estado, defende a Constituição, assegura o cumprimento das leis e dos acordos e tratados internacionais assumidos, assim como promove e garante o regular funcionamento dos órgãos da administração.

No âmbito da sua representatividade, o partido governamental propõe que o Presidente da República seja eleito por sufrágio universal, directo, igual, secreto e periódico, pelos cidadãos angolanos maiores de 18 anos de idade e residentes no país, bem como os residentes no estrangeiro por razões de serviço, estudo, doença.

Preceitua, por outro lado, que é declarado vencedor o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos, salvaguardando a realização de uma segunda volta, até 45 dias contados da divulgação dos resultados oficiais do primeiro turno, caso nenhum outro obtenha mais de metade dos votos. À segunda volta concorrerem os dois candidatos mais votados na primeira, desde que não tenham retirado a candidatura ou ficado impossibilitados nos termos da Constituição e da Lei.

Em caso de desistência ou morte de um dos

candidatos, substitui o concorrente que se lhe seguir na ordem de votação, desde que tenha alcançado mais de 15 por cento dos votos validamente expressos, salvo se a desistência resultar de vontade unilateral ou de acordo político no sentido de se declarar o candidato mais votado como vencedor.

A proposta de Constituição prevê igualmente um novo processo eleitoral sempre que se verificar impossibilidade de conclusão da segunda volta. Neste caso, o candidato declarado culpado pela não realização do aludido segundo turno fica impedido de concorrer.

Projecto salvaguarda indivisibilidade do território
No seu ante-projecto de Constituição, o MPLA defende a indivisibilidade, inviolabilidade e inalterabilidade do território angolano, pelo que defende um combate enérgico contra qualquer tentativa de desmembramento ou de separação de suas parcelas.

O texto define Angola como Estado de direito, baseado na soberania popular, no primado da Constituição e da Lei, separação de poderes e independência de funções, na unidade nacional, no pluralismo de expressão, organização política, democracia representativa e participativa.

Conforme o documento, entregue à Assembleia Nacional, a República de Angola é um Estado unitário que respeita, na sua organização, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local, através da desconcentração e "descentralização administrativa.

No âmbito da liberdade de expressão e informação, assegura o direito dos cidadãos a exprimirem-se, divulgarem e partilharem os seus pensamentos, ideias e opiniões através de palavras, imagens ou qualquer outro meio, bem como o de informarem e serem informados, sem impedimento nem discriminação.

No texto, reforça-se que o exercício dos direitos e liberdades não podem ser impedidos ou limitados por qualquer forma de censura.

Refere que a liberdade de expressão e de informar tem como limites os direitos de todos os cidadãos ao bom nome, honra, reputação, imagem e reserva da intimidade da vida privada e familiar, protecção da infância e da juventude, segredo de Estado, da Justiça, profissional e demais garantias regulados pela Lei.

O MPLA considera que as infracções cometidas no exercício da liberdade de expressão e de informação fazem incorrer o seu autor em responsabilidade disci-

plinar, civil e criminal, nos termos da Lei.

"A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, nos termos da Lei e em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, assim como o direito a indemnização pelos danos sofridos", diz o anteprojecto.

Relativamente à liberdade de imprensa, a proposta da futura Constituição do MPLA garante este direito, sem qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideológica ou artística. "A Lei estabelece as formas de exercício da liberdade de imprensa", sublinha-se.

5.2 Tjilica destaca papel da revolta não construção do Estado democrático PAULO MULAZA "extremamente positivo o afluxo

Jornal de Angola 4 de Junho de 2009

A provedoria da justiça tem sido mediadora na canso lidação do Estado democrático e de direito, liberdades e garantias dos cidadãos, considerou, ontem, em Luanda, o Provedor de Justiça, Paulo Tjilica.

Paulo Tjilica, que falava em conferência de imprensa por ocasião dos 2000 aniversário da institucionalização da figura de Ombudsman, actualmente designado por Provedor de Justiça, disse que a Provedoria de Justiça tem conseguido corrigir as ilegalidades e injustiças cometidas pelos órgãos da administração pública. A figura de Ombudsman foi instituída 6 de Junho de 1809, na Suécia.

Segundo o Provedor de Justiça, têm ocorrido algumas ilegalidades e irregularidades na administração pública e nas empresas, nomeadamente, injustiças, despedimentos sem justa causa, instauração de processos disciplinar, sem que se tenham seguido todos os procedimentos legais.

"Os serviços do provedor de Justiça recebem muitas reclamações concernentes à segurança social, aposentação, instauração de processos e despedimentos de trabalhadores pelas empresas, sem que o mesmo tenha sido ouvido", explicou Paulo Tjilica, tendo acrescentado que tudo isto ~ relevante dentro do exercício da cidadania e consolidação do Estado Democrático e de Direito.

Para Paulo Tjilica a institucionalização do Provedor de Justiça no ordenamento jurídico angolano foi

importante para a "reconciliação entre os poderes públicos e os cidadãos". Em fim de mandato, Tjilica considerou "gratificante mas difícil o trabalho desenvolvido pela instituição que dirige. "Temos a sublinhar o aspecto didáctico-pedagógico, não só para os cidadãos, mas, também, para a chamada de atenção aos órgãos visados pelas reclamações, de como há realmente alguém que vela pela defesa dos direitos dos cidadãos", disse.

O Provedor de Justiça disse ser "extremamente positivo o fluxo dos cidadãos a um órgão que pode questionar a ilegalidade ou injustiça cometida contra si perante os poderes públicos".

Apesar de a Lei Constitucional consagrar no seu artigo 142.º a figura do Provedor de Justiça, apenas a 19 de Abril de 2005, esta entidade foi eleita pela Assembleia Nacional, vindo a tomar posse a 9 de Junho do mesmo ano. Enquanto não tinha sido designado, as suas funções foram exercidas pelo Procurador-Geral da República.

A Provedoria de Justiça é um órgão público independente que tem por objecto a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade da Administração Pública.

Os cidadãos, de acordo o ponto número dois do artigo 142.º da Lei Constitucional, podem apresentar ao Provedor de Justiça queixas por acções ou omissões dos poderes públicos que as aprecia sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças.

Segundo o artigo 143º da mesma lei, o Provedor de Justiça é designado pela Assembleia Nacional, por deliberação de 2/3 dos deputados em efectividade de funções e toma posse perante o presidente da Assembleia Nacional, para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato de igual período.

5.3 A propósito da interpelação da governadora de Luanda

Angolense 27 a 04 de Junho de 2009

Domingo passado (21/06) participei num debate a três na TPA (Semana em Actualidade) sobre o conteúdo da interpelação que a Governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, foi objecto no parlamento, numa iniciativa da UNITA.

Em termos de produto final (editado) o resultado deste debate, por se ter afastado do original, foi muito pouco

perceptível para algumas pessoas que o acompanharam e que me conhecem e que depois me questionaram sobre as minhas ideias e opiniões a respeito do tema proposto.

Como acho que nunca é tarde para se prestarem os necessários esclarecimentos, começarei por dizer que achei, no decorrer do debate, bastante oportuna a iniciativa da bancada parlamentar da UNITA, pois teve a ver com o diagnóstico e tratamento de um gravíssimo problema de saúde social que nos afecta a todos, enquanto habitantes desta cada vez mais problemática e caótica metrópole em que está transformada a capital de todos os angolanos.

Manifestei alguma decepção pelo debate não ter produzido de imediato um compromisso entre o Parlamento e o Executivo, pois apenas se acordou em elaborar uma resolução com base nas 15 perguntas formuladas pela UNITA.

Esta resolução, que poderá nem vir a conhecer a luz do dia, será uma boa oportunidade para o Parlamento se posicionar em relação as questões mais sensíveis que preocupam actualmente Luanda e os luandenses. Com base nela estará disponível uma referência para a opinião pública e a imprensa avaliarem de agora em diante o desempenho do GPL.

Luanda inspira sérios cuidados e não parece haver soluções à vista diante da magnitude das necessidades da sua população, que cresce exponencialmente, com destaque para as habitacionais, que já são neste momento o rastilho de futuras convulsões sociais que se anunciam todos os dias com as demolições, despejos, expulsões e realojamentos forçados.

Achamos que a reacção demasiado defensiva dos deputados do MPLA no decorrer da interpelação parlamentar não foi a melhor atitude na abordagem da problemática luandense, como se ela tivesse sido inventada pela Oposição apenas para retirar dividendos políticos de uma crise social que existe e que se vai aprofundar.

Sabe-se que antes desta interpelação e na sequência da polémica expulsão dos descamisados da zona do Benfica da Ilha de Luanda para o deserto do Zango, a Governadora foi chamada ao Comité Provincial do MPLA onde o seu desempenho terá sido muito criticado.

No debate parlamentar a Governadora mostrou-se, entretanto, muito mais a vontade e aberta às críticas que os tensos deputados do maioritário, ao ponto de ter sugerido uma nova interpelação para se voltar a discutir

a situação de Luanda numa próxima oportunidade.

Mais do que isso, a Governadora, num tom dramático, disse que estava sem saber o que fazer, por não ter soluções aceitáveis, com as mais de 20 mil pessoas (ou famílias?) que precisa de retirar das actuais zonas onde se encontram a residir, por estarem a bloquear as obras de macro-drenagem nas valas do Senado da Câmara e do Cazenga.

Estou preocupado com a concentração de centenas de milhares de pessoas no Zango sem condições de sobrevivência dignas da espécie humana, por achar que aquela zona se está a transformar num barril de pólvora que já emitiu sinais muito concretos que pode explodir a qualquer altura.

Mais preocupado estou ainda com a lentidão com que estão a ser equacionadas pelo GPL as soluções ao nível da auto-construção dirigida, a começar pelo loteamento dos terrenos que vão ser entregues aos "zangados", cada vez mais desesperados com a sua sorte madrasta.

Não é possível manter indefinidamente as pessoas nos vários Zangos que vão sendo criados ao sabor das necessidades pontuais da requalificação da cidade. A repressão, que é a única solução disponível de imediato, já não funciona como no passado recente. E cada vez vai funcionar menos.

Se não estamos diante de um conflito de classes, também não estamos com o romano Terêncio quando na antiguidade pôs em relevo toda a sua humanidade ao afirmar que "nada do que é humano me é estranho". No Zango há qualquer coisa de muito ' estranho, de arrepiante mesmo, para a nossa noção de humanidade.

5.4 MPLA quer eleições directas do presidente da Republica

Semanário factual de 29 de Maio a 05 de Junho 2009

Em declarações à Agência Lusa, o secretário para a Informação do MPLA informou ainda que o documento já foi entregue à Comissão Constitucional do Parlamento angolano.

O seu ante-projecto de Constituição, adiantou também "Kwata Kanawa", o MPLA advoga ainda um sistema presidencialista: "A nossa proposta é que deve haver um Presidente da República, um vice-presidente, ministros e secretários de Estado", adiantou o político. Segundo o porta-voz do partido maioritário, "estas questões poderão, depois, durante as discussões na Comissão Constitucional, serem abordadas com maior profundidade".

"Nós continuamos a defender a eleição do Presidente da República por voto directo e secreto. E o que consta no documento é isso que as pessoas vão confirmar depois de conhecerem o nosso documento", frisou.

Esta garantia do porta-voz do partido no poder assume especial relevância, Tendo em conta que a possibilidade de a Eleição dos Santos admitiu a possível eleição via Parlamento e justificou a existência de duas correntes de opinião na sociedade angolana, sendo a outra a manutenção do actual formato, por voto secreto e universal.

Como se sabe, o MPLA venceu as eleições legislativas de Setembro de 2008, com 81,64 por cento dos votos, obtendo assim 191 dos 220 assentos na Assembleia Nacional angolana.

Contudo, as eleições presidenciais estão previstas para este ano, mas ainda não foram oficialmente convocadas pelo Chefe de Estado.

No entanto, José Eduardo dos Santos já afirmou publicamente que a data das eleições presidenciais só será determinada após a aprovação da nova Constituição.

O prazo para a entrega dos ante-projectos terminou no passado dia 26 de Maio, tendo a Comissão Constitucional 90 dias para elaborar uma proposta para aprovação no Parlamento.

Esta Comissão integra uma larga maioria de indivíduos escolhidos do MPLA, correspondendo a maioria qualificada que detém na assembleia Nacional depois das eleições legislativas de Setembro de 2008.

5.5 Governador dá posse a novos quadros e pede rigor na aplicação dos dinheiros

Jornal de Angola 9 De Junho

O governador da província do kuando-kubango, Eusébio de Brito Teixeira, conferiu, ontem, posse aos novos quadros da Administração Local do Estado, com vista a concretizar as acções contidas no programa de Governo. Foram empossados o secretário do governo provincial, Teixeira Clemente director provincial da indústria, Geologia e Minas, Miguel Ndala, o assessor do governo para a área social, Walter Filipe de Almeida Pereira, o chefe do centro de documentação e informação, Neto de Almeida Júnior Gaspar, o administrador municipal de menongue, João Chamba, e o director do gabinete do vice-governador parta esfera

social, José de Carvalho.

Foram igualmente empossados, João André Fulai, administrador comunal do Lupiri, José Jonas Kapopolo, administrador comunal adjunto de Mucusso, Junero Guedes Chiwana Barros, administrador municipal adjunto de Calai e Fernando Mussengue, administrador comunal de Xamavera.

Eusébio de Brito Teixeira exortou os quadros empossados terem sentido de Estado, primando sempre pela cooperação e colaboração institucional e boa governação, para um bom desempenho.

O governante pediu rigor aos administradores municipais na aplicação das verbas alocadas às administrações no quadro da gestão municipal, devendo a justificação da sua aplicação ser feita por meio de actos práticos, como a apresentação de obras e outros serviços com impacto na vida das populações.

Para o governador do Kuando-Kubango, um outro desafio que se coloca hoje, a nível das administrações municipais e comunais, tem a ver com a condução do processo de urbanização das reservas fundiárias destinadas ao fomento de habitação e outros usos necessários para o desenvolvimento económico e social das localidades.

Por isso, exige a formação e preparação dos gestores municipais para uma actuação competente e responsável, face aos grandes desafios para a construção das cidades e vilas. Informar as populações sobre a existência das reservas fundiárias, fixando placas, bem como tomar medidas eficazes para proteger contra ocupação ilegal.

Eusébio de Brito Teixeira defendeu que se deve prestar uma atenção especial à cidade de Menongue, que começa já a mudar de aspecto, com a melhoria da rede eléctrica e outros empreendimentos públicos.

O governante defendeu, igualmente, a necessidade de se imprimir um maior dinamismo ao programa "Cimento e Tinta", a construção e obras públicas para que a breve trecho sejam facto a reabilitação das infra-estruturas em curso, incluindo a base de transportes, o saneamento básico, as vias secundárias e terciárias, os de apoio ao meio rural e os equipamentos sociais.

5.6 Provedoria da Justiça sofreu pressão política

Novo Jornal 12 de Junho de 2009

A Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD)

considera que Paulo Tjipilica teria feito mais pela Provedoria da Justiça (PJ) se não existissem interferências políticas no seu trabalho e limites de natureza financeira e de infra-estruturas.

Falando a propósito do fim do mandato de Tjipilica como provedor da Justiça, o líder da AJPD, António Ventura, disse terem sido notórias limitações de natureza política. "Houve sempre a tentativa de os agentes do Estado limitarem o seu trabalho", constatou o dirigente associativo. Segundo a fonte, a PJ foi confrontada com a falta de pessoal qualificado, o que terá concorrido para a não expansão da sua actividade para as restantes províncias do país.

Mas apesar de este líder associativo reconhecer capacidade profissional de Paulo Tjipilica, referiu que, a par das limitações referidas, este pecou por falta de "vontade e coerência" na defesa de determinados pontos de vista. "Houve casos de direitos humanos nas cadeias a que ele se limitou a fazer meras constatações ao invés de uma acção de peso do ponto de vista político", referiu.

O número um da AJPD acrescentou que o consulado de Paulo Tjipilica foi igualmente manchado pelo facto de "não ter apresentado os relatórios ao Parlamento para análise e avaliação do seu trabalho".

O provedor de Justiça, Paulo Tjipilica, cessou mandato após quatro anos à frente da instituição tendo considerado "positivo" o balanço do seu consideramento. O magistrado afirmou à imprensa que vai aguardar pela resolução da Assembleia Nacional (AN), quanto à sua provável recondução.

Ele reconheceu não ter atingido o universo desejável de cidadãos alvo e admitiu existirem pessoas que, por falta de informação, confundem a PJ com a Procuradoria-geral da República. Esclareceu que à PJ cabe atender o cidadão por meios informais, enquanto o requerente não precisa de constituir advogado ou recorrer a outras formalidades para obter os seus serviços.

Segundo Paulo Tjipilica, esta prestação é diferente da acção da Procuradoria-geral da República, que é o órgão promotor da acção penal servindo de acusador do cidadão, quando em conflito com a Lei.

5.7 Governadora de Luanda “desconhece” o que conhece

Agora 13 De Junho

Alguns segmentos da sociedade são de opinião que a governadora provincial de Luanda ao assumir, no jeito

que lhe é peculiar, que desconhece o destino dado às receitas arrecadas pelas administrações municipais, delegação provincial da Cultura, bem como pelas empresas públicas, adstritas ao seu pelouro, estaria a passar à si mesma um certificado de incompetência.

Na reunião que manteve, na semana passada, com os seus colaboradores, Francisca do Espírito Santo, disse que pretende controlar tais verbas, uma vez que, na condição de governadora será ela a prestar contas, caso as coisas corram mal.

Visivelmente desaponta, Tia Xica, como é também conhecida a timoneira de Luanda, anunciou a redução em cerca de 35% da verba do GPL, na sequência da crise financeira mundial.

As preocupações da Governadora, sobretudo no que tange ao destino dado às receitas arrecadas a nível da província nos mais. Variados sectores, surge duas semanas depois das equipas de inspecção do GPL, bem como do Tribunal de Contas terem visitado os nove municípios no quadro da ajuda e controlo.

Estes grupos de trabalho, segundo apurou o AGORA, produziram relatórios da actividade e os mesmos foram entregues à governadora. Sobre os mesmos, quase ou nada se sabe, pelo menos publicamente.

O certo é que os membros das respectivas equipas não torceram o nariz durante as inspecções, num sinal evidente que as coisas não estão a correr tão mal assim, tal como revelou uma fonte, sob anonimato.

A "inocência" de Espírito Santo caiu como um balde de água fria na cabeça dos presentes ao encontro que nem sequer tiveram tempo para sacudir o precioso líquido do capote.

Algumas vezes que se levantam advogam que a governadora terá exagerado nos seus pronunciamentos, uma vez que mantém frequentes contactos com os seus colaboradores, através de relatórios produzidos por estes, para além de encontros formais.

A Lei 2 / 07, sobre a desconcentração administrativa, por exemplo, estabelece que as administrações municipais devem apresentar regularmente (de três em três meses) relatórios de contas e actividades à governadora. As exposições em causa dão também entrada nas direcções provinciais das Finanças, Inspeção, bem como ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Administração do Território.

Nos referidos dossiers vem discriminado, entre outros, a recadação das verbas, assim como dos destinos dados as mesmas.

Francisca do Espírito Santo não fez referencia aos referidos documentos onde, segundo apurou o AGORA, consta também o destino dado a “colecta”

feita pelas administrações municipais e algumas empresas públicas tuteladas pelo GPL. "Se a governadora não lê os documentos que chegam ao seu gabinete, só tem que se queixar de si mesma", disse uma fonte, acrescentando que "pelo menos deveria reconhecer que os relatórios existem, aliás, é ela quem assina os cheques e ordens de saques".

Outras correntes, algumas das quais próximas ao GPL, defenderam que a gestora de Luanda, na verdade, não desconhece os caminhos dados às verbas, porquanto, queria tão-somente chamar à atenção dos seus coadjuutores que os mecanismos de controlo não funcionam como deve ser, razão porque devem ser afinados.

"Por exemplo, ela não sabe quantas pessoas vendem no mercado X ou Y, assim sendo não saberá quanto deve entrar nos cofres do Estado".

O nosso interlocutor disse, por outro lado, que a nível do GPL pretende-se também que se dê cumprimentos ao que as leis recomendam. Assim sendo, estas actividades deverão ser feitas à luz da nova lei, ao contrário do que acontece actualmente.

Solidariedade. Mesmo assim, as declarações de Francisca do Espírito Santo foram bem acolhidas por alguns cidadãos, assim como entidades eclesíásticas.

As nossas fontes preferiram falar sob o anonimato, alegadamente para não contrariar o espírito e a letra àquilo que a governadora disse, bem como para não sofrerem represália.

Solidariedade. Mesmo assim, as declarações de Francisca do Espírito Santo foram bem acolhidas por alguns cidadãos, assim como por entidades eclesíásticas.

Durante o debate radiofónico, produzido nesta quarta-feira, 10, pela Rádio Eclésia, o padre Luís Conjimbi disse que, em função da sua coragem e por ter vindo a público denunciar eventuais descaminhos de receitas "esta senhora deve merecer o carinho de toda a gente, desde o nome ao olhar, até à forma como trabalha.

Alguns dos participantes ao debate, que discutiu as vias a serem encontradas para o destino das taxas pagas nos mercados, foi oportuno e visa desencorajar outros dirigentes.

5.8 Moco denuncia "pouca-vergonha" no seio do MPLA

Agora 20 de Junho de 2009

O ex-secretário-geral dos camaradas sustenta a sua posição, dizendo que os governantes escusam-se a

seguir os bons exemplos como os de Moçambique, África do Sul e Namíbia, onde a sucessão presidencial deixou de ser tabu.

Apesar de estar um pouco ausente do mundo social e político, o antigo primeiro-ministro e secretário executivo da CPLP, continua a exprimir os seus pensamentos, facto que tem inquietado alguns sectores do Partido em que milita há muitos anos.

Na mais recente entrevista concedida à Rádio Eclésia, Marcolino Moco afastou qualquer possibilidade de concorrer às eleições presidenciais e acusou os órgãos de comunicação social estatais de "estarem manietados". No seu entender, este estado de coisas, que considerou um "problema muito sério", pode prejudicar qualquer candidato às presidenciais.

Para o também professor universitário, as culpas desta situação não recaem sobre o MPLA, mas sim, nas pessoas que estão a exercer o poder governativo. O político sustenta a sua posição dizendo que os governantes escusam-se de seguir os bons exemplos como os de Moçambique, África do Sul e Namíbia, onde a sucessão presidencial já não é tabu, tendo qualificado de "pouca vergonha" o facto de até agora não saber o nome do candidato do seu Partido às próximas presidenciais. "Temos esta pouca-vergonha que hoje não sabemos quem vai ser o candidato do MPLA às eleições presidenciais. Advinha-se, mas não se pode falar", sublinhou.

As declarações de Moco surgiram numa altura em que circulam informações dando conta de que o presidente do MPLA tenciona fazer do congresso de Dezembro próximo e das futuras eleições presidenciais "oportunidades" para meter em marcha o processo da sua sucessão.

Cogita-se que Eduardo dos Santos está mais preocupado com o seu "day after" por, alegadamente, entender que faz assim uma demonstração de "sentido e responsabilidade". Trata-se de um assunto que começou a tomar corpo desde a altura em que o presidente do MPLA havia dito que não seria o candidato do Partido às próximas presidenciais.

De lá para cá foram ventilados vários nomes para o substituir, entre eles os de Manuel Vicente e Fernando da Piedade Dias dos Santos, actual PCA da Sonangol e presidente da Assembleia Nacional, respectivamente, além do falecido ministro do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem.

As reacções sobre a recusa da cadeira presidencial viria

a custar caro a João Lourenço, na altura secretário-geral do MPLA, ao ter reafirmado que "o presidente como homem de palavra não iria mesmo se recandidatar". Há vozes que advogam que a retirada de JES da vida pública por efeito de uma não apresentação da sua candidatura às eleições está excluída, a não ser por razões de força maior. "O próprio acha que merece ser eleito. Também vê isso como corolário da acção política de alguém que ficou ligado ao fim da guerra civil e à recuperação do país", sustentam.

Nos últimos tempos, apesar de pouco notórias, são cada vez mais acentuadas as pressões em alguns círculos do Partido sobre se JES vai ou não concorrer às presidenciais. Os estatutos do Partido estabelecem que o presidente é o candidato natural em situações do género.

De acordo com fontes da AngoNotícias, há cerca de 10 anos, numa conversa privada com Collin Powel, antigo secretário de Estado dos EUA, JES manifestou-lhe ostensivamente a vontade de se retirar, mas ressalvando que as circunstâncias de então não o aconselhavam a fazê-lo, alegadamente porque abrir-se-ia um processo de lutas intestinas capaz de fragilizar a coesão do regime.

6 URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO

6.1 Em Agosto arranca construção de casas

Jornal de Angola 1 de Junho de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira anunciou, ontem, em Luanda, a construção de 110 mil fogos habitacionais, a partir de Agosto próximo, no âmbito do programa do Governo, que prevê, para os próximos quatro anos, a construção de um milhão de fogos em todo o território nacional.

Em declarações à imprensa, no final da reunião da Comissão Nacional da Habitação, presidida pelo Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma, na Cidade Alta, o ministro José Ferreira referiu, que o primeiro projecto arranca, com 10 mil casas nas províncias do Bengo, Luanda, Huíla e Namibe.

O segundo projecto contempla a edificação de 100 mil fogos nas províncias do Bengo, Benguela, Namibe, e Malanje.

O ministro do Urbanismo e Habitação garantiu, que a construção das casas começa, logo que o Conselho de Ministros aprove o expediente relativo aos projectos. Ontem, foi a vez de a Huíla apresentar a sua experiência aos membros da Comissão de Habitação. José Ferreira disse, que a escolha da Huíla deveu-se ao facto de estar "mais adiantada" em termos de trabalhos de limpeza, loteamentos, e entrega de terrenos, para a auto-construção dirigida.

As atenções da comissão, disse o ministro, estão agora viradas, para a província do Cunene.

Os membros da Comissão Nacional da Habitação aprovaram, ontem, o relatório de actividades referentes ao mês de Junho e procederam ao balanço do programa de difusão das cartilhas, através dos órgãos de comunicação social.

O ministro José Ferreira garantiu, que a partir do próximo fim-de-semana, começam a ser divulgadas na Rádio Nacional e Televisão Pública de Angola, os dois tipos de cartilhas, contendo referências sobre a forma como o cidadão, pode adquirir terreno, para a construção, o acesso à compra da casa pronta ou pelo sistema de auto-construção dirigida.

O ministro do Urbanismo e Habitação sublinhou, que

neste mês de Julho, a comissão deve aprovar mais duas cartilhas, uma referente ao registo predial e outra contendo informações detalhadas, para os investidores, sobre a forma, de como aceder ao programa de construção de habitações.

Ainda este mês, entra em circulação, a cartilha com informações sobre o acesso ao crédito, para a aquisição de habitações ou material de construção.

A Comissão Nacional da Habitação fez, também, ontem, uma primeira abordagem à questão da isenção de impostos aduaneiros sobre alguns materiais, que vão incorporar, a construção da habitação social.

As discussões sobre esta matéria, disse o ministro, vão ser aprofundadas. A próxima reunião da Comissão Nacional da Habitação acontece antes do dia 20 deste mês.

6.2 Casas sociais na aldeia de Ngola Lombo

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

Na aldeia de Ngola Lombo, município de Porto Amboim, vão ser construídas 250 casas sociais, no quadro do programa do Governo, sobre a construção de um milhão de Fogos nos próximos quatro anos.

A administradora comunal do Capolo, Maria Prazeres, disse, que a população da aldeia foi informada, na segunda-feira, sobre a "necessidade de disponibilizarem as parcelas de terra abrangidas, para a execução do projecto".

"Temos uma população estimada em 1.800 habitantes e entendemos, que é ainda irrisório, mas, paulatinamente, vamos requalificar as aldeias e garantir o acesso das famílias a condições habitacionais adequadas", disse.

Na ocasião, o soba da aldeia, Manuel Kissanje, afirmou, que a "construção das casas, além de diminuir a carência, vai modernizar o bairro, dentro do respeito das culturas e tradições locais".

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, referiu, que a agremiação, como parceira do Governo, "não pode ser mera espectadora".

"Tivemos a iniciativa de procurar tecnologias, que sejam compatíveis com as condições técnicas e económicas do nosso país, visando a construção de casas sociais", frisou. José Severino anunciou, a realização de um seminário, na cidade do Sumbe, onde devem participar empresários do ramo da construção e

administradores municipais.

"O Governo vai disponibilizar cinco milhões de dólares, para os municípios e isso pode contribuir para a construção de uma casa por dia, com custos avaliados em 14 mil dólares", salientou. A aldeia do Ngola Lombo, que integra a comuna do Capolo, tem 1.800 habitantes, e existe desde 1997.

6.3 Viver com dignidade

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

O Governo anunciou, pela voz do ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, a construção de 110 mil fogos a partir de Agosto deste, ano, no quadro do seu programa que prevê, para os próximos quatro anos, a edificação de um milhão de fogos em todo o território nacional.

Ao que tudo indica, o Governo está resolutamente apostado em cumprir o programa que gizou ao nível da política habitacional, avançando para a sua execução, na perspectiva de atender a muitos milhares, de angolanos que ainda não têm habitação.

O início, em Agosto próximo, da construção de mais de cem mil fogos, é prova de que o Governo não quer que os seus programas fiquem apenas no papel e quer que os cidadãos tenham garantias de que as promessas feitas vão ser concretizadas.

A resolução do problema da habitação constitui um processo que levará algum tempo, mas os angolanos têm esperança de que o grande projecto do Governo para dar casa a milhares de angolanos se vai concretizar.

O ministro José Ferreira já deu garantias de que o primeiro projecto, ao nível do programa habitacional a executar pelo Governo, arranca com dez mil casas nas províncias do Bengo, Luanda, Huíla e Namibe. O segundo projecto contempla a edificação de cem mil fogos nas províncias do Bengo, Benguela Namibe e Malanje.

Trata-se de acções que vão elevar a qualidade de vida de muitos angolanos que vão poder viver em melhores condições, beneficiando, por exemplo, de água potável e de energia eléctrica.

Os cidadãos esperam ansiosamente pela execução dos programas relativos à habitação, estando o Governo atento aos grandes problemas que se registam nesta área.

Ao nível da habitação no país, é preciso dizer que

muitos angolanos não têm casa própria, e muitos desses cidadãos são pessoas que já não são jovens. Mas que não têm o que deixar, em termos de habitação, aos seus filhos, depois de terem trabalhado vários anos e prestado serviços em diversos domínios da vida nacional.

Que a política habitacional do Estado tenha também em conta aquelas pessoas, que, depois de terem prestado serviços ao Estado, muitos deles até relevantes, não têm um tecto que possam considerar seu.

O Estado, não é demais repeti-lo, é uma pessoa de bem, e cabe-lhe criar as condições para que todos os cidadãos possam satisfazer necessidades básicas.

É urgente olhar, no quadro da política habitacional, para aquelas pessoas que, tendo prestado relevantes serviços à Nação e até consentido muitos sacrifícios para a conquista e preservação da Independência nacional, não tenham uma casa própria, vivendo permanentemente inseguros quanto ao futuro dos seus filhos.

Que os organismos competentes prestem uma particular atenção às pessoas que estejam nesta situação, ao mesmo tempo que resolvem os problemas dos jovens que precisam de ter um lar, para poderem levar uma vida normal.

Acreditamos que o Governo, ao empenhar-se na construção de mais de cem mil fogos, em várias províncias do país, está apostado em dar aos angolanos melhores condições de vida, de modo a que possam viver com dignidade.

6.4 Vão ser erguidas duas mil Casas, no município do Kuito Kuanavale

Jornal de Angola 3 de Junho 2009

Duas mil casas sociais vão ser construídas no município histórico do Kuito Kuanavale, no quadro de um programa de requalificação e urbanização.

Numa primeira fase são construídas 350, já a partir deste mês, destinadas funcionários público, militares e camponeses.

O ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, que visitou Kuito Kuanavale, disse que o projecto "vai permitir acomodar, de forma digna, habitantes da região".

O governador do Kuando-Kubango, Eusébio Teixeira

de Brito, afirmou que, com "este projecto, o município ganha um novo estatuto, porque a taxa de emprego para os jovens vai crescer, dando outra dinâmica de vida a vila.

O projecto engloba, além de casas hospitalares, escolas, palácio e administração municipal.

O município do Kuito Kuanavale, 189 quilómetro de Menongue, tem 94 mil habitantes.

6.5 Governo lança projecto inovador de extensão da cidade do Lubango

Jornal da Angola 04 De Junho de 2009

O ministro de Urbanismo e habitação entregou aos primeiros 50 beneficiários títulos de propriedade de terra no bairro do Mutuando, numa área com 500 hectares, subdivididos em dois mil talhões, 170 dos quais já prontos para serem distribuídos

Na zona do Eywa, estão disponíveis para este processo de urbanização 3.724 hectare, que devem beneficiar mais de 400 famílias.

José Ferreira disse tratar-se da primeira actividade no âmbito das reservas fundiárias, afirmando ser um "bom exemplo" que a Huíla transmite à outras províncias, para que estas tenham o mesmo desempenho.

Informou que a nível nacional, o Ministério do Urbanismo e Habitação está a trabalhar na elaboração de cartilhas que vão orientar os cidadãos sobre como devem ter acesso a este programa, afirmando ser necessário que haja um programa que visualize a execução do mesmo.

Por sua vez, o administrador municipal do Lubango, Virgílio Tyova, disse que a prioridade na entrega de talhões nesta primeira fase vai para cidadãos residentes nas zonas de urbanização. Em vez de desalojá-los e indemnizá-los, acrescentou, estes são integrados e recebem o título de propriedade.

Virgílio Tyova afirmou ainda que esta nova área de urbanização vai ter todas as infra-estruturas básicas garantidas, nomeadamente armamentos, iluminação pública, rede de distribuição de água potável, espaços verdes, zona de equipamentos e saneamento básico.

As reservas fundiárias. a cargo, do consórcio Eywa e da administração municipal, foram identificadas entre Novembro e Dezembro de 2008, sendo trabalhadas em Janeiro, onde intervieram especialistas do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) e do

Instituto Nacional de Ordenamento Territorial e Urbanístico (INOTU).

Na província da Huíla estão disponíveis 19.682 hectares para o programa de Urbanização.

6.6 Fundo de Fomento Habitacional para garantir um milhão de casas

Jornal de Angola 6 de Junho de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, lançou, na quinta-feira, na cidade do Lubango, o Fundo de Fomento Habitacional, que vai suportar o programa do Governo de construção de habitações.

"Este fundo será disponibilizado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) para beneficiar a população e promotores imobiliários que pretendam comprar ou construir moradias, assim como para aquisição de material de construção", assegurou. José Ferreira, que falava no encontro que manteve com a classe empresarial, sociedade civil e população da Huíla, sobre as grandes linhas de força traçadas pelo governo para cumprir com a promessa da construção de um milhão de casas, até 2012, afirmou que "nós sabemos que actualmente o nosso deficit habitacional ronda um milhão e 700 habitações, e é nossa intenção responder com o desafio da construção a nível do país de um milhão de fogos", referiu.

De acordo com o governante, o executivo aprovou recentemente o Programa Nacional do Urbanismo Habitação, que vai ser dirigido por uma comissão criada para a sua implementação. "Estão disponíveis valores para atribuir a cada província para o arranque da actividade que, numa primeira fase, vai consistir na construção de infra-estruturas básicas como redes de água potável, energia eléctrica e saneamento básico nas novas urbanizações", referiu.

Para este programa, o sector público vai contribuir com a construção de 120 mil habitações, a autoconstrução dirigida ronda os 600 mil, da responsabilidade do sector privado a cifra é de 115 a 120, enquanto para os outros sectores é de 80 mil moradias.

De acordo com o ministro do Urbanismo e Habitação, o Governo vai criar um centro logístico de venda de material de construção, para que os empresários possam adquirir matéria-prima a preço acessível.

Este projecto vai permitir a cada empresário ligado a este programa ter acesso à aquisição de material de construção a preço módico, um facto que não faz com

que o governo monopolize o mercado de material. José Ferreira esclareceu que se prevê criarem três postos de venda, no Norte, Centro e Sul do país, para que as pessoas e empresários interessados em erguer casas adquiram material a preço acessível.

Para apoiar a auto construção dirigida, serão vendidos kits de habitação que vão de 13 mil dólares para moradias que ocupam uma área de 80 metros quadrados no meio rural e 20 mil dólares para as de 100 mil metros quadrados, através do programa "Nossa Casa".

6.7 Contribuição para a construção de um milhão de casas

Jornal de Economia e Finanças 9 de Junho de 2009

Na opinião do arquitecto Luís Peixoto, a associação vai participar na construção de mais de milhão de fogos traçados pelo Governo indicando construtoras nacionais com créditos aceitáveis para alcance do maior desafio dos próximos quatro anos.

Porém, o cumprimento em tempo recorde passa, em primeira instância, pela criação de condições jurídico-legal, assim como a disponibilidade de logística ao nível das exigências das obras, por ser uma empreitada especial que tem desde logo de mobilizar toda a sociedade.

Mobilização de forças

O arquitecto diz que é imprescindível mobilizar toda a indústria ligada à construção, formação de quadros no ramo, ter disponíveis mecanismos jurídicos legais das áreas onde serão construídas as casas.

A exequibilidade do desafio em tempo acordado, deve-se ao facto de existirem actualmente inúmeras técnicas que facilitam para que num espaço de pouco tempo possam ser erguidas residências em sistema vertical e horizontal dependendo da tipologia de residências pretendidas.

"O projecto tem tudo para dar certo, o segredo será mobilizar empresas com idoneidade reconhecida, o resto acredito que vai ser conseguido em tempo pretendido".

Volume de importação

Face à indisponibilidade de material no mercado local, o arquitecto defende que seja aumentado o volume de importação do material virado à construção.

Além disso, defende a criação de mecanismos para que

todo o material da construção civil não fique durante largos meses no Porto de Luanda, conforme acontece actualmente.

Luís Peixoto acrescentou que, tendo em conta à actual crise financeira mundial, muitos países vão participar na venda de material de construção a Angola.

"Haverão muitos países que estarão ver este desafio como uma oportunidade de poderem tirar vantagens e quando assim, penso que os problemas serão solucionados", disse.

O arquitecto angolano frisou que logo que o Governo consiga cumprir com a construção de um milhão de casas proporcionalmente vai se regulado o preço do custo de casas no mercado interno.

A fonte justifica que a partir deste momento existirá um equilíbrio entre a oferta e a procura de casas, o que obrigará os imobiliários a baixarem o preço dos imóveis.

A Associação de Empreiteiros e construção civil (Aeccopa) foi fundada em 1998 e conta com uma filiação de 130 empresas de construção civil.

6.8 Projecto "Angola Jovem" com 34 casas concluídas

Jornal de Angola 10 de Junho de 2009

A 34 casas sociais, das 70 do projecto "Angola Jovem", na cidade do Sumbe, Kwanza-Sul, falta apenas instalar os sistemas de água canalizada e de electricidade para estarem concluídas prontas a habitar, disse, ontem, o encarregado de obras da empresa construtora.

o mesmo informado r acrescentou que as casas são entregues, dentro de 120 dias, à direcção provincial do Kwanza Sul do Ministério da Juventude e Desportos.

"Temos já em carteira a construção de uma escola, centro de saúde e esquadra policial para dar uma maior dignidade aos futuros beneficiários", disse.

O director provincial da Juventude e Desportos, Manuel Rosa da Silva, que visitou o empreendimento, mostrou-se satisfeito, revelando que o Governo vai construir no local um campo de futebol, centros comerciais e locais de diversão.

6.9 Famílias de mais baixos rendimentos têm prioridade na obtenção de casas

Jornal de Angola 11 de Junho de 2009

O governador provincial do Uíje, Mawete João Baptista disse, que durante o processo de implementação dos projectos de construção e I concessão de fogos habitacionais na província, as famílias de baixo rendimento e os grupos mais vulneráveis vão merecer prioridade.

Ao discursar na sessão de abertura da conferência provincial, sobre a habitação, terça-feira, Mawete João Baptista reconheceu, que a falta de casa própria, sobretudo para os jovens que queiram constituir família, tem sido a maior inquietação das populações locais.

O governador considerou necessário adoptar planos directores, de ordenamento do território e a construção de casas de baixo custo, de c forma a facilitar o acesso à habitação à população. "No quadro da implementação do programa de urbanismo e habitação, os projectos do Governo do Uíje estão centrados no melhoramento da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, com maior prioridade para os grupos mais vulneráveis e de baixo rendimento ", disse.

Mawete João Baptista valorizou a realização da conferência provincial, sobre a habitação, como passo importante na materialização dos objectivos do Governo da província, que passam por desenvolver um programa de urbanização, para a promoção habitacional, envolvendo tecnologias e materiais de construção, bem como os mecanismos, para o seu financiamento.

O governador referiu-se, ainda, à necessidade de se prestar maior atenção às características geofísicas e climáticas da região, de modo a facilitar a busca de soluções para os problemas ligados à construção de infra-estruturas e habitações, reduzindo assim os encargos e facilitando a sua harmoniosa integração no ambiente circundante.

Condenada a prática ilegal de venda e trespasse de casas O governante condenou a prática de venda, trespasse, ocupação ilegal de terrenos e construção desordenada e clandestina, considerando-os factores que reflectem ignorância do processo normal de aquisição de terrenos e da urbanização pensada e devidamente estruturada.

"A política de gestão dos solos deve constituir motivo de realce, de modo a garantir maior eficácia no combate ao comportamento de certos indivíduos que

primam pela venda, trespasse, ocupação ilegal de terrenos e a construção desordenada e clandestina, factores que demonstram uma certa ignorância ao processo normal de aquisição de terrenos na urbanização pensada e devidamente estruturada", frisou.

No encerramento, o vice-governador provincial para a organização e serviços técnicos, Nazário Bomba, defendeu, que a solução do problema habitacional dos angolanos exige, o engajamento, responsabilidade e lealdade de todos. "Para se resolver este problema, que aflige "uma parte considerável da população, é necessário o engajamento, o contributo e a lealdade de todas as forças vivas, sobretudo daqueles que vão estar envolvidos directamente na construção das mesmas", sublinhou.

Organizada em três painéis temáticos, a conferência serviu para abordagem do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação para o período 2009/2012, nomeadamente, aperfeiçoamento do sistema de fabricação do adobe e inovações tecnológicas, mecanismos de financiamento à habitação e o papel da banca no processo habitacional.

Participaram no encontro 185 conferencistas, entre membros do Governo, administradores municipais e comunais; autoridades tradicionais e entidades eclesíásticas.

6.10 Uíje gigante renasce dos escombros

Semanário Angolense 5 a 12 de Junho de 2009

Os sinais de recuperação são notórios nos 16 municípios que compõem província, nomeadamente Maquela do Zombo, Quimbele, Damba, Bungas, Milunga, Sanza Pombo, Alto Cauale, Puri, Bungo, Mucaba, Uíje, Negage, Quitexe, Ambuila, Songo e Bembe.

As boas condições naturais e o estabelecimento de populações estão a contribuir largamente para a valorização dos recursos naturais localizados na região para o sustento das comunidades locais e para a sua participação na economia do país.

Apesar das dificuldades de vária ordem, as autoridades locais lutam para erradicar a pobreza e promovem o aumento do bem-estar social e económico da qualidade da vida dos cidadãos, em especial das camadas mais desfavorecidas.

Face à crise financeira internacional, o governo local está a desenvolver capacidades internas para a criação

de uma economia diversificada, robusta, integrada e auto-sustentável.

Neste âmbito, as autoridades locais crêem que a recuperação das fazendas abandonadas e o repovoamento de animais de grande porte das áreas destinadas à pecuária, permitirão a produção de carne, de queijo, leite e outros produtos.

Entretanto, a desminagem de várias áreas está a facilitar o relançamento da agricultura, a recuperação das estradas secundárias, terciárias e pontes, o alargamento da pista do aeroporto do Uíje, assim como a reconstrução das estradas nacionais Uíje/Maquela do Zombo/Quimbata, Uíje/Quimbele/Kuango e Negage/Camabatela/Ndalatando, no Kwanza Norte.

Recuperação do café anima produtores

A maior parte da população local advoga a aprovação urgente do programa de recuperação e desenvolvimento das plantações de café, com vista a se retomar e aumentar a produção.

A população solicita maior apoio aos pequenos e médios produtores, a promoção de mecanismos de identificação de projectos cafeeícolos para facilitar o seu financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola, através da adopção de mecanismos acessíveis de crédito para a actividade cafeeira.

A revitalização da produção do café passa pela investigação científica, a assistência técnica e extensão rural e a comercialização, segundo especialistas.

O Governo pretende dar passos significativos que possam conduzir o processo a uma mudança total e gradual dos programas actuais de investigação e introdução de uma nova cultura organizacional, incluindo a abordagem de investigação em cadeias produtivas.

A província do Uíje foi o principal centro cafeeícolos a norte do rio Kwanza, região onde se produz o café robusta, de variedade Ambriz. Em 1973, o Uíje foi responsável por mais de 35 por cento das exportações nacionais de café. Mais de 74 mil toneladas de café comercial, das 200 mil toneladas que o país exportou.

Mais de 25 mil toneladas eram produzidas pelas grandes empresas, 27 mil pelas médias e 19 mil pelas empresas agrícolas familiares. As plantações de café ocupavam 300 mil hectares.

A guerra, que devastou o país durante 30 anos, obrigou as famílias a destruírem a cultura do café, que foi sendo

substituída por mandioca cujo tubérculo serve de sustento imediato.

Surgimento de fábricas

A província do Uíje está sem fábricas industriais. A antiga Bangola do Norte, que produzia refrigerantes, e a Cifal, que produzia vinhos, encontram-se abandonadas, sem quaisquer indícios de virem a ser recuperadas.

E também aposta do governo do Uíje criar condições para que algumas fábricas surjam na região. No município do Negage estão a ser montadas duas fábricas, uma de tijolos e telhas, na estrada que liga o município a Camabatela, província do Kwanza Norte, numa área que totaliza cerca de cinco mil metros quadrados, enquanto a fábrica de tintas vai para a aldeia Bengo.

As fábricas, ambas ligadas à empresa Unicerâmica, vão contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, dar um novo impulso ao processo de reconstrução e facilitar a construção de imóveis na província.

Conheça um pouco a província do Uíje

Clima: Tropical de Savana Superfície: 58.698 Km²
População: 1.908. 347 Habitantes. Principal produção o enquadramento topográfico da província e as suas condições ecológicas caracterizam-na de vocação agrícola, pecuária, silvícola e piscícola, proporcionando as seguintes actividades principais: Abacateiro, Algodão, Ananás, Batata-Doce, Amendoim, Cacau, Café Robusta, Cola, Ervilha, Feijão Cutelinho, Goiabeira, Mamoeiro, Mandioca, Mangueira, palmeira de Dendém, Vielo, Feijão, Milho e Madeiras.

As características ecológicas e a abundância de água, além de proporcionar condições ideais para a cultura de café, conferem à província vastas possibilidades de atingir um nível de ampla diversificação agrícola em todo o seu território, desde que haja um apoio substancial.

Até à data a província é alimentada parcialmente através de 2 (dois) grupos geradores, um de 1.225 KW e outro de 200 KW

O sector industrial é marcado pela existência de pequenas indústrias que complementam a actividade de produção de café e de óleo de palma.

Água para todos

O Uíje ainda não tem água potável em toda a sua extensão territorial. Por isso, tudo está a ser feito para que o quadro da província seja melhorado o mais cedo

possível.

No Uíje o projecto denominado Agua para Todos começou em 2007 e vai até 2012. Os projectos dos municípios do Dange-Quitexe, do Púri e do Bembe já fornecem água às populações locais.

Nesta altura, o governo está a estudar mecanismos solucionar o problema da água, sobretudo nas sedes municipais. Na cidade do Uíje, as populações residentes nos bairros Pedreira, Catapa e Cacolo são as mais penalizadas, esperando ansiosas pelo acesso à água potável.

6.11 O lazer na miséria

A Capital 13 de Junho de 2009

Fora de toda a componente histórico-cultural secular que lhe reveste, a Ilha de Luanda converteu-se, ao longo do tempo, naquilo a que muitos já chamam de «cidade dos ricos», a julgar pela notória concentração naquela parcela, da melhor oferta de bares e restaurantes, com magníficas esplanadas viradas para a baía ou para o mar.

Magnatas do país e demais individualidades entre diplomatas, turistas, etc., acorrem com alguma frequência ao sítio para desfrutar de tudo quanto ela oferece, tanto no domínio do lazer quanto do prazer. Facto é que por debaixo do «tapete» do turístico e do luxo, está escondida a escória de populares que apesar de estar lá às multidões, e não muito distante, passa despercebida aos olhos dos visitantes, cheios de bons apetites e ávidos de arejar a brisa do mar.

Pescadores tradicionais, que desde sempre constituíram a maioria ilhoa, estão acantonados em zonas inóspitas desta parcela insular, em cabanas e espaços sem as mínimas condições de habitabilidade. Se algum dia os avós desses pescadores atiraram o anzol à água sem isca e pescaram um peixe, hoje, quando muito, os seus netos pescarão uma lata ou uma embalagem comercial. E se era possível pescar em qualquer praia, nos dias que correm, isso é uma aventura, porque, aos poucos, muitas praias vão tendo donos. Por isso mesmo, estão vedadas.

Como acontece quase sempre um pouco por todos os lugares cobiçados e conquistados por interesses turísticos, os investimentos, em vez de beneficiarem a população encontrada, acabam por afasta-la da mesma forma que a matéria inerte que aos olhos dos «capitalistas», parece prejudicial ao luxo que se pretende implantar.

Isso mesmo é o que, aparentemente se vê e vive na Ilha de Luanda onde, centenas de habitantes não passam de meros espectadores de uma luxúria cada vez mais crescente, com os respectivos beneficiários voltados, explicitamente para forasteiros.

A sociedade está lembrada que, recentemente, o Governo apresentou mais um projecto de requalificação da Ilha de Luanda, que advoga a busca de um novo rosto para o pequeno território insular. O referido projecto prevê a instalação de ciclo via, novos postes de iluminação, novas plantas ornamentais, passeios calçadados, estrada com duas faixas de rodagem para cada sentido, balneários públicos, campos polivalentes e parques de lazer, para além da recuperação da floresta e limpeza das praias.

Apesar de as autoridades dizerem que quem sairá a ganhar serão, fundamentalmente, os moradores e quem lá trabalha, a leitura intrínseca que muitos observadores fazem prova o contrário, a julgar pelos acontecimentos que se seguiram; um desalojamento de populares em condições a todos os títulos condenável.

Entretanto, foram as mesmas entidades governamentais que assearam o facto, segundo o qual, «mexer na Ilha não significaria alterar a forma de vida dos seus habitantes nem destruir os seus hábitos e costumes».

Em vez de procurar aprimorar alguns aspectos das condições de vida dos ilhéus, o Governo destaca que com o projecto, «as famílias de Luanda ficarão, com o fim dos trabalhos, com um espaço onde poder passar o dia de lazer, o que para muitos vem em detrimento dos ilhéus, cuja primeira leva de desalojados experimenta má vida em terras de Zango».

«Parques de diversão infantil e as sombras na floresta, locais públicos de descanso, repuxos de água e restaurantes serão os pólos de atracção para que Luanda volte a ganhar a sua Ilha».

No terreno, distante só ainda dos restaurantes e todo o luxo já existente, as coisas são diferentes, o que prediz que, com mais luxúria, a Ilha tomar-se-á terra de ninguém, votada a busca de prazer pelas famílias de Luanda.

6.12 Aprovação do Fundo de Fomento Habitacional remetida ao Governo

O Independente 13 de Junho de 2009

A comissão Nacional de Habitação remeteu à aprovação do Governo o Fundo Nacional da Habitação

e a proposta sobre a participação do sector privado no programa, anunciou o ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira.

Falando à imprensa no final de uma reunião da comissão, orientada pelo primeiro-ministro, António Paulo Kassoma, José Ferreira declarou que as questões serão remetidas ao Governo para discussão final e posterior aprovação.

No encontro, o terceiro da comissão, foi debatido o projecto de decreto sobre a estrutura financeira, funcional e organizacional do Fundo de Fomento Habitacional e o cronograma de actividades da Comissão Nacional de Habitação.

Foi ainda abordado o projecto de decreto sobre isenção de direitos aduaneiros e impostos de consumo na importação de mercadorias destinadas à construção de habitação social ou de apoio à política habitacional do Estado.

A proposta de parceria pública/privada para a construção de cinco mil e 122 casas apresentadas por um banco comercial e questões ligadas ao saneamento de Luanda estiveram também em discussão.

Participaram na reunião representantes dos ministérios do Urbanismo e Habitação, do Interior, da Administração do Território, da Justiça, das Finanças, da Indústria, das Obras Públicas, da Energia, do Ambiente, do Comércio, da Comunicação Social e das secretarias de Estado das Águas e do Desenvolvimento Rural.

O encontro contou também com a participação da governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, chamada para se debruçar sobre o processo de desalojamentos e saneamento da capital.

Estiveram também altos funcionários da Presidência da República e do gabinete do Primeiro-ministro.

A Comissão Nacional para a Habitação foi criada no âmbito do programa do Governo que visa, entre outras, construir cerca de um milhão de casas nos próximos quatro anos.

O Semanário O Independente soube, por intermédio de uma fonte, que na próxima reunião do Conselho de Ministros serão anunciados os moldes de intervenção de outros sectores, tais como bancos e construtoras para a etapa derradeira de execução do programa habitacional do governo.

6.13 Estudo de viabilidade trama administrador de Benguela

Angolense 06 a 13 de Junho de 2009

A o retirar da prateleira o estudo de viabilidade para a reabilitação dos jardins da cidade capital, uma semana depois do estardalhaço provocado pelo valor aplicado nas obras do jardim do mercado "Heróis de Moncada", o Governo provincial de Benguela parece querer dizer que não está indiferente às observações críticas de segmentos da sociedade que solicitam a instauração de um inquérito.

Fonte geralmente bem informada confidenciou ao Angolense que o executivo passou em revista o essencial do estudo sob olhar atento do governador Armando da Cruz Neto, ausente da província nos dias em que o administrador municipal e o primeiro secretário do MPLA, Manuel Francisco e Jeremias Dumbo, respectivamente, estiveram debaixo de fogo cruzado. O esboço (maqueta), já vasculhado por este semanário, apresenta nove jardins devidamente reabilitados e apetrechados, entre os quais, curiosamente, o que custou pouco mais de 1 milhão e seiscentos mil dólares norte-americanos.

Questionada sobre os custos de todos os jardins, a fonte respondeu que caberá ao autor do estudo, a AMBITEC, empresa que trabalha na recolha de lixo, apresentar a sua proposta financeira, ficando a decisão nas mãos do Governo provincial. "É provável que se pretenda efectuar uma ou outra alteração com reflexos nos valores", explicou. Entretanto, fontes próximas à empresa que elaborou as maquetas referem que o custo global da empreitada que se quer levar a cabo é inferior ao do "jardim da discórdia", cuja qualidade, a ter em conta o que está no papel, deixa muito a desejar.

Regressado do Sumbe, para onde se deslocara para tratar de questões familiares, o governador Armando da Cruz Neto reconheceu, na sessão de abertura de um seminário sobre "Gestão Estratégica", que a falta de quadros competentes constitui um grave problema, no que foi descrito por observadores atentos como um sério recado aos gestores campeões dos gastos supérfluos. É que a ninguém passou despercebida a verba retirada do já "irrisório" Fundo de Apoio à Gestão Municipal para um jardim "cheio de nada" quando existem problemas bicudos que devem merecer prioridade, realçando-se a água, a energia eléctrica, a rede viária e o saneamento básico.

Datado de Maio de 2008, o estudo a que fazemos referência surge, na óptica das mesmas fontes, como um elemento mais um - que vem reforçar a tese de compadrio entre o administrador e o primeiro

secretário e deputado do MPLA, este último apresentado como proprietário da firma vencedora do "estranho" concurso público, que posteriormente solicitou os préstimos da ACT.

As acções nele inscritas foram anunciadas em Setembro do ano passado pelo então governador, Dumilde das Chagas Rangel, que apontava como imperiosa a reabilitação dos jardins estradas, tendo em conta a marcha em direcção ao reencontro com o belo. Está visto, portanto, que Manuel Francisco avançou para a reabilitação do jardim do mercado ignorando o documento que se supunha vir a servir de directriz para o plano traçado na era do agora deputado do MPLA pelo círculo de Benguela.

Segundo fonte conhecedora das movimentações no mundo das Obras Públicas, este estudo andou na direcção provincial durante algum tempo, mas, provavelmente à espera do momento certo, não progrediu. "Sei que ele existe, embora não possa precisar, pelo menos agora, o valor da empreitada, mais tenho a certeza de que nunca atingiria o montante de 1,6 milhões de dólares", afiançou. Importa sublinhar que, ironicamente ou não, o administrador Manuel Francisco vinha referenciado que os 5 milhões de Fundo de Apoio à Gestão Municipal "estão para reabilitar dois ou três jardins, nada mais".

Outro motivo da tensão social na "trincheira" do general Armando da Cruz Neto, a carência de transportes públicos foi analisada na IIIª reunião ordinária do Governo, terça-feira última, 02, no município da Ganda, numa altura em que se questiona o futuro dos mais de duzentos autocarros distribuídos pelo ministro dos Transportes, Augusto Tomás.

Sobre o assunto, não são conhecidas as conclusões tomadas no encontro, que passou ao largo do jardim do mercado, ainda em obras de restauro e, talvez por isso, ainda na ordem do dia, quase três semanas depois do acto de inauguração.

6.14 A requalificação de Luanda

Novo Jornal 19 de Junho de 2009

Esta semana a situação em Luanda esteve em debate no Parlamento. A motivação foi a interpelação do governo provincial pela bancada do maior partido da oposição, a UNITA, a respeito dos recentes despejos na ilha de Luanda e na Corimba. Mas, compreensivelmente, acabou por ser abordada a situação na capital em geral. Como lembrou a governadora provincial, Francisca do Espírito Santo, Luanda acolheu milhões de angolanos fugidos do resto do país por causa da guerra. Como a

cidade não estava preparada para tal afluxo, a esmagadora maioria das pessoas instalou-se em locais sem quaisquer condições de habitabilidade.

Em sete anos de paz, era objectivamente impossível resolver a totalidade de problemas criados durante o conflito militar. Hoje, a situação de Luanda é, vou dizê-lo, calamitosa. Desde a independência, a população aumentou de 500 mil pessoas para um pouco menos de nove milhões. Isso mesmo, nove milhões. O número é assustador. Mais assustador o mesmo se torna, se não esquecermos que as infra-estruturas não cresceram a esse ritmo, antes pelo contrário.

De 1980 ao ano 2000, a área da cidade passou de 165 para 485 quilómetros quadrados. Dessa área, apenas 30 por cento, aproximadamente, possui saneamento básico e redes de água e energia. Esse sistema, além da falta de manutenção, está tecnicamente ultrapassado. O chamado casco urbano devidamente consolidado é uma última parte da cidade, o resto é um grande musseque. Quem chega à cidade de avião sabe do que estou a falar.

As autoridades estão a fazer o melhor que podem. Está em preparação um plano director, que deverá ficar pronto dentro de dois a três anos. Enquanto isso, o plano director do sistema de saneamento básico está concluído. Vários projectos de requalificação estão em curso ou serão iniciados em breve em diferentes áreas da cidade. Os despejos são um reflexo de toda essa situação. Se quiser realmente mudar a cidade, terão necessariamente de prosseguir. Outras cidades, em diferentes épocas e lugares, tiveram de passar por processos idênticos. Por isso, discordo radicalmente da condenação abstracta e generalizada dos despejos que as autoridades estão a ser obrigadas a realizar. Também não posso partilhar da tentativa de recorrer a uma caricatura do conceito de luta de classes para atacar politicamente o Governo por causa dessas medidas. Há muito que superei a grotesca visão de que todos os ricos são criminosos e todos os pobres, honestos. Como em todo o lado, nos musseques também há gente desonesta, oportunista, vigarista e que vive de várias formas de exploração dos demais, como o aluguer de cubatas, a venda de água, as puxadas de energia ou da televisão e outras.

O que se deve exigir é que os despejos sejam justificados e realizados de maneira organizada, de maneira a causar o mínimo de constrangimentos possíveis aos cidadãos. O diálogo com as populações visadas é, obviamente, aconselhável. Mas isso não deve paralisar a acção governativa e muito menos implica a tolerância com actos criminosos, como invasões organizadas de

terrenos demarcados, infiltração nos grupos de pessoas levadas para áreas de realojamento ou negociatas com as casas disponibilizadas pelo Governo.

A busca de soluções para a situação em que se encontra Luanda é da responsabilidade de todos. O Governo, além de uma estratégia clara e assente em prioridades socialmente correctas e justas, tem de ter firmeza e manter o rumo. Os políticos em geral só farão bem se não caírem na demagogia e no populismo e muito menos na tentação de politizarem e partidariarem esse assunto.

Aos jornalistas e outros fazedores de opinião, atrevo-me a pedir seriedade, objectividade e sentido de responsabilidade social. Quanto a certos activistas, perguntem aos seus patrocinadores internacionais como é que foi feita a urbanização de cidades como Londres, Paris e outras.

Não tenhamos dúvidas: a requalificação de Luanda implica medidas profundas, estruturais, incómodas e muitas vezes dolorosas. Mas isso tem de ser feito.

6.15 Cidadãos vendem casas e voltam a construir em zonas de risco

Semanário Factual 12 a 19 de Junho de 2009

Os antigos moradores da Boavista, transferidos para a zona do Zango, município de Viana, a sul de Luanda, estão a vender as casas atribuídas e voltaram a construir em zonas de risco. A denúncia é dos vizinhos que consideram o acto de puro oportunismo.

A administração da Ingombota já tem conhecimento e promete tomar medidas. No local, os poucos espaços deixados pelos antigos moradores da Boavista, transferidos em 2007, estão a ser novamente ocupados. "Essas residências estão a ser construídas pelas mesmas pessoas que venderam as casas no Zango", fez saber um cidadão a par do assunto.

Entretanto, os residentes e que aguardam pelo realojamento apelam às autoridades para que travem a nova onda de construções no local.

Estes cidadãos fazem parte de um conjunto de 32 pessoas transferidas da Boavista, zona considerada de risco, para o Zango.

Movidos por esta má conduta, muitos cidadãos conseguiram duas, três e quatro casas, em prejuízo do Governo, que julgava lidar com gente honesta e

patriota.

6.16 Governo lança projecto de apoio à construção dirigida em Setembro

O Independente 20 de Junho de 2009

O Governo angolano vai lançar em Setembro deste ano (2009) um projecto de apoio à construção dirigida de residências, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em curso no país, assegurou o vice-ministro das Finanças, Manuel da Cruz Neto. Trata-se do Programa "A Nossa Casa", iniciativa que vai permitir a construção de 600 mil habitações em todo o país, dentro do programa de edificação de um milhão de casas, em quatro anos. O preço para a aquisição do kit de auto-construção dirigida vai variar de 20 a 22 mil dólares norte-americanos. As casas modelo do projecto terão 100 a 120 metros quadrados.

Segundo afirmou, para o arranque do programa, que representa mais de 50 por cento do total das casas planificadas para os próximos quatro anos, está prevista a construção de 400 residências, numa primeira fase, em Luanda, "número que vai permitir avaliar o índice de aceitação no mercado".

Quanto aos critérios de acesso às habitações, disse ainda não estarem definidos, mas espera que a Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação se pronuncie a respeito antes do início do projecto.

Apesar de ainda não estarem em discussão os critérios de acesso, o vice-ministro assegurou que os mesmos terão uma ligação com a aquisição, de forma legal, de terrenos por parte dos cidadãos.

"Obtendo legalmente o terreno no qual a construção será edificada, o cidadão terá meio caminho andado para candidatar-se à aquisição do kit de construção por via de fundos próprios ou de mecanismos de subvenção do crédito cedido pelo Fundo de Fomento Habitacional", esclareceu o vice-ministro.

6.17 Atribuição de casas aos jovens é transparente

Jornal de Angola 22 de Junho de 2009

Jornal de Angola - O projecto de habitação para a juventude é dirigido a pessoas que em muitos casos não trabalham. Como justifica esta decisão do Governo?

Yaba Alberto - Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Os direitos devem ser sustentados. Os direitos

têm que se fundamentar em alguma coisa. O acesso habitacional tem que se fundar numa garantia que é o salário regular, para que o beneficiário possa pagar a casa nos prazos estipulados.

JA - Então as casas são só para jovens com emprego certo?

YA - Não! Este projecto é para a generalidade dos jovens angolanos, desde que tenham as condições consignadas no regulamento. Tudo tem que ser na base do princípio da legalidade. Quem não tem os requisitos exigidos não tem acesso às casas, porque não vai ter como pagar.

JA - Os jovens que dependem da venda ambulante ou trabalham no campo podem concorrer a uma casa?

YA - Não se pode ver a questão de forma isolada. O Governo tem o projecto de construção de um milhão de casas e há várias modalidades para atingirmos essas metas, através da construção dirigida. O Governo está a garantir reservas fundiárias em todas as províncias e é a partir daí que os jovens vão adquirir terrenos para construir uma habitação à sua medida. O que estamos a fazer nos bairros sociais da juventude, é mobilizar as empresas bancárias no sentido de concederem créditos aos jovens. Depois de começarmos a execução do projecto, várias empresas privadas nos têm procurado para construir casas. Apesar de serem habitações de média renda, cujo preço é mais elevado, são adquiridas a crédito bonificado por um período longo de 15 a 20 anos.

Preço ronda os 40 mil dólares

JA - O regulamento diz que os jovens que aderirem ao projecto vão ter de pagar de entrada dez a vinte por cento do custo total do imóvel. Qual é o preço de cada casa?

YA - O regulamento é um conjunto de normas jurídicas e tem um carácter abstracto e geral. O preço é um elemento concreto da casa concreta que o jovem vai adquirir, logo não é possível estabelecermos o preço de uma casa concreta. Mas o valor das casas económicas ronda os quarenta mil dólares, valor que corre o risco de aumentar devido à inflação. Dada a crise económica, os preços no mercado estão a aumentar e as construtoras e os empreiteiros compram o material a preços mais elevados. Mas o preço unificado que o Governo estipulou é de quarenta mil dólares.

JA - Caso os preços venham a subir, tem a certeza que os jovens vão conseguir aderir ao projecto?

YA - As casas valem mais de quarenta mil dólares e o Governo já está a subvencioná-las. Os jovens estão em condições de pagar, porque não o vão fazer em "cash" como tem sido hábito no nosso mercado. Vão pagar em prestações e a longo prazo, porque 15 ou 20 anos

não é pouco tempo. OS Jovens candidatos a uma casa precisam de ter um emprego remunerável que dê garantias ao banco de que vão poder pagar os valores emprestados. E bem provável que no início os jovens tenham de superar barreiras no acesso ao crédito e é normal que isso aconteça. Mas com o andar do tempo, será o contrário. Os bancos vão andar atrás dos jovens para lhes concederem crédito processo começa no Bengo

JA – Já foi publicado o regulamento de acesso à habitação para a juventude. Para quando as inscrições para aquisição das coisas?

YA - Conforme temos vindo a divulgar, as inscrições vão ser faseadas. Nós estamos a construir casas em todo o país e o estado das obras difere de província para província. Há medida em que as casas vão ficando prontas, nós vamos abrir o concurso. Em cada província vai ser criado um júri que vai monitorar o concurso para que o projecto seja transparente. Brevemente, vai ser estabelecido um calendário da primeira inscrição por província. Possivelmente o concurso vai ser aberto no próximo mês, na província do Bengo, onde o processo está mais avançado. Todos os concorrentes vão ser submetidos a um sorteio e convidados a acompanhar o processo para que haja transparência.

JA – Depois do sorteio quanto tempo o concorrente tem de esperar para adquirir a sua casa?

YA – Nós queremos que a abertura das inscrições coincida com o fim das obras para que não passe muito tempo e o proprietário possa entrada da sua casa.

JA - Essas casas vão ser construídas somente nas zonas urbanas ou perspectivam actuar também nas zonas rurais?

YA – É nosso propósito descentralizar a construção das casas. Mas há muitas dificuldades, porque construir nas zonas urbanas não é a mesma coisa que nas rurais. Outro problema tem a ver com os preços. É mais barato construir no Sumbe do que na Gabela, porque os empreiteiros têm que fazer longas distâncias para transportar o material. Apesar das dificuldades estamos a construir casas na Gabela. Na província do Cunene vamos ter casas em Ondjiva e no município de Ombandja. No Zaire em Mbanza Congo, Soyo e Nzeto. Isso porque queremos descentralizar, a todo custo, a construção de casas.

JA – Para quando a construção das casas em Luanda?

YA – Tendo em conta a sua especificidade, Luanda tem um tratamento especial. Mas mesmo assim, temos tido dificuldades para encontrar terrenos onde vão ser erguidas as casas económicas. Onde encontramos terrenos do Estado, eles estão ocupados e os populares

não querem sair. Mas importa aqui referir que Luanda é onde estamos a encontrar empresas que oferecem casas de média renda. Pelo menos 400 casas foram oferecidas por uma empresa, mas o que nos interessa mais são as casas económicas.

JA – Quais as empresas que estão a trabalhar neste projecto?

YA – A Emproe e a Edfel.

JA -Têm encontrado dificuldades na execução do projecto?

YA – Num país como o nosso, que acabou de sair de uma guerra e onde tudo é importado, é normal que haja dificuldades. Mas é nossa intenção abrir as inscrições mal as casas ficam concluídas.

Transparência garantida

JA – Vai haver transparência neste projecto?

YA – Não há outra solução. A distribuição não será de forma discricionária, vai ser de forma aleatória, através de um concurso público. É importante informar os jovens que depois de terminadas as obras e as inscrições, vai ser aberto o concurso. Seguidamente, há a celebração de contrato para que o jovem entre na titularidade real da casa. Os jovens podem ficar descansados, na execução do projecto não há falsificação, porque as fichas vão ser codificadas. Esta distribuição é uma incumbência do Governo e todos os actos em falso devem ser denunciados às autoridades competentes.

JA – A que bancos os jovens devem dirigir-se para solicitar o empréstimo?

YA – Neste processo das casas sociais, somente ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), porque é o parceiro do Governo. Os jovens não devem dirigir-se a outros bancos para financiar o projecto de casas sociais.

JA – Há terrenos em que aparecem casas precárias construídas durante a noite?

YA – Essa é uma questão que preocupa o Governo. Muitas vezes os terrenos já nos estão cedidos com documentos passados pelo Governo Provincial, mas são ocupados de forma anárquica por pessoas que depois nos exigem valores exorbitante para os abandonar. Isto dificulta o trabalho das construtoras. Apelamos aos jovens a não enveredarem por este caminho porque é nocivo ao desenvolvimento do país. Reivindiquem direitos que se fundamentem na Lei, não na confusão...

JA – Qual o conselho que deixa à juventude sobre este projecto?

YA – O primeiro conselho é que os jovens não devem

precipitar-se. Muitos estão a dizer que as inscrições já começaram e que existem fichas falsificadas. Isso não passa de uma mentira, porque a inscrição vai ser pontual em cada província.

Da mesma forma que está a ser publicitado o regulamento, o Governo vai publicitar a abertura das inscrições e o nome de todos aqueles que forem beneficiados. Os jornalistas e a própria juventude terão a oportunidade de fiscalizar o nosso trabalho, para que haja transparência na sua totalidade.

6.18 Governo lança projecto de apoio à construção dirigida em Setembro

O Independente 20 de Junho de 2009

O Governo angolano vai lançar em Setembro deste ano (2009) um projecto de apoio à construção dirigida de residências, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em curso no país, assegurou o vice-ministro das Finanças, Manuel da Cruz Neto. Trata-se do Programa "A Nossa Casa", iniciativa que vai permitir a construção de 600 mil habitações em todo o país, dentro do programa de edificação de um milhão de casas, em quatro anos. O preço para a aquisição do kit de auto-construção dirigida vai variar de 20 a 22 mil dólares norte-americanos. As casas modelo do projecto terão 100 a 120 metros quadrados.

Segundo afirmou, para o arranque do programa, que representa mais de 50 por cento do total das casas planificadas para os próximos quatro anos, está prevista a construção de 400 residências, numa primeira fase, em Luanda, "número que vai permitir avaliar o índice de aceitação no mercado".

Quanto aos critérios de acesso às habitações, disse ainda não estarem definidos, mas espera que a Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação se pronuncie a respeito antes do início do projecto.

Apesar de ainda não estarem em discussão os critérios de acesso, o vice-ministro assegurou que os mesmos terão uma ligação com a aquisição, de forma legal, de terrenos por parte dos cidadãos.

"Obtendo legalmente o terreno no qual a construção será edificada, o cidadão terá meio caminho andado para candidatar-se à aquisição do kit de construção por via de fundos próprios ou de mecanismos de subvenção do crédito cedido pelo Fundo de Fomento Habitacional", esclareceu o vice-ministro.

6.19 Casas para jovens concluídas no Kuito

Jornal de Angola 23 de Junho de 2009

Na cidade do Kuito, trinta residências, para a juventude foram concluídas no bairro Santo António, construídas no âmbito do projecto "Construção de Bairros Sociais da Juventude".

O projecto é uma acção empreendida pelo Ministério da Juventude com o objectivo de fazer face ao problema da falta de residências enfrentados pelos jovens, assegurou, ontem, o director provincial da Juventude e Desporto, Carlos da Silva.

Carlos Silvil referiu que está programada, no total, a construção de cem residências, tendo em conta o elevado número de jovens com famílias constituídas.

As residências são do tipo T-3 e comportam dois quartos, uma sala, uma cozinha e um quarto de banho, sendo que o pagamento, a crédito, vai até aos quinze anos, num valor que se situa entre 30 a 40 mil dólares, respectivamente.

Disse que a Direcção Provincial da Juventude e Desporto local prioriza os jovens funcionários de empresas estatais e outras, com idade compreendida entre os 20 e os 35 anos, tendo argumentado que esta faixa etária tem maior dificuldade para adquirir residências pessoais.

Carlos da Silva sublinhou que, para monitorar o referido processo de aquisição de residência, será criado um comité de avaliação de candidatura, coordenado por um responsável do governo local.

A inserção social, económica, política e cultural da juventude, no sentido de apresentar uma preparação eficaz e enfrentar os desafios do futuro, assegurando a continuidade do trabalho, é uma aposta contínua do governo local, esclareceu Carlos da Silva. Referiu que a oportunidade de formação, acesso ao emprego, habitabilidade e a criação de condições para melhor ocupação da juventude nos seus tempos livres através da expansão do movimento associativo juvenil é um processo permanente.

6.20 Milagres? Ninguém os faz!

Semanário Angolense 20 a 27 de Junho de 2009

A governadora de Luanda foi chamada ao Parlamento para falar da gestão urbana.

Já era sem tempo. Mesmo nas condições do nosso Par-

lamento, sempre é bom esse exercício de fiscalização. Nos últimos tempos passaram-se coisas graves no relacionamento entre os municípios e a autoridade governativa de Luanda. Todos fomos apanhados de surpresa com a brutalidade e com a insensibilidade da administração das Ingombotas e do Governo Provincial no caso dos despejos e demolições. Foi particularmente chocante o caso particular daquela mãe que, com o filho morto na cama, apelava a outras mulheres e mães, nomeadamente a administradora e a governadora, que a deixassem enterrar primeiro o filho antes do despejo.

Na semana passada ouvimos outros moradores do mesmo município, envolvendo também a polícia da Samba, queixarem-se de agentes policiais que lhes batem à porta dia sim, dia não durante a madrugada. A TV mostrou as casas destruídas e o lamento de uma mamã de mais de 60 anos que dizia que só queria ser angolana com direito a ter casa própria, ainda que de chapas. "Se nós não entramos nos condomínios dos ricos, porque é que os ricos têm de vir partir as nossas casas?" - perguntava-se ela na LAC. O governo provincial deveria levar isso até às últimas consequências, saindo em defesa dos cidadãos contra a ilegalidade de agentes da polícia ou de quem se faz passar por isso.

Quando Francisca do Espírito Santo foi nomeada certos círculos da sociedade luandense quiseram fazer passar a ideia de que ela seria uma espécie de salvadora da pátria. Em contraposição, fez-se passar a ideia de que os seus antecessores tinham sido todos uns incompetentes. Escrevemos naquela altura que a própria governadora deveria evitar alimentar ou sequer dar ouvidos a quem defendesse tal tese. É que se por um lado se estava a subir demasiado a fasquia, por outro se estava a abrir o caminho para que o sucessor de Francisca do Espírito Santo venha a fazer o mesmo com ela porque, queira-se ou não, a maior parte dos problemas de Luanda continuam como há cinco/seis anos.

Outra corrente protagonizada sobretudo por conhecidos círculos femininos luandenses quis dar a entender que o facto de FES ser mulher levaria a um relacionamento mais sensível, mais transparente, mais acolhedor e mais um conjunto de coisas que se dizem para sustentar, sem qualquer pejo, que o poder em mãos femininas é um poder melhor. A realidade do mundo já tinha mostrado que não é assim e agora Luanda confirma o que qualquer pessoa sensata sabe.

Francisca do Espírito Santo, FES, não é melhor nem pior que Aníbal Rocha, Simão Paulo ou Job Capapinha. O que está em causa em Luanda não são as

competências individuais nem o sexo dos governadores. E por mais que a nossa sociedade goste de ser deselegante com quem termina o seu serviço público, Luanda teve e tem hoje pessoas que sinceramente tentaram dar o seu melhor. Sentimos que FES estava a tentar fazer o seu melhor. São problemas que vêm de longe e de soluções demoradas e transversais. Luanda precisa de outra abordagem.

O governo de Luanda tem de ter a capacidade de inventar um modo participativo dos cidadãos. Dar mais poderes às comissões de bairro e de moradores. Os problemas de Luanda são mais graves do que um simples apontar de dedos, pintar prédios ou nomear administradores. O conselho de concertação social deve alargar-se aos municípios e comunas de modo a que os municípios possam contribuir mais na solução dos problemas. Não se trata de meros exercícios de show off.

Terão de ser mesmo encontros efectivos nos quais as administrações se deverão comprometer a resolver os problemas que afligem os municípios ou em buscar alternativas.

Aos poucos o caos se vai instalando, sobretudo ao nível das obras públicas. Algumas obras ficam por concluir, outras são realizadas durante longos e longos meses criando transtornos desnecessários aos cidadãos e há espalhado por toda a sociedade uma mentalidade de deixa andar que relaciona os nossos hábitos alimentares e de compra à imundice das praças.

Luanda não tem outro caminho. Tem de haver mais comunicação com os cidadãos. Mais envolvimento nos problemas e mais autoridade. Luanda tem uma gritante falta de autoridade e não vale a pena pensar que há uma poderosa Francisca que vai desatar a bater nas pessoas ou a prender os empreiteiros que não terminam as obras. Têm de ser as administrações a encontrar formas de denúncia e de pressão sobre incumpridores e sobre os que teimam em ter uma mentalidade do passado.

Isso inclui a questão das demolições e desalojamentos. Na maior parte dos casos o governo tem razão para realizar tais acções, mas o modo musculado, sem diálogo, sem a participação do próprio cidadão, deita tudo a perder.

Nenhum governador, seja ele quem for, tenha o sexo que tiver, conseguirá resolver os problemas de Luanda se não envolver verdadeiramente os cidadãos. Reuniões pequenas, juntando comunidades que sofram de um mesmo problema. Nada de reuniões alargadas e improdutivas. Responsabilização e, sobretudo,

autoridade sobre os administradores que neste momento (pelo menos dois ou três casos) são autênticos jogadores que marcam auto-golos contra o governo provincial. Deveriam ser rapidamente exonerados porque o seu comportamento afasta o município de qualquer esforço para colaborar. Sem isso temos dúvidas que Luanda seja viável.

6.21 Maculusso vira musseque

Semanário Angolense 20 a 27 de Junho de 2009

Numa altura em que se esperava pela urbanização dos musseques, passa-se exactamente o oposto: há áreas urbanas que estão a virar musseque, com a implantação de uma cultura e de hábitos marcadamente suburbanos.

Depois de aqui termos noticiado em duas ocasiões que uma fossa se mantém aberta há já alguns anos naquele bairro, eis que surge agora a denúncia segundo a qual existem pessoas que moram ou que têm actividade comercial na área conhecida pela designação Blocos dos Cubanos (ao Maculusso), que desviaram dejectos, de uma fossa para a rua.

A primeira foto ilustra a forma como se encontra a rua, depois do desvio feito cuidadosamente a partir da fossa, como se pode verificar na foto 2. O que se passa é que a fossa terá deixado de funcionar devidamente e, ao invés de se resolver o mal, optou-se por mandar toda a porcaria para a rua, com todos os riscos que daí advêm para a saúde pública.

A moradora que nos remeteu a informação e as fotografias adianta que a responsabilidade pelo desvio da porcaria para a rua é da proprietária da pastelaria Sandeleji, pelo que se apela à Administração Municipal para aplicar de imediato a devida multa e tomar as demais medidas que a situação impõe.

Para já, pode dizer-se que os moradores estão agastados com a situação que se arrasta há já dois meses, tendo agora recorrido à comunicação social antes de tomarem medidas drásticas em relação aos responsáveis pela situação, caso ela se mantenha por mais tempo.

6.22 Governo quer mais fábricas de materiais de construção

Jornal de Angola 28 de Junho de 2009

O Governo Provincial do Kwanza-Norte pretende fomentar o aparecimento de fábricas de tijolos e outros materiais de construção.

De acordo com as recomendações saídas da

Conferência Provincial Sobre o Desenvolvimento Urbano e Habitação, realizada quarta-feira, em Ndalatando, as administrações municipais devem garantir a defesa e uso correcto das reservas fundiárias existentes.

O porta-voz da conferência, Miguel Gaspar Manuel, disse que os planos directores devem ser executados pelo Governo Provincial e administrações municipais, por terem melhor conhecimento dos territórios sob sua jurisdição e devem encorajar as construções de casas com materiais locais, desde que sejam salvaguardadas as necessárias exigências e apresentem qualidade.

Referiu também que as administrações devem elaborar os planos de loteamento para melhor ordenamento do território, incentivar o surgimento das indústrias de exploração de inertes para que a procura encontre oferta equivalente e as autoridades tradicionais devem sensibilizar as populações no sentido de preservarem o ecossistema para garantia da sustentabilidade do meio ambiente.

Durante a conferência, os participantes tiveram conhecimento do potencial de inertes existentes na região, levantamento feito pela Direcção Provincial do Ordenamento do Território do Urbanismo e Ambiente.

A sessão de encerramento foi presidida pelo governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, acompanhado de representantes dos ministérios do Urbanismo e Habitação, Geologia e Minas, magistrados judiciais, membros do governo local, entidades tradicionais, religiosas, administradores municipais, empresários e convidados.

6.23 Obras do bairro social da juventude contemplam várias infra-estruturas

Jornal de Angola 29 de Junho de 2009

Ao todo, vão ser construídas, dentro de seis meses, em Malanje 92 casas, no âmbito do projecto Angola Jovem, que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos.

As casas, cada uma delas com três quartos, duas salas, e cozinha, estão orçadas em mais de 300 milhões de dólares.

O vice-ministro da Juventude, que, na sexta-feira, procedeu ao lançamento da primeira pedra para a construção do bairro, referiu que as casas fazem parte de um projecto social do Governo, que visa responder

as necessidades habitacionais da juventude.

Yaba Laberto mostrou-se satisfeito com o projecto, "tendo em conta as várias inquietações que a juventude tem vindo a apresentar".

O vice-ministro da Juventude recomendou aos líderes das organizações juvenis, empreiteiros, empresas fiscalizadoras e ao governo provincial que "redobrem esforços com ideias construtivas que contribuam para a conclusão das obras, em tempo preconizado".

O espaço, onde estão a ser construídas as casas sociais para a juventude, vai ser contemplado com construir outras infra-estruturas, como espaços verdes, recintos multiuso, campo de futebol onze, bancos, esquadra policial e centro cultural.

O projecto contempla, também, a construção de subestações de abastecimento de energia e água, parque infantil, posto médico, escolas do I e II níveis e bombas de combustível.

7 TERRA

7.1 Huíla emite mais cinco títulos a favor das comunidades tradicionais

Angolense 27 a 04 de Junho de 2009

O Governo da Província da Huíla acaba de emitir, com a data de 17 de Junho de 2009, mais cinco títulos de reconhecimento de ocupação, posse e direitos de uso e fruição de terrenos rurais comunitários.

As comunidades beneficiadas por estes reconhecimentos, todas pertencentes ao município de Caluquembe, são as de Kalomalanga (105,485 hectares), Eliva (999,075 ha), Alto-Kaembala (358,956 ha), Londini (999,573 ha) e Kalondjungue (520,535ha).

Cerca de dois mil hectares estão assim devidamente titularizados ao abrigo do artigo 37 da Lei das Terras que consagra o "Direito de Ocupação, Posse, Uso e Fruição; Obrigação de Aproveitamento Útil e Efectivo Conforme o Costume".

Os títulos em causa são assinados pelo Governador da Huíla, Eng. Isaac dos Anjos e pelo Director Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Huíla, Dr. Lutero Campos. Este processo é o resultado do Projecto Terra A Huíla, note-se, é pioneira na emissão de títulos de reconhecimento dos direitos costumeiros das comunidades rurais tradicionais. Desde 2001 mais de 15 títulos já foram emitidos o que demonstra o compromisso das autoridades locais com a defesa dos direitos das comunidades rurais tradicionais angolanas, e com o cumprimento da Lei de Terras.

Este processo de titularização é um dos grandes objectivos do Projecto Terra que tem vindo a ser desenvolvido desde 2007, numa parceria com o Governo angolano, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), enquadrado no Programa de Segurança Alimentar da União Europeia (UE), que destinou um investimento da ordem de 2.750.000 euros.

O Projecto tem nesta primeira fase, que termina em Agosto do corrente ano, as suas atenções concentradas nos municípios das províncias de Benguela, Huambo e Huíla, com o propósito de reforçar as capacidades dos técnicos ao nível provincial e municipal na gestão de terras; reforçar o conhecimento dos administradores municipais e comunais sobre a Lei de Terras e o seu regulamento; divulgar a Lei de Terras; Delimitar as terras de comunidades rurais tradicionais; e iniciar um

Centro de Estudos de Terra na Faculdade de Ciências Agrárias de Huambo.

É intenção do Projecto permitir que todos os actores do desenvolvimento económico e agrícola nos municípios possam investir e produzir no sector agropecuário com todas as garantias de que os seus direitos serão respeitados.

Permitir às administrações municipais responder aos requerimentos de terrenos conforme às disposições da Lei de Terras e ter os instrumentos de gestão de terras adaptados ao novo dinamismo económico, é outra das {1fetsões do Projecto que tem vindo a ser concretizada com a emissão de títulos de reconhecimento de posse de terras a favor das comunidades rurais tradicionais.

7.2 Posse da Terra Gera Divisão

Novo Jornal 05 De Junho de 2009

Nas suas propostas propostas constituição apresentadas na passada semana, o MPLA e a Nova Democracia (ND) defendem que a terra deve ser propriedade do Estado, enquanto a UNITA, FNLA e o PRS remetem esta posse para o povo.

Os primeiros sugerem que seja o Estado "a determinar as condições do aproveitamento da terra e dos seus recursos, para benefício da comunidade", enquanto os últimos propõem que "sejam dadas aos cidadãos as devidas e justas garantias de indemnização em caso de expropriação das suas propriedades pelo Estado".

Para o partido no poder "a terra constitui propriedade originária do Estado" podendo ser transmitida para as pessoas singulares ou colectivas, visando o seu racional e efectivo aproveitamento, nos termos da Constituição e da Lei.

Acrescenta que o Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica exercida nos termos da Lei.

O MPLA defende que os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola "são propriedade do Estado", que determina as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da Lei e do Direito Internacional.

A FNLA indica, por sua vez, que a terra é "propriedade originária e tradicional do povo, podendo em determinadas condições definidas por Lei, constituir

reserva do Estado." Este partido, com três assentos no Parlamento, ressalva que apenas os recursos naturais existentes no solo, subsolo e nas águas territoriais devem ser propriedade do Estado, o qual determina a sua exploração e utilização.

Preconiza entretanto que o Estado proteja os recursos naturais (...) bem como a propriedade privada e a posse efectiva das terras, sem embargo a eventuais expropriações, para utilidade pública, mediante a justa indemnização.

A UNITA é igualmente defensora desta alegação e os argumentos apresentados pelo seu líder no último fim-de-semana na província do Bié são praticamente os mesmos que os da FNLA. Falando para a população local, Samakuva admitiu que o Estado pode despojar as terras, sempre que julgue necessário, mas com base numa negociação com os proprietários.

O PRS considera "propriedade do povo sob responsabilidade do Estado federal" todos os recursos naturais existentes no solo, subsolo, nas águas interiores, no mar territorial na plataforma continental e na zona económica exclusiva. Propõe que seja o Estado federal a determinar as condições do seu aproveitamento e utilização racional.

Recomenda que a terra pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas "tendo em vista o seu racional aproveitamento nos termos da Lei".

É também favorável que o Estado respeite e proteja a propriedade e a posse das terras pelos camponeses, sem prejuízo da possibilidade de expropriação, para utilização pública, mediante prévia negociação com vantagem mútua.

Acrescenta que todos os seus recursos naturais são igualmente propriedade do Estado "que determina as condições do seu aproveitamento em benefício de toda a comunidade",

Este partido (2 assentos no Parlamento) está de acordo em como o Estado deve proteger e respeitar os bens de pessoas singulares ou colectivas bem como a propriedade e a posse das terras pelos camponeses, "sem prejuízo da sua possibilidade de expropriação por utilidade pública.

7.3 Cidadãos vendem casas e voltam a construir em zonas de risco

Semanário Factual 12 a 19 de Junho de 2009

Os antigos moradores da Boavista, transferidos para a zona do Zango, município de Viana, a sul de Luanda, estão a vender as casas atribuídas e voltaram a construir em zonas de risco. A denúncia é dos vizinhos que consideram o acto de puro oportunismo.

A administração da Ingombota já tem conhecimento e promete tomar medidas. No local, os poucos espaços deixados pelos antigos moradores da Boavista, transferidos em 2007, estão a ser novamente ocupados. "Essas residências estão a ser construídas pelas mesmas pessoas que venderam as casas no Zango", fez saber um cidadão a par do assunto.

Entretanto, os residentes e que aguardam pelo realojamento apelam às autoridades para que travem a nova onda de construções no local.

Estes cidadãos fazem parte de um conjunto de 32 pessoas transferidas da Boavista, zona considerada de risco, para o Zango.

Movidos por esta má conduta, muitos cidadãos conseguiram duas, três e quatro casas, em prejuízo do Governo, que julgava lidar com gente honesta e patriota.

7.4 GPL trava desalojamento anárquico de uma família no «Neves Bendinha»

Semanário Angolense 30 a 06 de Junho de 2009

O Governo Provincial de Luanda foi chamado a intervir em mais um caso de demolição, que estaria para acontecer nesta quinta-feira no bairro Neves Bendinha, próximo do cemitério da Santana, ao Município do Kilamba Kiaxi, quando a administração local pretendia, coercivamente e sem qualquer respaldo documental ou assim, desalojar uma munícipe e sua família.

Na manhã desse dia, por volta das 9 horas, os netos menores de Teresa Correia, proprietária do imóvel, onde também funciona uma pequena lanchonete, foram surpreendidos com a chegada de elementos afectos à administração municipal e forças policiais, manifestando a pretensão de levá-los para outra área que até ao momento se desconhece. Os tais indivíduos haviam já recolhido os haveres de Dona Teresa, como é mais conhecida a senhora lá no bairro, mesmo na ausência de qualquer pessoa adulta em casa, dizendo que iam a caminho do tal sítio que só eles sabiam, mas isso seria abortado na sequência de uma intervenção do

Governo Provincial de Luanda, para onde a dona da casa tinha recorrido, a pedir justiça.

Segundo Teresa Correia, este quadro começou a desenhar-se há um mês, quando operários chineses fizeram a vedação de todo o perímetro em volta da casa. Depois disso, começou a receber recadinhas do administrador municipal do Kilamba Kiaxi, José Correia, que enviava os seus emissários sem qualquer documento a apelar para que a senhora e a sua família abandonassem a casa assim à toa.

«Na semana passada, esteve aqui um jovem, com cabelo pintado em amarelo com essas motorizadas rápidas, a dizer que vinha da parte do administrador e que queria que arrumássemos as coisas para ver a quantidade a ser carregada. Eu me perguntei se um jovem sem documento algum e com essas características trabalha mesmo na administração», disse Dona Teresa.

Recado semelhante lhe foi transmitido dias depois pelo administrador comunal do Neves Bendinha.

O que desaponta Teresa Correia é o facto de nunca ter recebido algo por escrito a dizer o que se passava e muito menos o próprio administrador se deu ao trabalho de dialogar e indicar outro local para onde ela e a sua família pudessem ir morar. «Nós nunca mostramos resistência em sair daqui, mas que se fizesse uma negociação e que fosse de acordo com a lei, e não sermos levados como se fossemos animais. Tem que se respeitar as pessoas», considera a «pobre» senhora.

E lamenta o sucedido, principalmente pelo facto de ter perdido valores avultados em dinheiro no acto de recolha e transportação dos seus bens. «Eu não estava em casa quando eles chegaram. A minha neta telefonou para mim e eu pedi que esperassem, mas eles levaram as coisas mesmo assim e junto foi o dinheiro todo do movimento de ontem da lanchonete e outros montantes que tinha em casa», queixa-se.

Embora um pouco mais tranquila, depois da intervenção do Governo Provincial de Luanda, Dona Teresa ainda aguarda pelo desfecho do caso a contento. «No governo provincial, também não nos deram nenhum documento. Apenas nos informaram que vamos para o Cacuaco, numa zona chamada Rua Grande, na casa numero 2. Amanhã (sexta-feira) os senhores da administração vão me mostrar a casa e fazer os acabamentos, antes de sairmos daqui», disse.

O Semanário Angolense não conseguiu apurar o que vai ser erguido no local, mas tudo indica que se trata de

um empreendimento do governo.

7.5 A dimensão humana das demolições

Agora 20 de Junho de 2009

O discurso da senhora governadora de Luanda proferido esta semana na Assembleia Nacional tem alguns pontos ambíguos. Quem ganhou pontos foi a UNITA, ao ter tido a iniciativa de interrogar a senhora Francisca do Espírito Santo sobre questões que põem o dedo na dimensão humana das demolições das casas dos pobres, a classe social mais vasta e desprotegida de Angola.

Diz a governadora que os cidadãos são transferidos de áreas de risco para espaços urbanizados onde é respeitada a dignificação humana e a preservação das identidades. Mas mais alto que as palavras da governante falam os factos, sem demagogias, que nos mostram como o Zango é.

O Zango actual está longe de ser um espaço urbanizado. Por isso, não conseguimos entender os critérios que levam a nossa governante a chamar o Zango "zona urbanizada". Sem água, energia e saneamento básico, escolas, hospitais ou centros de saúde, postos de trabalho, segurança pública etc, como pode este Zango de agora trazer dignidade a alguém? Dormir numa tenda por longos meses ou até anos privado / a da sua intimidade conjugal e familiar, sem casa de banho apropriada, má alimentação e água mal tratada, traz dignidade? Nem no tempo da guerra tal condição era digna, apenas necessária, e sobre ela as pessoas construíram os seus somos de uma casa digna quando a paz acontecesse. Por isso eles perguntam se a guerra ainda não acabou...

O que está em causa em todo este processo de demolições não é a questão da requalificação da cidade através da construção de novas infraestruturas ou da recuperação das antigas, ainda que nos interroguemos sobre o estado da nossa qualidade de vida com tanta construção de novos prédios em betão e tão pouca atenção a zonas verdes, num cenário de agravamento do congestionamento do tráfego rodoviário.

O que está verdadeiramente em causa é a questão do custo-benefício desta requalificação para a população de Luanda. Se a requalificação custa a dignidade dos milhares das famílias pobres que, de acordo com dados do governo, vieram das províncias de Benguela, Kwanza Sul e Zaire (e eu acrescento: em busca de uma vida melhor!) e agora são atiradas para espaços não

urbanizados, onde a vida é difícil, perguntamos: qual é benefício?

Não me parece que o benefício esteja completamente a reverter a bem da melhoria da vida dos pobres, a maioria, concomitantemente, da harmonia e da paz social que todos desejamos; e é isto que dói, que choca e subverte os valores do bem.

Anda na boca do povo (que somos todos nós) que muitas demolições revertem a favor de interesses privados em vez do interesse público, enquanto os pobres definham sem casa própria, sem emprego, sem estima, no entulho do álcool, da droga e da criminalidade.

7.6 Demolições somam em Luanda

Agora 13 De Junho de 2009

Duzentas casas foram demolidas esta semana, no bairro da Cerâmica no município do Cacuaco, tendo ficado relento 150 famílias.

Luanda continua a registar casos de demolições. Após ter sucedido recentemente com os moradores da Ilha de Luanda, o martelo demolidor chegou ao da Cerâmica.

Elementos da fiscalização da província de Luanda derrubaram, sem piedade, 150 resistências de pacatas famílias ficaram também desprovidas dos seus haveres.

De corda com os sinistrados, residências foram destruídas sem aviso prévio. "Eles chegaram e não falaram nada ninguém. Começaram a retirar as coisas dentro das casas, ao mesmo tempo que máquinas demoliam as paredes crianças estão aqui todas na rua. A minha mãe veio há dias da província e estamos todos na rua, bem com o meu marido. Na minha casa somos no total 11 pessoas atirados na rua".

Os moradores disseram ainda que os elementos estavam armados e nem sequer queriam ouvi-los.

As casas em que os proprietários haviam se deslocado para os seus locais de serviço, igualmente não foram poupadas. "Eles não nos deram tempo. Chegaram e começaram logo a fazer disparos", revelou um dos afectados.

Luísa João, igualmente uma das desastradas, disse que os indivíduos demoliram também as residências das pessoas que na altura estavam ausentes do bairro.

"As casas fechadas, foram por eles rompidas e des-

truídas", notou.

Os moradores da zona presumem que o espaço tenha sido vendido há um empresário estrangeiro com pretensões de investimento na localidade.

Entretanto, até ao fecho desta edição, o administrador municipal não havia prestado qualquer declaração.

7.7 Oposição insatisfeita com explicação da governadora de Luanda

Novo Jornal 19 de Junho de 2009

Os deputados mandaram o questionário e Francisca do Espírito Santo fez bem o trabalho de casa. Decepção para quem esperava um debate sério, num momento tão difícil para a maior parte dos luandenses.

Os partidos da oposição, nomeadamente a UNITA e o PRS, mostraram-se insatisfeitos com a exposição feita pela governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, anteontem no Parlamento.

Para Lukamba Gato, deputado da UNITA, o que a governadora de Luanda fez foi apresentar projectos.

"Se para resolver um problema arranjam outros, nunca mais vamos ver solucionados os problemas de Luanda, vamos é criar cancro, e penso que esta não é a vontade dos partidos". A Governadora de Luanda que esteve no Parlamento na passada quarta-feira, 17, a pedido da bancada parlamentar da UNITA, reconheceu haver insuficiências e carências no processo de fiscalização. "Reconhecemos a nossa falta neste campo, e, por isso, está em curso um amplo programa de redimensionamento do processo de fiscalização bem como a modernização e a simplificação de procedimentos administrativos de acesso para os cidadãos junto dos serviços competentes locais, nomeadamente administrações municipais e comunais, do GPL". Demóstenes Chilingutula, também da bancada da UNITA, mostrou-se preocupado com a onda de demolições que nos últimos tempos tem deixado muitos cidadãos sem as suas moradias.

Chilingutula ressaltou a forma desumana como as pessoas lesadas têm sido tratadas, bem como a falta de critérios previamente conhecidos, que justifiquem a tomada de certas medidas.

Na opinião do antigo ministro das Ciências e Tecnologias, agora deputado, João Baptista Ngandagina, do Partido Renovador Social (PRS) o GPL devia primeiro criar condições no Zango, antes de alojar a população.

"É urgente que o GPL crie condições de habitabilidade na zona do Zango, uma vez que o que se está a passar é que a população de todos os bairros destruídos estão a ir para a área do Zango, que neste momento apresenta diversas dificuldades".

7.8 MPLA "exonera" administrador de Benguela

Angolense 13 a 20 de Junho de 2009

A primeira vista, a proposta de exoneração do administrador municipal de Benguela, Manuel Francisco, nos últimos dias bastante comentada em diferentes círculos da sociedade, parece ligada ao escândalo do jardim do mercado "Heróis de Moncada", mas a verdade é que este pormenor é apenas o corolário de uma série de irregularidades administrativas que se arrastam desde a sua nomeação, há mais de três anos. Aliás, o conteúdo da proposta, já visto pelo Angolense, não destaca a polémica do investimento de pouco mais de 1 milhão e seiscentos mil dólares na reabilitação do jardim. Tudo começa, conforme descrevem as várias notas elaboradas pelo Comité Municipal do MPLA, com atitudes de "arrogância e insubordinação".

Ausente das reuniões do seu partido, ainda que em causa estejam assuntos de extrema importância, o "irmão" Manuel Francisco, por sinal apologista de um modelo participativo na gestão da capital, é descrito como um homem que não quer dar ouvidos aos munícipes. Se o fizer, acrescentam as fontes, é apenas para "inglês ver".

Sempre que confrontado por segmentos preocupados com o futuro do município sede da província, ele evoca a sua antiguidade cheia de experiência como um elemento que o mantém no cargo, acrescentam os documentos, por via dos quais o MPLA mostra que nem mesmo os avisos do Grupo de Acompanhamento do Comité Central, liderado por Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", foram capazes de proporcionar mudanças.

Outro dado a reter é que Manuel Francisco chegou a assegurar que não estava envolvido na cedência e/ou venda ilegal de terrenos, tendo, surpreendentemente para muitos, ameaçado mandar gente para a cadeia, mas é aqui apontado como "proprietário de um camartelo" que desaloja cidadãos a quem foram legalmente cedidas algumas parcelas, posteriormente entregues a indivíduos da sua conveniência.

Ainda de acordo com as fontes, o administrador de

Benguela esteve "nem aí" na altura da campanha para as eleições legislativas, mas surge, sete meses depois, como provável director de campanha de Jeremias Dumbo, primeiro secretário provincial, que concorre para mais um mandato. Assim, o Comité Municipal sugere às estruturas centrais movimentação imediata de Manuel Francisco para outra área do aparelho do Estado, onde possa, quiçá, contribuir com eficácia.

Contactado pelo Angolense, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" disse não ter conhecimento da proposta de exoneração do administrador de Benguela e que nunca, ao contrário do que se pode ler na exposição feita pelo Comité Municipal, chegou a dar um "puxão de orelhas" a quem quer que seja. O Angolense viu frustradas as investidas para uma reacção do administrador Manuel Francisco, até ao momento a optar pelo silêncio face ao estardalhaço que o coloca em maus lençóis.

7.9 «Zangolândia» tornou-se o destino inevitável

A Capital 20 de Junho de 2009

Alguns minutos já tinham passado das nove horas de terça-feira, 16, quando a reportagem do A Capital chegou ao primeiro acampamento do Zango. À nossa frente estendia-se, horizonte adentro, um imenso campo de tendas verde-escuro, perdidas no descampado típico daquela parcela do município de Viana.

No meio da poeira que se levantava com o passar dos carros, aproximamo-nos. O ambiente é calmo. Cada família encontra-se nos pequenos quintais, definidos por cordas. Algumas pessoas estão deitadas em leitos improvisados no chão, ao relento, e dormem. Uma opção, porque a tenda aquece àquela hora.

Dirigimo-nos então ao quintal de Maria Cruz. Estava ela rodeada de peças de roupa espalhadas no chão, inclinada sobre pequenas bacias com água, a lavar. Simpática, não se coibiu de relatar-nos alguns dos momentos que marcam a vida num campo de acolhimento, antes mesmo de saber quem éramos.

«A vida aqui é esta. Ficar em casa, fazer pequenos trabalhos domésticos ou dormir, começou por dizer, quando se lembrava da vida de comerciante que levava, enquanto moradora na Ilha de Luanda.

Perguntamos a ela porque lava em bacias tão pequenas? Ao que respondeu dizendo que as vasilhas maiores que possuía, umas foram com as calemas que partiram a casa dela e outras haviam sido roubadas no momento

da mudança.

«Perdi muito. Algumas coisas partiram-se no camião que nos transportou. Outras foram roubadas porque permanecemos muito tempo ao relento. Os gatunos aproveitaram-se do momento», explicou, ao mesmo tempo que expressava o desejo de, ao menos, para além da tenda, viesse a receber algum apoio em bens materiais, já que «maior parte dos meus bens foi com a água».

«Quando se deu a calamidade, nem sequer estive presente», explicou, enquanto ajeitava uma tigela, ao pé do fogareiro, que continha rama de batata-doce.

Afinal, a hora do almoço apressava-se a chegar. Dava para notar isso mesmo, com o sol cada vez mais abrasador que se fazia sentir. Sobre o pequeno fogareiro uma panela a ferver.

«Estou a cozer feijão», disse, ao destapar a mesma para a nossa observação. Aparentemente, a conversa que íamos mantendo, estimulou em Maria Cruz algum sentimento de saudade da vida que levava na Chicala. Àquela hora, recordou, «estaria a grelhar ou a fritar um bom peixe».

«Para além de ser barato, estava sempre ao nosso alcance», algo que, no Zango, está longe de ser nem mesmo uma miragem. «Comprar nas peixeiras que, de vez em quando, passam por cá, só que temos que comprar em poucas quantidades, o consumo tem que ser rápido, por falta de condições de conservação», afirmou.

Casada, Maria Cruz, natural do Kwanza-Sul, é mãe de três meninos. Os mais crescidos estavam ausentes, quando a nossa reportagem chegou. Tinham ido à escola. Em casa, aliás, na tenda, ela ficara apenas com o mais pequeno. O marido, esse, também estava ausente.

Antes das calemas que estiveram na origem da sua transferência do território insular para o Zango, Maria Cruz era uma mulher ocupada. Só que o destino foi tão cruel para ela, que além de perder o negócio, ac'iou por gastar toda a poupança.

«Então não acaba! Tanto tempo sem fazer nada...», observou, para mais adiante acrescentar que a aflição de todos naquele acampamento aumenta, a partir do momento em que não se sabe quanto tempo mais vão permanecer no local.

«Nunca disseram nada. Algumas pessoas dizem que vão nos dar casas; outras falam em terrenos». O que é certo é que aquela multidão, nos cálculos dos próprios

deslocados, estimada em 17 mil pessoas, está indefinidamente em tendas, que em breve, pelo menos no Zango I, já vão dando sinais de desgaste.

7.10 Ocupantes ilegais do espaço ameaçam com Tribunal

Jornal de Angola 23 de Junho de 2009

Homens e máquinas começaram às primeiras horas de ontem a demolição da Feira Ngoma propriedade da organização Smica, que albergava mais de 800 feirantes.

O espaço existe desde 1987 e mais recentemente foi transformado num local de delinquência, tráfico drogas, prostituição e pedofilia. Apresentava igualmente graves problemas de saneamento básico.

Maria Adelaide, administradora comunal do Bairro Operário, disse que a demolição foi preparada há muito tempo. "Realizámos encontros de sensibilização e mobilização com todos quanto exploravam a feira e tudo na ilegalidade", disse a administradora.

Segundo administradora do Bairro Operário a feirantes solicitaram a administração municipal uma moratória de mais 1 00 dias. "O senhor administrador a bem pouco tempo concedeu uma conferencia de imprensa e foi claro na demolição das casebres no dia 22 de Junho estamos para cumprir aquilo que é devido".

Maria Adelaide afirmou que as feirantes podem reclamações dos seus haveres junto da organização Smica porquanto foram os responsáveis que exploravam mesmo na ilegalidade.

Maria Adelaide disse que "a Administração Municipal reuniu com todos os feirantes, esclarecemos as pessoas sobre a demolição e respondemos a todas as questões. O problema é que eles não acreditavam no trabalho que vínhamos fazendo", disse.

A administradora do Bairro Operário disse que a organização Smica, que explorava ilegalmente a feira, nunca pagou nenhum valor pela ocupação do espaço. "A exploração era ilegal e só eles podem dizer o destino que davam às receitas que recebiam dos feirantes", disse.

Maria Adelaide, assegurou que a demolição da feira tem a ver com a reposição da legalidade e sobretudo devido ao aumento da delinquência e tráfico de drogas, no local. "O interior da feira era uma autêntica lixeira", disse.

Organização Smica

Teka Norman, porta-voz da organização Smica, disse que as negociações com a administração municipal nunca foram regulares e recebeu uma convocatória da administração municipal que ordenava o abandono da feira em 72 horas quando da visita do Papa BentoXXVI.

Júlia Canga assegurou ao nosso jornal que a organização Smica recusa qualquer tipo de negociações com as feirantes da Feira Ngoma. "A situação é muito complicada", disse.

Os representantes dos 800 feirantes que praticavam a sua actividade comercial na Feira Ngoma disseram à reportagem do Jornal de Angola que celebraram contrato com a organização Smica à qual pagam as suas rendas.

Moradores satisfeitos

Os moradores dos arredores da Feira Ngoma reagiram favoravelmente à demolição das barracas por decisão da administração municipal do Sambizanga.

Os moradores foram unânimes em dizer que as instalações da feira foram transformadas em locais de tráfico de droga, prostituição, violação de menores e dali partiam assaltos às residências vizinhas da feira Maria Gaspar, moradora há mais de 30 anos no local, disse que a demolição veio trazer um certo alívio aos moradores e transeuntes que circulam no bairro.

A moradora, assegurou que "as pessoas não conseguiam circular tranquilamente por causa dos delinquentes que se refugiavam naquele local".

Fernando Raimundo disse que aos fins-de-semana, principalmente no período nocturno, a situação era preocupante. "As pessoas não podiam circular devido à aglomeração de viaturas e pessoas que frequentavam aquele local", disse.

Fernando Raimundo, aplaudiu a decisão tomada pela administração municipal e espera num futuro próximo que se ergue no local uma infra-estrutura que digna.

7.11 A deportação de D.Teresa

Angolense 13 a 20 De Junho

Hoje, sábado, é o dia que estava marcado para que a cidadã Teresa Correia fosse arrancada de sua casa, ao Bairro Neves Bendinha, ao lado do chamado Laboratório criminalística e do cemitério da Santana, para ser literalmente desterrada em terras de ninguém confins de cacuaco, alegado do Governo Provincial de Luanda, naquilo que pode ser considerada como

verdadeiro ultraje à sua dignidade.

A acção de despejo, que estava para acontecer na última quarta feira, já depois de uma tentativa também abortada há duas semanas conforme noticiamos na nossa edição nºO 318, administrador do Kilamba-Kiaxe, José Correia que diz estar a cumprir apenas ordens superiores», ordens superiores de quem, ele não aceitou dizer, quer a reportagem deste jornal, de uma equipa da TV Zimbo, que tem estado a acompanhar o caso. Isso foi na manhã de quarta – feira, quando José Correia esteve em casa da senhora, para demovê-la a aceita a suposta ordem governamental, depois de, nesse dia, se ter demonstrado o parato preparado a fim de se elevar as «imbambasa» da senhora e da sua família netos com que ela vivem para uma estranha residência nos confins de Cacuaco, sem qualquer tipo de condições para albergar seres humanos civilizados.

A casa que José Correia diz que o governo Provincial de Luanda disponibilizou para eventual alojamento de D.Teresa e sua família é uma autentica anedota. Nao è credível que um governo que se preze desaloje alguém que more há mais de 20 anos quase no centro da cidade, em uma casa que constitui a coberto da lei e seja desterrada para um verdadeiro «moquifo», ainda por cima inacabado, como se pode ver na foto, situado a mais de 40 quilómetros de Luanda, mato adentro, numa zona sem água, sem luz, sem escola, sem centro médico, sem lojas, enfim, sem coisa alguma.

Esta particularidade já fez desconfiar que se tratará de um esquema caviloso encetado por alguém com uma boa posição no GPL, com o fito de se apropriar do agora terreno nobre no qual a senhora edificou o seu sítio para viver, com papel passado e tudo, há mais de vinte anos, portanto, com uma série de direitos adquiridos. O que o administrador municipal diz é que o Estado pretende erigir no recinto o que será um dito «velório provincial».

No entanto, sendo uma obra com esta dignidade oficial, diga se, faz espécie que quase ninguém no GPL se predisponha a falar dela abertamente. Todos esforços que o semanário Angolense fez junto do GPL para saber quem estaria a frente deste projecto foram inúteis. Não houve quem assumisse.

Pretendemos falar com o arquitecto Hélder José, mas a sua secretária remeteu-nos a alguém da fiscalização de obras que disse nada saber do assunto. Tentamos o contacto com Ladislau Silva, para chegarmos à Governadora, e nada: não respondia às chamadas.

Como vimos já, o próprio José Correia, que estava no terreno, todo arrogante/ só dizia que estava a cumprir

«ordens superiores». E, como se sabe, a conversa das «ordens superiores» normalmente é um estratagema de camuflagem.

O que se soube junto das potenciais vítimas dessa acção estranha é que José Correia e os seus colaboradores estariam a mando directo de uma senhora identificada por Angélica Agostinho suposta "muata" de um dito GPL do Governo Provincial de Luanda.

Teresa Correia diz que esta disposta a sair sem qualquer residência desde que houvesse um mínimo de respeito à sua dignidade, o que não aconteceu. Tal passaria por uma negociação pacífica, até porque ela gastou «muito dinheiro» para edificar o seu canto que agora o governo pretenderá, o que, insistimos, não parece verdade em face da casotita que lhe querem dar em troca. Nunca vimos o governo a dar uma casota daquelas. Mais valia uma tenda, é claro, se fosse num caso de emergência. Só que não é, o que avoluma as suspeitas de que algo estará mal contado nesta história.

A começar, de resto, pela forma esquiva em que Teresa Correia começou a ser molestada para deixar o seu sítio, por vias de recadinhos do administrador, quando devia ser por correspondência oficial. O único documento que recebeu foi o aviso de que seria desalojada na

Teresa já vem do tempo em que Baltazar Diogo é quem governava no Kilamba Kiaxi. Ele não conseguiu tirar a senhora. Agora vem José Correia com a sua história do «velório provincial». Ambos têm em comum o facto de terem recorrido à mesma empresa de construção para darem largas ao plano de cada um (ou é o mesmo, agora reactivado?), uma tal de ENCICA.

Pode ser verdade que o Estado pretenda lá erguer o «velório provincial», mas o que aqui se discute é a alternativa que se está oferecer à senhora. A casa que lhe querem dar é uma ofensa. Tanto assim é que uma sua amiga, meio a brincar, chegou a dizer na quarta-feira que se ela aceitasse «bazar» para o tal «moquifo» do fim do mundo era melhor contar que, quando morresse (deus seja surdo), ninguém estaria na disposição de lá ir para o velório.

Mais a sério, Teresa Correia disse que o sítio onde está situada a casa que lhe estão a «oferecer» não é para ela. «Viver aí é estar a criar uma zungueira e dois delinquentes», sublinhou, referindo-se aos seus três netos com quem coabita. Isso, ela não aceitará. Nunca.

O Semanário Angolense soube que Teresa Correia já

terá recorrido à própria Presidência da República, a ver se é tratada com mais dignidade. «Eu não mereço isto que me estão a fazer», lamentou. «Que mal é que eu fiz ao governo?», interrogou-se, desesperada. E é nesta hora que nunca falta a conversa do voto ao «maioritário»...

Uma outra hipótese seria intentar uma acção judicial para impugnação deste curioso (e vil, o sublinhando é nosso, que passe a opinião onde quer que seja) acto administrativo que também já este a ser ponderado por D.Teresa, depois de saber que, vâ là, isto era possível. Pelo menos, teoricamente.

7.12 Camponeses do Benfica acusam administrador da Samba de expropriar suas terras

Terra Angolana 13 a 27 de Junho de 2009

Cerca de duzentos camponeses que dizem cultivar a mais de vinte anos no bairro Benfica ao município da Samba acusam o administrador Pedro Façonny de querer usurpar as suas terras, segundo apurou o Terra Angolana.

De acordo com os homens da enxada, o administrador municipal disse numa reunião que os camponeses que possuem as suas terras no bairro do Benfica, serão indemnizados em função do projecto habitacional do Governo Provincial de Luanda naquela localidade. Aqueles homens que desbravam e cultivam a terra para o seu sustento denunciaram irregularidades nas indemnizações e, falam mesmo em corrupção.

Os camponeses dizem ainda que o administrador tem facilitado a legalização de terrenos de algumas pessoas que têm maior poder financeiro em detrimento da maioria.

Esta ideia vem contrariar o ultimo compromisso que os camponeses tiveram com o antecessor de Pedro Façonny na era do executivo de Job Capapinha que, por sinal tomou parte da reunião, onde centro de terra dos camponeses, setenta por cento para o estado e trinta para os possuidores dos terrenos.

" Nós não concordamos com a atitude do senhor Pedra Façonny, porque isso não é justo". Nos estamos aqui há vinte anos, como é que vão nos tirar as nossas, vamos viver como" lamentaram os interlocutores.

Uma fonte fidedigna do executivo de Pedro Façonny contactada por este jornal disse que Os camponeses estão a precipitar os acontecimentos, uma vez que o assunto está negociações para travar pessoas oport-

tunistas que, muitas das vezes se fazem passar por donos de terra.

Ainda fazendo fé dos pronunciamentos da nossa fonte, esclareceu que nestas negociações, ninguém sairá perder porque segundo disse, é o dever do estado proteger os direitos do cidadão a luz da lei de terra.

7.13 Se fosse eu o governador

Semanário Angolense 20 a 27 de Junho 2009

Todos os dias exigiria do meu staff os resumos de imprensa e da Internet, porque convicto de que as críticas e os conselhos que neles se reflectem seriam um precioso auxílio às decisões que precisasse de tomar. Não apreciaria um secretário que estivesse sempre pronto para intervenções reactivas, umas vezes para defender a corporação, outras para reafirmar o autoritarismo que desqualifica a relação com os municípios.

Não seria um Governador autista, cego e surdo aos gritos de revolta, diante da presunção certa de que muitas soluções se podem aplicar, desenvencilhando-me das possíveis, porque procuradas.

Usaria o poderoso instrumento da comunicação via TV, onde teria espaço para a pedagogia necessária a corrigir comportamentos, uns naturais porque provenientes da inversão da ordem dos tipos de população com que a cidade passou a contar. Mais rural, menos urbana. Outros, emergentes do comportamento dos «Xico espertos» que as mesmas perversões produzem. Ambos, contribuintes inconscientes da desordem urbana que resulta de uma ordem urbanística excludente e predatória, onde todos reclamam das injustiças de que se compõe o seu dia a dia. A educação, a escolaridade e o civismo são factores críticos de sucesso, de que nenhuma sociedade pode prescindir, menos ainda no início da sua estruturação. O conhecimento com nível de qualificação certificado estará entre as melhores e mais eficazes alavancas para o desenvolvimento.

Ao repetirem-se os modelos de vida, já banidos nas Nações civilizadas, a acção do próprio poder público tem servido de reforço à tendência de exclusão de franjas importantes da população para zonas periféricas, mal localizadas e pior servidas, porque desprovidas de quase tudo que a vida humana precisa. Eis o que são os ZANGOS e os PANGUILAS, de que estranhamente os Governadores todos tanto se orgulham.

Por oposição, a Luanda Sul e as suas Talatonas, não se relacionam com as condições reais de produção da

cidade pelo mercado, ignoram que a maior parte da população urbana tem baixíssima renda e nula capacidade de investimento, o que dá como resultado o mercado que se conhece, tão exorbitantemente caro, como é o do espaço construído em Luanda.

A despeito da irracionalidade urbanística, a dinâmica que o GPL consente e com a qual pactua, tem alta rentabilidade política, enquanto moeda de troca nas contabilidades eleitorais.

Se fosse eu o Governador de Luanda, tomaria as seguintes medidas e atitudes:

a) Teria vergonha de andar na cidade de carros com batedores e jamais em sentido proibido, tal como fazem os marginais e mal-educados. Se não se vivem os problemas, como será que se sente a necessidade da sua solução? Se um poder político não é exemplo de virtudes, então o que é?

b) Faria a revisão, com o concurso de especialistas, da actual estrutura de governo, para suprimir os serviços inúteis, os que são um peso morto no orçamento e distinguia os que exigem um elevado grau de especialização. Há empresas, na dependência pouco compreensível do GPL, cuja vocação indica que se devam manter no âmbito da gestão pública, outras há que se devem constituir em parceria e ainda outras que devem ser terciarizadas. Desde a electricidade à água, passando pelos parques públicos ao tapar de buracos.

c) manteria em regime de permanência uma escola de formação de profissionais para as diversas áreas da gestão autárquica. Com cursos, desde os da administração e finanças aos técnico-profissionais. É inadmissível manter em consciência tão baixo nível de servidores, pomposamente empossados, desde a Secretaria-geral aos Gabinetes de Imagem e Jurídico, a revelarem alegremente tanta ignorância sobre o simples endereço do portal do GPL, que gostam de dizer que têm. Com gente tão básica assim, não há Governação que resista.

d) incidiria as minhas preocupações diárias em acções prioritárias e permanentes onde os resultados se notam e sentem imediatamente e os benefícios óbvios, modificam os cenários. Tal seria o caso do caótico trânsito citadino, com mais intervenção educativa, mais fiscalização e mais actos de conhecimento seguro. Não se entende, senão pelo pecaminoso desconhecimento e pela ausência de medo de consequências, que as ruas e os passeios sejam refeitos (uns nem precisavam de ser, porque o seu benefício não justifica o seu custo) e o seu traçado se mantenha, quando a simples supressão de um metro ao espaço do passeio e a reorganização simples do espaço disponível de estacionamento acabaria, com certeza absoluta, o pernicioso congestionamento, com benefícios óbvios na economia

da cidade e na satisfação dos martirizados e menosprezados munícipes. É certo que para se pensar assim é preciso ter-se algumas noções sobre custos de produtividade, unidade de energia consumida e custo homem hora, entre outras. Assim seria seguramente na rua Conselheiro Júlio Vilhena, no largo do Pelourinho, na avo Marginal e agora no fundo da Rainha Ginga, onde mais uma vez se preferiu tapar a bifurcação e parte da rua principal a favor de uma construtora que ali faz um novo edifício.

Os agentes ditos reguladores de trânsito, além de muito melhor qualificados (revelam uma tal iliteracia, que além de amedrontar faz pena) estariam permanentemente e a horas nos lugares onde o trânsito é com certeza sempre complicado. Não apareceriam por lá como turistas, chegam a estar aos sete num só lugar, mas zaga iam quando o sol e a fome apertam, e deixam os mambos pior do que encontraram.

Criaria brigadas de polícia municipal, que passariam da repressão pura e dura, em que se tornaram especialistas, para a pedagogia dos comportamentos civilizados. De nada vale recolher carros que estacionam em lugares que têm placas de estacionamento proibido se esse acto não provoca nenhum embaraço ao trânsito. O sinal é que está já fora da época e mal colocado nesse lugar. Mas entretanto nada se faz contra os que estacionam em 2a fila e impedem os outros de se movimentar. E por essa infracção cobrar 400 dólares de contravenção é algo que roça o bárbaro, o irracional o primitivo. É preciso ter noção do que seja a economia de um País e o que ela pode pagar.

Passariam a ser agentes de Polícia Sanitária, que com a Delegacia de Saúde se tornariam brigadas de visita aos lugares, onde existem os viveiros de todos os vermes. Uns públicos, muitos outros privados. Agora verem-se poças fétidas, nas imediações da Sonangol, da Esso, da BP, do BCI da igreja da Sé, de um supermercado de alimentos, de um stand de automóveis e de uma clínica de saúde é aterrador e elucidativo, se dúvidas houvessem, sobre a mão de quem e quanto está a cidade entregue à sua sorte.

7.14 Corrida à terra vs Segurança Alimentar

Angolense 20 a 27 de Junho de 2009

Destaque da última edição da "Festa do Criador de Gado", há duas semanas, no município do Chongoroi, a inauguração dos complexos agro-pecuários do Kaviombo e do Utalala forneceu, para lá dos sinais do despertar para novas conquistas numa importante área da vida económica da província de Benguela, elementos

que ajudam a perceber o calvário de centenas de famílias camponesas obrigadas a abandonar as terras que funcionam como fonte de sobrevivência, no que acaba por constituir uma séria ameaça à segurança alimentar. Não se pretende aqui "condenar" os proprietários dos complexos acima mencionados, se bem que uma incursão nesse sentido até se justifica, nem tão pouco "ilibá-los", mas mostrar que casos pontuais servem para ilustrar a gravidade de um problema aparentemente ignorado.

Da "Festa do Criador", marcada, como já o dissemos, pela abertura oficial dos dois gigantes agro-pecuários, surgiram pronunciamentos que falam bem do fenómeno conflito de terras e do martírio de camponeses "convidados" a deixar os seus locais de trabalho.

Isaac dos Anjos, governador da Huíla, deixou claro que existem insuficiências e atrasos na demarcação de terras, ao passo que Fernando Pacheco, antigo professor de Sociologia Rural, afirmou, categórico, que não pode haver desenvolvimento numa sociedade de exclusão. Paralelamente aos preparativos para o evento do Chongoroi, o Angolense captou denúncias sobre uma realidade que inquieta organizações da sociedade civil, entre elas a ADRA, às quais adiciona casos que vem seguindo há vários meses.

Começamos exactamente no potencial município do Chongoroi, a 156 quilómetros da sede da província, de onde chega o grito de socorro de famílias camponesas que dizem ter sido vítimas das investidas do cidadão português Jorge Saraiva, alegadamente mancomunado com o administrador municipal adjunto, Carlos Manuel.

Em representação de uma certa comunidade, Zacarias Kalepete e José Jacó denunciam que Jorge Saraiva está a usurpar uma parcela de terra na qual introduziu um considerável número de cabeças de gado, algumas importadas, responsáveis pela perda de culturas de uma população já afectada pela carência de alimentos. "Os animais comeram os produtos agrícolas que nós possuímos", acrescentam os queixosos, que foram levados pela Polícia poucos dias depois do início de uma pequena contestação.

Do administrador adjunto, Carlos Manuel, a comunidade ouviu uma mensagem algo incriminatória: "ninguém deve opor-se à ocupação de terrenos, uma vez que podemos mandar para esta área elementos das Forças Armadas Angolanas ou da Polícia". Foi o suficiente para amainar as reivindicações de quem se vê obrigado a deixar um espaço que mantém acesa a chama da esperança que, mesmo moribunda, continua a iluminar os caminhos do combate à fome.

No rescaldo de uma acção de formação dirigida a divulgadores da Lei de Terras, o director do Núcleo Representativo das Associações (NRA), António Catchilingue, declarou ao Angolense que famílias desfavorecidas que operam na Chimalavera correm o risco de perder as suas terras e, por conseguinte, a sua fonte de rendimento.

Preocupado, denunciou que "homens do dinheiro", portadores de documentos "duvidosos", têm os olhos numa parcela que ali se encontra, tida como bastante fértil. Catchilingue explicou que a existência de água no local determina a aposta destes homens de negócios, cujas pretensões, pelo menos até ao momento, parecem não ter luz verde de quem de direito. Bem ao lado, no Dombe Grande, a 60 quilómetros da cidade de Benguela, três mil e 500 chefes de família, trabalhadores da dissolvida Açucareira 4 de Fevereiro, sentem os problemas provocados pela disputa de terras. Há cerca de vinte anos fazendo o possível nos terrenos que funcionam como que indemnizações pela falência da antiga Companhia Nacional do Açúcar, eles foram "convidados" a abandonar o espaço onde praticavam a agricultura de subsistência, qualquer coisa como três mil hectares, agora à disposição de grupos empresariais que tencionam partir para a produção de banana em grande escala.

Outros 4 mil hectares, igualmente ao serviço da cana-de-açúcar nos tempos em que a unidade fabril funcionava, atenderão culturas diversas, entre as quais o tomate, tendo em conta as perspectivas que apontam para o surgimento de uma fábrica de concentrado de tomate. Do outro lado da barricada, agricultores com algum poderio financeiro, também com mais de "10 anos de casa", mostram-se solidários com os operários, 110je nas vestes de pequenos camponeses, e dizem que não arredam o pé do local, pelo menos enquanto não estiveram por dentro do essencial da iniciativa da ESCOM e da HIPERGEST. Eles dizem que "são tão angolanos quanto os mentores do projecto da banana". Uma activista da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente chegou mesmo a afirmar que os empresários ignoram as leis em nome dos terrenos onde as comunidades, alheias em relação ao legislado, acabam por ser espezinhadas. Como se não bastasse, prosseguiu, as negociações começam do topo e, já com o cenário traçado, chegam à base de forma surpreendente.

Aqui chegados, fica claro que o rumo dos acontecimentos exige intervenção das autoridades, conforme reconheceu fonte da própria direcção da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, contactada por este

semanário para comentar os potenciais casos de conflito de terras.

Num passado recente, ainda de acordo com o nosso interlocutor, a aquisição de uma parcela de terra ou de uma fazenda agro-pecuária, ainda que ocupada por uma determinada família, era tão fácil que até se processava por via de um simples parecer das autoridades tradicionais. "Agora já se exige a nossa documentação e o parecer das autoridades administrativas, daí que o quadro tenha conhecido alguma melhoria, mas os pequenos produtores continuam a ser a franja mais prejudicada", confidenciou.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Huambo prepara mais quadros do sector das águas e saneamento

Jornal de Angola 1 de Junho de 2009

Vinte técnicos angolanos e moçambicanos terminaram, sexta-feira, no Huambo, um curso de capacitação ligado ao sector de abastecimento comunitário, promovido pela Development Workshop (DW) e o centro de Formação Profissional de Água e Saneamento de Moçambique.

A acção formativa é resultado de uma parceria entre Angola e Moçambique para a capacitação de quadros mobilizadores sociais no sector das águas e saneamento.

O curso, que teve início no dia 18 de Maio, na Casa Ecológica, da província do Huambo, contou com formandos das províncias de Luanda, Bié, Huíla, Kwanza-Sul, Cunene, Huambo e de Moçambique. O curso foi financiado pela União Europeia e pelo UNICEF, em colaboração com a Direcção

Nacional das Águas, e teve como objectivo, principal a capacitação dos mobilizadores sociais seniores, com vista a dotá-los de conhecimentos na gestão da água, para que, no futuro, sejam capazes de implementar, testar, discutir e analisar os manuais de formação que foram produzidos no âmbito deste projecto.

Segundo o responsável da DW-Angola, o engenheiro Cupi Baptista, a formação cumpriu com as expectativas geradas à volta da mesma, pois, no seu ponto de vista, houve uma participação na ordem de 90 por cento, tendo-se cumprido com os objectivos traçados. "Conseguimos estabelecer uma parceria entre os sectores da água de Angola e o Centro de Formação Profissional de Moçambique. Esperamos que, no futuro, possamos continuar a trocar experiências entre as duas instituições".

8.2 Reabilitação da antiga ponte sobre o rio Catumbela

Jornal de Angola 1 de Junho de 2009

As obras de reabilitação da antiga ponte sobre o rio Catumbela começam logo que seja possível circular na

nova, que deve ser inaugurada na primeira quinzena deste mês, disse à Angop o director provincial do Instituto Nacional de Estradas de Angola.

Henrique Vitorino disse que a reabilitação da antiga ponte vai permitir que a circulação na vila da Catumbela se "processe de forma rápida e sem interferência no novo eixo rodoviário".

O novo eixo viário foi criado em função da nova ponte, que tem 438 metros de comprimento e quatro faixas de rodagem.

As duas pontes ficam no eixo rodoviário da estrada 100 que liga país de Norte a Sul. O movimento rodoviário nas estradas 100,250 e 260 é intenso por de partirem de uma região com "várias infra-estruturas que impulsionam o desenvolvimento, como são os casos do Porto Comercial do Lobito e das indústrias de cimento e alimentares", lembrou Henrique Vitorino.

O presidente do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela PDIC, Samuel Orlando do Amaral, afirmou que o "Governo ao criar as infra-estruturas rodoviárias na região proporciona aos investidores porem em prática projectos".

A antiga ponte, de estrutura metálica com capacidade para suportar 60 toneladas, construída, em 1920, tem apenas um eixo rodoviário.

8.3 Distribuição de água melhora

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

O vice-governador provincial para Organização e Serviços Técnicos do Uíje, Nazário Vilhena Pedro Bomba, anunciou, o fim-de-semana, o melhoramento, em breve, dos serviços de captação e distribuição de água potável e energia eléctrica.

Nazário Vilhena Pedro, que fez o anúncio à imprensa, durante uma visita ao sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável à cidade do Uíje, adiantou:

"O Governo está a trabalhar para que a água chegue a cada cidadão, na área urbanizada".

O vice-governador manifestou-se preocupado por haver quem construa casa, de forma anárquica, na área do sistema de captação e distribuição de água "Há necessidade que todos participem na conservação, fiscalização e tratamento da zona onde está o centro de captação e tratamento porque à água é vida", exortou.

O centro de captação e tratamento de água do Uíje, cinco quilómetros a Norte da cidade, tem dois tanques

com a capacidade de bombagem, cada um deles, de 430 metros cúbicos, possuindo, além disso, três linhas de distribuição que abastecem a cidade e bairros periféricos.

8.4 Falta de centrais hidro-eléctricas condiciona construção de fábricas

Jornal de Angola 2 de Junho de 2009

O director provincial da Energia e Águas no Zaire afirmou, na sexta-feira, em Mbanza Kongo, que a implantação na região de unidades fabris "passa, necessariamente, pela construção de centrais hidroeléctricas em alguns municípios da província".

José Luís Amaro manifestou a opinião ao proceder ao balanço do sector energético da região, à luz da estratégia do Governo relançamento o sector industrial em todo o país.

O director provincial de Energia e Aguas disse que o "sistema actual de fornecimento de energia eléctrica à província do Zaire, assegurado por centrais térmicas, revela-se incapaz de atrair grandes investimentos no sector industrial" por causa dos "custos que acarreta aliados ao consumo excessivo de combustível".

"Existem projectos para a implantação, na nossa província, de fábricas de materiais de construção, de açúcar e de sumos", mas a materialização dessas ideias, frisou, "passam, necessariamente, pela construção de centrais hidroeléctricas", que assegurem esses empreendimentos, afirmou director.

José Luís Amaro afirmou que a industrialização não petrolífera da província do Zaire passa pelo aproveitamento do potencial hídrico da região, referindo que existem "projectos de construção, nos próximos tempos, de duas centrais hidro-eléctricas nos municípios do Kuimba e Nzeto, através do rio Mbridje, cujos estudos encontram-se em estado avançado".

Luís Amaro disse acreditar que, com a estratégia do Governo de apostar na diversificação da economia nacional, a província do Zaire pode, em breve, contar com centrais hidroeléctricas e com a recuperação do parque industrial.

O fornecimento de energia eléctrica nos municípios da província do Zaire, excepção ao de Nóqui, é assegurado por grupos geradores de pequena e média capacidades.

8.5 Fornecimento de água potável reforçado com mais fontanários

Jornal de Angola 3 De Junho de 2009

Fornecimento de água potável reforçado com mais fontanários.

Os bairros Comarca e 28 de Agosto, em Ndalatando contam, desde sexta-feira, cada um deles, com três chafarizes, com capacidade de 50 mil litros cúbicos, inaugurados pelo governador provincial, Henrique André Júnior.

A primeira fase do projecto enquadrado no programa do Governo "Água para Todos" - é concluída quando forem inaugurados os fontanários dos bairros Camundai e Sassa, e a segunda, com a construção de chafarizes nos bairros Kilamba Kiayi e Catome e Carianga.

O governador Henrique André Júnior lembrou que "foram instalados chafarizes em bairros, onde nunca existiu água canalizada", que "vão contar, também, em breve, com energia eléctrica".

O sob a José António Francisco disse que a população dos bairros Comarca e 28 de Agosto "apanhava várias doenças, como diarreia aguda, devido ao consumo de água imprópria".

"Tenho a certeza que isso agora vai diminuir" afirmou.

8.6 Obras nas estradas em longa derrapagem

Jornal De Angola 3 de Junho de 2009

O mesmo acontece com os troços rodoviários entre Menongue e a sede municipal do Cuito Cuanavale (um percurso de 188 quilómetros), Menongue e Kueley (76 quilómetros) e Menongue até a comuna do Caiundo (cerca de 144 quilómetros).

Na mesma situação estão os pouco mais de 16 quilómetros de estradas do casco urbano da cidade de Menongue, em que além das placas com os dizeres "Zagope, trabalhos na estrada", "Reduza a velocidade, homens a trabalhar", "Atenção desvio", ou ainda "Entrada e saída de máquinas", os trabalhos andam a passo de camaleão.

Face ao estado nas obras, os buracos, a cada dia que passa, estão a multiplicar-se em todas as estradas, uma situação que tira o sono aos automobilistas, obrigados a circular aos ziguezagues para se desviarem dos obstáculos.

As obras das ruas de Menongue

Vários são os comentários que circulam sobre a falta de melhoria das estradas do Kuando-Kubango. Alguns habitantes chegam a dizer que "a província está amaldiçoada", aludindo ao facto de no tempo colonial e nos primórdios da independência do país a região ser conhecida como "terras do fim do mundo".

Nos seus desabafos a população e os automobilistas, em particular, atiram-se contra tudo e todos. Os profissionais da comunicação social não têm sido poupados. "Os jornalistas do Kuando-Kubango não estão a fazer nada, porque senão o Governo central já se teria apercebido e tomado as devidas providências", comentam.

São comerciantes, vendedores ambulantes e pessoas singulares que, pelos mais diversos motivos, se deslocam para o Kuando-Kubango e lamentam o facto de a maior parte das estradas do país estar a conhecer melhorias substanciais e nesta região as mesmas continuarem cada vez piores.

O Jornal de Angola saiu à rua e tentou ouvir, dos principais actores envolvidos na reparação das estradas, as razões que fazem com que as vias da província continuem em péssimo estado, apesar das empreitadas terem sido entregues há pouco mais de três anos.

O relógio assinalava 11 horas e 30 minutos, quando a equipa de reportagem parte em direcção aos estaleiros da Edifer, situados a cerca de seis quilómetros do centro de Menongue.

A intenção é ouvir, uma vez mais, do director de obras da construtora, sobre o motivo da demora que se regista na asfaltagem das estradas. João Rigueira, com bom humor, recorre a um dossier sobre as obras e convida o repórter para a sala de reuniões do imponente complexo da empresa. Comedido nas afirmações, o director de obras da Edifer justifica o atraso na execução das obras com o facto de o Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), na qualidade de dono da obra, ter decidido alterar o projecto à última hora.

A título de exemplo, disse, para as estradas nacionais (EN) o projecto previa, inicialmente, um revestimento superficial duplo de betão betuminoso, mas, à última hora, o INEA alterou para uma camada de desgaste de betão betuminoso com cinco centímetros.

Esta situação forçou a Edifer a renegociar o projecto, porque "para o revestimento superficial duplo usa-se um tipo de equipamento e para a camada de betão betuminoso de cinco centímetros outros. A empresa já gastou avultadas somas a fazer chegar estes

equipamentos ao Kuando-Kubango", afirma o director da Edifer.

Em relação às ruas da cidade de Menongue, as obras não começaram por não se ter chegado a consenso como INEA, nas negociações sobre a Rua 1ª de Maio, sobre onde devem começar os trabalhos de aplicação das valas de drenagem.

No Kuando-Kubango Edifer tem a responsabilidade de asfaltar 75 quilómetros de estrada de Menongue ao Kueley, no limite com a província do Bie, 85 quilómetros até ao Longa e 6,5 quilómetros das principais ruas de Menongue.

Se a Edifer acedeu falar para o nosso jornal, sorte igual não tivemos com a Zagope, que preferiu escudar-se no silêncio repórter do jornal de Angola utilizou todas as vias possíveis, desde deslocações aos estaleiros a telefones, para obter a posição dos responsáveis da construtora brasileira. Mas não foi possível. Seguiu-se um jogo de "o engenheiro de obras não está", "o director-geral está viajando fora de Angola"...

8.7 Kwanza-Sul tem novos autocarros para serviços urbanos e municipais

Jornal de Angola 3 de Junho de 2009

A província do Kwanza-Sul tem, desde ontem, 103 novos autocarros para transporte de passageiros a nível urbano e intermunicipal, postos a circular no âmbito do programa do Governo de melhoria e aumento da oferta dos serviços sociais básicos às populações.

A cerimónia decorreu nas instalações do governo da província, na Marginal da cidade, ante a presença do governador, Serafim Maria do Prado, de vice-governadores, membros do governo, autoridades. Tradicionais, entidades religiosas e representantes da "Sociedade civil.

Os autocarros, de 36 a 50 lugares, destinam-se a quatro operadoras da província, Sociedade de Exploração e Gestão de Transportes (SOEGT Lda.), Cooperativa de Transportes em Automóveis Cooperativo, Lda.", Libonense LBMJ.

Com a entrada em circulação dos autocarros, são criados 500 postos de trabalho, entre motoristas, cobradores, supervisores e mecânicos.

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, que presidiu à cerimónia, realizada no Sumbe, na avenida Marginal, afirmou que a entrega dos autocarros "é a sequência de um conjunto de acções que o

Governo vem desenvolvendo para responder às necessidades das populações".

"O que o Governo pretende não é apenas angariar receitas, mas, também, produzir resultados animadores risos seio das P2 Populações, Silva Tomás, que se fez acompanhar da vice ministra dos Transportes, Carla Ribeiro de Sousa e de membros do seu gabinete; pediu aos operadores que criem meios para a manutenção dos autocarros.

O ministro lembrou que a entrega de autocarros faz parte de um "programa de abrangência nacional", que vai criar cerca de mil postos de trabalho, a nível das 18 províncias.

O programa já beneficiou as províncias de Luanda, Benguela, Lunda-Norte e Lunda- Sul.

O governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim Maria do Prado, que prometeu apoiar os operadores na criação de condições para assegurar a manutenção técnica, disse que a mão-de-obra vai ser feita com 9 recrutamento de jovens, aguardavam por emprego.

A província do Kwanza-Sul, que possui 12 municípios e 36 comunas; dispunha apenas das operadoras SGO e Intersul, que faziam a ligação entre o Sumbe e Seles e Amboim-Gabela.

8.8 Canjala uma sanzala no meio da cidade

Angolense 27 a 04 de Junbo de 2009

Depois de passarmos pela vila de Cacuaco entramos na rua da Igreja e seguimos sempre em frente até chegamos ao bairro do Embondeiro, postos lá, perguntamos a onde fica a Canjala, seguimos as explicações e depois de dez minutos percorrendo uma via de terra batida alcançamos o bairro.

Continuamos a nossa marcha a pé porque não é possível percorrer de carro o embrenhado de casas que conformam o bairro. Entramos no beco que liga a via ao bairro. Ao longo do percurso nos deparamos com algumas casas de chapas e quintais fechados com arame ou lençóis. As casas estão colocadas de forma desorganizada, não permitindo grandes espaços para passagem, senão entre becos e um na frente de outro.

Segundo alguns moradores, antes naquele espaço havia uma fazenda, mas devido ao conflito armado muitos refugiados encontraram naquele espaço a oportunidade de construir as suas casotas para poderem se proteger, com o intuito de depois da guerra voltar as

suas origens Elisabeth Pires, de 36 anos, disse que vive na Canjala há quatro anos e ainda não se acostumou com o facto de naquele bairro não existir o conceito de ruas. As casas são divididas por becos.

"A que vivemos com muitas dificuldades, estamos há quatro anos sem energia, por vezes a pessoa tem algum dinheiro, mas como não consigo guardar os frescos sou obrigada a ir todos os dias para o mercado e como os preços a retalho são mais caros, acabamos por passar fome", lamentou.

A fonte que temos vindo a citar explicou também que vive num anexo de um quarto e sala com os seus três filhos. Toda a família é obrigada a defecar ao ar livre. "A que não temos quarto de banho. Antes defecávamos nos capins, mas a medida que o bairro foi crescendo as zonas livres foram preenchidas, aí passamos a fazê-lo dentro de casa e só despejávamos as fezes no lixo, mas agora alguns vizinhos fizeram alguns quartos de chapas que estão a ser usados como quarto de banhos colectivos, pode-se tomar banho a vontade, mas para defecar é preciso levar uma lata ou jornais, fazer e depois ir despejar", contou, para em seguida acrescentar que estão cansados de viver daquela maneira. "Queremos que o Governo olhe um pouco para o nosso sofrimento", apelou.

Devido a falta de saneamento básico, Elisabeth contraíu uma infecção nos pulmões, o que lhe impede de poder garantir o sustento dos seus filhos. Para sobreviverem são as crianças que trabalham sob sua coordenação. "O rapaz de 10 anos acarreta água, compramos no chafariz, uma banheira custa cinco Kwanzas, embalamos durante a noite e a menina de 7 anos zunga a partir das seis horas, cada saco de água vendemos a dez Kwanzas e assim temos sobrevivido", contou.

À medida que fomos seguindo com a nossa visita outros moradores mostraram interesse em falar conosco. Maria Domingos, anciã de 60 anos, disse que o que mais a incomoda no bairro são os roubos frequentes.

"A que há muitos bandidos, essa área como é tipo uma sanzala, os vizinhos, quando alguém está em casa ou não, aproveitam para roubar o pouco que temos. Roubam galinhas e dinheiro", contou.

A anciã explicou que a sua casa já foi assaltada duas vezes, levaram dinheiro, banheiras e até roupas. Recorreu a polícia, mas até hoje nem os bandidos foram presos, nem lhe devolveram a suas coisas. "Como essa sanzala é muito fechada os agentes da polícia não con-

seguem entrar aqui", frisou. É o que se pode chamar de uma terra sem lei.

Aos 60 anos Maria Domingos tem preocupações a dobrar porque sente que no bairro as velhas serem desprezadas e tidas como feiticeiras. "Aqui não há respeito, nós as velhas somos desprezadas, as nossas filhas as vezes passam por nós e nem nos saúdam e quando criticamos ainda querem nos chamar de feiticeiras", reclamou.

Segundo apurámos, alguns bandidos da cidade fogem para aquele bairro quando perseguidos pela polícia. "Os membros do grupo denominado Babilónia Squad ficaram escondidos aqui durante muito tempo e como eles há vários outros que vêem sempre que são procurados pela polícia, explicou um rapaz que preferiu falar sob anonimato.

O maior problema apontado pelos moradores do bairro o facto de não existir escolas nem hospitais na sanzala. Chana Monso, de 15 anos, lamenta que para poder estudar é obrigada a se deslocar até a Vila de Cacucaco. "Nem sempre a mãe tem dinheiro de táxi para me dar, sou obrigada a ir a pé, quando regresso para casa o corpo fica cansado e nem me dá mais vontade de voltar à escola, por vezes nem consigo assimilar. Será que o Governo não pode colocar pelo menos uma escola aqui?" interrogou.

No final, Chana lamentou o facto de não terem nenhum espaço de recreação, onde os jovens e adolescente podiam se distrair um pouco. "Fomos totalmente esquecidos, não temos nada, nem teatro, discoteca, jardins, nada, não há nada!", lamentou.

8.9 Automobilistas com poucas estradas alternativas

Novo jornal 05 De Junho de 2009

DEVIAM SER OBRAS prioritárias para as administrações, mas por enquanto nem os cinco milhões de dólares do fundo criado pelo Governo para ser atribuído às administrações municipais para intervenções locais têm servido para melhorá-las.

As estradas terciárias, secundárias ou alternativas estão na sua maioria danificadas o que tem obrigado, normalmente, os automobilistas a circularem nas estradas principais com receio de estragar o automóvel. É o caso de Noé Dias, residente no bairro do Prenda.

"Se as estradas do Prenda estivessem em condições de passar perfeitamente por elas, usava-as, mas como não estão prefiro apanhar sempre a estrada principal da

Samba para não sacrificar o meu carro", disse o automobilista, que adiantou ser urgente a melhoria destas vias para evitar os engarrafamentos.

Mas para alguns taxistas como é o caso de Wiwa, que funciona na via da Samba, as estradas mesmo em mau estado ainda servem para "mbaiar", linguagem usada pelos candongueiros quando fogem de obstáculos ou do tráfego nas estradas. "Não temos alternativas. "Quando quero um dinheiro extra utilizo essas rotas. Os clientes também preferem chegar mais rápido", explicou.

Essas rodovias são vistas como uma solução para a redução dos engarrafamentos como mostrou um estudo da KPMG, publicado na edição n° 70, 22 de Maio, do NJ. A análise diz que as intervenções nas estradas devem ser feitas em duas dimensões: a nível local pelo Governo Provincial de Luanda e nacional pelo Ministério das Obras Públicas.

Já o cronista do NJ António Rodrigues Paulo, na edição n° 71, 29 de Maio, escreveu que as obras no país andam a duas velocidades: a velocidade das obras de dimensão nacional, que têm sido feitas de forma mais célere, e a velocidades das obras locais, lentas e sem previsão de término.

O cronista António Paulo exemplifica a lentidão com as obras que estão a decorrer na Rua da Sassasa, Kassenda, onde vive, um troço de trezentos metros que, segundo adianta, tem demorado muito tempo para ser reabilitado. "Por que razão a reconstrução local é mais lenta?" questiona o articulista.

Segundo ele, "as nossas administrações locais estão a contrariar as teoria escolares de resolução, no reforço institucional dos serviços que estão mais próximos das populações" e acrescenta: "É curioso, parece que as coisas pioraram desde que os municípios começaram a gerir cinco milhões de dólares, cada" Administrações Municipais esperam Verbas de 2009.

No ano passado cada Administração Municipal recebeu cinco milhões de dólares no âmbito do Fundo de Apoio à Gestão Municipal, aprovado em Fevereiro de 2008 pelo Governo. Agora, elas aguardam que se termine a indefinição e sejam atribuídas novas verbas.

Segundo apurou o Novo Jornal, nesta altura algumas máquinas atribuídas às administrações pelo Governo Provincial de Luanda estão avariadas por falta de peças para substituir as antigas.

Dos municípios da capital, o Rangel está entre o mais

precários. Estradas que poderiam ser alternativas estão intransitáveis e obras demoram a terminar. A Rua da Vaidade e a do Alentejo são exemplos do mau estado das vias com águas paradas e grandes volumes de lixo em exposição.

No Sambizanga, este semanário soube que para além do mau estado dos meios está quase tudo à espera do projecto de requalificação do município. Já na Maianga, a zona dos lotes do Prenda, a Rua da 8a esquadra e muitas outras, por onde a nossa reportagem passou, que podiam desafogar o tráfego da estrada da Samba, estão em mau estado.

Em Viana muitas das vias, secundárias e terciárias, remontam ao tempo colonial e há muito tempo que não beneficiam de obras. O péssimo estado em que se encontram e a falta de uma rede de esgotos limita a intervenção da administração, segundo disse ao NJ uma fonte da instituição. EDJAÍL DOS SANTOS

8.10 Saneamento Continua problemático

Semanário Factual

De 29 de Maio a 05 de Junho de 2009

O saneamento básico continua a ser um problema para os moradores da periferia de Luanda, devido ao fluxo de lixos e água parada nas ruas que se tornam uma fonte iminente de doenças, situação que tende a agravar-se devido às obras que estão a ser levadas a cabo por algumas empreiteiras. Devido a escavações efectuadas em algumas vias da periferia, as operadoras de recolha do lixo encontram dificuldades para desempenhar as suas funções, o que causa um amontoado de resíduos não perecíveis. Esta situação tem preocupado tanto os moradores como as operadoras que recolhem o lixo.

Numa ronda efectuada pelo Factual a alguns municípios periféricos da cidade de Luanda, como Cazenga, Sambizanga e Rangel, foram notáveis as condições precárias que vivem os moradores destas circunscrições no que toca ao saneamento básico.

Pela interrupção das obras na comuna da Terra Nova, no município do Rangel, o sistema de esgotos das águas residuais e fluviométricas ficou totalmente entupido, facto que origina a inundação de algumas vias.

Ainda no município do Rangel a situação é preocupante na rua onde se encontra localizado o centro recreativo Kilamba. A rua encontra-se completamente inundada

pela água oriunda das fossas rebentadas de vários edifícios. A água, já esverdeada, causa mau cheiro bem como se torna numa fome iminente de doenças.

A moradora Dona Marta Silveira falou ao Factual que a situação nesta rua já dura há algum tempo. Em muitos destes edifícios as fossas estão cheias mas os moradores não se preocupam em procurar meios para as desentupirem, eles fingem que nada acontece e por fim dizem que a culpa é do Governo".

No município do Cazenga, a grande dor de cabeça tem a ver com o fluxo de lixo e água em várias ruas. João Domingos, morador da comuna do Tala-hady falou que a situação piorou quando as empresas construtoras começaram a trabalhar, pois várias vias tiveram que ser fechadas o que provocou o acumulo de lixo e de água. Esta quadro também é vivido pelos pacientes que ocorrem ao Centro Médico do Asa Branca, onde foi possível constatar lixo e água parada a três metros da unidade hospitalar.

A paciente Esperança Chituka afirmou que "é muito preocupante o que se está a passar. Nós viemos de casa com uma enfermidade e corremos o risco de sair do Centro pior do que entramos. O acumulo de lixo e de água em frente ao Centro causa mau cheiro e cria muitos mosquitos, visto que a unidade sanitária não tem quase condições nenhuma, pelo que somos obrigadas a conviver com o lixo e mosquitos", desabafou a paciente.

Por sua vez, a jovem Sandra Medina considerou que os causadores do precário saneamento em alguns pontos de Luanda têm muito a ver com as empreiteiras que não terminam as obras e não criam um sistema para colmatar as consequências que podem surgir ao longo das vias. A jovem fez menção ainda ao comportamento de alguns moradores que não se preocupam com o meio onde vivem.

O município Bernardo Samuel opinou que "O saneamento básico é a forma ideal para se evitar enumerar doenças em qualquer sociedade, mais a situação que se vive hoje em Luanda é muito preocupante, visto que a maioria das doenças que assolam a nossa cidade é provocada principalmente pela não extinção do lixo a céu aberto, bem como a não eliminação da água em muitas zonas da capital.

8.11 EPAL e empreiteiras repartem culpas pela falta de água

A Capital 6 de Junho de 2009

A indignação perante a falta de água em suas casas é justificada com o lento funcionamento dos chafarizes distribuídos pelo município do Kilamba Kiaxi. E para piorar a situação, as pessoas postas, não se sabe por quem, a gerir os chafarizes, se deram ao luxo de pô-los a funcionar só quando lhes apetece.

Os populares queixam-se que os funcionários dos chafarizes se dão ao desfrute de intercalar os dias de trabalho por semana, simplesmente porque acham ser cansativo trabalhar a tempo inteiro. No horário imposto pelos supostos trabalhadores dos chafarizes, o fornecimento de água à população só é feito em três dias, os restantes são consagrados ao repouso dos mesmos.

Nesses dias em que os «poderosos» homens do chafariz descansam, os utentes são forçados a recorrerem a outros meios para obtenção de água. «Temos que sofrer pelo capricho deles. Mesmo com os fontanários temos que percorrer muitos quilómetros a procura de água», desabafou uma moradora.

Mas, antes mesmo da construção dos chafarizes, muitas casas do bairro Palanca tinham água corrente. Entretanto, começaram a registar-se cortes permanentes, mediante o envelhecimento da tubagem de distribuição de água. «Já não sabemos o que é ter água a jorrar nas nossas torneiras, faz tempo. «As torneiras estão secas», lamentou Gelson, outro morador do Palanca.

O que os moradores não entendem é que, sendo os chafarizes bens públicos e, como tal, sob tutela do Governo, porque é que são os simples operadores dos mesmos a ditarem as regras e não a Administração municipal.

«Desde quando é que dois homens põem em causa a vida de milhares de pessoas só por estar cansado, quando há por aí tanta gente à procura de emprego?», interrogou-se, agastado, um ancião.

Apesar de a Empresa Provincial de Águas de Luanda, EPAL, descartar responsabilidades no caso, como nos adiantou o seu porta-voz, Dilson Cunha, que por sua vez culpa os empreiteiros das obras em curso, facto é que o sofrimento da população não se compadece com desculpas permanentes.

Se, na verdade, o que se passa no Palanca tiver a ver com as obras em curso ao longo, sobretudo, da Deolinda Rodrigues, então as responsabilidades" transcendem à EPAL e recaem ao próprio Governo central e, por tabela, ao Governo da Província de Luanda, que

não fazem os empreiteiros honrar os prazos para conclusão das obras.

Se as obras em curso nesta zona continuarem encalhadas como estão há mais de dois anos, é o mesmo período que vai durar o sofrimento da população ali residente, sem que as autoridades competentes tomem as devidas medidas.

8.12 Falta de água, realidade crónica em Luanda

A Capital 6 de Junho de 2009

O Presidente do Conselho de Administração (PC A) da EPAL, António Belsa da Costa, anunciou estar em curso a construção de cinco novos centros de distribuição de água, para mitigar a carência deste bem em muitas zonas de Luanda.

Uma das áreas a beneficiar-se dos centros de distribuição de água em vista, segundo o PCA da EPAL, será, de entre várias, a do Lar do Patriota, onde a rede da EPAL ainda não chegou.

De acordo com a fonte, o centro de distribuição dos Mulenvos de Cima cobre as novas urbanizações que foram surgindo ao longo dos anos, enquanto o centro de distribuição do Projecto Morar, calculado para um número determinado de residências, vê-se agora insuficiente ante o aumento do número do consumo.

Mesmo assim, António Belsa da Costa considera que a distribuição de água na província de Luanda começa já ganhar novos contornos e tornou-se mais regular com a contemplação de novas áreas e dos centros de distribuição que funcionam 24 horas ao dia.

Referindo-se a qualidade da água, o PCA da EPAL frisou que, actualmente, ele é inquestionável, excepto nas áreas em que existem troços obsoletos devido a presença de pântanos, sobretudo por detrás dos prédios.

O responsável referiu ainda que as ligações clandestinas e as acções de vandalismo são as causas da falta de água em municípios como o Cazenga, acrescentando que em Viana, a escassez deste bem é resultante da grande movimentação de pessoas e existência de novos bairros, alguns em condição ilegal.

Estatísticas da EPAL apontam que dos 222 bairros que Luanda tem 89 possuem redes de distribuição.

Quanto aos fontanários, o Cazenga, município mais populoso de Luanda, tem 154 de entre os quais, 120 operacionais. A Ingombota tem 32 fontanários, 28

destes estão operacionais e quatro inoperantes. Viana, com 114 fontanários tem apenas 96 em funcionamento, enquanto Cacucaco com 281 fontanários, tem 224 operacionais.

Espera-se, no entanto, que, com a entrada em acção dos novos centros de distribuição, os chafarizes degradados beneficiem e comecem a jorrar água, não obstante o facto de o PCA da EPAL não ter avançado prazos para a efectivação dos projectos.

8.13 Governo e União Europeia levam água às zonas de pasto

Jornal de Angola 6 de Junho de 2009

Um montante de 330 milhões de kwanzas está a ser aplicado na criação de condições para garantir melhor acesso à água nas zonas de pasto para as comunidades de pastores das províncias da Huíla, Namibe e Cunene, com o projecto "Transumância", do Governo angolano, em parceria com a Comissão Europeia, entidade financiadora.

A informação foi divulgada, no Lubango, em comunicado de imprensa, pela coordenação do projecto, a propósito de um seminário de capacitação que decorre no município da Chibia.

O seminário, que hoje termina, é dirigido a 20 líderes das comunidades de pastores e técnicos veterinários seleccionados nas brigadas de água nos municípios dos Gambos, Chibia, Cahama e Bibala.

Segundo a nota, o seminário tem como componentes específicas a elaboração de um sistema de gestão para o uso sustentável das pastagens, acesso aos pastos nos corredores de transumância, instalação de infraestruturas e formação de grupos comunitários de água e saneamento.

A coordenação do projecto sublinha que o seminário é uma oportunidade para "conduzir uma reflexão sobre metodologias específicas, na base da experiência dos formadores e participantes". Outra vertente do projecto tem a ver com a "melhoria das capacidades dos técnicos dos serviços veterinários e membros das administrações municipais para elaborar diagnósticos nas comunidades e contribuir para elevar as capacidades dos criadores de gado". O comunicado salienta que o projecto concebido pelo Governo angolano, em parceria com a Comissão Europeia, tem como objectivo minimizar os efeitos da seca nas áreas de pasto.

8.14 Electricidade volta a iluminar Calumbo

Jornal de Angola 9 De Junho

Sinais de alegria cobrem o rosto dos cidadãos residentes em Calumbo. A razão é muito simples: depois de 34 anos às escuras, a energia volta a iluminar as ruas e residências da aldeia.

O Governo instalou um gerador de 250 Kva, cujo funcionamento é racionalizado das 08 às 21 horas, devido a carência de combustíveis e ao fraco poder financeiro dos próprios consumidores. Carlos Victor Luís "Makutu", sob a da aldeia, fez saber que o fornecimento de energia depende de uma contribuição financeira dos consumidores locais.

"Embora não esteja ainda definida uma taxa de pagamento mensal, até agora, cada um dos consumidores contribui de acordo com as suas possibilidades. É com esses valores que nós cuidamos da manutenção do gerador, para além de o abastecermos", disse.

Quanto ao fornecimento de água, foram construídos seis chafarizes na localidade.

Calumbo tem uma população estimada em 3.316 habitantes espalhados pelas quatro subdivisões que compõem a localidade, nomeadamente Sassa, Quissamba, Zunga e Cabari. No único posto médico em funcionamento, apenas um enfermeiro lá se encontra a trabalhar.

O soba de Calumbo, Carlos Victor Luís "Makutu", disse que são necessários mais três enfermeiros, e pelo menos um médico, para que a assistência médica na localidade seja melhorada.

Em Calumbo existe um outro posto médico, construído na época colonial, que, nesta altura, apresenta níveis de degradação bastante avançados. A infra-estrutura, em estado de abandono, serviu os habitantes durante várias décadas. O soba Makutu apela ao governo no sentido de investir fortemente na reabilitação do mesmo, para que os problemas de saúde em Calumbo melhorem consideravelmente.

Carvalho Monteiro Finda, o único enfermeiro em serviço, disse que em Calumbo faltam medicamentos, ambulâncias e um laboratório de análises clínicas, para além de mais técnicos de saúde e, pelo menos, um médico.

"Por falta de ambulância, muitas vezes os doentes em estado grave, quando os familiares não dispõem de meios financeiros para alugar uma viatura, são levados em tipóias ou cadeiras de fitas até ao hospital

provincial, distante cerca de 15 km da sede de Calumbo", referiu o enfermeiro Finda.

Segundo a fonte, no posto médico, a população beneficia dos serviços de consultas pré-natal, puericultura e de medicina geral. Carvalho Finda informou que as análises são feitas de forma sintomatológica, pelo facto de não haver um laboratório de análises clínicas. O paludismo, a diarreia e as tosses são as doenças mais frequentes.

O enfermeiro reconheceu que a população local já perdeu o hábito de levar as crianças ao tratamento tradicional. "Há uma frequência considerável de mulheres no posto de saúde, demonstrando isso uma grande preocupação pela saúde dos seus filhos", frisou.

Apesar dos medicamentos serem distribuídos gratuitamente à população enferma, Carvalho Finda fez saber que os mesmos chegam a conta gotas" ao posto de saúde.

Trinta e quatro professores, distribuídos em quatro escolas do primeiro ciclo, asseguram o ensino na localidade. Mas o soba Carlos Victor Luís "Makutu" fez saber que o número de professores ainda não é o desejado. A aldeia necessita de mais seis professores para que haja uma cobertura total.

Os habitantes de Calumbo vivem essencialmente da agricultura. A aldeia já foi considerada uma das maiores produtoras de banana na região. A localidade tomou-se famosa, tendo em conta que, anos atrás, a banana produzidas povoações o foram exposta numa das edições da Feira de Produção Nacional, que decorreu na Filda. A província do Uíje, na altura, conquistou um "Leão de Ouro".

A primeira cooperativa agrícola da província do Uíje foi criada em Calumbo, localidade onde foi instalada, ainda no período colonial, uma grande fábrica de descasque de café. De Calumbo saíam grandes toneladas de café, que iam para exportação.

Para além do café e da banana, os agricultores de Calumbo apostam no cultivo da mandioca, jinguba, feijão, milho, entre outros produtos. Presentemente os camponeses necessitam de meios de trabalho como enxadas, catanas, limas e carros de mão. O soba Makutu disse que a população precisa de moagens para moer o bombo e o milho.

Para além da agricultura e da pecuária, não se faz mais nada em Calumbo. Não existem locais de lazer na localidade. Nos finais de semana a aldeia fica completamente deserta. A maioria dos jovens desloca-se à cidade

do Uíje à procura de diversão.

A reportagem do Jornal de Angola apurou, no local, que há um elevado índice de gravidezes precoces. As meninas engravidam geralmente a partir dos 13 anos de idade. De forma irónica, alguns jovens da aldeia disseram que o mal avo (bebida extraída do bordão ou da palmeira), o futebol e o namoro, são as únicas formas de diversão que realizam nos tempos livres.

8.15 Chafarizes danificados por populares

Jornal de Angola 10 de Junho de 2009

O chefe de repartição da área técnica do município do Sambizanga acusou, na terça-feira, "alguns indivíduos de danificarem torneiras dos chafarizes públicos, apelando aos munícipes que cuidem dos bens públicos.

Dos 66 chafarizes construídos nas comunas do Sambizanga e Ngola Kiluanji, disse Agostinho Silva, 16 "foram danificadas pelos próprios moradores".

No âmbito do projecto do governo provincial "Água para todos", prevê-se, para breve, a extensão da rede pública de distribuição a todos os bairros.

As construções desordenadas nas comunas do Sambizanga, frisou Agostinho Silva, têm dificultado o trabalho dos técnicos que procuram encontrar vias de escoamento das águas residuais, junto dos chafarizes.

A população da comuna do Ngola Kiluanji consome água potável dos chafarizes e reservatórios plásticos abastecidos diariamente por camiões cisternas. Das três comunas do município, apenas a do Ngola Kiluanji está sem rede de canalização de água.

8.16 Os chafarizes danificados no Sambizanga

Jornal de Angola 10 de Junho de 2009

A notícia, que publicamos na página ao lado, sobre os chafarizes danificados, no município do Sambizanga, trouxe-me à memória o caso passado, às portas de Luanda, que me foi relatado por, amigo de confiança.

Ainda antes da implantação do projecto "Água para todos", o Governo instalou um chafariz na localidade para gáudio natural da população. Mas, a alegria foi sol de pouca dura. Comerciante desonesto imitando confrades da época colonial, encarregou-se de o danificar depois de ter feito a ligação do fontanário para a tasca.

A água passou a ser um dos seus negócios mais chorudos. Vendia o que não comprava. Lucro a 100 por cento, sem investimento algum. Os anos passaram-se, a conta bancária do biltre aumentava. Há relativamente pouco tempo, as autoridades acabaram-lhe com a mama, devolveram a água à população. O patife não aguentou, a raiva mexeu-lhe com o coração e ai, ai, caiu de cama. Não sei se morreu, se já se levantou. De uma coisa estou certo: não vende água. De certeza absoluta.

JÁ BASTICA

8.17 Abastecimento de água a Luanda com novos centros de distribuição

Jornal de Angola 11 de Junho de 2009

A província de Luanda vai dispor, a partir do início do próximo ano, de cinco novos centros de distribuição de água, revelou, ontem, o chefe do Departamento de Comunicação e Imagem da Empresa Pública de Aguas da capital (EPAL), Dilson Cunha.

Dilson Cunha disse que os centros, cujas obras terminam no final deste ano, estão a ser construídos no Camama, Benfica 2, Pólo Industrial de Viana, Projecto Morar e Mulenvos.

"Acreditamos que no primeiro trimestre de 2010 os centros entram em funcionamento", disse.

Enquanto decorrem as obras de construção dos centros, a EPAL está a estender as redes secundárias e terciárias para fazer chegar a água às casas dos moradores das cinco zonas.

Dilson Cunha disse que as más condições de saneamento em determinados bairros pode impossibilitar a instalação das redes de distribuição de água em algumas casas. Nessas zonas a EPAL vai colocar fontanários

O responsável do Departamento de Comunicação e Imagem da EPAL garante que, depois da entrada em funcionamento dos cinco centros de distribuição, toda a população dos bairros próximos terá acesso à água potável em casa ou a partir de fontanários.

Além destas acções, a empresa está a reforçar o abastecimento de água a algumas zonas do Cazenga e a estender a rede para abastecer casas que até ao momento não têm água. O início deste trabalho depende da conclusão de um senso que vai identificar as residências sem água.

Dilson Cunha disse, ainda, que a EPAL prossegue com

o trabalho de substituição das redes em estado obsoleto: "Começamos por fazer a substituição das adutoras, que são as condutas maiores, que transportam água das estações para os centros de distribuição".

8.18 Melhor distribuição de energia eléctrica

Jornal de Angola 12 De Junho

A substituição da rede de distribuição de energia eléctrica é a principal preocupação do governo do Bié, disse a directora provincial da Energia e Aguas, Anabela Caiovo.

A iluminação pública, através da rede de distribuição de energia eléctrica, é escassa, por isso, para suprir essa falta, referiu, o governo pôs em funcionamento mais grupos geradores.

Anabela Caiovo lembrou, que os programas concebidos pelo Governo, para as sedes capitais e provinciais são, da responsabilidade do Ministério da Energia.

A directora provincial da Energia e Aguas recordou, também, que se estão a instalar postos de luz nas principais artérias.

8.19 Água potável chega aos bairros

Jornal de Angola 12 De Junho

Os bairros Comarca e 28 de Agosto, em Ndalatando, têm, desde o final da semana, cada um deles, três chafarizes, com capacidade de 50 mil litros cúbicos.

Estes fontanários chafarizes com a capacidade de 50 mil litros cúbicos. Estes fontanários fazem parte do programa do Governo "Água para Todos", cuja primeira fase fica concluída quando os bairros Camundai e Sassa passarem a dispor, também, de fontanários.

Numa segunda fase vão ser contemplados os bairros Kílamba Kíaxi, Catome e Carianga.

O governador da província disse, na inauguração dos chafarizes, que o Governo está consciente das dificuldades da população, em termos de abastecimento de água e energia eléctrica: "Dada a situação, estão a desenvolver-se esforços, para que as necessidades básicas deixem de ser preocupação".

"O mais importante é que foram instalados chafarizes em bairros, onde nunca existiu água canalizada e há já um projecto para fornecimento de energia eléctrica", acrescentou Henrique André Júnior.

O soba do bairro Comarca, José António Francisco, garantiu que a população sente os efeitos da paz, frisando que os moradores padecem de várias doenças, como diarreia aguda devido o consumo de águas retiradas das cacimbas. "Agora, tenho a certeza de que esse problema vai diminuir", disse.

8.20 Periferia de Viana sem água potável e energia eléctrica da EDEL

Semanário Angolense 5 a 12 de Junho de 2009

Os habitantes são obrigados a deslocarem-se para outros bairros, de modo a adquirirem o precioso líquido, pagando 50 a 100 kwanzas por cada bidão de 20 litros ou comprando uma cisterna de cinco mil litros por 12 mil kwanzas.

A moradora Zita Maqueleca afirmou que "não temos água desde que este bairro começou a nascer, a nossa vida foi sempre adquirir água pelas cisternas".

O jovem José Amara pediu que a EPAL se fizesse presente e canalizasse água potável ao seu bairro.

"O sofrimento é demais para as mulheres e crianças que, com bidões, baldes e bacias, saem à procura do precioso líquido, percorrendo grandes distâncias para obtê-lo a um preço barato todo o dia".

No que toca à energia eléctrica, é de salientar que os moradores da periferia de Viana vivem reclamando que adquirem energia dos PT's privados, acrescentando que "os donos dos PTs não deixam a EDEL aproximar-se para poder instalar energia fixa, porque assim perdem a clientela".

Este facto preocupa os moradores que desejam circular à noite, temendo assaltos e outros tipos de violência.

Zita Maqueleca fez saber ao Factual que "esta energia dos PT's não nos serve de nada, tanto mais que eles privam os trabalhadores da EDEL e somos obrigados a usar geradores porque não suportamos o vai e vem da energia" ..

"Mas mo assim estamos expostos aos perigos por causa da iluminação que não é muito frequente, e nem sempre temos dinheiro para comprar combustível", insistiu a moradora.

Para ela, "a delinquência esta em todo lado, mas aqui esta demasiado, porque ela vive e acorda connosco de-

vido ao vai e vem da energia eléctrica".

8.21 Mais desgraça para o Bengo

Folha 8 13 de Junho de 2009

Os residentes da província do Bengo, mais concretamente de Caxito, Catete e Bom Jesus, poderão ver acrescidos os seus problemas nos próximos tempos, em virtude de a responsabilidade do fornecimento de energia eléctrica ter sido atribuída à Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL), uma das menos produtivas do País.

A empresa (EDEL) da qual João Baptista Borges é presidente do Conselho de Administração (PCA) está praticamente falida, por esta razão tem sérias dificuldades de abastecer energia eléctrica à província de Luanda, deixando enfurecido o contribuinte, obrigado a pagar a quota mensal, apesar do consumo irregular.

No stock daquela organização gerida pelo actual vice-ministro da Energia, registam-se a falta de materiais considerados importantes e simples fusíveis. Para suprir a necessidade, como afirmam alguns funcionários, acorre à Luata, empresa que comercializa produtos eléctricos, às vezes através de crédito.

Face ao desmoronamento gradual da EDEL, o Estado terá injectado 200 milhões de dólares para a sua manutenção, beneficiou de um investimento chinês, no âmbito da parceria sino-angolana; mas a organização administrada por João Baptista Borges, vice-ministro da Energia, continua em "queda".

Os responsáveis máximos (constituintes do Conselho de Administração) da empresa responsável pela distribuição de energia eléctrica à província de Luanda, segundo denúncia de funcionários daquela unidade empresarial, preocupam-se mais com a compra de carros de luxos e casas nos projectos habitacionais.

Fala-se mesmo numa possível falência da EDEL, caso não seja revista ou reformulada a filosofia de gestão empreendida pelo Vice-ministro da Energia, João Baptista Borges, também presidente do Conselho de Administração da respectiva empresa. Apesar da ambivalência daquele responsável, a electricidade falta muito.

Tendo em conta a actual situação, a unidade empresarial especializada na distribuição de energia eléctrica conseguirá, dificilmente, satisfazer as necessidades das três regiões da província do Bengo (Caxito, Bengo e Bom Jesus), embora

demograficamente sejam pequenas, se comparadas com a capital de Angola.

Apesar da dimensão demográfica, a empresa gerida por João Baptista Borges está incapacitada de prestar serviços às outras províncias de Angola, face à forma como tem desempenhado a sua actividade na capital do País, onde tem mostrado toda a sua fragilidade organizativa e funcional ao longo dos 33 anos de liberdade.

Os populares residentes nas regiões de Caxito, Bom Jesus e Catete já vivem dificuldades, face à actual conjuntura socio-económica do País. Com a entrada em acção da EDEL, a situação tenderá a tomar proporções inquietantes, a julgar pelas razões acima referenciadas. Azar dos conterrâneos de Agostinho Neto.

Uma vez instalada a empresa chefiada pelo vice-ministro da Energia nas três localidades da mais nova província de Angola (Bengo), os residentes sofreram duros "golpes" e poderão descredibilizar o empreendido pelo Governo, no âmbito do programa de melhoria das condições de vida das populações.

Com o abastecimento de energia eléctrica, a maioria dos populares vai comprar aparelhos electrodomésticos, sobretudo arcas frigoríficas para conservar produtos perecíveis, em virtude de, actualmente, se optar pela aquisição de produtos perecíveis em grandes quantidades. Está é a fórmula doméstica encontrada, a fim de se economizar.

Quem pôr em prática a fórmula doméstica de maior uso na capital do País terá prejuízos avultados, porque não se deve confiar no trabalho moribundo da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL).

A propósito, como a EDEL conseguiu o direito de distribuir energia eléctrica à província do Bengo? Será por influência do vice-ministro da Energia, João Baptista Borges, presidente do Conselho de Administração da respectiva organização empresarial ou terá sido escolhida através de um concurso público? Seja como for, a opção pela EDEL é mais uma desgraça para a província do Bengo e os seus residentes.

8.22 Operadora promete melhorias na recolha de lixo no Rangel

Jornal de Angola 15 De Junho

O director técnico da operadora de saneamento Triambiente, Luís Filipe, garantiu, recentemente, à

Angop que a recolha de resíduos sólidos no município do Rangel, em Luanda, vai melhorar nas próximas duas semanas.

O responsável deu essa garantia quando justificava as razões que levaram a sua empresa a reduzir o ritmo na recolha do lixo naquela circunscrição. Argumentou que as fortes chuvas que caíram na capital do país, os buracos nas vias e as obras em curso na municipalidade criaram graves constrangimentos à frota da operadora.

Disse que o equipamento existente está a ser reparado e que vão investir em outros meios, de forma a melhorar a prestação no município.

Acrescentou que outro problema grave que se tem vivido na circunscrição está relacionado com os munícipes que não cumprem com os horários estabelecidos para depositarem o lixo nos locais indicados. Tal comportamento, disse, faz com que a operadora, em vez de recolher o lixo das 21h00 às 05h00, o faça 24h00 por dia, não sobrando às vezes tempo para a manutenção do meio.

A Triambiente é a operadora responsável pela limpeza e recolha de resíduos sólidos no município do Rangel, onde já exerce a actividade desde 2008.

8.23 Espanha financia construção de sistema de captação de água

Jornal de Angola 16 de Junho de 2009

O Governo da Espanha vai disponibilizar cinco milhões de euros para a construção de uma central de captação, tratamento e distribuição de água no município de Camacupa, 82 quilómetros a Leste da cidade do Kuito, província do Bié.

O administrador municipal de Camacupa, Afonso Jorge Assafe, disse que o projecto inclui a construção da rede de distribuição de água nas artérias da cidade e nos bairros periféricos, prevendo-se que venha a beneficiar mais de 70 mil pessoas.

O administrador sublinhou que os técnicos efectuaram recentemente a avaliação do rio que vai fornecer a água, bem como a zona da central de captação.

O administrador disse ainda que, no âmbito do programa de descentralização financeira, estão a ser construídos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em todas as comunas da localidade.

8.24 Banco africano de Desenvolvimento investe nas infra-estruturas básicas

Jornal de Angola 17 de Junho de 2009

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) investe anualmente cerca de 1,5 mil milhões de dólares americanos em instituições e operações de integração regional no continente africano para infra-estruturas básicas, afirmou o responsável do Departamento de Ligação e Parceria com as Comunidades Económicas Regionais em África da instituição bancária, Lamine Manneh.

Lamine Manneh assegurou que em cada dólar investido o BAD consegue, através de leasing, levantar três a quatro dólares suplementares. Adiantou que os 1,5 mil milhões de dólares americanos investidos pela sua instituição nas infra-estruturas dos instrumentos de integração regional em África permitem mobilizar entre 4, 5 mil milhões a 6 mil milhões de dólares americanos suplementares, que vêm aumentar o que foi investido.

Indicou que estes fundos continuam a ser insuficientes, já que as estimativas para as necessidades de África em investimento a nível das infra-estruturas, efectuadas pelo Consórcio Africano para as infra-estruturas, nos próximos 10 anos, atingem entre 40 e 80 mil milhões de dólares americanos destinados ao desenvolvimento das infra-estruturas básicas no continente.

O perito do BAD afirmou que estas enormes necessidades em investimentos foram agravadas pela actual crise financeira mundial, indicando que alguns parceiros financeiros que deviam investir em alguns projectos, retiraram-se devido à crise.

O responsável do Departamento do BAD de Ligação e Parceria com as Comunidades Económicas Regionais em África afirmou à PANA, em Trípoli, à margem da 11ª Cimeira da Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD), que a sua instituição instaurou em Março passado um Fundo de Liquidez de Emergência de um capital de 1, 5 mil milhões de dólares americanos.

Adiantou que o BAD adoptou ainda uma iniciativa de financiamento do comércio num valor de um bilião de dólares americanos para colmatar as desistências de algumas instituições financeiras dos projectos em execução em África. Citou igualmente neste quadro uma outra medida do BAD, tomada em princípios de Maio, durante a sua Assembleia Anual em Dakar em colaboração com os seus parceiros, ao mobilizar 15 mil

milhões de dólares americanos para ajudar África a ultrapassar esta fase de crise financeira.

Lamine Manneh indicou que, tendo em conta o custo exorbitante dos projectos de infra-estruturas básicas, o BAD criou um programa intitulado “Facilidade de Preparação de Projecto de Infra-estrutura”, através do qual o Banco concede, em colaboração com os seus parceiros bilaterais e multilaterais, facilidades com a concessão sob forma de doações de recursos aos países para financiar a preparação dos projectos de infra-estruturas.

8.25 Municípios exigem maior empenho das operadoras de limpeza

Semanário Factual 12 a 19 de Junho de 2009

Moradores dos bairros Sambizanga, Kilamba Kiaxi e Cazenga, solicitaram quinta-feira, 11, em Luanda, maior dedicação das empresas de limpeza, por causa da existência de excesso de resíduos sólidos em várias ruas dessas circunscrições.

Os moradores consideraram mau o trabalho efectuado pelas operadoras de limpeza, confinadas nesses municípios onde existem grandes aglomerados de lixo que atingem dimensões alarmantes.

8.26 Fornecimento de água melhora na Huíla

Jornal de Angola 22 de Junho de 2009

A água potável começou, pela primeira vez, a jorrar nas torneiras de dez fontanários construídos nas zonas rurais da província da Huíla, com a materialização do programa "Água para Todos".

O consumo de água potável preserva a saúde, com realce para as crianças, como foi reconhecido pelas mulheres mumuflas, que se associaram à inauguração dos sistemas de captação e fornecimento de água. Em Kapunda Kavi longo, Camana, Bata Bata, Missão Católica do Tchivinguiro, Manquipa e Kahole, a satisfação das mulheres é expressa com canções e danças típicas.

A mensagem das canções vincam a importância da água potável para beber, cozinhar os alimentos, tratar da higiene, produzir bebidas espirituosas e tratar da higiene.

As mulheres das aldeias prometem conservar os fontanários.

Água mais próxima

Panos de samakaka, missangas de várias cores e outros adereços típicos compõem o traje de Maria Kaholi. Tem o cabelo preparado com óleo de mumpeke e algumas partes do corpo bronzeadas com ngundi, um dos produtos derivados do leite extraído da vaca. Este gosto secular pelos usos e costumes das mumuflas despertou a atenção da comitiva que se deslocou às localidades - que distam mais de 60 quilómetros da cidade do Lubango - para a inauguração dos fontanários.

Maria Kaholi, residente na Camana, 91 quilómetros a Leste da cidade do Lubango, posou para os repórteres do Jornal de Angola. Ela agradece ao Governo por levar a água aos moradores. Explica que a água, para beber estava muito distante e, quando não tinha tempo para acarretar, preferia usar a água do lago ou da chuva para beber.

"Agora, estamos bem, porque ela já está próxima", diz Kaholi.

Morte por consumo de água imprópria

Em casa de Kaholi estava tudo bem, mas na casa de Catarina Tchilonga as consequências do consumo de água imprópria foram graves. Um adulto e uma criança morreram de diarreia aguda.

Catarina conta que teve sempre a paciência de percorrer longas distâncias para acarretar a água para beber.

"Para cozinhar podia ser a do lago, mas para beber tínhamos de ir buscar na nascente", diz.

Kaholi e Tchilonga estão, agora, felizes com o programa "Água para Todos, que está a atingir as localidades mais afastadas dos centros urbanos.

Prevenção de doenças

O director de Energia e Águas da Huíla, Abel Costa, afirma que mais de 40 mil pessoas residentes nas zonas rurais da província da Huíla já, estão a beneficiar do programa "Água para Todos", em curso desde há dois anos. Em algumas localidades, também foram construídas escolas do primeiro ciclo e balneários públicos.

Abel Costa informou que os quartos de banho públicos fazem parte do projecto "Huíla sem Defecação ao Ar Livre", lançado pelo governo da província com o propósito de eliminar os focos de dejectos nos bairros e prevenir doenças.

O projecto está orçado em 307 milhões de Kwanzas. O programa "Água para Todos" construiu 59 sistemas médios de captação, transporte e distribuição de água e furos com bomba manual, lavandarias e vedação dos espaços.

Os municípios com zonas recônditas que absorveram a maior quantidade de furos são o Lubango, com 26, Quipungo e Gambos, com 12 cada um. São as localidades com mais população e mais escassez de água.

O director de Energia e Águas da Huíla afirma que o programa está executado em 95 por cento e, para a sua conclusão, falta apenas a construção de quatro sistemas na Bata Bata, Kangolo e outras aldeias.

Melhor qualidade de vida A qualidade de execução do programa "Água para Todos", com alguns fontanários a possuírem dois sistemas alternativos de energia eléctrica, levou o Secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, a considerar positivas as acções na Huíla. Luís Filipe disse à multidão que se concentrou junto dos fontanários inaugurados: "Estão criadas as condições para que as mães, os papás e as crianças, sobretudo do meio rural, melhorem a qualidade de vida". E sublinha: "O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou que nos empenhássemos mais, para que toda a população do nosso país, não só das cidades, mas também do meio rural, pudesse ter acesso à água potável para garantir o bem-estar e mais saúde".

Crianças nas escolas

O governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos, aconselhou a população a enviar as crianças à escola, e não estarem sujeitas, exclusivamente, ao pasto do gado e actividades domésticas.

"As crianças devem ir à escola construída pelo Governo ou outros parceiros nas comunidades para fazer com que aprendam e, amanhã, ajudem a família a desenvolver ou solucionar os problemas", disse o governador.

Isaac Maria dos Anjos exortou a todos os beneficiários a conservarem os fontanários e estruturas de apoio, de modo a terem mais tempo de utilidade e possam servir mais pessoas.

Os equipamentos para perfuração de poços e captação de água subterrânea foram entregues pela associações "Marco Di Martino" e "Showa Gaspar" ao Secretário de Estado das Águas, Luís Filipe.

Entre os meios adquiridos pela associação italiana e angolana está um veículo capaz de se movimentar para longas distâncias, equipado com perfuradora e microscópio com ultra-laser.

O coordenador da Associação Marco Di Martino, Aldo Di Clemente, afirmou que a sua organização pretende dotar as equipas técnicas de meios modernos e apoiar o Governo angolano na solução das questões relativas ao

fornecimento de água potável.

8.27 Governo investe 300 milhões de dólares para garantir água potável às populações

Jornal de Angola 23 de Junho de 2009

O governo prevê investir, este ano, cerca de 300 milhões de dólares em projectos de abastecimento de água potável em zonas peri-urbanas e do meio rural, no quadro do programa "Água para Todos", anunciou o secretário de Estado das Águas.

Luís Filipe da Silva, afirmou, que só no meio rural, o investimento está avaliado em 120 milhões de dólares. Falando à margem da cerimónia de encerramento, da exposição sobre a Expo Saragoça/2008, que se realizou, no domingo, no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, o secretário de Estado adiantou, que o Governo vai, também, prestar particular atenção a algumas capitais provinciais em situação crítica, em termos de abastecimento de água potável, como as cidades do Lubango, Ondjiva e Namibe...

Luís Filipe Silva sublinhou, que Angola detém uma rede hidrográfica que comporta 47 bacias, um potencial hídrico considerável, que face à dimensão e à densidade populacional, o Governo procura gerir de forma integrada, numa perspectiva de longo prazo, sustentável e equilibrada.

Uma das preocupações do sector que dirige, referiu, consiste em "garantir certo equilíbrio entre as disponibilidades e a distribuição da água potável à população, enquanto elemento fundamental à vida, um bem precioso e insubstituível".

Gestão sustentável das águas

O secretário de Estado das Águas disse, que Angola mantém boas relações de cooperação com países da SADC, com os quais partilha algumas bacias hidrográficas, tendo em vista uma "gestão sustentável, racional, justa e equilibrada dos recursos hídricos".

Ao falar no encerramento da exposição, que retratou a Expo Saragoça/2008, em que Angola classificou-se em 4º lugar entre os mais de 110 países, que participaram do evento, o secretário de Estado esclareceu, que, a "nível da SADC, o país está a trabalhar em diferentes comissões bilaterais ou multilaterais", para uma "boa gestão desse importante recurso comum".

A nível do país, Luís Filipe da Silva disse, estarem em curso acções que visam, de igual modo, uma gestão racional dos recursos hídricos, que tiverall1 como ponto de partida a aprovação da Lei das Águas (lei

n06/02).

No domínio do abastecimento de água, apesar dos projectos desenvolvidos pelo Governo, enfatizou, ainda, existir uma parte significativa da população que não tem acesso à água potável em quantidades aceitáveis, sobretudo nas áreas peri-urbanas e rurais.

Para inverter a situação, referiu, o programa do Governo, para o período 2009/2012 impõe metas importantes, para os quais a Secretaria de Estado "vai trabalhar com base em projectos sustentáveis, concretos e realista".

A exposição sobre a Expo Saragoça 2008, que decorreu desde o dia 16, no Centro de Convenções de Talatona, serviu para apresentar os produtos expostos em Espanha e fazer a retrospectiva do evento.

A Expo Zaragoza, realizada de 16 de Junho a 17 de Setembro de 2008, decorreu sob o lema "Água e Desenvolvimento Sustentável":

8.28 Sanitários nas comunidades rurais

Jornal de Angola 25 de Junho de 2009

Os primeiros sanitários públicos, construídos no âmbito do programa "Huíla, Província Sem Defecação ao Ar Livre", foram entregues às comunidades de Cangolo, Manquipa, Caman, e Kapunda Kavilongo, no município da Chibia.

O programa é executado pelo sector de Águas e Saneamento da Huíla, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para desincentivar a prática da defecação ao ar livre.

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, enalteceu a iniciativa do executivo huilano por "prevenir as doenças que preocupam as autoridades provinciais e afectam a vida das populações.

O governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos, afirmou que a construção das casas de banho públicas é uma medida para proteger a população de doenças.

O lançamento dos sanitários públicos para as comunidades rurais foi realizado em simultâneo com a abertura de vários fontanários na Huíla, no quadro da dinamização do programa "Água para Todos", que abrange todos os municípios.

8.29 Vida e Saúde Dois Valores opostos...

Com uma população reduzida, a comuna; tende-se da estrada nacional n.º1 para dentro do latagal, onde pouco há a obter, a não ser o arvoredado e o capim abundante que a população recorre perante o alar do sol. Sem vida activa. Zenza do Itombe mantém -se estática, com o silêncio quase aterrador e pouco atractivo para quem gosta de movimento e acção. Mas, aí, tal não é possível, dada a localização e ao passado que marcou a comuna que em Agosto de 2001, nos estertores da derrocada da UNITA como movimento guerrilheiro, ex-effectivos seus e insurgiram contra a população da região de Zenza do Itombe, assinando os passageiros de um comboio que fazia o percurso com destino a comuna do Dondo, na província do Kwanza-Norte.

Este crime chocou a opinião pública nacional e internacional, porque foi uma acção que deixou marcas profundas nas famílias que perderam os seus entes.

Até hoje, a população do Zenza do Itombe "chora" por este hediondo crime que levou à morte de pelo menos 200 pessoas que viajavam no comboio.

Porém, como a vida não pára, os moradores tentam refazer o presente, a muito custo, porque nada têm para oferecer e pouco a receber, pois para eles o desenvolvimento passa distante, embora seja no Zenza do Itombe onde se encontra a estação da nova linha-férrea que vai ligar Luanda ao Kwanza Norte e a Malange, numa extensão de mais de quatrocentos quilómetros, no âmbito da cooperação chinesa.

É um projecto de vulto, reconheça-se, mas, embora servindo a população local, pouco impacto terá, a julgar pela agricultura inexistente, pela falta de rios, e, conseqüentemente, de peixes, o que leva os moradores a dependerem, na totalidade, de Luanda ou do Dondo, para poderem sobreviver.

O Factual esteve no Zenza do Itombe e falou com Domingos Kissanga, de 48 anos, administrador adjunto da comuna. Este, a pedido do jornalista, explicou que a designação da localidade é: Zenza (grilo) do Itombe (escuridão ou noite), Literalmente, portanto, significa gril2 na escuridão, na língua local Kimbundo.

A expressão foi utilizada há muitos anos, aquando da nascença da comuna, Sem luz eléctrica, a noite era muito escura e só perdia o silêncio quando milhares de grilos na mata entoavam a sua música irritante. Dai que o primeiro morador, cujo nome Domingos Kissanga disse não saber, decidiu então "baptizar a região com o nome de Zenza do Itombe.

O soba João António, de 54 anos, corroborou

Domingos Kissanga esclarecendo que Zenza do Itombe é rico em recursos minerais e rochosos, como burgau, mármore, cobre, ferro e manganês, denunciando que estes materiais da natureza são explorados por chineses, portugueses, angolanos e brasileiros.

Porém, acrescentou o soba João António, os moradores desconhecem o destino destes minérios porque não vêem nem sentem os benefícios pela sua extracção.

Com casas feitas de pau-a-pique e cobertas de zinco carcomido pelo tempo, Zenza do Itombe passa despercebido pelos que utilizam a via nacional n.º1. Ponto de referência de camionistas que no passado aportavam aí para pernoitar, Zenza do Itombe ganhou uma população heterogénea que se instalou da forma como pôde, construindo as suas casas sem ordem, no âmbito da política de povoamento levada a cabo pelo então regime colonial português. Sem recursos idricos, a água para os moradores era trazida por um camiãocisterna a partir do Dondo por onde passa o rio Kwanza, o maior de Angola, uma vez por mês. Porém, o camiãocisterna deixou de aparecer há muito tempo, pelo que a população, como alternativa, cavou buracos para arrecadar a água da chuva. Quando a chuva deixa de cair e os buracos secam, os moradores fazem cacimbas para encontrar água. Ela vem, mas é imprópria para o consumo. Mas, face à situação, a população retira essa água das cacimbas, mas ela é tão barrenta e suja que mesmo filtrada através de um pano branco se mantém da mesma maneira: Suja.

"Usamos essa água para tudo, beber, fazer a comida, lavar e banhar. É a única saída", fez saber a moradora Isabel Freitas, de 20 anos, carregando um bidão de 20 litros à cabeça na companhia de outras mulheres em igual circunstância.

A conseqüência do consumo dessa água traduz-se em doenças como diarreias e barrigas inchadas por bichas. Mas, segundo os moradores, no Zenza do Itombe há um hospital que atende os pacientes à segunda-feira com dois médicos de clínica geral saídos de Catete.

"O nosso maior problema mesmo é a água, por isso pedimos ao governo que veja esta situação", apelou o administrador adjunto do Zenza do Itombe, Domingos Kissanga, que se manifestou esperançado pela vinda do comboio, em breve, para que a população possa ter água potável trazida por essa via.

Carne, peixe, legumes e outros alimentos vêm de Luanda, tendo em conta a condição do Zenza do Itombe, onde a população adquire os víveres numa pequena praça em género de barracas.

Algumas cantinas estão também presentes na comuna e vão mitigando algumas carências em produtos. Aliás, de acordo com moradores, na comuna a agricultura é incipiente, devido à falta de água para irrigação, pelo que o cultivo de produtos se cinge a limão, maioritariamente, pois quiabos, banana e outros produtos da terra provêm de Luanda.

Quanto ao ensino, Zenza do Itombe beneficia de escolas que leccionam da 1 a a 6a classes, sendo beneficiados os bairros 14, 9, Muxade e Baue, estando fora do sistema escolar os bairros Aldeia Nova, kitande e Beiral.

Os professores são madres da Igreja católica local ou saídos dando aulas te, devido à por carência

Mas, para Domingos Kassinga, (comboio chegue ao Zenza do Itombe, a população ficara pois terá motivos de alegria para poder circular e melhorar a sua estrutura social, para o bem da comunidade.

8.30 Secretário de Estado exige eficiência às direcções das empresas de águas

Jornal de Angola 28 de Junho de 2009

O secretário de Estado para as Águas, Luís Filipe da Silva, exortou, na sexta-feira, na cidade de Benguela, as direcções das empresas de águas e saneamento locais a "melhorarem o sistema de gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos" Luís Filipe da Silva, que falava no encontro com as direcções das empresas de águas e saneamento do Lobito e de Benguela, defendeu a necessidade de se rentabilizarem os investimentos que o Governo tem vindo a fazer no sector.

O secretário de Estado referiu que a rentabilização dos recursos já disponíveis permite encontrar receitas que garantam a auto sustentação das empresas e projectar novas acções que, além de resolverem os problemas das comunidades, criam estabilidade financeira.

Luís Filipe da Silva disse, ainda, que o fornecimento de água potável às populações constitui uma das maiores prioridades do programa do Governo, sendo por isso necessárias novas estratégias.

As duas empresas de águas, do Lobito e de Benguela, já beneficiam do projecto Águas de Benguela que se encontra na segunda fase da implementação.

Apesar disso, mantêm activados os antigos sistemas, facto que tem permitido a extensão das respectivas redes de distribuição aos novos bairros da preferia.

Ainda no quadro da visita, o secretário de Estado manteve um encontro com os administradores municipais de Benguela testemunhado pelo governador da província, Armado da Cruz Neto.

8.31 Programa Águas de Benguela e Lobito já abastece áreas urbanas e periurbanas

Jornal de Angola 29 de Junho de 2009

O Secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, efectuou, recentemente, uma avaliação do grau de implementação do Programa de Águas de Benguela. Luís Filipe trabalhou na Estação de Tratamento de Água da Catumbela e com as Comissões de Gestão das Empresas de Águas de Benguela e do Lobito, tendo sido informado sobre o grau de implementação do projecto de distribuição do precioso líquido às populações do Lobito, Benguela e Baía Farta.

"Foram executadas as fases I e II, no quadro do sistema de distribuição de água para as cidades do litoral da província de Benguela, o que satisfaz o Governo, uma vez que grande parte das áreas urbanas e periurbana já consome água potável. As autoridades provinciais estão inquietadas com o surgimento de novos aglomerados populacionais que aumentam a extensão de cada uma das cidades. A Secretaria de Estado tomou boa nota das preocupações das autoridades locais, que, em função desse aumento, solicitam a reavaliação do processo de distribuição e sugerem que o programa deve estender-se à fase III", disse Luís Filipe da Silva.

Face ao crescimento das cidades, o Governo vê-se na obrigação de redesenhar o programa de distribuição de água potável com vista a cobrir as zonas onde estão a surgir novos fogos habitacionais, entrepostos comerciais e industriais - avaliou.

No caso das principais cidades do litoral de Benguela, não se verificam grandes constrangimentos com a captação e tratamento da água. "Estamos convictos de que a população consome água com qualidade, desde a altura que começou a funcionar a ETA Catumbela. A maior preocupação passou a ser a distribuição ao domicílio desde que começaram a surgir novos bairros. Este assunto exige das autoridades alguma celeridade na reflexão para viabilizar o acesso deste bem indispensável a todos os cidadãos", afirmou.

O investimento público efectuado na Estação de Tratamento de Águas da Catumbela vai permitir o bem-estar social contínuo das comunidades, experiência que levou já a que as autoridades locais lançassem o

concurso público para empresas interessadas em trabalhar no interior da província no quadro do programa "Água para Todos". Este ambicioso programa está exclusivamente direccionado às zonas rurais.

8.32 Deputados informados da água para todos Os projectos em Luanda são calculados em 200 milhões de Dólares

Jornal de Angola 30 De Junho de 2009

Os deputados da sétima comissão da Assembleia Nacional, que trata de assuntos ligados à Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego os, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher, abordaram ontem, em Luanda, com o secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, aspectos que têm a ver com a execução das políticas de abastecimento e de saneamento de águas residuais nas cidades.

No final do encontro, Luís Filipe da Silva anunciou que está em curso, em Luanda, a execução de projectos de impacto imediato, nomeadamente a construção de novos centros de distribuição da Camama, Benfica II e zona industrial de Viana. Acrescentou que está em perspectiva a ampliação da capacidade do centro de distribuição na zona do bairro Morar, em Viana.

O secretário de Estado das Aguas revelou que, em Luanda, os investimentos nos projectos da água aproximam-se dos 200 milhões de dólares.

Luís Filipe anunciou também que a instituição que dirige está a desenvolver projectos de intervenção nas capitais provinciais, com destaque para o Uíje,

O secretário de Estado disse que há acções em curso nas províncias de Malanje e Kuando-Kubango, tendo anunciado, igualmente, que está em execução o projecto "Águas de Benguela".

Salientou que em Luanda têm sido feitos, nos últimos anos, grandes investimentos, sobretudo no que diz respeito à captação e ao tratamento de água. "Hoje, temos uma nova estação de tratamento de água do Kikuxi, houve também uma reconversão do antigo sistema, conhecido como Sistema do Candelabro, que recebe água a partir da estação do Kifangondo", sublinhou Luís Filipe da Silva.

, O secretário de Estado das Aguas garantiu que está em perspectiva a construção de um novo centro de

captação e tratamento de água, na região do Bita. Luís Filipe da Silva disse ainda que a EPAL tem em carteira um projecto que visa substituir a rede antiga de abastecimento de água. "É necessário reforçar e substituir redes para que possamos garantir um serviço com qualidade", disse.

Informou que a produção de água em Luanda ronda os 300 mil metros cúbicos, enquanto a capacidade instalada está na ordem dos 400 mil metros cúbicos.

"O ideal é fornecer, nas zonas urbanas, a cada habitante 150 litros de água, nas zonas suburbanas 40 a 80 litros. Onde o abastecimento não é feito com água canalizada, temos fontanários e chafarizes", garantiu Luís Filipe da Silva.

O coordenador da subcomissão de Acção Social, Emprego e Antigos Combatentes, da sétima comissão da Assembleia Nacional, José Diogo Ventura, reconheceu que, apesar de haver duas estações de captação e tratamento, Luanda tem dificuldade em abastecer a população urbana e suburbana de água potável.

9 AMBIENTE

9.1 Angola terá banco de dados florestais

O Independente 6 de Junho de 2009

O vice-ministro da Agricultura para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, anunciou hoje (terça-feira), em Malanje, a criação de um banco de dados florestais que permitirá planificar a gestão da exploração e utilização sustentável dos referidos recursos.

O governante anunciou o facto por ocasião do 2º curso de formação das equipas de campo, no âmbito do projecto de inventário florestal nacional, aberto hoje e que vai até ao próximo dia 12 do mês em curso, dirigido aos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) das províncias de Malanje, Moxico, Kwanza Norte, Uíje, Bengo, Zaire, Cabinda, Luanda e Lundas Norte e Sul.

Segundo o dirigente, o banco de dados comportará mapas florestais de uso da terra com uma unidade nacional de inventário devidamente estruturada e que permitirá ainda a realização sistemática de inventários florestais.

André de Jesus Moda disse ser necessário reforçar a capacidade de intervenção das instituições que directa ou indirectamente se ocupam das florestas, de forma a se intensificar as actividades relacionadas com a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável dos recursos.

Acrescentou que deve-se igualmente reforçar e melhorar a capacidade humana, técnica e profissional, as infra-estruturas, bem como os conhecimentos especializados para formular e aplicar as políticas e planos de investigação.

O vice-ministro considerou que os recursos florestais têm uma valiosa e imprescindível contribuição à economia dos países e da população.

Angola tem um potencial florestal de aproximadamente 53 milhões de hectares, o que corresponde a 43,3 por cento da superfície do território nacional, com uma floresta densa considerada produtiva ou económica, numa área de 2,4 milhões de hectares.

O segundo curso de formação das equipas de campo do IDF visa treinar os grupos de campo em técnicas de inventário florestal nacional e nele estão a ser abordadas matérias como preenchimento das fichas de

campo, acesso ao ponto de partida da parcela, croquis de acesso à parcela, utilização de leitura e de imagem de satélite e outras.

A acção formativa está a ser ministrada em duas fases – teoria e prática – por técnicos nacionais afectos ao IDF e um especialista tunisino. O primeiro curso do género teve lugar em Maio último na província do Huambo.

9.2 Rede Maiombe dá árvores à província de Luanda

Jornal de Angola 9 De Junho

A Rede Ambiental Maiombe, em parceria com a Juventude Ecologia, Futuro Verde, Presistente10, Associação Futuro Verde e Clube Ecológico Futuro de Angola. Realiza, desde o dia 3, uma campanha de plantação de árvores na cidade de Luanda.

A primeira zona a ser contemplada a do Projecto Nova Vida, em Luanda, onde as árvores foram plantadas por estudantes do Instituto Médio Politécnica Edik Ramon.

O secretário executivo da Rede Maiombe, Januário José agosto, disse que, numa primeira fase, vão ser plantadas cinco mil árvores em toda província de Luanda.

Januário Augusto, as varias outras associações que surgiram têm vindo a trabalhar afincadamente, naquilo que é o programa do governo sobre educação e consciencialização em todo país.

A Rede Ambiental Maiombe é um "fórum de concentração de organizações ambientais, não governamentais, autónoma e sem fins lucrativos", que se dedica à "preservação do ambiente, melhoria da qualidade de vida das populações e conservação e recuperação dos ecossistemas em Angola".

A Rede Maiombe visa, sobretudo, "dinamizar o movimento ambiental em Angola".

9.3 Salubridade versus insalubridade

Semanário Angolense 5 a 12 de Junho de 2009

Porém, com as novas tecnologias, esses gases resultantes da produção petrolífera serão aproveitados para produzir gás liquefeito (LGN), evitando assim que este recurso seja desperdiçado, sendo benéfico para o país.

Porém, em contraste, chegam a Angola diariamente

centenas senão milhares de viaturas de todos os tipos que, usando gasolina e gasóleo, empestam o ambiente, por o dióxido de carbono que sai do escape dos carros ser altamente tóxico, se considerarem os constantes engarrafamentos por Luanda, onde, por exemplo, viaturas fumarentas circulam pelas estradas sem que se ponha cobro a esta situação.

Ademais, os bairros periféricos da capital angolana, como do Sambizanga, do Cazenga e do Rangel, são onde, manifestamente, a insalubridade faz morada, com ruas lamacentas, com água pútrida e lixo acumulado por dias. Acrescem-se a isso as escavações de empreiteiras que reabilitam vias, deixando enormes crateras onde é acumulada água em período chuvoso, sendo produtoras de mosquitos que provocam o paludismo que, como se sabe, ainda é a maior causa de morbi-mortalidade no país.

O permanente ar poluído devido às obras em curso, com camiões transportando areia e outros inertes em alta velocidade, deixando atrás de si grandes colunas de pó, é um tormento para os transeuntes.

Se somar a isso o derrube de árvores sem um plano director, o desmatamento de áreas para cultivo e pastagem de gado, a construção de prédios de vários andares uns junto a outros, evitando a passagem de ar puro, verifica-se que a salubridade é uma palavra que não consta no dicionário do país, que se quer limpo de impurezas, onde crianças cresçam sem doenças, alegres e felizes por saberem que os adultos querem garantir o seu futuro, seguro e com um ambiente saudável.

As campanhas de limpeza pelas várias artérias da cidade de Luanda também contribuem para saturar o ambiente, porque os trabalhadores, em vez de somente retirarem o lixo disperso, varrem as ruas com se de casa se tratasse. E o resultado está aí: O pó levanta-se, abrangendo tudo e todos, pessoas, viaturas estacionadas, árvores de embelezamento, etc., quer dizer, ninguém, em Luanda está imune ao":

Então como falar de ambiente quando ainda as pessoas não têm consciência das consequências do ar poluído que causa várias doenças, entre irritação dos olhos, sinusite, pneumonia, bronquite e tosse exasperante?

Por isso é que a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, no âmbito do dia Mundial do Ambiente (05 de Junho), recomendou que as festividades alusivas à efeméride tenham em conta o lema "Unamo-nos para combater as alterações climáticas", escolhido para as celebrações.

A necessidade de as comunidades terem um papel importante na mudança de mentalidade em relação às

questões ambientais também foi levantada por Fátima Jardim, para quem é preciso encontrarem-se soluções para questões ambientais, mormente aquelas relacionadas às alterações climáticas.

Sendo assim, resta a consciencialização das pessoas de que o lixo é uma fonte de doenças, que o pó faz mal, que a saúde só é possível quando o ar for puro e cada um interiorizar que "casa limpa é um regalo" e "casa suja é fonte de enfermidades".

Deste modo, a percepção do certo e do errado pode ser notada e fazer com que os substantivos salubridade (saúde) e insalubridade (doença) não possam conviver, para bem de todos.

9.4 Sector privado em alerta

Expansão 12 de Junho

Os problemas ambientais em Angola são responsáveis por 37 por cento das doenças. O número de anos de vida saudável perdidos no País devido a problemas ambientais é de 304 por mil habitantes anualmente. As diarreias representam o principal impacto da má qualidade do ambiente por tipo de doença.

Angola apresenta uma grande diversidade ecológica, devido à sua extensão territorial. Apesar de não haver ainda um grave problema no desequilíbrio do ecossistema, começam a aparecer preocupações ambientais nas explorações mineiras e particularmente na área diamantífera, poluição marítima, pesqueira ou ainda da acção da guerra.

Assim sendo, a poluição, a ocupação das populações, radiações, raios ultravioletas, métodos agrícolas, falta de saneamento básico, alterações do clima e ecossistemas, tipos de construção e comportamentos, contribuem bastante para este estado de coisas que o Governo tem procurado resolver, por intermédio dos seus organismos estatais vocacionados para o efeito.

No entanto, o aparecimento de projectos ambientais em Angola, começam a dar frutos: a criação de um banco de dados de indicadores ambientais, o reforço da capacidade institucional para a preservação do ambiente e a elaboração de um plano residual de desenvolvimento do uso da terra bem como, os projectos de gestão comunitária de recursos naturais, são a prova evidente de uma vontade de alteração de comportamentos que começam a surtir efeitos.

Para além disso, a Juventude Ecológica de Angola, organização juvenil não governamental, criada em

Luanda em 1991, ganha cada vez mais preponderância junto das novas gerações, apesar de, com a sua irreverência, se sentir enfraquecida devido à "falta de dinamismo por parte das organizações, na realização de acções informativas e educativas relativas ao ambiente", mesmo assim, esta organização poderá exercer, no futuro, um papel fiscalizador.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pelos organismos estatais e organizações civis, os sectores privados das múltiplas actividades começam a revelar métodos em prol de um ambiente mais saudável. A título de exemplo, as actividades da construção, lacticínios e petrolífero, procuram desenvolver as suas actividades tendo o meio ambiente como preocupação.

No que diz respeito ao sector da construção civil, a construtora Mota Engil, na diversificação da sua actividade, opera na gestão dos resíduos sólidos e da limpeza urbana e no sector da água, está vocacionada para gerir sistemas de abastecimento de água e tratamentos de águas residuais. A expansão deste grupo, na sua componente multi-serviços, tem também actividade nos domínios da manutenção industrial e de edifícios, arquitectura paisagística, construção e manutenção de espaços verdes.

Mas é no mercado dos resíduos sólidos urbanos e industriais, que esta construtora tem um papel mais relevante, fazendo parte do core business da sua área de negócios, ambiente e serviços. A actividade desta empresa no nosso país na área do ambiente é por demais conhecida e, a título de exemplo, recordamos apenas o sistema de limpeza urbana na zona da Samba, para além de ter uma participação activa no consórcio que vai requalificar a Baía de Luanda, onde o ambiente merece particular atenção.

Outra construtora atenta ao tema é a Monte Adriano. A preocupação ambiental desta empresa, está na origem da criação, em 2007, da Ecovisão Angola, que tem como principais áreas de intervenção o ecoturismo, projectos ambientais de paisagismo e urbanismo, campanhas de sensibilização e formação profissional. Para a área de intervenção que incide fundamentalmente na gestão integrada de resíduos e na construção, reabilitação, manutenção e gestão de espaços verdes, a Monte Adriano, criou a Resurb, dedicada à recolha, transporte, tratamento e deposição final de resíduos sólidos.

Já a Soares da Costa, que também está ligada ao consórcio da requalificação da Baía de Luanda, lançou as primeiras bases de política ambiental. O grupo está apostado em fazer a separação dos resíduos e o seu tratamento nos seus próprios estaleiros.

No sector dos lacticínios, a nova fábrica que a Lactiangol vai edificar no município de Viana, contempla já toda a tecnologia moderna necessária em prol do meio ambiente, "tendo em vista a minimização de qualquer impacto ambiental que possa surgir na nossa laboração", confirmou César Macedo, PCA da Lactiangol, em recente entrevista publicada neste jornal. Quanto às empresas petrolíferas, os impactos ambientais estão previstos nas normativas mundiais que regem o sector. Daí que no caso da Sonangol e da Chevron, as preocupações ambientais estejam mais centralizadas nas zonas marítimas onde a exploração dos poços podem causar efeitos nefastos e transformarem-se focos de poluição marítima. Para estas empresas, todas estas situações estão previstas nos seus métodos de procedimento.

9.5 Juventude ecológica alerta para enfraquecimento do movimento ambiental

Angolense 06 a 13 de Junho de 2009

A Juventude Ecológica de Angola, organização pioneira da defesa de questões ambientais em Angola, em esta semana um comunicado público em que chama a atenção "um certo enfraquecimento no movimento ambiental em Angola, que, no entender da organização, resulta da falta de dinamismo por parte das organizações na realização de acções informativas e educativas sobre a questão.

A organização, que se pronunciou por ocasião do dia mundial do ambiente, assinalado ontem, manifestou-se preocupada com a questão da alteração climática um assunto para o qual pede-se uma maior atenção em Angola, tendo em conta que o país aderiu à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as alterações Climáticas e ao Protocolo de Kyoto (sobre a redução da emissão de gases poluentes).

"Ao assumir esse compromisso, Angola deverá realizar acções a nível nacional que concorram para a redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, com a elaboração de um programa de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas", alertam.

O tema "alterações climáticas" é de tal modo preocupante que a organização elegeu como central para a comemoração do dia mundial do ambiente, realçando que o combate ao problema passa pelo envolvimento de todos os cidadãos do país.

Apesar das preocupações, a JEA foca o avanço em relação a legislação ambiental, mas chama a atenção

para a necessidade de acções concretas em sintonia com o que está legislado e uma acção fiscalizadora mais enérgica

Importa realçar que, no plano ambiental, as organizações que se batem por esta questão têm chamado a atenção para a necessidade de um equilíbrio entre a exploração dos recursos minerais e o respeito pela defesa do ambiente, especialmente nas zonas de exploração de diamantes e petróleo.

O Dia Mundial do Ambiente é comemorado desde 1972, por altura da proclamação da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 05 de Junho de 1972, aquando da abertura da Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano.

9.6 Angola normaliza prevenção do impacto ambiental

Jornal de Angola 14 de Junho de 2009

O director nacional de Prevenção e Avaliação do Impacto Ambiental, Camilo Ceita, disse sexta-feira, durante o terceiro fórum do imobiliário, que "Angola está a normalizar a situação da prevenção ambiental".

"Anteriormente Angola não teve oportunidade de fazer aquilo que se passa em qualquer parte do mundo", afirmou.

Segundo Camilo Ceita, "a normalização passa pela aplicação da legislação ambiental que existe". Uma referência na questão relacionada ao impacto ambiental, o Ministério do Ambiente tem três instrumentos jurídicos e está a preparar mais outros dois, nomeadamente a lei geral do ambiente n.º 198, que define toda a política ambiental a ser aplicada no país e dois regulamentos desta lei, sendo que o primeiro se trata do decreto ambiental n.º 5104, que define como deve ser feita a avaliação do impacto ambiental, e qual a composição do estudo que deve conter, independentemente do sector da actividade, e o decreto n.º 5907, relativo ao licenciamento ambiental.

Esses instrumentos jurídicos, segundo Camilo Ceita, juntam-se aos decretos sobre as auditorias ambientais e surgem justamente para salvaguardar o bem comum.

A atestar a importância da legislação sobre o ambiente, foi apontado o facto de as empresas privadas possuírem projectos ambiciosos de um milhão de coisas de diversas dimensões, o que implica que terão de criar novas áreas urbanas, razão suficiente para constituir preocupação relativamente à sua execução dentro dos parâmetros da política ambiental.

O alerta também foi direccionado para empresários

com projectos de pequena dimensão, que visem a construção de um ou outro condomínio. "As regras têm de ser respeitadas, porque as empresas privadas têm aquilo a que se chama responsabilidade social procurativa", disse o director nacional. "As empresas não se podem esquecer dessa sua responsabilidade social procurativa porque, sem a sua consideração, terão percalços. E isso pode dificultar a vida de quem lá reside, a empresa terá contra si a reputação de ter feito algo errado", disse.

E que se os projectos não forem sustentáveis, e não de qualidade, as licenças poderão ser dificultadas porque a empresa não corresponde aos padrões normais de ambiente.

"Um outro factor importante é o facto dos trabalhadores se sentirem regozijados por terem emprestado o seu esforço a essa mesma empresa que se tornou sustentável do ponto de vista ambiental", acrescentou.

A nova estrutura orgânica que o Ministério do Ambiente identificou é a área de avaliação do impacto ambiental, para ajudar o desenvolvimento de maneira sustentável.

"Não se trata de um instrumento burocrático, estamos a tentar, da melhor maneira possível, ajudar as empresas a nos contactarem, porque sabemos que precisam e têm prazo a cumprir e que não podem ficar a "depende", afirmou Camilo Ceita, que deixou um conselho às construtoras: "contactem o Ministério do Ambiente, mais propriamente a Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental, para que possam erguer os seus empreendimentos sem quaisquer constrangimentos".

9.7 Ambientalista pede colaboração para abertura de espaços verdes

Jornal de Angola 15 De Junho

O director nacional de Gestão Ambiental, Vladimir Russo, defendeu que a criação de espaços verdes na periferia de Luanda, além do Governo e parceiros, deve envolver a comunidade.

Vladimir Russo, que falava à Angop sobre a conservação de espaços verdes, disse que a participação da comunidade é fundamental para se manter estes lugares, indispensáveis para uma vida saudável. Acrescentou que as pessoas podem colaborar com a plantação de árvores nos seus quintais e arredores, bastando um trabalho de sensibilização.

Para Vladimir Russo, a existência de espaços verdes permite a criação de zonas de lazer, importantes para o descanso das pessoas, quebrar a monotomia e respirar ar puro. Disse ser importante recuperar espaços como a Zona Verde, no Alvalade, a Floresta da Ilha, os jardins do Miramar e da Fortaleza, bem como projectar novos planos de urbanização para a criação de zonas verdes.

Salientou ser fundamental a existência destes locais nos novos focos habitacionais, por forma a estabelecer o equilíbrio entre a vida e o ambiente.

9.8 Ministra pede maior divulgação das questões do meio ambiente

Jornal de Angola 18 De Junho de 2009

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, apelou para a necessidade de se dar maior divulgação dos problemas que afectam o meio ambiente. "Todos precisamos de viver num meio limpo e sadio, livre das alterações climáticas", enfatizou.

A ministra proferiu tal declaração em alusão ao Dia Mundial do Combate à Seca e Desertificação, que ontem se assinalou. A governante revelou também que a educação ambiental passa a ser uma das prioridades do seu Ministério.

Não basta ter um ministério do Ambiente, directores ou organizações ambientais. E necessário que cada membro integrante de um país tome consciência de que deve proteger e ajudar a desenvolver o ambiente", disse.

Vladimir Russo, director nacional do Ambiente, tomou a palavra para dizer que a recolha de vegetação e o corte de árvores para o fabrico de lenha são duas das principais actividades que contribuem para a infertilidade dos solos.

O ambientalista recordou ainda que mais de 60 por cento da população angolana depende do combustível lenhoso, consumindo assim uma grande parte deste produto que posteriormente não é replantado.

O ministro do Ambiente, Mota Liz, defendeu que é preciso encontrar métodos para identificar outras fontes de energia para as populações.

"Sabe-se que o corte de lenha para o carvão tem um peso significativo na desertificação. O combate à pobreza e o analfabetismo pode ser significativo para a redução dos efeitos da actividade humana", considerou.